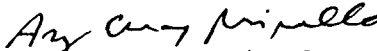



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

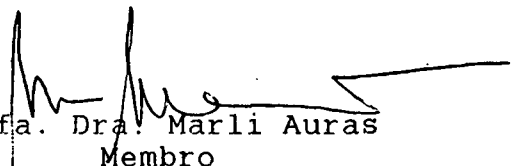
**"OS PARTIDOS POLÍTICOS E A ELITE
CHAPECOENSE. UM ESTUDO DE PODER
LOCAL - 1945 A 1965"**

MONICA HASS

Esta dissertação foi julgada e aprovada
em sua forma final pelo Orientador e
Membros da Banca Examinadora, composta
pelos Professores:


Prof. Dr. Ary Cesar Minella
Orientador


Prof. Dr. Paulo José Krischke
Membro


Profª. Dra. Marli Auras
Membro

Florianópolis, agosto de 1993.

OS PARTIDOS POLÍTICOS E A ELITE CHAPECOENSE. Um
estudo de poder local. 1945 a 1965.

Monica Hass

Florianópolis - SC

1993

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

OS PARTIDOS POLÍTICOS E A ELITE CHAPECOENSE. Um
estudo de poder local. 1945 a 1965.

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Santa Catarina para a obtenção
do grau de Mestre em Sociologia Política.

MONICA HASS

Florianópolis - SC

1993

Aos meus avós e a lição de vida que sua
condição de imigrantes me proporcionou.

AGRADECIMENTOS

A execução deste trabalho envolveu a colaboração de várias pessoas e instituições. Agradecimentos devo muitos, a começar pelo professor Ary César Minella, meu orientador, pelo incentivo e crédito que deu ao trabalho e pelo clima descontraído e amigável com que honrou a nossa convivência; à CAPES, pela concessão de uma bolsa de Pós-Graduação; a Milton Valdameri pela programação dos sistemas de computação de dados; a Claudete Ranzan pelos "socorros" prestados no aprendizado com o computador; e a Christa Riebau, Arlene Renk, Alceu Giuriatti e Oneida Belusso, pela revisão dos originais.

Registro ainda meus agradecimentos ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, a Prefeitura Municipal de Chapecó, Câmara Municipal de Chapecó, Biblioteca Pública Municipal de Chapecó e Florianópolis e CEOM-UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina), onde foram facilitados o acesso a fontes e dados essenciais para a execução desta dissertação.

Agradeço também a meus familiares e todas as pessoas que estiveram de uma forma ou de outra, envolvidas comigo neste projeto, seja no auxílio à fontes, prestando informações solicitadas ou partilhando a angústia e incertezas.

ABSTRACT

Finding out the reason of the conflicts and agreements that happened among the political leaders of Chapecó, of the early 1940's until the late 1960's, from the political parties, is this research's object of study. This analysis is inserted in the so-called "surveys of local political power", and focus on the relationships that surround power, with the goal of explaining the structure of such power and the political parties' processes in the period.

The universe in analysis involves the multi-party system, which starts functioning in the country right after the fall of Getúlio Vargas' administration. This system accelerates the creation of new political parties as well as social and economic changes, under which Chapecó and the neighboring places become subject to, and which reflects changes in the local political structure.

By methodology, it means an analysis fundamentally based on an electoral research as well as on a histographic documentation and on an oral history of the political leaderships of Chapecó.

RESUMO

Verificar a raiz dos conflitos e acordos entre a elite política de Chapecó, da metade da década de 1940 até metade da década de 60, a partir dos partidos políticos, é o objeto desta pesquisa. A análise se insere dentro dos chamados "estudos de poder local", e enfoca as relações que envolvem o poder, com o objetivo de elucidar a estrutura de poder e o processo político-partidário do período.

O universo analisado envolve o sistema pluripartidário, que se instala a partir do momento em que a queda de Getúlio Vargas acelera a criação de novos partidos, bem como as mudanças sócio-econômicas pelas quais passa a região e que refletem na estrutura de poder local.

Metodologicamente trata-se de uma análise fundamentalmente baseada na pesquisa eleitoral, na documentação historiográfica e na história oral das lideranças políticas de Chapecó.

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO.....	1
1. Tendências do Quadro Eleitoral de 1947 a 1965.....	9
1.1. Modificações no Legislativo Chapecoense.....	10
1.2. Alterações na Assembléia Legislativa Estadual.....	15
CAPÍTULO 1 - NOÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....	22
1. Estudos de Poder Local no Brasil.....	22
2. Debates em torno dos Partidos Políticos.....	25
3. O Sistema Partidário Brasileiro, 1945 - 1965.....	28
3.1. Tendências Eleitorais e Crise do Sistema.....	31
4. Perspectivas Teóricas e Metodológicas.....	35
5. Metodologia Utilizada.....	39
CAPÍTULO 2 - EXTREMO OESTE CATARINENSE: ANTECEDENTES POLÍ- TICOS E ECONÔMICOS - 1917 A 1945.....	47
1. A Colonização da Região.....	48
1.1. A Empresa Colonizadora Bertaso.....	56
2. A Dominação Oligárquica em Santa Catarina.....	59
2.1. A Política no Estado, na Primeira República.....	62
2.2. Aspectos Políticos do Município de Chapecó.....	64
2.2.1. Os Coronéis Chapecoenses.....	65
2.2.2. A Luta pelo Poder de Mando Local.....	66
2.3. Revolução de 1930 em Santa Catarina.....	74

2.3.1. Herdeiros da Revolução de 30, no Estado.....	74
2.3.2. O Surgimento da Oposição Local Chapecoense.....	76
2.3.3. O Oeste Catarinense a partir do Movimento de 30...	79
2.3.3.1. Inicia a Dominação Política dos Bertaso.....	81
2.3.4. Território Federal do Iguassú.....	84

CAPITULO 3 - CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO

DE CHAPECÔ DE 1940 A 1960.....	101
1. Quadro Demográfico e Econômico de Chapecô, na década de 40.....	102
1.1. Intensificação do Processo de Urbanização.....	107
2. Quadro Sócio-Econômico do Distrito de Chapecô - 1950..	114
2.1. A Estrutura Fundiária do Distrito de Chapecô.....	115
2.2. Relatório Sócio-Econômico Geral do Distrito de Cha- pecô.....	117
3. Órgãos e Instituições criadas no Distrito de Chape- cô.....	123
3.1. Relação das principais fundações entre 1938 e 1947.....	124
3.2. Relação das entidades criadas de 1947 a 1949.....	126
3.2.1. Órgãos Públicos Estaduais e Federais.....	126
3.2.2. Órgãos Privados -	127
3.3. Relação das entidades e empresas criadas a par- tir de 50.....	131
CAPÍTULO 4 - A REDEMOCRATIZAÇÃO.....	143
1. O Surgimento dos Partidos Políticos Nacionais na Con- juntura de 1945.....	143

2. A Formação dos Partidos Políticos em Santa Catarina...	148
3. O Pluripartidarismo em Chapecó.....	152
3.2. Aspectos da Organização Partidária.....	153
3.3. Os Partidos Políticos Chapecoenses.....	157
4. Estratégias na Conquista do Poder.....	171
 CAPÍTULO 5 - A HEGEMONIA PESSEDISTA. ELEIÇÕES DE 1947.....	 187
1. Eleições Estaduais de Janeiro de 1947.....	188
2. Eleições Municipais de Novembro de 1947.....	192
2.1. A Campanha.....	192
2.1.2. O Papel da Imprensa.....	192
2.1.3. Demais estratégias da campanha.....	195
2.2. Os pessedistas vencem as eleições.....	204
2.2.1. A administração Vicente Cunha.....	210
2.3. Perseguições Políticas no período pós-eleitoral.....	215
 CAPÍTULO 6 - ELEIÇÃO DE 50: A VITÓRIA OPOSICIONISTA.....	 230
1. Eleições Gerais.....	230
2. Eleição Municipal de 1950.....	236
2.1. PSD. A Perda do Poder Executivo.....	240
2.2. O Linchamento: Um reflexo do mandonismo local.....	245
3. A Administração de Miranda Ramos.....	249
4. A Disputa no Espaço Político Local.....	257
 CAPÍTULO 7 - RECOMPOSIÇÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS CHA- PECOENSES: 1954 E 1955.....	 270
1. O Pleito eleitoral de 1954.....	271
1.1. O Crescimento da UDN e do PTB, em Chapecó.....	274
2. A Administração Butuhy.....	283

3. As eleições de 1955.....	287
3.1. Recomposição Política e Retorno Pessedista à Prefeitura de Chapecó.....	291
4. A Ação Administrativa de Plínio de Nêes.....	296
CAPÍTULO 8 - O FORTALECIMENTO DA ALIANÇA SOCIAL TRABALHISTA EM CHAPECÓ: 1958 A 1965.....	
1. Quadro das Eleições Legislativas de 58 no Estado e Região Oeste.....	307
1.1. Eleições Legislativas em Chapecó, em 1958.....	312
2. Eleições para o Executivo, em 1960.....	316
2.1. Novamente o PTB no comando da prefeitura chapecoense.....	319
3. A Ação Administrativa de Destri.....	323
4. Eleições Legislativas de 62: Cresce a UDN no oeste do Estado.....	325
4.1. Eleições Legislativas em Chapecó, em 1962.....	330
5. Eleições de 1965.....	334
5.1. Eleição Municipal de 65: Outra vez o PTB administra Chapecó.....	336
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	347
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	355

TABELAS

	Página
-TABELA 1: RESULTADOS ELEITORAIS PARA O LEGISLATIVO CHA - PECOENSE - 1947 A 1962.....	11
-TABELA 2: RESULTADOS ELEITORAIS DO EXECUTIVO CHAPECOENSE 1947 A 1965.....	13
-TABELA 3: RESULTADOS ELEITORAIS PARA O GOVERNO DO ESTADO EM CHAPECÓ - 1947 A 1965.....	14
-TABELA 4: RESULTADOS ELEITORAIS DOS CANDIDATOS DO OESTE NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 1947 A 1962.....	17
-TABELA 5: RESULTADOS ELEITORAIS PARA PRESIDÊNCIA DA RE - PÚBLICA EM CHAPECÓ - 1950 A 1960.....	18
-TABELA 6: POPULAÇÃO CHAPECOENSE EM 1940.....	102
-TABELA 7: ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ	105
-TABELA 8: POPULAÇÃO CHAPECOENSE EM 1940 E 1950.....	108
-TABELA 9: COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ - 1940 A 1950	109
-TABELA 10: PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE CHA- PECÓ.....	110
-TABELA 11: POPULAÇÃO DA ZONA OESTE - 1960	113
-TABELA 12: VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS DESTINOS À ASSEM - BLÉIA LEGISLATIVA	191
-TABELA 13: RESULTADOS ELEITORAIS PARA GOVERNO DO ESTADO.	191
-TABELA 14: RESULTADOS ELEITORAIS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ - 1947	206

-TABELA 15: COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES - 1947.....	207
-TABELA 16: ORÇAMENTOS MUNICIPAIS DE 1948 E 1949.....	214
-TABELA 17: RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA O GOVERNO DO ES- TADO EM CHAPECÓ - 1950.....	234
-TABELA 18: RESULTADOS ELEITORAIS PARA PRESIDÊNCIA DA RE- PÚBLICA EM CHAPECÓ - 1950	235
-TABELA 19: RESULTADOS PARA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM CHAPECÓ - 1950	235
-TABELA 20: COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES ELEITA EM 1950	242
-TABELA 21: ORÇAMENTOS MUNICIPAIS DE 1951 A 1952	251
-TABELA 22: RESULTADOS ELEITORAIS DOS CANDIDATOS DESTINOS À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 1954	274
-TABELA 23: RESULTADO ELEITORAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ EM 1954	276
-TABELA 24: COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES EM 1954	278
-TABELA 25: ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 1955	285
-TABELA 26: RESULTADOS ELEITORAIS PARA PRESIDÊNCIA DA RE- PÚBLICA EM CHAPECÓ - 1955	288
-TABELA 27: RESULTADOS ELEITORAIS PARA O GOVERNO DO ESTA- DO EM CHAPECÓ - 1955	289
-TABELA 28: RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO NO OESTE - 1955	290
-TABELA 29: ORÇAMENTOS MUNICIPAIS DE 1956 A 1960	297
-TABELA 30: RESULTADOS ELEITORAIS DOS CANDIDATOS DESTINOS À ASSEMBLÉIA ESTADUAL EM 1958	311
-TABELA 31: RESULTADO ELEITORAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ - 1958	314

-TABELA 32: COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE 1959 A 1962	315
-TABELA 33: RESULTADOS ELEITORAIS PARA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA EM CHAPECÓ - 1960	318
-TABELA 34: RESULTADOS ELEITORAIS PARA O EXECUTIVO ESTADUAL - 1960	318
-TABELA 35: RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO NO OESTE - 1960	319
-TABELA 36: ORÇAMENTOS MUNICIPAIS DE 1961 A 1964	324
-TABELA 37: RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DOS CANDIDATOS DESTINOS À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 1962	329
-TABELA 38: RESULTADO ELEITORAL PARA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ - 1962	332
-TABELA 39: COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ - 1963	333
-TABELA 40: RESULTADO DO PLEITO PARA O EXECUTIVO ESTADUAL EM 1965	334
-TABELA 41: RESULTADO ELEIÇÃO PARA O GOVERNO DO ESTADO NO OESTE - 1965	335
-QUADRO 1: TENDÊNCIAS PREDOMINANTES EM CHAPECÓ, NO OESTE E NO ESTADO DE SC - FINS ANOS 40 E INÍCIO ANOS 60	19
-QUADRO 2: DISTRIBUIÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO DISTRITO DE CHAPECÓ - 1950	116
-QUADRO 3: RELATÓRIO SÓCIO-ECONÓMICO SINTETIZADO POR CLASSE DE PROPRIEDADE	118
-QUADRO 4: RELATÓRIO SÓCIO-ECONÓMICO POR BENS	121

INTRODUÇÃO

Analisar, a partir dos partidos políticos, as relações de conflitos e acordos entre a elite política chapecoense, no período de 1945 a 1965, em torno da questão do poder local, é o objetivo principal desta dissertação. Partindo da premissa de que a ação político-partidária reflete as relações de poder local, enfocamos a formação dos partidos políticos no município, na fase pluripartidária pós-45 e a dinâmica dos processos eleitorais de 1945 a 1965.

Esta pesquisa parte da hipótese principal de que o processo de urbanização e as transformações econômicas que ocorrem na região, a partir de 1940, ocasionaram mudanças na estrutura política chapecoense, bem como a nova conjuntura política que surge após o Estado Novo. Acompanhar essas novas tendências no poder local, ao longo do período enfocado, levando-se em conta fatores de natureza política e sócio-econômica, coloca-se como principal tarefa deste trabalho.

O poder político chapecoense, desde a criação do município, em 1917, até por volta da década de 30 e 40, caracteriza-se por um forte mandonismo, que se identifica com aspectos do coronelismo brasileiro. A política do município, durante este período, esteve na maioria do tempo, nas mãos de

coronéis ou de pessoas ligadas a eles. A sua dominação tinha por base a supremacia econômica, as ligações de parentesco e os laços de dependência.

O mandonismo chapecoense foi perdendo força no governo Vargas, de 1930 a 1945. Mas seu declínio acentua-se na fase de redemocratização do país, pós-45, quando o poder local acabou sendo diluído entre vários grupos que surgem ou se fortalecem com as mudanças sócio-econômicas que ocorrem na região, após o final dos anos 30.

Nesse contexto, evidencia-se o declínio do poder da fração política representada basicamente por colonizadores e industriais madeireiros, que possuem feição urbana e dominam na economia e na política local - nesta última, via Partido Social Democrático (PSD), - e a ascensão de estratos médios de caráter urbano/liberal/burocrático (1), que ocupam espaço na estrutura política do município, principalmente através de outros dois grandes partidos: a UDN e o PTB.

A entrada de novos elementos na configuração do poder político chapecoense não se deu de forma pacífica, acarretando um período de muita violência. A disputa pelo poder de mando local, no início desta fase de transição, é marcada por acirrados conflitos político-partidários, onde a perseguição a adversários políticos, a coação ao eleitorado, as denúncias de corrupção e desmandos administrativos, bem como a aprovação de leis que giram em torno de interesses de determinados grupos, são características marcantes.

Constata-se, no entanto, que os "arranjos" político-partidários que ocorrem no âmbito federal e estadual, a partir de

1955, com a aliança entre o PSD e PTB (Aliança Social Trabalhista), repercutem no município. Os violentos conflitos cedem espaço para as negociações também no plano local, uma vez que a política-partidária municipal sofre interferências de decisões tomadas no nível federal e estadual. A cada eleição definiam-se novos arranjos políticos, inicialmente com uma lógica aliancista própria e depois de 1955, a partir de negociações ocorridas em instâncias políticas superiores.

Nesse sentido, um dos objetivos deste trabalho é identificar, de forma restrita, em que medida os elementos político-partidários estaduais e nacionais interferem na questão do poder local. Enfocaremos ainda a formação partidária, analisando os padrões de organização dos partidos políticos e ressaltando os critérios que definem as bases sociais e partidárias. Além disso, acompanharemos as tendências e a dinâmica partidário-eleitoral chapecoense de 1947 a 65.

Com a finalidade de abordar os diferentes interesses em jogo no poder político chapecoense, focalizaremos também, em relação aos processos eleitorais do período: aspectos da composição do governo e ações tanto do executivo quanto do legislativo e as estratégias utilizadas pelos partidos na luta pela conquista e/ou manutenção do poder político local. Destacam-se, no último caso, o uso da máquina administrativa estadual e local, a imprensa e as coligações político-partidárias.

O fato do município de Chapecó passar por uma situação singular, de 1953 a 1965, quando foram criadas 33 novas unidades

administrativas na região, gerou dificuldades no sentido de se trabalhar toda região oeste catarinense, durante este período. Por uma questão de delimitação do trabalho, a partir da eleição de 1955, o foco central da análise será o município de Chapecó. Apenas acompanharemos, dentro da medida do possível, as tendências eleitorais dos novos municípios, ao longo da fase pluripartidária.

A iniciativa deste trabalho tem um caráter pioneiro e exploratório em função da inexistência de estudos sobre o período enfocado. Muito pouco foi escrito até o momento sobre a história política chapecoense, e nada sobre as décadas de 1930 a 60. Os desafios foram grandes, principalmente diante da precariedade, e às vezes até mesmo inexistência de dados empíricos, além de trabalhos anteriores que auxiliassem a situar o estudo.

Por outro lado, entende-se que a perspectiva teórica adotada nem sempre é de fácil comprovação empírica, principalmente nos aspectos que envolvem questões conjunturais. Acreditamos, contudo, que a ótica escolhida nos permite visualizar os interesses em jogo na arena do poder local chapecoense, contribuindo para uma compreensão mais ampla sobre a estrutura de poder e o processo político-partidário do período.

O corpo da dissertação foi desdobrado em oito capítulos. Inicialmente introduzimos algumas noções teóricas e metodológicas, envolvendo a questão do poder local e do sistema partidário, ao mesmo tempo em que nos posicionamos quanto a perspectiva teórica e metodológica adotada.

Em seguida, reconstituímos a história econômica e política

do município de Chapecó, desde sua criação em 1917 até 1945, com o auxílio da escassa historiografia política chapecoense disponível desse período. A retrospectiva histórica é necessária para compreender-se o processo sócio-político-econômico, ao longo do tempo. Nesse sentido, levantamos a estratégia da ocupação do extremo oeste catarinense, enfocando a atividade das empresas colonizadoras e as transformações que ocorrem na economia e política com a chegada desse grupo econômico.

Rastreamos dentro desse contexto, a formação oligárquica da região, na Primeira República, onde a violência predomina na luta pelo poder local. Ressaltamos, por outro lado, as modificações que a Revolução de 30 produz na estrutura de dominação vigente, provocando a alternância nas elites políticas que irão operar a formação partidária em 1945.

No terceiro capítulo apresentamos um quadro geral sobre as características sócio-econômicas do município e do distrito de Chapecó, das décadas de 40 a 60. No decorrer do texto são traçados vários quadros, elaborados, principalmente a partir de dados coletados do IBGE, demonstrando o crescimento populacional e econômico de Chapecó, que afetará a estrutura de poder local.

Nesta parte também expomos um quadro sócio-econômico pormenorizado do distrito de Chapecó, do ano de 1950, baseado na relação dos contribuintes municipais daquele ano. O objetivo é no sentido de ampliar o conhecimento sobre o principal distrito de Chapecó, pólo sócio-econômico e político da região. Consta ainda nesta seção do trabalho, a relação das principais

instituições privadas, ou ligadas à administração local, estadual ou federal, criadas no período e sediadas na cidade de Chapecó, demonstrando uma clara efervescência da sociedade civil, bem como a dominação política local, através do controle de cargos públicos.

A formação dos partidos políticos chapecoenses, na fase de redemocratização nacional do pós-guerra, é estudada no quarto capítulo, a partir de entrevistas realizadas com lideranças políticas de Chapecó. Enfocamos a organização partidária, a composição dos partidos, além de suas bases sócio-econômicas e partidárias, revelando os padrões predominantes na formação partidária de Chapecó: a oligarquização da estrutura partidária, o viés étnico de suas bases eleitorais e o aspecto oposicionista local. Por outro lado, apresentamos, também, as estratégias desenvolvidas pelos partidos na luta pela conquista e/ou manutenção do poder político local.

Do quinto ao oitavo capítulo é feita uma análise dos processos eleitorais de 1947 a 1965, ao mesmo tempo em que são apresentados os interesses e o atendimento de demandas que giram em torno das principais ações do executivo e do legislativo. Dentro desse contexto são expostos aspectos da campanha eleitoral; os resultados das eleições; as estratégias de dominação e as novas configurações no poder local; e os conflitos e acordos em geral que ocorrem na arena política local.

Nesse sentido, focalizamos primeiramente as eleições de 1947, quando o PSD (Partido Social Democrático) apresenta-se como partido hegemônico na região, havendo uma clara supremacia dos colonizadores e madeireiros no quadro político local. O

domínio político desse período é exercido através de mecanismos mais sofisticados, como os meios de comunicação de massa, organizações corporativistas, clientelismo partidário, aliado a práticas tradicionais de dominação.

O processo eleitoral de 1950, onde é ressaltada a vitória do trabalhismo (Partido Trabalhista Brasileiro), coligado com a UDN (União Democrática Nacional) e demais pequenos partidos, é exposto no sexto capítulo. A partir dessa fase um novo grupo de políticos ligado a setores urbano/burocrático/liberais - advogados, médicos, funcionários públicos, comerciantes, industriais - passam a ameaçar o domínio da facção política local, ligada ao comércio da terra e da extração da madeira, gerando um período de intensos conflitos político-partidários. Destaca-se no caso, a realização de um linchamento e a morte de um Intendente Exator Municipal.

O capítulo sete, por sua vez, analisa os pleitos eleitorais de 1954 e 55, sob dois aspectos: acompanhar a tendência eleitoral do extremo oeste catarinense (analisando os resultados eleitorais para Assembléia Legislativa do Estado e Prefeitura); bem como, observar a tendência eleitoral (através dos resultados das eleições para prefeito e vereadores) do município de Chapecó, levantando aspectos dos processos eleitorais enfocados e das ações do executivo e do legislativo. Ao mesmo tempo em que, acompanhando uma conjuntura nacional e estadual, o PSD, agora aliado ao PTB, em torno da Aliança Social Progressista, volta a ocupar o poder executivo chapecoense, constata-se, por outro lado, o crescimento da UDN, no oeste do Estado. Ressalta-se

ainda, a partir desse período, o domínio do setor urbano/comercial na estrutura do poder local, com o declínio do segmento colonizador e madeireiro.

A preocupação de diagnosticar as tendências eleitorais do extremo oeste catarinense (através dos mesmos indicadores do capítulo anterior), desmembrado até o ano de 1965, em 34 municípios, acompanha o oitavo capítulo. Nele analisamos os pleitos de 1958, 1960, 1962 e 1965. Além disso, apresentamos as tendências eleitorais (a partir dos mesmos indicadores do sétimo capítulo), as faces dos processos eleitorais chapecoenses, abordados nesta parte do trabalho e discorreremos sobre as ações do executivo e do legislativo. No contexto político-partidário regional, mantém-se durante este período o quadro de tendência de crescimento da UDN na região, enquanto que em Chapecó persiste a Aliança Social Trabalhista (PSDxPTB), nas eleições locais. Verifica-se, ainda, a diversidade das categorias profissionais que ocupam espaço na configuração do poder político do lugar, predominando no entanto, elementos ligados ao segmento comercial.

Nas considerações finais são mencionadas as conclusões obtidas ao longo da dissertação, estabelecendo relações com a perspectiva teórica adotada.

Por outro lado, como parte de um esforço para visualizar o processo político-eleitoral chapecoense em seu conjunto, inclui-se nesta introdução uma síntese geral das tendências eleitorais verificadas no período em estudo.

1. TENDÊNCIAS DO QUADRO ELEITORAL DE 1947 A 1965

Apresentamos a seguir um quadro de tendências político-partidárias do município de Chapecó e de forma limitada, da região oeste do Estado, no período que vai de 1947 a 65, assinalando regularidades da dinâmica dos processos eleitorais da fase multipartidária, que investigaremos ao longo desse trabalho.

Evidencia-se, no caso, a força eleitoral do PSD e da UDN e o papel do PTB, que se coloca como elemento definidor nesse quadro, principalmente a partir de 1950. Vale observar que as modificações na dinâmica político-eleitoral do período estão inseridas num processo de transformações sócio-econômicas e políticas, proporcionando a participação de novos elementos na configuração do poder local.

A fundamentação dessa análise se dá basicamente a partir dos resultados dos candidatos oestinos nas eleições legislativas estadual (Assembléia Legislativa do Estado) e do legislativo local chapecoense, apresentados nas tabelas 1 e 4. Conta ainda com o apoio dos dados das eleições para o governo do Estado, no oeste catarinense e em Chapecó, bem como das eleições para o executivo chapecoense, conforme pode ser verificado nas tabelas 2 e 3.

Ressaltamos também que não trabalhamos com os votos nulos e brancos dos pleitos eleitorais do oeste catarinense e do município de Chapecó, por não termos obtido os dados neste sentido.

1.1. Modificações no Legislativo Chapecoense

Apesar de não possuímos os dados absolutos das eleições de 1950, constata-se na tabela 1, através do espaço ocupado pelas legendas partidárias na Câmara Municipal, o declínio do Partido Social Democrático e da União Democrática Nacional, em Chapecó, entre 1947 e 1950 - o PSD perde 2 cadeiras e a UDN, 1.

Tendo presente que o PTB levou dois candidatos à Câmara sob a legenda da UDN, em 47, o partido mostra sua força em 50, quando elege três vereadores isoladamente. Neste pleito, portanto, sai favorecido o PTB, ampliando seu espaço na Casa Legislativa, com uma cadeira e os pequenos partidos - PRP e PSP - que conquistam cada um, uma cadeira na Câmara Municipal.

A princípio, o quadro eleitoral de 1950, dava mostras de uma dispersão eleitoral, em função da multiplicação das legendas partidárias. Esta tendência, contudo, não se confirma nos pleitos eleitorais posteriores. Na verdade, as legendas menores, como o Partido de Representação Popular, Partido Social Progressista, o Partido Liberal e o Partido Democrata Cristão, tiveram um crescimento eleitoral pouco expressivo em Chapecó, conforme podemos observar na tabela 1 e nos processos eleitorais enfocados ao longo dos capítulos V, VI, VII e VIII.

Quanto ao PTB, apesar de apresentar uma notável expansão do seu peso eleitoral, a partir de 50, não apresentou um crescimento homogêneo e contínuo em todo período. Nota-se uma oscilação de crescimento (1950 e 1954), queda (1958), e crescimento (1962). Observa-se que na última eleição ocorrida

TABELA 01

RESULTADOS ELEITORAIS PARA O LEGISLATIVO CHAPECOENSE

(1947 A 1962)

(Distribuição de Cadeiras, por Eleição)

Eleicoes:	23/11/47			03/10/50			03/10/54			03/10/58			07/10/62		
Legendas:	Votos	%	Nr.Cad	Votos	%	Nr.Cad	Votos	%	Nr.Cad.	Votos	%	Nr. Cad.	Votos	%	Nr. Cad
PSD	3.905	76,24	9			7	1.199	50,44	6	1.757	48,62	6	1.841	45,07	6
UDN	658	12,85	2			1	542	22,80	3	1.034	28,61	4	948	23,21	3
UDN/PTB	559	10,91	2												
UDN/PL							124	5,22	1						
PTB						3	512	21,54	3	489	13,53	2	1.296	31,72	4
PSP						1				334	9,24	1			
PRP						1									
TOTAL	5.082	100,0	13			13	2.377	100,0	13	3.164	100,0	13	4.085	100,0	13

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados coletados nos diplomas de vereador, expedidos pela Justiça Eleitoral de Chapecó, bem como em jornais locais.

Obs.: -Não conseguimos localizar o resultado da votação do pleito de 1950.

-Os dados dizem respeito apenas as eleições do município de Chapecó, antes e depois das emancipações.

para o legislativo local, o PTB recupera-se, superando a UDN em percentual de votos (31.72% contra 23.21%). Essa expansão do Partido Trabalhista Brasileiro, em Chapecó, estava, principalmente, na dependência das coligações com a UDN (1947 e 50) e PSD (1955, 60 e 65), com a agremiação política adotando uma postura ambígua no que diz respeito a seu comportamento aliancista.

Apesar da aliança entre o PSD e o PTB envolver, como veremos, estratégias político-eleitorais negociadas no plano estadual, as tabelas 1 e 2 demonstram que o pessedismo chapecoense, que obteve 50.44% dos votos nas eleições legislativas de 1954, estava ameaçado pelo crescimento da UDN e do PTB (os dois partidos juntos alcançaram 49.56% dos votos em 54), coligados nas eleições majoritárias locais de 1947 e 1950, tendo conquistado a prefeitura em 50. Este quadro coloca o PTB como definidor da disputa eleitoral entre o PSD e a UDN, também em Chapecó.

Os indicadores da tabela 1 mostram ainda um crescimento da UDN nas eleições legislativas de 1954 e 58, época em que o partido estava com o comando do poder executivo estadual, e queda em 62, quando o governo do Estado encontrava-se novamente nas mãos do PSD, perdendo seus votos, principalmente para o PTB.

TABELA 2

RESULTADOS ELEITORAIS DO EXECUTIVO CHAPECOENSE

(1947 - 1965)

ANO	PREFEITO	PARTIDOS	VOTOS	%
1947	Vicente Cunha	PSD	4.481	60.09
1950	José de M. Ramos	PTB/UDN	6.723	56.41
1955	Plínio A. de Nêes	PSD/PTB	3.095	58.42
1960	João Destri	PTB/PSD	5.509	60.32
1965	Sadi de Marco	PTB/PSD	3.357	44.61
Total			23.165	100

Fonte: TRE/SC

OBS: Os resultados dizem respeito apenas as eleições do município de Chapecó, antes e depois das emancipações.

No que diz respeito ao PSD chapecoense, apesar de apresentar quedas constantes dos índices de votação, nas eleições legislativas locais, mantém-se como partido político hegemônico na Câmara Municipal, demonstrando a força da agremiação política, que lidera desde 1945, no município. Contudo, o seu domínio também está subordinado a coligação firmada com o PTB, para as eleições executivas locais e estaduais de 1955, 1960 e 1965, quando a Aliança Social Trabalhista, é vitoriosa em Chapecó, conforme pode ser averiguado nas tabelas 2 e 3.

O conjunto dos dados nos permitem concluir que o PSD apresenta uma tendência de queda eleitoral ao longo do período, com um índice de votação de 76.24% em 1947, passando para

TABELA 3

RESULTADOS ELEITORAIS PARA O GOVERNO DO ESTADO

EM CHAPECÓ

(1947 - 1965)

LEIÇÕES	19/01/47	03/10/50	03/10/55	03/10/60	03/10/65
LEGENDAS	VOTOS %	LEGENDAS VOTOS %	LEGENDAS VOTOS %	LEGENDAS VOTOS %	LEGENDAS VOTOS %
PSD/PTB	3.355 62.12	PSD 5.319 44.12	PSD/PTB 2.964 56.58	PSD/PTB/PRP 5.333 59.56	PSD/PTB 4.512 60.25
			PDC/PL/PSP	PRP/PSP	
UDN	2.046 37.88	UDN/PTB 6.737 55.88	UDN/PRP 2.275 43.42	UDN/PTB 3.621 40.44	UDN 2.977 39.75
			PSP/PDC		
Total	5.401 100	12.056 100	5.239 100		17.489 100

E NO OESTE DO ESTADO

	03/10/55	03/10/60	03/10/65
LEGENDA	VOTOS %	LEGENDA VOTOS %	LEGENDAS VOTOS %
PSD/PTB	8.730 41.58	PSD/PTB 20.961 50.00	PSD/PTB 34.651 51.86
		PRP/PDC	PRP/PSP
UDN/PRP	12.267 58.42	UDN/PTB 20.960 50.00	UDN 32.166 48.14
PSP/PDC			
TOTAL	20.997 100	45.591 100	66.817 100

Fonte: TRE/SC.

OBS: Até as eleições de 1950 os resultados eleitorais dizem respeito ao "Grande Chapecó". Depois de 1955, além de apresentarmos os dados do município de Chapecó, somamos os resultados dos pleitos para o Governo do Estado também dos novos municípios que foram sendo criados no oeste catarinense, após 1953.

45.07%, em 1962. Trata-se da única das três maiores forças políticas de Chapecó, cujo desempenho no final do período não registrava crescimento em nenhum dos pleitos da fase pluripartidária. Entretanto, mantém-se numa situação hegemônica durante estes anos, elegendo, em todos os pleitos, a maior bancada partidária.

O Partido Trabalhista Brasileiro é a agremiação política que isoladamente demonstrou uma maior tendência de crescimento no município de Chapecó. Em 1947 o partido fez 10.91% dos votos, na legenda alugada da UDN e em 1962, 31.72%, colocando-se como segunda força eleitoral chapecoense, ao final da fase multipartidária.

A UDN também mostrou uma tendência de expansão ao longo do período, apresentando um percentual de votação de 12.85%, em 1947 e de 23.21%, em 1962. Contudo, esta tendência, como no caso do PTB, não foi contínua, observando-se uma queda no pleito de 62, quando é ultrapassado pelo PTB, declinando para a terceira força política do município.

1.2. Alterações na Assembléia Legislativa Estadual

Entendemos que não possuímos elementos suficientes para traçar a tendência evolutiva dos partidos políticos no oeste catarinense, no período de 1947 a 65, uma vez que não obtivemos a votação geral para a Assembléia Legislativa do Estado, de todo o oeste - apenas dos candidatos lançados pela região. Nesse sentido, assinalamos somente alguns aspectos mais gerais das tendências apresentadas pelas agremiações partidárias

na fase multipartidária, inicialmente no legislativo e posteriormente no executivo.

O PSD, partido que se apresenta como hegemônico na região, no início do período multipartidário, - única legenda a eleger um deputado estadual, em 1947 - demonstra um quadro de declínio até 1962. Tanto que perde em número de votos da UDN, na eleição de 62, colocando pela primeira vez um deputado pessedista suplente, na Assembléia Legislativa Estadual, enquanto que a UDN, pela primeira vez, elege um deputado estadual.

A trajetória político-eleitoral da UDN na região oeste, indica o crescimento do partido ao longo do período: em 50, o partido não chega a lançar um nome para candidato a deputado estadual; em 1954 e 1958 alcança somente a suplência; já em 62, consegue eleger um deputado do oeste catarinense, ultrapassando o percentual de votação do PSD e do PTB.

Ressalta-se também o papel do trabalhismo na região, com o PTB confirmando-se como a segunda força política do oeste do Estado de 1950 a 54. E apesar de apresentar uma tendência de declínio, em 1954 e 58 (neste último pleito não conseguiu eleger um deputado), recupera-se na eleição de 62, a partir de negociações ocorridas no âmbito estadual, em torno da Aliança Social Trabalhista, ficando em terceiro lugar na contagem geral da votação (a UDN, em primeiro e o PSD, em segundo).

Verifica-se ainda a força do PRP na região oeste, nas áreas onde concentrava-se a colonização alemã, com o partido elegendo um deputado estadual, em 1950, quando ainda não

TABELA 4

RESULTADOS ELEITORAIS DOS CANDIDATOS DO OESTE

NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

(1947 - 1962)

Distribuição de Cadeiras por Eleição

ELEIÇÕES	19/01/47			03/10/50			03/10/54			03/10/58			07/10/62		
LEGENDAS	VOTOS	%	CAD.	VOTOS	%	CAD.	VOTOS	%	CAD.	VOTOS	%	CAD.	VOTOS	%	CAD.
PSD	12.872	100	1	4.935	48.60	1	3.991	32.54	1	5.192	67.49	1	-	-	-
UDN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.970	40.90	1
PTB	-	-	-	2.901	28.57	1	2.983	24.32	1	-	-	-	4.367	29.92	1
PRP	-	-	-	2.318	22.83	1	3.118	25.43	1	2.501	32.51	1	4.260	29.18	1
PSP	-	-	-	-	-	-	2.172	17.71	1	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.872	100	1	10.154	100	3	12.264	100	4	17.693	100	2	14.597	100	3

Fonte: TRE/SC.

OBS: Os resultados da tabela dizem respeito somente aos deputados eleitos e não aos suplentes convocados.

havia ocorrido as emancipações, bem como em todas as eleições legislativas posteriores: em 1954, 1958 e 1962. Observando os dados da tabela 4 constatamos que no último pleito eleitoral deste período há uma diferença mínima no percentual de votação entre o PRP e PTB.

Quanto a eleição para o executivo estadual na região oeste, vence a UDN coligada com os pequenos partidos (PRP/PSP/PDC) no pleito de 1955, perdendo em 1960, quando os pequenos partidos apóiam a AST (Aliança Social Trabalhista).

TABELA 5
RESULTADOS ELEITORAIS PARA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
EM CHAPECÓ - 1950 a 1960.

03/10/50			03/10/55			03/10/60		
LEGENDA	VOTOS	%	LEGENDA	VOTOS	%	LEGENDA	VOTOS	%
PSD	5259	42.63	PSD/PTB	2574	49.42	PSD/PTB	4202	48.83
PTB	4518	36.62	PRP	343	6.58	UDN/PDC	3041	35.34
UDN	2560	20.75	UDN	827	15.88	PSP	1362	15.83
PCB	1		PSP	1465	28.12			

Fonte: TRE/SC

OBS: -Não possuímos os dados dos resultados da eleição de 1945, ocasião em que Chapecó ainda pertencia ao Território do Iguassú.

-Até as eleições de 1950 os resultados eleitorais dizem respeito ao "Grande Chapecó". A partir de 55, apresentamos apenas os resultados das eleições do município de Chapecó, deixando de mencionar os dados eleitorais das novas unidades administrativas que foram sendo criadas no oeste do Estado, depois de 1953.

Comparando, através do quadro 1, as tendências predominantes de Chapecó, com o oeste catarinense e o Estado de Santa Catarina, do final dos anos 40, ao início dos anos 60,

QUADRO 1

TENDÊNCIAS PREDOMINANTES EM CHAPECÓ, NO OESTE

E NO ESTADO DE SANTA CATARINA

(FINS ANOS 40 - INÍCIO ANOS 60)

REGIÕES	LEGISLATIVO		PREFEITOS		GOVERNADOR		PRESIDENTE	
CHAPECÓ	PSD UDN	- PSD PTB UDN	PSD	- PSD/PTB UDN	PSD/PTB UDN	- PSD/PTB UDN	PSD PTB UDN	- PSD/PTB UDN
OESTE	PSD	- UDN	-	-	UDN	- PSD/PTB	-	-
ESTADO	PSD UDN PTB	- PSD PSD PTB	-	-	PSD UDN	- PSD/PTB UDN	PSD PTB UDN	- UDN/PDC AST PSP

evidencia-se, a princípio, a predominância do PSD e posteriormente da AST (PSD/PTB), em todos os níveis dos pleitos chapecoenses: legislativo, executivo local e estadual e para presidência da República (Confira na tabela 1, 2, 3 e 5). A tendência do predomínio inicial do PSD e mais tarde da AST, se repete nas eleições para o governo do Estado, no âmbito estadual.

No entanto, Chapecó não acompanha em todo o período, o resultado final nas eleições para o executivo do Estado, uma vez que em 1955, vence a UDN, e no município chapecoense a maioria dos votos conquistados pertencem a AST . Em 50, o PSD foi vitorioso no contexto estadual e em Chapecó vence o PTB/UDN.

Já na Assembléia Legislativa Estadual predomina o PSD. Enquanto que nas eleições legislativas estaduais no oeste catarinense predomina inicialmente o PSD e ao final, a UDN. O mesmo ocorre em relação as eleições para Presidente da República, no Estado (Confira no quadro 1).

Os detalhes de todo este processo político-partidário serão analisados ao longo deste trabalho, permitindo uma compreensão mais ampla da dinâmica eleitoral do período.

NOTAS

1) A expressão "liberal" utilizada neste trabalho indica uma característica sócio-econômica, referindo-se a profissões liberais e não o liberal no sentido político do termo.

CAPÍTULO 1

NOÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

O objetivo deste capítulo é apresentar algumas tendências da literatura e os tipos de abordagem sobre a questão do poder local e o sistema partidário, sendo que em alguns momentos levanto aspectos que vão definindo a perspectiva teórica adotada nesta dissertação.

1. ESTUDOS DO PODER LOCAL NO BRASIL

Os estudos de poder local reproduzem-se, no Brasil, entre as décadas de 40 e 60 e são divididos em dois tipos: os "estudos de comunidade" e os "estudos políticos". Os primeiros não enfocam diretamente o sistema político local, que "é tratado apenas como parte da vida comunal, geralmente em conexão com o estudo da estrutura familiar ou do sistema de estratificação" (Carvalho, 1968/69:240) (1).

Os "estudos políticos", por sua vez, fazem uma análise do poder político em pequenas comunidades. "De maneira geral, são descrições de como ocorrem as disputas políticas entre as famílias em cidades muito pequenas do interior brasileiro. Quando consideram os partidos políticos, focalizam-nos como instrumento dos quais se servem estas famílias poderosas para a manutenção do poder local sob sua tutela" (Cesário, 1986:41) (2).

Carvalho (1968/69:243) ressalta que, principalmente nos estudos "políticos" do poder local há uma preocupação

fundamental com "o controle familístico ou não do poder local". Sendo que a possibilidade da existência de um domínio oligárquico sem controle familístico e vice-versa, não é jamais examinada. Cesário (1986:42-3) complementa afirmando que quando a análise enfoca a quebra de domínio oligárquico, através de um processo de mudança, não há uma definição clara do tipo de política que substitui a anterior.

Ainda de acordo com Cesário (Idem, p. 25), tanto os estudos "antropológicos" como os "propriamente políticos" realizados no Brasil, abordaram o poder local em suas bases apenas comunitárias, como se os elementos constitutivos do poder local pudessem ser esgotados através de uma análise voltada apenas para dentro dos limites da localidade escolhida, sem procurar ligações com a sociedade global e o poder nacional.

Por outro lado, Murilo Carvalho (1968/69) sublinha que apesar da influência americana em muitos dos estudos de poder local realizados no Brasil, os mesmos não utilizaram os métodos e técnicas aplicadas pelos estudiosos americanos, para encontrar os líderes comunitários e estabelecer a configuração do poder local (3). Por outro lado, ele sugere a rejeição da dicotomia elitismo-pluralismo (4) por ser simplista demais. "O caso americano deve ensinar-nos a evitar a estéril discussão entre os partidários destes dois modelos. A classificação deverá basear-se, exclusivamente, nos resultados obtidos nos estudos empíricos" (Idem, p. 247).

Cesário faz também uma revisão sobre estudos na literatura da Ciência Política Brasileira, que focalizam temas políticos nacionais e que envolvem a questão do poder local. Entre eles

estão os trabalhos que abordam o "localismo". Segundo a autora "a maioria dos estudos da década de cinquenta e sessenta padecem da falta de uma abordagem de caráter geral já presente na obra de Oliveira Vianna" (Idem, 1986:50-1). (5)

Quanto aos estudos mais recentes sobre localismo ela afirma que além de muitos deles não apresentarem "uma interpretação que considere a política nacional, há uma ênfase que nos parece exagerada sobre os interesses particularísticos dos "mandões locais", entendidos, quase sempre, como interesses eminentemente econômicos. A partir daí o poder local passa a ser explicado como um fenômeno inerente ao seu contexto social e econômico. É como se o fenômeno político passasse a ser visto como desprovido de existência própria" (Idem).

Nesse sentido, a preocupação de Ana Cleide Chiarotti Cesário no seu trabalho "Poder e Partidos Políticos em uma cidade média brasileira. Um estudo de poder local: Londrina-PR, 1934-1979", é de "estudar o poder local conectado ao poder estadual e nacional, a partir de uma ótica que ressalte não somente os aspectos econômicos, mas também os aspectos propriamente políticos desta ligação". A autora enfoca a "política oposicionista" de Londrina, a partir da noção de sistema político, trabalhando a idéia de sua autonomia relativa, onde, no entanto, não é dado destaque ao processo eleitoral do município e a organização partidária como no presente trabalho.

Quanto a literatura catarinense sobre poder local, é escassa e não se enquadra na perspectiva teórica adotada nesta dissertação. O trabalho que em alguns aspectos se insere na

problemática do nosso estudo, é o de Silveira Lenzi (1977), uma vez que ele analisa o declínio do poder político da oligarquia Ramos, em Lages, ligada ao latifúndio, como reflexo dos processos de urbanização e industrialização.

Andrade (1984), por sua vez, com o trabalho "A estrutura coronelista de dominação: análise de um caso", focaliza a dominação cartorial (6) no município de Imaraf, onde há quase um século, a família Bittencourt tem influência decisiva nos destinos da cidade. Contudo, nenhuma das duas produções aborda o processo eleitoral e faz uma análise de natureza política, como no nosso caso. Também falta um quadro explicativo mais abrangente que conectasse o poder local ao poder nacional.

2. DEBATES EM TORNO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Abordando o plano organizativo, autores que teorizam sobre partidos políticos na literatura internacional, como Michels (7), Weber (8) e Duverger (9), são unânimes ao enfatizar o aspecto elitista-hierárquico das agremiações partidárias, onde a "separação entre quadros e massas, entre dirigentes e dirigidos, é um mal necessário de toda forma de organização (Cerroni, 1982:35 e Baquero, 1989:30-46).

Duverger e Weber chamam a atenção para o estilo pragmático-empresarial, principalmente dos partidos americanos, cuja meta é a conquista de votos. As agremiações transformam-se em meras máquinas políticas, em organizações tipicamente eleitorais, objetivando conquistar o poder político (Diniz, 1989:32-3). Duverger (1980) distingue desse aspecto, os partidos europeus,

que tenderiam a assumir o caráter de agrupamentos ideológicos ou classistas.

No que diz respeito ao papel dos partidos na política brasileira, identificam-se duas correntes de pensamento em sua interpretação. De um lado, o chamado "amorfismo" dos partidos políticos, ou "fluidez partidária", onde eles são vistos como mediadores de interesses, ligados a fenômenos de organização clientelista, isentos de ideologia e sem qualquer representatividade junto às bases sócio-econômicas. Aspecto a partir do qual vinha sendo focalizado exclusivamente a não institucionalização do sistema partidário (Campello de Souza, 1990:30).

A imagem da "fluidez partidária" encontra respaldo no pensamento político clássico das décadas de 20 e 30. Oliveira Viana, da mesma forma que apontou o "localismo" como atraso político, via os partidos como meros instrumentos personalísticos das oligarquias locais e estaduais que os utilizavam para se apoderar das coisas públicas, tirando proveito próprio. Viana também descartou qualquer possibilidade de os partidos políticos virem a desempenhar um papel de "organizadores" das opiniões dos diferentes segmentos sociais do país (10).

De outro lado, a posição oposta de uma minoria (11) - ligada aos estudos contemporâneos de ciência política - busca desvendar as bases sociais dos partidos políticos e identifica, sobretudo na região centro-sul do país, uma clara diferenciação ideológica entre os partidos nacionais, além de admitirem um grau razoável de vinculação das agremiações partidárias com suas bases eleitorais.

Carreirão (1990:127-8) que faz uma análise das eleições e sistema partidário catarinense, de 1945 a 1979, também chega a conclusões nesse sentido, refutando a hipótese de "amorfismo" do sistema partidário e da não percepção, por parte do eleitorado, dos partidos como diferenciados entre si em termos de ideologias e/ou práticas políticas.

De acordo com o autor "há vários indícios que permitem pleitear um certo grau de diferenciação entre o eleitorado dos partidos se tomarmos como base os diferentes contextos sócio-geográficos definidos pelas variáveis sócio-econômicas aqui estudadas". Ou seja, ele constata que em Santa Catarina, "há correlação - embora relativamente fraca - entre o voto e as variáveis sócio-econômicas urbanização e industrialização (em menor grau com a alfabetização) e ainda, que existe "maior tendência de voto conservador em contexto menos urbanizado e/ou industrializado (e/ou alfabetizado), em contraposição à maior tendência de voto reformista em contextos opostos".

Ampliando esta discussão, Campello de Souza (1990 : 30), destaca que as duas correntes citadas acima utilizam apenas a ótica da representação política (organização das bases eleitorais) para focalizar os partidos. Ultrapassando estas posições ela analisa o período de 45 a 64 da política nacional, tomando como ponto de partida as relações entre Estado e sistema partidário. Chamando assim a atenção para a função governativa (formulação e implementação de políticas públicas) dos partidos políticos (12).

Em sua revisão sobre os estudos do poder local no Brasil,

Cesário (1986:67) comenta que os trabalhos realizados partiram, na maioria das vezes, do pressuposto de que o sistema partidário brasileiro era "amorfo". Quando, por outro lado, as análises em Ciência Política que admitem a "diferenciação ideológica" dos partidos, consideram que esta diferenciação somente é possível de ser captada nas grandes cidades das regiões desenvolvidas do País ou nos níveis estadual e nacional. Sendo assim, até hoje, não se conferiu o devido valor aos partidos políticos como um recurso teórico explicativo para o poder local.

Cesário (1986:68) conclui que faltam estudos que focalizem o poder local ligando-o ao sistema partidário como um todo. Isto é, considerando não apenas as funções representativas dos partidos, mas também as suas funções governativas. A autora entende que este tipo de abordagem pode reconduzir a questão do poder local ao seu devido lugar, ou seja, em suas articulações, de um lado, com a sociedade civil, e de outro, com o Estado brasileiro.

3. O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO. 1945 - 1965.

A fragilidade dos partidos e do sistema partidário brasileiro, pelo menos até 1945, é praticamente consensual na literatura que trata desta problemática.

Lamounier e Meneguello (1986:24) apontam a intervenção do poder central como um dos principais fatores para a não consolidação de um sistema partidário estruturado, até 1945. Eles ressaltam a descontinuidade dos sistemas partidários, refletindo não propriamente debilidades intrínsecas, mas sim,

interferências deliberadas das elites dirigentes, cujo objetivo "é impedir o fortalecimento de partidos nacionais que de alguma forma pudessem competir com o poder central".

Também para Campello de Souza (1990:37) o Estado centralizador condicionou o sistema partidário. Enfocando outro aspecto da questão, ela ressalta que os partidos políticos, quando não eram extintos como durante o Estado Novo, ficaram reduzidos a simples agentes dos interesses estatais, desvirtuando-se a sua função governativa e incapacitando-os de articular os problemas mais significativos para as suas bases. "Sem capacidade efetiva de participação na formulação de decisões de grande alcance social, e mais que isso, forçados a operar de uma maneira dispersa e mesmo deslegitimadora de seu papel como instituição política, o sistema de partidos não tem chances apreciáveis de se desenvolver". Ou seja, o baixo grau de institucionalização do sistema partidário brasileiro se deve ao fato dos partidos não serem, em conjunto, e enquanto sistema, uma instituição governativa.

A partir dessa perspectiva de tradição intervencionista do Estado, Campello de Souza (1990:83-104) ressalta que o quadro partidário de 1945 a 65, surge influenciado por condicionamentos prévios concebidos durante o Estado Novo, que tendem a debilitar o sistema partidário desde o início. São eles: uma profunda centralização do poder no país, de um lado e uma ideologia antipartido, de outro.

Quanto ao primeiro aspecto, a autora estuda o papel de cada um dos mecanismos do processo de centralização e da ampliação dos poderes do Executivo Federal. Nesse sentido ela conclui que:

- as interventorias eram um instrumento através do qual o poder central enfraquecia as antigas situações nos Estados, nomeando indivíduos "marginais" às máquinas partidárias tradicionais; - o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) acabou funcionando como um superministério articulado aos "daspinhos" ao nível estadual; - ampliou-se a máquina do Estado central, através da criação dos Institutos; - organizou-se um modelo corporativista de sindicalismo, controlado pelo Estado; - as Forças Armadas da União tiveram um importante papel na formulação de planos relativos ao desenvolvimento industrial.

A existência, no caso de importantes setores da elite política brasileira, de uma ideologia autoritária, antiliberal e antipartido, é outro fator negativo para a implantação de uma vigorosa vida partidária. Contudo, apesar do quadro exposto, inicia-se um processo de vigência de regras democráticas no País (Idem, p. 105).

Mas apesar dos condicionamentos prévios que lhe marcaram a origem, a autora afirma que "o sistema partidário foi se transformando durante o período, sob o influxo das transformações sócio-econômicas, notadamente dos processos de industrialização e urbanização. Coexistem assim, tendências à desagregação, enraizadas em sua inadequada institucionalização como forma de representar interesses e de organizar o governo, e tendências ao fortalecimento à medida em que se iam "realinhando" e organizando suas bases de apoio" (Campello de Souza, 1990:XXIII).

3.1. Tendências Eleitorais e Crise do Sistema

As tendências evolutivas do sistema político-eleitoral brasileiro de 1945 a 65 e sua relação com o colapso do sistema democrático-representativo em 64, são polêmicas na literatura que trata da questão partidária brasileira. Apesar de acompanharmos as tendências eleitorais dos partidos políticos chapecoenses, não é nossa intenção confirmar ou refutar nenhuma tese nesse sentido. Apenas achamos importante apresentar as discussões que ocorrem nesta área, para situar na problemática em estudo. Nesse sentido, apresentamos a revisão de literatura realizada por Lavareda (1991), por entendermos que o autor se refere aos principais trabalhos existentes dentro dessa temática.

Lavareda (1991:26-30), após reexaminar as teses "clássicas" da bibliografia sobre o sistema partidário-eleitoral, do período de 1945 a 1964, que ele enquadrou em três categorias - desestruturação, bipolarização e realinhamento - constrói a hipótese de consolidação do processo partidário eleitoral brasileiro.

As teses reunidas no primeiro grupo - desestruturação - afirmam que o sistema partidário-eleitoral daquela época caracteriza-se, essencialmente, por atravessar um processo de desinstitucionalização progressiva. Entre os autores que defendem esta proposição estão Carvalho (1958) e Schwartzman (1982). Carvalho, que analisa as eleições às Câmaras Municipais no estado de Minas Gerais, de 1947 a 1954, responsabiliza a multiplicação de legendas partidárias, no nível municipal, pela instabilidade do sistema. Por outro lado,

Schwartzman aponta o crescimento de votos nulos e brancos e a concentração de votos em candidatos específicos em pleitos proporcionais, como dados reveladores da desestruturação do sistema.

No segundo grupo - bipolarização - estão as proposições que contestam o argumento da "desestruturação", identificando "formatos" que seriam assumidos pelo sistema. Eles caracterizam o "formato" da competição, como de "bipolarização" ou de "partidos dominantes". Vega-Palacin (13) fala em "partidos regionais dominantes" que seriam periodicamente substituídos dentro de um processo de "realinhamento secular". Enquanto isso, Jaguaribe (14) e Peterson (15) concluíram pela bipolarização do processo competitivo. O primeiro entende que o movimento pendular que dele seria decorrente, dar-se-ia em função dos "estágios de desenvolvimento atravessados pelas diferentes regiões"; o segundo, em função do "reiterado comportamento oposicionista" do eleitorado.

As proposições do terceiro grupo - realinhamento - também retrucam as teses que falam de uma degenerescência do sistema político-partidário da época. Eles identificaram uma tendência, supostamente em marcha desde o início do período, de redefinição ou "realinhamento" da força relativa dos competidores. Soares (1973), Campello de Souza (1990) e Lima Jr. (1981) são os autores vistos por Lavareda, que trabalham com esta tese. Enquanto os dois primeiros enfatizam o declínio do PSD e UDN, e consequentemente o crescimento dos partidos progressistas (PTB, PSB), Lima Jr. fala que tanto os partidos "conservadores"

(PSD/UDN/PR), quanto os "populistas-reformistas (PTB,PSB) demonstravam perda de expressão representativa, sendo beneficiados com esta mudança apenas os pequenos partidos.

Lavareda, por sua vez, afirma que os partidos políticos daquela época não eram tão frágeis e nem caminhavam para a desintegração. Havia sim, a tendência à estabilização ou consolidação do sistema partidário, extinto em outubro de 1965. Sendo assim, não podem ser responsabilizados pela crise institucional de 1964.

Apesar de outros autores, como Soares, Lima Jr. e Campello de Souza já terem se referido a esse processo de "consolidação" - mas a partir da tese de "realinhamento" - Lavareda parte da hipótese de que o sistema partidário-eleitoral daquele período apresentava marcas "predominantes" de "consolidação".

No seu trabalho, Lavareda constatou que "havia, às vésperas do Golpe Militar (1964), percentuais expressivos (64%) de "identificação partidária" entre os eleitores das grandes cidades, onde teoricamente era maior a alienação partidária, e que esses percentuais não eram declinantes nos últimos dez anos do sistema". Ele comprovou ainda "a inexistência de um acirramento dos conflitos ideológicos no eleitorado que levasse a um esvaziamento acentuado do "centro", encaminhando os partidos à bipolarização. A radicalização, que terminaria por destruir a ordem constitucional, era apenas uma opção estratégica das elites desinteressadas do jogo democrático" (Lavareda, 1991:14,168,170).

Mas como ressalta Bolivar Lamounier (16), a tese de

Lavareda não contradiz a de Campello de Souza (1990), "de que os partidos daquele período, considerados como organizações, eram fracos. Tendiam ao fortalecimento, mas a partir de um pico modesto, visto que o espaço organizacional em que se formaram em 1945, não os colocava na posição de atores políticos hegemônicos ou decisivos".

Também em Santa Catarina, durante o período pluripartidário, a tendência evolutiva no plano eleitoral era de um grau razoável de estabilidade das forças partidárias, conclui Carreirão (1990:130). Através dos resultados de eleições para Assembléia Legislativa Estadual e Câmara Federal, o autor observou que "embora houvesse um crescimento do PTB, era ainda muito incipiente e dependente das coligações com o PSD. Os pequenos partidos cresceram um pouco eleitoralmente, apenas na Assembléia Legislativa . De qualquer forma, o quadro ao final do período era de domínio absoluto dos dois grandes partidos conservadores, não havendo a mínima ameaça a esse domínio a curto prazo".

As obras sobre política catarinense, no período do presente estudo, são raras. Num dos trabalhos mais significativos a respeito - já citado - Yan de Souza Carreirão (1990), escreve sobre o sistema partidário e a dinâmica do processo eleitoral no Estado, de 1945 a 1979. O estudo, contudo, não aborda aspectos relativos à capacidade governativa dos partidos, tendo privilegiado a sua função representativa, distanciando-se em parte do nosso quadro teórico-metodológico.

Dittrich (1981) por sua vez, faz um estudo sobre as bases

eleitorais dos partidos e uma análise da evolução do sistema multipartidário - 1945-65 -, a partir dos resultados eleitorais para a Assembléia Legislativa. Em relação aos partidos políticos do período, há a obra de Laus (1985), que fornece dados relevantes sobre "A UDN em Santa Catarina".

Por outro lado, Lenzi (1983) com "Partidos e Políticos de Santa Catarina" contribui, juntamente com Piazza (1984/1985), no levantamento de dados sobre lideranças políticas do município de Chapecó, uma vez que não há nada escrito sobre a política chapecoense no espaço de tempo abordado nessa dissertação. O mesmo ocorre em relação ao período de 1930 a 45, sendo que Corrêa (1984) nos auxilia na contextualização histórica desta fase.

4. PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS ADOTADAS

Com a intenção de verificar o "locus" dos conflitos e acordos na estrutura de poder local chapecoense, no período de 1945 a 1965, a perspectiva teórica da dissertação se encaixa dentro de uma abordagem que inclui um conjunto maior denominado de SISTEMA POLÍTICO. Modelo baseado na análise realizada por Maria do Carmo Campello de Souza e Ana Cleide Chiarotti Cesário, cuja noção de sistema político segue abaixo:

"É básica nesta abordagem a intenção de conceber o nível político como um sistema relativamente autônomo, do qual o sistema partidário, os grupos de interesse, o Estado (em acepção, como é óbvio, relativamente estrita) são partes. Embora possa parecer trivial, convém repetir algumas das implicações básicas desta noção de sistema político. Em primeiro lugar, as partes ou subsistemas de que ele se compõe são interdependentes. Isto não quer dizer simplesmente

que eles integram em sentido vago, mas que, a existência ou não de certo tipo de subsistema, sua organização interna, e sua força relativa são imensamente condicionantes das possibilidades de surgimento e consolidação de novos subsistemas. Uma vez configurados novos grupos sociais, em função de mudanças sócio-econômicas, um dos principais fatores que irão determinar seu acesso a posição de poder é a existência ou não de estruturas já constituídas e capazes de controlar recursos equivalentes àqueles que tais grupos poderiam eventualmente controlar. É esta, sem dúvida, uma das implicações fundamentais da expressão clássica "autonomia do nível político" (17).

As vinculações entre bases sócio-econômicas e a instância política, que são enfocadas a partir de Soares (1973), no entanto, impõem-se como um dos focos fundamentais da análise sobre o poder local chapecoense. O autor trabalha as transformações do sistema político-partidário no período de 1945 a 1964, a partir das mudanças sócio-econômicas, e particularmente dos processos de industrialização e urbanização verificados durante o período.

Nesse sentido, as influências da urbanização e as transformações sócio-econômicas pelas quais passa a região oeste são levadas em conta para se tentar compreender o aparecimento de novos grupos e as modificações que ocorrem no comportamento político, em Chapecó. Contudo, não se pode perder de vista os momentos em que os comportamentos, que envolvem contradições e alianças entre a elite política, podem ser explicados a partir de uma certa autonomia em relação aos acontecimentos sócio-econômicos.

Dentro desta perspectiva se enquadra a própria formação dos partidos políticos chapecoenses, envolvidos num sistema partidário nacional, bem como, as diferentes alianças e

coligações políticas que surgiram no município, como fenômenos que em determinados momentos ultrapassam a questão sócio-econômica local e são definidas por decisões tomadas nas esferas estadual e/ou nacional. Se bem que temos claro que as condições locais nem sempre seguem os padrões estabelecidos no âmbito estadual e nacional, principalmente nas primeiras eleições, pós-45.

Há de se considerar, portanto, a influência do Estado na política local. O ESTADO nesse caso, de acordo com Campello de Souza (1990:27), é entendido basicamente "como organização de governo, como mecanismo para tomada e implementação de decisões". Vale ressaltar ainda que para a autora, a estrutura estatal é vista como condicionante da formação, evolução e atuação dos partidos políticos, criados após o Estado Novo.

Evidencia-se, além disso, dentro do enfoque da autonomia política, que quando novos atores surgiram no processo de representação no plano político, em função de mudanças sócio-econômicas decorrentes do processo de expansão capitalista na região, o acesso dessas forças políticas aos centros decisórios, tanto no âmbito municipal, estadual e nacional, era possível, devido a existência de estruturas já constituídas e "capazes de controlar recursos equivalentes àqueles que tais grupos poderiam eventualmente controlar".

Nesse sentido, procuramos estudar o poder local chapecoense vinculado, de forma restrita, ao poder estadual e nacional, dentro de uma visão que dê destaque aos aspectos políticos desta ligação, confirmando questões mais amplas sobre a política nacional, como o projeto nacional de redemocratização, a

implantação do novo quadro partidário, bem como a relação que se estabelece entre políticos locais e estaduais, enfatizando a dependência da política municipal em relação à política estadual e a federal, mediadas pelo sistema partidário.

Por outro lado, focalizamos o poder local, ligando-o ao sistema partidário como um todo. Ou seja, não pretendemos limitar o estudo da política local chapecoense apenas à esfera da representação política e às bases sócio-econômicas dos partidos nas localidades. Tenciona-se também, captar a função governativa dos partidos políticos, isto é, o modo de se articularem na sociedade local como instrumento de controle e influência no "policy-making" governamental e como "canais" que estabelecem uma relação entre a política municipal e o governo estadual. Somente assim se terá uma compreensão adequada sobre as ações concretas dos partidos, bem como se entenderá a questão do poder local a partir de sua articulação com a sociedade civil e com o Estado. Isto é, a forma como se acha estruturado o sistema decisório e a implementação de políticas.

Lembrando que para Campello de Souza (1990 : 31), os partidos políticos não são somente mobilizadores do eleitorado. "São também seletores de candidatos aos postos de comando, e constituem um elo importante no exercício do poder e na corrente do "policy-making estatal". A autora entende que não é possível entender a função representativa, sem o contraponto da função governativa: "sem uma análise simultânea da estrutura de decisões em relação à qual, em última instância, os grupos e interesses se fazem representar".

Dos subsistemas que fazem parte do sistema político, o trabalho dá maior relevância ao sistema partidário e às suas duas partes - função representativa e governativa (tendo-se privilegiado ainda no caso, a primeira) - devido a própria delimitação do campo de investigação, onde os partidos políticos são vistos como centralizadores das relações de poder local, bem como pelos dados empíricos encontrados.

Quanto aos "grupos de pressão" ou "grupos de interesses" (18) enfocamos este subsistema a partir da ação de uma associação patronal (Associação Comercial e Industrial de Chapecó), uma Cooperativa (Cooperativa Madeireira Vale do Rio Uruguai Ltda.) e até mesmo das próprias Companhias Colonizadoras, sem contudo, aprofundarmos esta questão. Estas partes deste subsistema atuam em busca da defesa dos seus interesses, principalmente junto ao poder público local e estadual.

Temos claro, no entanto, que deu-se maior ênfase ao processo eleitoral do município, referido ao desenvolvimento sócio-econômico regional, passando para o segundo plano as relações entre Estado e sociedade civil.

5. METODOLOGIA UTILIZADA

Para analisar os diferentes interesses em jogo no poder político chapecoense, a metodologia empregada envolveu a pesquisa bibliográfica e a de campo. Na revisão bibliográfica foi feito um apanhado sobre os principais trabalhos dos temas enfocados, cujos elementos teóricos auxiliaram na interpretação dos dados

coletados. A pesquisa de campo, por seu lado, abrangeu o acesso a fontes primárias - atas, documentos oficiais e entrevistas - e fontes secundárias - pesquisa em jornais. Nesse sentido, operacionalizamos o trabalho através de:

a) Pesquisa documental, realizada no:

- Arquivo Público Municipal de Chapecó, onde foram analisadas atas de posse, relatórios de prestação de contas da prefeitura enviadas à Câmara Municipal e listagem dos contribuintes de impostos municipais de 1950;

- Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral (boletins e resenhas eleitorais, bem como registro dos diretórios municipais dos partidos);

- Câmara Municipal de Chapecó (atas das sessões legislativas);

- Prefeitura Municipal de Chapecó (projetos-leis e orçamentos municipais);

- IBGE (Censo Demográfico e Econômico de Santa Catarina);

- Associação Comercial e Industrial de Chapecó (atas das reuniões).

b) Pesquisa em jornais:

A consulta realizada nos jornais chapecoenses foi fundamental para a concretização desta dissertação, devido a inexistência de dados oficiais eleitorais (TRE), dos pleitos locais, até 1960. Os resultados eleitorais de 1947 a 60 foram retirados dos periódicos existentes na época, permitindo assim a realização de uma análise processual parcial do período multipartidário, pois os dados encontrados oferecem somente os

resultados gerais, não sendo possível agrupá-los de acordo com critérios geográficos (clivagem rural/urbana ou a partir dos bairros da cidade).

A importância dos jornais não foi menor no sentido de se focar as ações concretas dos partidos políticos chapecoenses, em função da resistência dos entrevistados em falar a respeito, e da "simplicidade" das informações fornecidas. Contudo, tanto os dados obtidos nas entrevistas, como nos jornais, foram confrontados, na medida do possível, com fontes documentais.

c) Entrevistas:

As entrevistas e as conversas informais que fazem parte deste trabalho, foram realizadas com políticos chapecoenses e gestinos da época enfocada, com o objetivo de levantar dados, bem como complementar informações obtidas nas demais fontes de consulta. A escolha recaiu sobre pessoas mais intimamente ligadas ao sistema partidário do período. As entrevistas eram abertas, mas seguiam um roteiro pré-determinado com as principais questões da dissertação: história política do município, a formação dos partidos políticos e aspectos da dinâmica dos processos eleitorais.

d) Pesquisa bibliográfica:

Objetivou levantar as tendências da literatura e os tipos de abordagem sobre a questão do poder local e o sistema partidário, de 1945 a 65, no sentido de auxiliar na interpretação dos dados coletados e na definição da perspectiva teórica da pesquisa.

NOTAS

1- Os estudos de comunidade em geral são trabalhos de antropólogos americanos e brasileiros. Os mais conhecidos são:

WILLEMS, Emílio. Uma vila brasileira: tradição e transição.

São Paulo, DIFEL, 1961. Apud CESÁRIO, Ana Cleide

Chiarotti. Poder e Partidos Políticos em uma cidade média brasileira. Tese de Doutorado. USP/SP, 1986.

PIERSON, Donald. Cruz das Almas. Rio de Janeiro, José

Olympio, 1966. Apud CESÁRIO, op.cit., p. 36.

2- Carvalho (1968) e Cesário (1986) fazem uma análise e comparação destas duas correntes dos estudos do poder local no Brasil. Segue a relação de alguns trabalhos que pertencem aos "estudos políticos" de poder local:

- CARVALHO, José Murilo. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. Revista Brasileira de Estudos Políticos, (20): 153-93, jan.66.

- SILVA, Luiz. Implicações políticas do desenvolvimento industrial em Barroso. Revista Brasileira de Estudos Políticos, (9):234-51, jul. 60.

- NOGUEIRA, Oracy. Os movimentos e partidos políticos em Itapetininga. Revista Brasileira de Estudos Políticos, (11):222-47, jun. 1961.

- AZEVEDO, Luiz Otávio Viotti de. Evolução dos partidos políticos

no município de São João Evangelista. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, (9):234-51, jul.1960.

- BALHANA, Altiva Pilatti. Eleições em Santa Felicidade. 1945-1965. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, (27): 203-60, jul.1969.
- MICHETTI, Helofsa Helena. O jogo das forças políticas na vida de Araraquara. *Revista de Ciências Políticas*, (3):59-78, jul/set. 1968.

3 - As conclusões diferenciadas entre os autores norte-americanos que realizam os estudos de "community power structure", são vistas como resultado das técnicas e métodos empregados na investigação da estrutura real do poder. Os elitistas (Hunter) utilizam o "método reputacional", onde as pessoas interrogadas estabelecem uma lista dos líderes mais influentes. A sociometria normalmente é adotada como técnica complementar a este método. O "método de tomada de decisão", empregado pelos "pluralistas" (Dahl), consiste em examinar certo número de decisões para descobrir quais as pessoas que influíram em decisões, visando resolver problemas importantes na comunidade (Bobbio, 1986).

4- No primeiro caso - elitista - os estudos, principalmente de sociólogos, mostraram que a estrutura de poder tende a ser monolítica e piramidal, onde poucas pessoas predominam na tomada de decisões locais. Tese defendida pelo americano Hunter, a partir de autores clássicos como Mosca, Pareto, Michels e Mills
HUNTER, Floyol. *Community Power Structure*. Chapel Hill, University of North Carolina, 1953. Apud CARVALHO,

Murilo, op. cit., p. 232-4.

Fontes: Bobbio (1986); Schwartzberg (1979), Castro (1988).

Em contraste, muitos cientistas políticos, entre os quais Dahl, Riesman e Truman enfatizaram uma distribuição "pluralista" do poder entre os diversos segmentos sociais. Para eles, o jogo político envolve um grande número de grupos, cada um procurando vantagens para si. O governo por seu lado, é o ponto de encontro da pressão desses grupos de interesses.

DAHL, A. A critique of the ruling elite model. *American Political Science Review*, (52):463-9, jun. 1958. Apud CARVALHO, Murilo, op.cit., p. 232-4.

Por outro lado, Castro (1988: 57) cita além da abordagem elitista e pluralista, a abordagem funcionalista como tendo grande influência sobre a questão do poder local. A abordagem funcionalista, "analisa as respostas dos atores políticos locais às políticas e reformas propostas pelo Estado Central, focalizando a distribuição do poder - ou seja, a manutenção do poder pelas elites econômicas e políticas, e a ampliação de suas esferas de influência - independentemente dos interesses locais, uma vez que privilegia as funções das políticas locais enquanto parte do sistema social como um todo".

As análises marxistas, por sua vez, assumem um postura crítica a esses trabalhos, enfatizando "o primado das relações de classe, relacionando a questão do poder local à estrutura econômica e ao papel do Estado". Entretanto, existem diversos tipos de abordagem entre essas análises.

5- Oliveira Viana foi um dos primeiros autores a enfocar o "localismo" e o "familismo", ao trazer a discussão sobre o poder local com base em famílias.

VIANA, Oliveira. **Problemas de Política Objetiva**. 3.ed.

Rio de Janeiro, Record, 1974, p. 41-158. Apud, CESÁRIO, op.cit., p. 48.

6- O "cartorialismo" caracteriza-se pela "utilização de verbas e cargos públicos estaduais e federais, com objetivos políticos pessoais (Soares, 1973:113).

7- Estudando os partidos socialistas na Europa nos anos antes da guerra e em particular o Partido Socialista Alemão, Robert Michels (1982) formulou a "Lei de Ferro da Oligarquia". De acordo com o autor, a oligarquia surge como fenômeno comum a todos os partidos devido à necessidade de organização.

8- Para Max Weber (1974) a finalidade da atividade política dos partidos é justamente garantir poder para os líderes e conseguir vantagens, materiais ou não, para os demais membros.

9- Maurice Duverger (1983:36), inicia a sua análise dos partidos políticos europeus e americanos, afirmando: "em princípio a eleição reina em todos os setores, mas manifestam-se também, tendências oligárquicas poderosas". Esta prática, segundo o autor, diz respeito tanto a partidos de direita como de esquerda.

10- VIANA, Oliveira. Op.cit.

- 11- Com destaque para Glaúcio A.D. Soares.
- 12- Campello de Souza (1990) foi quem pela primeira vez abordou a questão da dupla função dos partidos políticos brasileiros, demonstrando o efeito condicionante da estrutura do Estado sobre o sistema partidário e a reação deste sobre o Estado. As funções representativas e governativas dos partidos políticos penetram tanto o Poder Executivo como o Legislativo.
- 13- VEGA-PALACIN, H. Election, Parties and Congress: Brasil, 1945-1964. Tese de Doutorado. Austin, University of Texas, 1981. Apud, LAVAREDA. Op. cit., p. 27.
- 14- JAGUARIBE, Hélio. "As eleições de 62", in Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 2, dez. 1982. Apud, LAVAREDA. Op.cit.,p. 27.
- 15- PETERSON, Phillis J. Brazilian Political Parties: Formation, Organization and Leadership. Tese de Doutorado. University of Michigan, 1962. Apud, Lavareda. Op. cit., p. 27.
- 16- LAMOUNIER, Bolívar. Prefácio, in LAVAREDA, Antonio. A Democracia na Urnas. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. IUPERJ, 1991.
- 17- Campello de Souza (1990:46).
- 18- Para uma análise desses conceitos ver G. PASQUINO, "Grupos de Pressão", in N. Bobbio, N. Matteucci e G. Pasquino, Dicionário de Política, Brasília, Ed. da UnB, 1986, pp. 562 - 571.

CAPITULO 2

EXTREMO OESTE CATARINENSE: ANTECEDENTES POLÍTICOS E ECONÔMICOS - 1917 A 1945.

Para compreender fenômenos constatados na fase pluripartidária de 1945 a 1965 - período em que se concentra este trabalho - sentimos necessidade de focar a estratégia de ocupação do oeste catarinense. Nesse sentido, apresentamos inicialmente neste capítulo, alguns aspectos genéricos da ocupação da região.

Numa segunda etapa enfocamos mais precisamente os processos sócio-econômicos e políticos da época. Sublinhamos, no caso, o sistema coronelista, predominante no município de Chapecó, durante a Primeira República, objetivando identificar padrões - principalmente o da violência - que caracterizam o período e cujas transformações iremos observar ao longo deste trabalho.

Consideramos as mudanças na política local, de 1917 a 1945, a partir das alterações sócio-econômicas decorrentes da intensificação do processo de ocupação da região, com a instalação das companhias colonizadoras (1) e da nova conjuntura política que surge em 1930.

1. A Colonização da Região

A colonização do extremo oeste do Estado de Santa Catarina teve seu marco inicial com a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, em 1908. Contudo, o processo de ocupação somente se intensifica após estar resolvida a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina, que resultou na criação do município de Chapecó, em 1917 e devido a ação das empresas colonizadoras particulares que incentivaram a vinda de pequenos produtores migrantes, a partir de 1920.

A região já vinha sendo ocupada com as fazendas de criação de gado, durante o século XVIII. Elas foram instaladas por fazendeiros do Paraná e São Paulo, nas áreas de campos na parte norte. As matas do sul foram ocupadas, no século XIX e início do século XX, principalmente com a extração da erva-mate, e por volta de 1920-30, também com a exploração florestal (2).

Alvo de disputa, entre Espanha e Portugal, no século XVIII, o extremo oeste do Estado (3) passou a ser reivindicado pela Argentina, no século passado. Os direitos do Brasil foram reconhecidos em 1851, através da interferência do Presidente Cleveland, dos EUA. Com o objetivo de proteger os interesses nacionais na região, o governo Imperial criou em 1859, a Colônia Militar de Chapecó, cuja fundação somente ocorre em 1882 (Cabral, 1970:333).

A mesma área esteve mais tarde em litígio entre Santa Catarina e Paraná. O acordo de limites entre os dois estados foi assinado em 1916, ficando os então chamados "Campos de Palmas", sob o controle catarinense. O território incorporado foi dividido

em quatro municípios: Mafra, Porto União, Cruzeiro (Joaçaba) e Chapecó. Na ocasião a região oeste era escassamente povoada, sendo ocupada, principalmente, por caboclos posseiros, índios e alguns latifundiários (4).

A estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, construída pela empresa americana "Brazil Railway CO"., interliga os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. A estrada corta o estado catarinense, iniciando-se ao norte do município de Porto União e estendendo-se por todo o Vale do Rio do Peixe. A empresa construiu o trecho catarinense em dois anos (1908 a 1910) e em cumprimento do contrato estabelecido, inicialmente com o Governo Imperial e posteriormente com o Governo da República, recebeu como pagamento uma série de concessões de terra numa faixa de 15 km a margem da estrada de ferro. Esta concessão foi um dos principais fatores que levou à "Guerra do Contestado", que ocorreu no período de 1912 a 1916, na região do Irani (5).

Como grande parte das margens da estrada já se encontrava ocupada, a B.R.Co. recebeu em troca outras concessões no extremo oeste catarinense, deixando a cargo de sua filial "Brazil Development & Colonization CO". a tarefa de colonizar estas áreas.

Autorizada a funcionar no Brasil em 1912, a B.D.C.Co. firmou um contrato com o governo de Santa Catarina, no ano de 1916, onde foram validadas as concessões à empresa. De acordo com o estipulado, a "Brazil Development & Colonization CO" se comprometia a colonizar a região num prazo de 15 anos, a partir de 1. de janeiro de 1932. Caso contrário, as terras retornariam ao Estado.

A estratégia adotada por sua vez pela B.D.Co. constituiu no repasse de suas concessões e obrigações a outras empresas colonizadoras. Por outro lado, o governo do Estado de Santa Catarina, interessado em ocupar a área do ex-contestado, iniciou por volta do início da década de 20, a concessão e venda de terras devolutas no extremo oeste catarinense. A medida beneficiou colonizadores e particulares, mudando os rumos da evolução econômica e da vida sócio-política da região. Por força da lei de terras de 1850, este era o único meio de acesso à terra (6).

Várias companhias colonizadoras atuaram no extremo oeste catarinense. Destacamos no nosso trabalho a Companhia Chapecó-Peperg Ltda. (Mondai); a Volksverein (Itapiranga); a Companhia Territorial Sul Brasil (Palmitos-São Carlos); a Empresa Ernesto F. Bertaso (Chapecó); a Barth, Benetti e Cia. (Vila Oeste-São Miguel d' Oeste); Empresa Colonizadora Industrial Saudades (São Lourenço do Oeste) e Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi (Xaxim) (Campos, 1987:71-74; Werlang, 1992:38-47; Piazza, 1982).

A colonizadora Irmãos Lunardi & Cia. foi fundada em 1920, pelos irmãos Giacomo, João, Pedro e Antonio Lunardi, com o objetivo de adquirir 1000 colônias da Fazenda Rodeio Bonito, pertencente a empresa Bertaso, Maia e Cia., de Chapecó. A empresa que foi dissolvida em 1934, incentivou a vinda para a região, principalmente de colonos gaúchos, imigrantes ou descendentes de italianos (Oliveira, 1992).

As terras da "Brazil Development & Colonization CO"

situadas no extremo oeste do Estado, entre os rios das Antas, Pepery-Guaçú (fronteira com a Argentina) e Uruguay (fronteira com o Rio Grande do Sul) foram contratadas pela Empresa Colonizadora Chapecó-Pepery Ltda., com sede em Carazinho, no Rio Grande do Sul. A empresa iniciou a colonização em 1919, trazendo imigrantes alemães, bem como teuto-brasileiros do RS. Em 1921 foi fundada "Porto Feliz de Monday", atual sede do município de Mondai, que foi planejada para ter uma colonização evangélica-luterana.

Em 1925, a "Volksverein f"ur die Deutschen Katholiken" (Sociedade Popular para Católicos da Língua Alemã), fundada pelos padres da Cia. de Jesus, no Rio Grande do Sul, adquiriu da Empresa Chapecó-Pepery Ltda., em torno de 58.000 ha, entre os rios Uruguay, Peperi-Guaçú e Rio das Antas. Em 1926, foi fundada a sede da colônia Porto Novo, atual município de Itapiranga, para onde também se deslocaram migrantes vindos diretamente da Alemanha e teuto-brasileiros do RS.

Em troca da construção da estrada de Cruzeiro (Joaçaba) a Passo Bormann (Chapecó) e de Erval Velho ao Rio Canoas, foi concedida pelo governo do Estado de Santa Catarina, em 1919 e 1920, a José Rupp (7), a região entre os rios Antas e Chapecó. Rupp transfere em seguida seus direitos para a empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense.

No ano de 1925, a Cia. Territorial Sul Brasil, com sede em Porto Alegre, assume o ativo e passivo da Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense. A área colonizada por famílias teuto-brasileiras e teuto-russas abrange 277.283 ha, onde se localizam atualmente os seguintes municípios: São Carlos,

Palmitos, Caibi, Cunha Porã, Saudades, Pinhalzinho, Maravilha, Modelo, Iraceminha, Serra Alta, Riqueza, Sul Brasil e São Miguel da Boa Vista (Werlang, 1992).

A Companhia Colonizadora Barth, Benetti e Cia., com sede em Caxias do Sul, fundou em 1940, a Vila Oeste (atual cidade de São Miguel d' Oeste). Já a Empresa Colonizadora Industrial Saudades Ltda. foi constituída entre os anos de 1948/1949 e era integrada por 21 sócios. A firma que inicialmente possuía sua sede em Chapecó, atuou na região do atual município de São Lourenço do Oeste e Campo Erê, tendo adquirido as aproximadamente 1000 colônias de terra, da Empresa Colonizadora Bertaso. Por volta de 1957/58, o ex-coletor estadual, Arnaldo Mendes, que era seu diretor gerente, passou a ser o único proprietário da Colonizadora (8).

As concessões de terra, no entanto, foram feitas sem levar em conta os direitos dos posseiros. O Estado não se preocupava com eles, pois sua produção era insignificante e não contribuíam com impostos. De antigos ocupantes da região passaram a intrusos, já que não se encaixavam com o novo sistema que se instalava (9). Por muitas vezes também fez-se uso da violência para resolver questões de terras, uma vez que a região foi disputada por indígenas, caboclos e brancos.

Na fase inicial da colonização, a exportação da erva-mate e da madeira (esta última feita em toras, para países platinos), continua apresentando-se como a única possibilidade comercial, sofrendo uma expressiva expansão com a chegada dos migrantes. O isolamento da área e a inexistência de um mercado consumidor

local resultou, por sua vez, na prática da agricultura de subsistência.

Paralelamente a exportação da madeira em toras, vão surgindo os engenhos de serra ou serrarias, incrementando a industrialização da região. Muitas delas eram de propriedade das empresas colonizadoras, que primeiro exploravam a madeira para só depois venderem a terra aos colonos (10).

Adquirindo terras do governo catarinense, da Brazil Development & Colonization C.O. e de particulares já legalizadas, empresários riograndenses realizaram a colonização do oeste catarinense. Trouxeram para a região, imigrantes e descendentes de italianos, alemães, poloneses, teuto-russos e outros. Mas Campos (1987:101) ressalta que em função das empresas, na sua maioria estarem instaladas no Rio Grande do Sul, muito pouco do capital acumulado foi revertido em aplicações produtivas no extremo oeste de Santa Catarina.

A exceção se dá com a Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., que nos interessa mais especificamente neste trabalho, pois ela transferiu sua sede para o território a ser colonizado, promovendo a ocupação da área que corresponde ao atual município de Chapecó e arredores (Coronel Freitas e Quilombo). Retalhando as enormes propriedades existentes na área, a empresa forçou a estrutura minifundiária que caracteriza a região, alterando as relações sócio-econômicas e políticas vigentes.

Além da colonização, que era sua atividade principal, a empresa promoveu ao longo dos anos a instalação de diversas indústrias: serrarias, cerâmica, moinhos de trigo, energia elétrica, frigorífico, imprimindo os primeiros passos ao

processo de industrialização (Rossetto, 1989:13).

1.1. A Empresa Colonizadora Bertaso

A empresa Bertaso, Maia e Cia., fundada a 18 de Setembro de 1918, pelo coronel Agilberto Maia, então prefeito do município de Guaporé, seu irmão coronel Manoel dos Passos Maia e o coronel Ernesto Francisco Bertaso, teve sua primeira sede na cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul (Piazza, 1982:218).

Os sócios adquiriram, no extremo oeste do Estado, por volta do início da década de 20, a Fazenda Campina do Gregório (atual município de Chapecó e Coronel Freitas), com aproximadamente 51.000 ha, dos herdeiros da Baronesa de Limeira, de São Paulo. Na época, o município de Chapecó era escassamente povoado, sendo que possuía em 1920, uma população de 11.315 habitantes (Peluso, 1982/83:377).

Em junho de 1920, por concessão do Estado de Santa Catarina, a empresa obteve posse da Fazenda Chapecó (atual Quilombo), com 53.818 ha. - em troca da construção da estrada Passo do Goyo-En/Passo dos Índios, e da Fazenda Rodeio Bonito (atual Xaxim), com 28.820 ha. Comprou também junto a "Brazil Development & Colonization Co.", a Fazenda Rio Saudades (atual São Lourenço d' Oeste e Campo Erê), com 91.363 ha. No total a firma chegou a controlar 224.924 ha no oeste catarinense, todos utilizados para fins de colonização (Breves, 1985; Piazza, 1982:218-221).

Em 11 de fevereiro de 1922, após o cel. Manoel dos Passos Maia ser eleito Superintendente do município de Chapecó, a

Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia. transferiu sua sede para o lugar denominado Passo dos Índios (atual Chapecó), passagem obrigatória entre Passo Bormann e Xanxerê, ao mesmo tempo em que assentou o primeiro marco da "povoação Chapecó" (11). Mas apesar disso, as atenções estavam voltadas para os povoados de Passo Bormann e Xanxerê, em torno dos quais girava a luta política local.

Em novembro de 1923 (12) a empresa é dissolvida e o coronel Bertaso forma uma nova firma denominada Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso. No final de 1948, ela foi alterada para Empresa Colonizadora e Industrial Ernesto F. Bertaso S.A., tendo como diretores, o coronel, seus filhos Serafim e Jaime e seu cunhado Paulo Pasqualli.

Nessa ocasião a empresa dedicava-se à colonização, extração e exportação de madeiras e cerâmica. Estava associada ainda em vários ramos da indústria, inclusive transportes, moinho e uma fábrica para aproveitamento de subprodutos de mandioca (13).

Uma filial da empresa foi instalada em 1942, em União da Vitória, no Paraná. Na direção desse empreendimento comercial estava o filho do cel. Ernesto F. Bertaso, Jaime Bertaso. A sucursal também atuava na colonização e além disso possuía uma fábrica de caixas e cabos, fábrica de carvão e derivados, bem como serrarias para a exploração de madeira (14).

Os Bertaso trouxeram mais de oito mil famílias do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, na sua maioria ítalo-brasileiros (15). A compra dos lotes foi facilitada, com as

terras sendo vendidas aos colonos com uma entrada de 30% e o restante dividido em duas parcelas semestrais. Normalmente a titulação da terra era feita em forma de escritura pública (Piazza, 1982:218-221).

Segundo informações de familiares (16), o ex-caixeiro viajante gaúcho Ernesto Francisco Bertaso comprou o título de militar - coronel - da Guarda Nacional: Diploma do Clube Militar de Oficiais da Guarda Nacional, mas não lembram da data (17). Em fevereiro de 1941, adquiriu a nacionalidade brasileira, já que era imigrante italiano (18).

Contudo, comparando com o coronelismo nordestino, constata-se que enquanto no nordeste o coronel era preponderantemente um latifundiário, ocasionando uma relação de dependência entre ele e os que trabalhavam em sua propriedade; no oeste catarinense, o coronel Bertaso era um colonizador, que utilizava a maior parte de suas terras para comercialização, existindo uma relação de paternalismo entre ele e os migrantes que incentivou a explorarem a região. Na verdade, os colonos, apesar de serem donos de suas terras, acabam subordinados a uma classe possuidora, legitimando mais tarde sua ação política.

Vários autores, entre eles, Maria Isaura de Queiroz (1976: 170), admitem que o coronel não é necessariamente um grande latifundiário. A simples posse de fortuna é o principal requisito para o mandonismo local. "A estrutura coronelística de uma região é profundamente influenciada pela própria estrutura sócio-econômica ali existente".

Bertaso é lembrado pelos moradores mais antigos de Chapecó, como um coronel "bonzinho" -- "gente boa, um santo homem" .

Paternalista, doador de coisas e patrocinador de causas, organizava festas de integração comunitária, além de facilitar o pagamento e doar lotes de terras. A maioria dos terrenos dos estabelecimentos públicos, religiosos, filantrópicos e de entidades com fins recreativos e esportivos, foram doados pela Colonizadora Bertaso (Silva, 1950: 324). Além disso, a empresa colonizadora preocupava-se com a infra-estrutura das localidades, como ruas traçadas, lotes urbanos demarcados e serviços indispensáveis - casa comercial, igreja, escola e hotel - como forma de garantir o progresso dos núcleos de povoação.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelas colonizadoras, em função da interrupção da atividade colonizadora em 1923, quando ocorre a revolução assísta no RS; em 1929, quando a depressão econômica nos Estados Unidos atingiu a economia brasileira; devido a revolução de 30, quando as novas autoridades questionaram a legitimidade das concessões, bem como a ocorrência de um linchamento na cidade de Chapecó, em 1950, houve um crescimento populacional e urbano dos mais expressivos no município e distrito de Chapecó, a partir de 1930. Juntamente com o novo contexto político que se instala com o governo Vargas e pós-45, ocasiona transformações substantivas na vida política da região oeste, conforme veremos nos próximos capítulos deste trabalho.

2. A Dominação Oligárquica em Santa Catarina

Na Primeira República a política com base na propriedade da terra ou em outros bens de fortuna e assentada nos laços

familiares - o sistema coronelista (19) - manifesta-se com maior intensidade do que no período Imperial. A descentralização política - autonomia dos Estados - que resultou da constituição de 1891, outorgou um poder político mais amplo a algumas oligarquias (20). Poder que se origina de práticas econômicas rentáveis e de suas ligações com os centros do poder político no antigo sistema de governo.

A base estadual da organização e estrutura política, na Primeira República, acentua-se com a "política dos governadores", implantada no governo de Campos Sales (1898 - 1902), que consistia fundamentalmente em conferir uma dominação política aos executivos estaduais, em troca da eleição de deputados federais e senadores que estivessem de acordo com o governo federal.

Contudo, para fechar o circuito da estrutura de dominação, o desdobramento desse compromisso que envolvia o governo federal e o estadual, teve que chegar ao município, abrangendo o governo estadual e o local, onde o coronel determinava a orientação política e eleitoral, através do domínio que exercia sobre o eleitorado rural (21).

De acordo com Janotti, (1981:41) o coronel "é o chefe político de reconhecido poder econômico, que conseguia apoio e prestígio junto ao Governo Estadual, na razão direta de sua competência em garantir eleições situacionistas". Nessa troca de compromissos, o chefe político recebe recursos do Estado para o município - espaço de sua dominação direta - e o privilégio de nomear ou indicar nomes para cargos. Esta ausência de autonomia do município se reflete na vocação situacionista da

política municipal.

Nesse sentido, Leal (1975:252) que enfatiza a interdependência entre o governo estadual e o local, afirma que o coronelismo "é uma adaptação entre o poder privado e um regime político de intensa base representativa, caracterizado por uma relação de compromisso entre ambos, tendo como consequência o falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos locais" (22).

Destacam-se como instrumentos de dominação utilizados pelas oligarquias, durante a Primeira República, segundo Soares (1973: 19-26), o empreguismo e o nepotismo, a corrupção eleitoral e a violência. Beneficiar colaboradores políticos com cargos públicos e colocar parentes e amigos em posições de poder e prestígio eram práticas comuns, tanto por parte dos governos estaduais como dos locais. A corrupção eleitoral, por sua vez, era facilitada em função das prerrogativas do governo estadual de nomear juízes substitutos e de controlar a distribuição e o transporte dos livros eleitorais. Bem como do poder de intimidar, se preciso pelo uso da força, a oposição.

De acordo com Leal (1986: 47), no âmbito local, "o apoio do oficialismo estadual ao chefe do município, seja por ação, seja por omissão, tem a máxima importância. Neste capítulo, assumem relevo especial as figuras do delegado e do subdelegado de polícia. A nomeação dessas autoridades é de sumo interesse para a situação dominante no município e constitui uma das mais valiosas prestações do Estado no acordo político com os chefes locais. Embaraçar ou atrapalhar negócios ou iniciativas da

oposição, fechar os olhos à perseguição dos inimigos políticos, negar favores e regatear direitos ao adversário - são modalidades diversas da contribuição do governo estadual à consolidação do prestígio de seus correligionários no município...".

A coerção é citada por Dantas (1986) como a principal fonte de poder dos coronéis, no período de 1900 a 1930. Contrapõe-se com esta tese a autores como Leal (1986), Queiroz (1976), Janotti (1981) e outros, que colocam o voto como elemento central na discussão do coronelismo.

2.1. A Política no Estado na Primeira República

Também em Santa Catarina, durante a Primeira República, "a política dos governadores...vai restringir todas as possibilidades do jogo eleitoral...dificultando tanto a criação como a manutenção de partidos de oposição nos Estados", afirma Dittrich (1981:19). Reorganizado sob o domínio do Partido Republicano, a política partidária em Santa Catarina tem na sua liderança, os ex-titulares dos partidos Monarquista, Liberal e Conservador.

Durante a maior parte do regime republicano as divergências relevantes na política catarinense ocorreram entre a cúpula do PRC e em torno de duas lideranças: coronel Lauro Severiano Müller, natural de Itajaí e Hercílio Pedro da Luz, originário de Desterro (Florianópolis). Os dois líderes alternavam-se nos cargos de maior importância do Estado. O primeiro atuando mais no plano nacional e o segundo, no estadual.

Já nessa época, as oligarquias predominavam na política estadual com o apoio dos chefes locais. Mas é a partir da

década de 20, com a dissidência que ocorre no Partido Republicano Catarinense, que duas oligarquias passam a disputar acirradamente o poder político estadual. Temos a partir daí um tipo de sistema político baseado no latifúndio pecuário (oligarquia Ramos) e na economia urbano-comercial (Konder-Bornhausen), que constitufam-se nos representantes de importantes setores econômicos do período, no Estado (23).

A cisão no PRC ocorre em 1920, quando Nereu Ramos - deputado estadual de 1910 a 12 e de 1919 a 21 - não é incluído na chapa do PCR para as eleições à Câmara Federal. Seu pai Vidal de Oliveira Ramos, ex-governador em dois mandatos (1902 e 1910) e ex-senador (1915, 1918 e 1935), que na ocasião era vice-presidente do partido no âmbito estadual, renuncia ao cargo, rompendo com o Partido Republicano e em particular com Hercílio Luz (24).

A divisão na vida política catarinense se solidifica em 1921, com a fundação por Nereu Ramos da Reação Republicana no Estado. Com a derrota da Reação na campanha presidencial de 1922, os Ramos ficam à margem do poder político-administrativo estadual até 1930.

Com a morte de Hercílio Luz, em 1924, Adolfo Konder assume o comando do Partido Republicano Catarinense. Representante da burguesia comercial será o governador do Estado de 1926 a 1930 (25). Nereu Ramos, por sua vez, funda em 1929, junto com Vidal Ramos, a Aliança do Partido Liberal em Santa Catarina.

O conflito de interesses da elite política dominante da

época gera mudanças significativas na história política do Estado, pois dá início a oposição que vai liderar a Aliança Liberal em Santa Catarina e apoiar a revolução de 30. Nereu Ramos fundará o Partido Liberal em 1931 e estará no comando do Partido Social Democrático a partir de 1945. Já os Konder-Bornhausen integrarão a legenda da União Democrática Nacional.

2.2. Aspectos Políticos do Município de Chapecó

O enfoque coronelista se faz necessário na política chapecoense, onde a concentração econômica e a ligação com o governo estadual favoreceu o estabelecimento de um forte mandonismo local, durante a Primeira República.

Ressalta-se os conflitos violentos nas lutas políticas desse período, com a violência, frequentemente armada, destacando-se como um instrumento de dominação oligárquica, conforme demonstraremos a seguir, através de fatos histórico-políticos da época.

A violência que se expressa na intimidação a lideranças políticas oposicionistas e aos eleitores, em época eleitoral, bem como no sitramento aos aparatos físicos do poder institucionalizado, está relacionado à legitimação da violência, através do exercício de cargos públicos, destacando-se, principalmente, o papel do delegado local.

Nesse sentido, para justificar a teoria sobre a existência do mandonismo no oeste catarinense, tomamos por base o conceito de coronelismo de Barbosa Lima Sobrinho (26): "No sistema de coronelismo o que se traduzia era uma hegemonia econômica, social e política, que acarretava por sua vez, o filhotismo, expresso

num regime de favores aos amigos e perseguições aos adversários".

2.2.1. Os Coronéis Chapecoenses

A representação política destina praticamente inexistia a nível estadual, de 1917 a 1945. Enquanto no litoral, sul catarinense e planalto serrano (Florianópolis, Itajaí, Joinville e Lages) - onde estava localizada a maior concentração populacional - as oligarquias predominantes disputavam o poder estadual e uma maior representação na esfera nacional, os coronéis cestinios, divididos em diferentes facções políticas, digladiavam-se em torno da sede do município recém-criado.

O município de Chapecó, com uma área aproximada de 14.000 km², foi criado em 25 de agosto de 1917. A sede e a comarca da nova unidade administrativa foram instaladas no dia 15 de novembro do mesmo ano, **provisoriamente** na vila de Passo Bormann, "até que o Congresso Representativo Estadual (atual Assembléia Legislativa) designe a sede definitiva" (27). Precedente que abriu espaço para a luta política entre os coronéis cestinios.

Em função das brigas entre as lideranças pelo poder político local, a sede e a comarca do município foram deslocadas diversas vezes, durante 14 anos - de 1917 a 31 - da Vila Passo Bormann para Vila de Xanxerê (principais vilas existentes na região), tanto que os moradores diziam que elas "viviam no lombo do burro".

Os atritos políticos envolvendo pretensões de mando sucederam-se inicialmente - de 1917 a 21 - entre o coronel Manoel dos Santos Marinho, um riograndense, radicado na Vila de Passo Bormann, e seus opositores, coronel Fidêncio Mello e major João Simões Cavalheiro, que residiam em Xanxerê. Cada facção lutava pela sede e comarca do novo município, na sua área de atuação política, onde a dominação tinha por base a exploração extrativista florestal - erva/madeira.

Entre 1922 a 1925, sobressai-se a liderança política do coronel Manoel dos Passos Maia, natural de Guaporé, no Rio Grande do Sul e sócio da Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia. De 1925 a 1929/30, do irmão de Passos Maia, major José Luiz Maia. Também durante estes anos, persiste a violência na luta pelo poder de mando local. Sendo que o "caudilhismo" da região projetou negativamente o extremo oeste catarinense para o restante do Estado. A área era considerada violenta, habitada por "caudilhos" e foras-da lei (28).

De acordo com o Chefe de Polícia de Santa Catarina, Artur Ferreira da Costa, que foi um dos integrantes da caravana da visita do presidente Adolfo Konder ao oeste, em 1929, "um dos flagelos do oeste catarinense, como no nordeste brasileiro, é o banditismo. As estradas e as picadas estão macabramente povoadas de túmulos, em parte na zona que percorremos. São resultados de motivos políticos, questões de terras, assuntos de honra e, em menor escala, de roubo" (Costa, 1931: 34).

2.2.2. A Luta pelo Poder de Mando Local

Em função das lutas políticas envolvendo os

protagonistas acima citados, a fase de implantação administrativa do município de Chapecó foi um tanto tumultuada. No princípio o governo catarinense tentou entregar a responsabilidade da organização político-administrativa ao "único grande proprietário, ervateiro, que gozava de prestígio popular no território, Antonio Simões Cavalheiro, de Xanxerê". Mas ele morreu antes de assumir seu posto (Breves, 1985: 11).

Como alternativa surgiu o nome do coronel Manoel dos Santos Marinho, um gaúcho, natural de Passo Fundo, que exercia atividades ligadas à madeira e a erva-mate, em Passo Bormann. O coronel assume a liderança do Partido Republicano local e é nomeado Superintendente Municipal em 1917, sendo eleito para o mesmo cargo, em 1918. Foi ainda deputado estadual de 1919 a 1921 (Piazza, 1985:326).

Na primeira eleição após a criação do município - em 04 de agosto de 1918 - votou-se para os cargos de Governador e Vice-Governador do Estado, Superintendente Municipal, Conselheiros Municipais e Juizes de Paz. Na ocasião só foram computadas as urnas localizadas em Passo Bormann, com os votos de Xanxerê, reduto de oposição a Santos Marinho, sido anulados, porque as autoridades eleitorais entenderam que houve "causa de nulidade" (29).

Em Chapecó, venceu Lauro Müller para governador e Hercílio Luz como vice, com 278 votos cada um. Manoel dos Santos Marinho foi eleito Superintendente Municipal com 277 votos, para um mandato de 3 anos. Em 1. de dezembro de 1918 realizou-se a eleição para deputados ao Congresso Representativo do Estado

(atual Assembléia Legislativa). O cel. Santos Marinho vence com 196 votos (30), já tendo diminuído a sua votação em relação aos 5 meses anteriores.

Em relação às eleições de abril de 1919 para Presidência da República, quando Epitácio Pessoa, do Partido Republicano, fez 250 votos, Manoel dos Santos Marinho envia uma correspondência ao Secretário do Governo, José Arthur Boiteux, dizendo:

"...quanto as eleições em Xanxerê, "onde o eleitorado é todo nosso", havia bastante descontentamento em vista da exoneração de Vicente de Moraes, sub-delegado de polícia...Existem em Xanxerê apenas 147 eleitores e destes apenas dois ou três não são amigos nossos..."

E passa a denunciar seu adversário político na ocasião, João Simões Cavalheiro, declarando:

"O prestígio desse jagunço o amigo verá nas próximas eleições em que predominará o meu eleitorado..."

Dando as cartas do jogo político, afirma mais adiante:

"...e se o Dr. Hercílio não se acha satisfeito com a minha administração municipal e "política", declaro-vos que estou pronto a depositá-la nas mãos de quem entenderem" (31).

Os fatos acima demonstram, em parte, a dependência do coronel Manoel dos Santos Marinho em relação ao governo estadual, e a facilidade com que anula votos opositoristas, caracterizando a fraude eleitoral. A submissão do eleitorado aos chefes políticos locais foi constatada, por sua vez, por Breves (1985) e Silva (1950) (32).

O exercício do mando ocasiona muitos arbítrios. O cel. Santos Marinho, lembrado por Breves (1985: 12), como "um gaúcho atrasado e de poucas luzes... que não entendia nada

de administração", foi acusado por seus adversários de atuar violentamente e praticar arbitrariedades. Entre outras coisas, dizem que ele obrigava os ervateiros, no período do seu domínio, a vender sua produção à empresa que ele passara a representar, de sociedade com o cel. Fidêncio Mello, que pouco durou. De sócios os dois coronéis tornaram-se ferrenhos inimigos políticos.

É dessa época o ataque à mão armada da Superintendência Municipal em Passo Bormann, liderada por Fidêncio Mello, de Xanxerê. De acordo com o relato de Wenceslau de Souza Breves, que de 1920 a 24 atuou em Chapecó, como Auxiliar da Comissão Técnica Discriminadora de Terras ,

"Fidêncio conseguiu por intermédio do deputado Rupp Júnior, a nomeação de autoridades policiais de sua confiança, e resolveu tirar Marinho da Superintendência violentamente, pretendendo dar a aventura a aparência de um movimento popular. Procurou atrair todos os descontentes... e atacou à mão armada, apoiado pelo delegado João Pequeno, a Superintendência Municipal, localizada em Passo Bormann, numa casa de madeira. Só por milagre não se registraram mortes. Foi repellido pelos amigos de Santos Marinho, chefiados por José Maria da Silva".

Mas acostumado com práticas coercitivas, o cel. Fidêncio Mello não parou por aí.

Apoiado sempre pelas autoridades policiais, iniciou outro processo: o de descrédito e desmoralização das autoridades municipais e de desacato aos amigos de Santos Marinho...A política envenenava-o. Apoiado pelo del. João Pequeno e seus asséclas, tornava-se arbitrário, truculento, prendia adversários, desacatava-os, agredia-os" (Breves,1985:13-4).

Como a questão não se resolveu pelo conflito armado, Fidêncio Mello e João Simões Cavalheiro, que assume como

Superintendente Municipal em 1920, pressionam os Conselheiros Municipais a votarem a favor da transferência da sede da comarca e do município para Xanxerê. Contudo, como a deliberação a esse respeito só podia ser dada pelo Congresso Representativo Estadual, o deputado estadual Henrique Rupp Júnior, adversário político de Marinho, dentro da própria legenda do PRC e que também tem interesses a defender nessa região, apresenta o projeto de lei, no sentido de que a sede definitiva do município fosse a Vila de Xanxerê (33). E assim o decreto estadual 1297, de 05 de novembro de 1919, fixa a sede do município e da comarca em Xanxerê (34).

Diante destas evidências conclui-se que o prestígio de Santos Marinho estava abalado. Não contando com apoio maior no âmbito estadual, e diante da sua incapacidade para contornar os conflitos no município, sua força política tende a enfraquecer gradativamente. Abrindo assim um espaço para que a dominação local fosse exercida pelos novos moradores que se deslocavam para a área.

O quadro traçado nos mostra que o ambiente estava tenso quando os sócios da firma Bertaso, Maia e Cia. chegaram na região, por volta de 1919-20, para examinar a fazenda Campina do Gregório, recentemente comprada. Sentindo o projeto colonizador ameaçado, por causa da luta política entre os coronéis Manoel dos Santos Marinho e Fidêncio Mello, além da resistência dos habitantes a "elementos estranhos" (35) o coronel Manoel dos Passos Maia recorreu ao Governo do Estado (Breves, 1985: 14-15-16).

Na tentativa de pacificar e legitimar a ocupação do Estado no município recém-criado, o Governo Estadual alia-se aos colonizadores, nomeando Manoel dos Passos Maia, sócio da Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., como Delegado de Polícia de Chapecó, em 1919. Concedeu ainda à Companhia Colonizadora terras devolutas para colonização (idem, p. 14), iniciando uma aliança que envolvia interesses do Governo Estadual e do novo grupo econômico que passaria a ocupar posição hegemônica no oeste de Santa Catarina: as empresas colonizadoras.

O Governo Estadual apóia a iniciativa dos colonizadores, pois tinha consciência da dificuldade em empreender a ocupação do oeste catarinense. Tanto pela escassez de recursos públicos, quanto pela dificuldade de comunicação. Num casamento de interesses entre as empresas privadas e o Estado, as colonizadoras, em troca de concessões de terras, prestavam vários serviços de infra-estrutura, que geralmente são de atribuição do Estado, como a construção de estradas, escolas, hospitais, venda e demarcação de lotes rurais e urbanos, levantamentos topográficos, etc., obscurecendo, inclusive as funções do Estado na região.

E assim, a fração extrativista - ervateiros e madeireiros - que até então dominavam a economia e a política do lugar, passam a sofrer o impacto da presença de novos grupos que se fixam a partir daí na região. Mas mesmo sendo um novo grupo econômico que se propõe a promover a ocupação do extremo oeste catarinense, na composição do poder local, há continuidade da política fundada na concentração do poder econômico, baseada agora na

mercantilização da terra e na exploração da madeira, bem como em laços familiares e de dependência.

Sob o respaldo da Colonizadora e de seu cargo de delegado, que lhe proporciona ligações diretas com o governo estadual, o coronel Passos Maia conquistou prestígio na região e torna-se um importante líder político no oeste e meio oeste catarinense, também à frente do Partido Republicano, ocupando espaço político, no reduto dos Marinho. Foi eleito presidente do PRC local, em 04 de dezembro de 1921, e Superintendente Municipal de Chapecó, nas eleições de 18 de dezembro de 1921 (36). Concorreu na ocasião com Armando Haeffner Marinho, filho de Santos Marinho, falecido em julho de 1921 (37).

Na ocasião, Passos Maia fez 342 votos e Armando Marinho, 53 (38). Refletindo o clima em torno da realização das eleições, o jornal "A República", do dia 25 de dezembro de 1921, publica a seguinte nota:

"Reina grande contentamento na população ordeira por não se ter verificado a anunciada perturbação da ordem pelos partidários de Armando Marinho".

Breves (1985 : 44) relata a semana de agitação que viveu a região, em função dos boatos de ataque a Passo Bormann por parte do cel. Fidêncio Mello, com a ajuda do bando de Zeca Vacariano. O objetivo alegado era atacar a sede do município no dia da eleição para "impedir a realização das eleições que consideravam irregular".

A tensão foi grande no dia marcado para a eleição, com homens armados, colocados estrategicamente em vários pontos da

Vila. Mas não ocorreu ataque algum, sendo que o episódio não deixou de ser uma tentativa para intimidar os adversários políticos e desestabilizar o pleito eleitoral.

Maia tomou posse em 24 de janeiro de 1922, para o mandato de três anos, e no mês seguinte, a sede da Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., instala o 1.º marco da "povoação Chapecó", em Passo dos Índios. Contudo, ao contrário de Manoel dos Santos Marinho, Passos Maia não chegou a ser representante de Chapecó no Congresso Representativo do Estado (Piazza, 1985). O município somente volta a ter um representante nessa esfera do poder estadual, a partir de 1947, na fase de redemocratização.

Manoel dos Passos Maia que desligou-se da Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., em 1923, é transferido como delegado de polícia para Cruzeiro (Joaçaba), em 1925 (39). Antes disso, porém, através de sua interferência, a sede e a comarca do município foram novamente instalados em Passo Bormann, em 25 de dezembro de 1923 (40).

O irmão de Passos Maia, major José Luiz Maia - eleito Superintendente Municipal, de Chapecó, em 07 de novembro de 1926 - e seu cunhado capitão, Justino Soares da Silva, assumem como seus substitutos políticos. Mas não agrada a sua forma caudilhesca de fazer política, gerando uma forte oposição na região, que resultará na criação da Aliança Liberal, em 1929, no município de Chapecó.

A seguir, observaremos as transformações que ocorrem com a revolução de 30, na estrutura de dominação vigente e de que forma afetam a composição das elites políticas que comandarão a organização partidária e dominarão politicamente no pós-45, no

Estado de Santa Catarina e no município de Chapecó.

2.3. REVOLUÇÃO DE 1930 EM SANTA CATARINA

O regime político vigente na Primeira República, onde predominou a "política dos governadores", com sua farsa eleitoral, constituíram a tônica contestatória das mobilizações políticas pré-revolução de 30 (41). Contudo, de acordo com Soares (1973: 32-39), a revolução de 30 não representou uma efetiva ruptura com as velhas estruturas econômicas. Sendo assim, não ameaçou seriamente as tradicionais estruturas do sistema de dominação oligárquico estabelecido no âmbito municipal e estadual, mesmo com a ascensão dos interesses urbano/industriais.

O autor (1973:124) ressalta, no entanto, que "a Revolução de 30, se bem não torpedeou a política oligárquica, ocasionou muitas rupturas na hegemonia política de muitas famílias, permitindo a entrada no cenário político de novos atores".

2.3.1. Herdeiros da Revolução de 30 no Estado

Com a Revolução de 30, alterna-se o poder das oligarquias catarinenses, com a derrubada dos Konder e entrada dos Ramos, no cenário político administrativo estadual. Sai a oligarquia que representava os interesses urbano-comerciais, comandada pelos Konder-Bornhausen e assumem os representantes dos interesses agrário-pastoris no Estado: a oligarquia Ramos, natural de Lages.

Os principais líderes aliancistas catarinenses foram Vidal,

Nereu e Aristiliano Ramos, e ainda, Henrique Rupp Júnior, filho do chefe político de Campos Novos. Os Ramos e os Rupp, na verdade, disputavam a ampliação de suas áreas de influência coronelística no planalto catarinense (Corrêa, 1984: 23).

O comitê da Aliança Liberal foi criado em Santa Catarina, em outubro de 1929. Mas também aqui vence o candidato de Washington Luís, Júlio Prestes, para Presidente da República. Fúlvio Aducci foi eleito presidente do Estado, pelo PKC, tomando posse em 28 de setembro de 1930. Seu governo durou em torno de 20 dias (Idem, p. 36).

No movimento revolucionário de outubro de 30, que levou Getúlio Vargas ao poder, mais uma vez os Ramos estiveram envolvidos. Aristiliano Ramos teria atuado mais diretamente na articulação do movimento no sul do país. Após vários interventores gaúchos em Santa Catarina, é nomeado Interventor Federal no Estado em 1933.

Mas os interesses que envolvem o jogo do poder ocasionaram cisões entre a fração oligárquica que dominava no período, envolvendo as suas duas principais lideranças, que eram os primos Nereu e Aristiliano Ramos (42).

O rompimento definitivo entre as duas lideranças ocorreu nas eleições indiretas para o Governo do Estado, em 1935. Aristiliano, que era Interventor Federal no Estado, desde 1933 (foi até 1935), não consegue sua indicação como candidato pelo Partido Liberal Catarinense, que acaba indicando Nereu. Aristiliano sai como candidato da oposição coligada e perde a eleição (Idem, p. 209). Funda em seguida, o Partido

Republicano Liberal para se opor ao governo de Nereu Ramos.

Com o poder da máquina administrativa nas mãos, Nereu Ramos, que comanda o Partido Liberal, "elege 30 dos 43 prefeitos" (Corrêa, 1984:220), nas eleições municipais de março de 36. O Partido Republicano vence somente em Itajaí, elegendo Irineu Bornhausen. A novidade fica por conta da Ação Integralista Brasileira, que passa a ser a segunda força política do Estado, neste pleito eleitoral. Ela ganha as eleições em 7 municípios, incluindo Blumenau e Joinville, demonstrando a força do Integralismo em Santa Catarina, concentrada em regiões de colonização germânica.

Com a implantação do Estado Novo, em 1937, fecham-se os partidos. Nereu Ramos é nomeado Interventor Federal no Estado, cargo que ocupa até 1945, permanecendo assim durante 10 anos consecutivos, na chefia do poder estadual.

2.3.2. O Surgimento da Oposição Local Chapecoense

Os conflitos de interesses das facções políticas existentes no município de Chapecó, que tem como pano de fundo a disputa entre os antigos e novos grupos econômicos que foram chegando com a colonização, aliados a contextos políticos nacionais e estaduais, fazem surgir também no extremo oeste do Estado, um grupo que se opõe ao governo e ao Partido Republicano Catarinense.

Já a partir de 1922, época do início do predomínio político de cel. Passos Maia, constata-se uma oposição na região. Na eleição para Presidente da República, Nilo

Pecanha, candidato da Reação Republicana, obteve 87 votos e Arthur Bernardes, do Partido Republicano, 287 (43).

Não se têm notícias das lideranças chapecoenses que teriam apoiado os Ramos, líderes da Reação Republicana, em Santa Catarina. Contudo, chama a atenção o telegrama enviado por Vidal Ramos ao então Superintendente Municipal, de Chapecó, major Felipe Antonio, substituto de Passos Maia, agradecendo ao apoio do eleitorado da região à causa, confirmado por um telegrama. Felipe Antonio nega ter enviado qualquer comunicação a esse respeito, tendo sido o fato atribuído as "propagandas eleitorais desleais e politigueiras e sem escrúpulos" (44).

A oposição contra o governo se manifesta violentamente a partir de 1927-28, quando os sucessores políticos do coronel Manoel dos Passos Maia - major José Luiz Maia e capitão Justino Soares da Silva - assumem a administração municipal. Eles são acusados por lideranças de Passo Bormann, de fazer uso de métodos violentos e arbitrários, no exercício do poder. O irmão de Passos Maia, major José Luiz Maia é eleito Superintendente Municipal em 07 de novembro de 1926. Candidato único fez um total de 1.264 votos (45).

A revolta do pessoal de Passo Bormann aumentou, quando Justino Soares, cunhado de José Maia e na ocasião delegado de polícia, acusado de perseguições e truculência, assumiu a Superintendência Municipal em outubro de 1928, no lugar de José Maia. Sob a liderança de Nicássio Portella Diniz, criador de gado e suínos, na região do Passo Bormann; de Afonso Scheffer, comerciante em Passo Bormann; de Ledônio de Quadros, de Caxambu; um tal de "Canhoto", de Xanxerê; Antônio Schmitt, João Weimecker

e outros, foi feita uma passeata a cavalo pelas ruas de Passo Bormann, solicitando o afastamento de Justino. Mas como uma decisão a esse respeito competia à esfera estadual, foi elaborado um documento para o governador Adolfo Konder, que não atendeu as reivindicações das lideranças (46). O capitão Justino permaneceu no cargo até março de 1929.

Outra razão para que a oposição se manifestasse é a transferência da sede e da comarca do município novamente para Xanxerê. A mudança foi determinada por lei estadual de 03 de outubro de 1929 e instalada no dia 05 de março de 1930, através do decreto municipal de 03 do corrente, assinado pelo então Superintendente Municipal, Manoel Siqueira Bello, cunhado de Armando H. Marinho (47), inimigo político dos Maia.

Diante destes fatos, o grupo de Passo Bormann, que havia liderado o movimento contra a posse de Justino Soares na Superintendência Municipal, adere em 1929, à campanha da Aliança Liberal. Contudo, os aliancistas sofrem perseguições por determinação do governo estadual. Intimidados a depor pelo delegado José Silva de Carvalho, reagem violentamente, quando iniciam as prisões.

"O primeiro a depor foi João Pinto, que depois de ouvido foi levado preso para Porto União. O Ledônio de Quadros foi intimado, mas foi avisado para não comparecer. Assim, partiram de Passo Bormann, um sargento e seis soldados para prendê-lo. Afonso Scheffer e uns caboclos atacaram a comitiva e mandaram avisar ao delegado José Silva de Carvalho, o Curidó, que estavam com mais de 100 homens reunidos e que ele era para se entregar" (48).

O delegado Curió dirigiu-se a Florianópolis, onde solicitou uma força policial. Por volta do dia 20 de fevereiro de 1930, ocorreu o confronto entre o grupo liderado por Nicássio Portella Diniz, chamado de "jagunço" (por serem revolucionários), contra o grupo de José Luiz Maia e Trogilo, os "cola fina" (identificados assim por representarem o governo). Os aliancistas perdem o combate e refugiam-se no RS (49). A força policial triunfante instala-se em Passo Bormann, onde as eleições de março de 30, para Presidência da República, transcorreram normalmente.

Em 03 de outubro de 30, estoura a revolução no Rio Grande do Sul. O grupo de Passo Bormann, exilado no RS, não se envolve na luta (50). Com a vitória do movimento, Nicássio Portella Diniz, uma das principais lideranças da Frente Liberal, em Chapecó, assume como prefeito provisório do município (nomeado), em 01 de novembro de 1930, desalojando os grupos oligárquicos tradicionais do poder. No mesmo dia, através do decreto n. 2, Nicássio Diniz, designa novamente a Vila de Passo Bormann, reduto da Aliança Liberal, como sede do município (51).

2.3.3. O Oeste Catarinense a partir do Movimento de 30

Em Chapecó, o governo de 30 ameniza as violentas disputas políticas locais, instalando a sede do município e da comarca, em território neutro e introduzindo, através das nomeações dos Interventores, elementos estranhos aos quadros políticos locais.

Em 09 de abril de 1931, por decreto do Interventor Federal

Interino no Estado, coronel Luiz Carlos de Moraes, a sede do município e da comarca foi definitivamente fixada no povoado Passo dos Índios (atual Chapecó), local onde a Colonizadora Ernesto F. Bertaso possuía sua sede. A instalação ocorreu no dia 02 de maio de 1931, tendo sido nomeado prefeito provisório, o capitão João Cândido Marinho, ligado ao grupo dentro do ex-PRC, que fazia oposição aos Maia.

Em 15 de setembro de 1932, o Interventor Federal no Estado nomeou o coronel Alberto Berthier de Almeida para prefeito de Chapecó. Natural de Passo Fundo, RS, possuía grandes áreas de terra na região do Passo Bormann, onde dedicava-se a extração da erva-mate e da madeira. Constatava-se com este fato, que os coronéis da região, não foram totalmente desalojados do poder e prosseguem atuando na política local, já que o governo de Vargas alia-se aos coronéis que não faziam parte da máquina política tradicional. Berthier de Almeida permaneceu à frente da administração municipal até abril de 1934.

Em abril de 1936 aconteceram as eleições municipais (52). O cel. Berthier de Almeida venceu o pleito, concorrendo pelo Partido Liberal, com 635 votos (53). Contudo, perdeu o prazo para tomar posse - que na época era de 30 dias, após as eleições - porque estava viajando (54).

Acostumado a usar a lei neste território inóspito, de acordo com suas conveniências, o cel. Berthier não contava com a reação do juiz Antonio Selistre de Campos (55). Correto na aplicação da lei, segundo unanimidade dos entrevistados deste trabalho, o magistrado que não submetia-se aos desmandos

políticos locais, do período, reuniu a Câmara de Vereadores e entregou o cargo no dia 19 de junho de 36, ao presidente da casa, comerciante Pedro da Silva Maciel, também do Partido Liberal. Este permaneceu no cargo até 1939 (56).

Os recursos impetrados na justiça por Berthier perderam sua validade com o Estado Novo, instalado em 1937. Evidencia-se com este episódio, o fortalecimento do Estado (no caso através do poder judiciário) no período, diminuindo, em parte, o poder "pela força" que caracterizou a estrutura do poder até então dominante.

Através da relação dos prefeitos chapecoenses de 1931 a 1945 (57), percebe-se que no governo de Getúlio Vargas os responsáveis pelo governo municipal sofriam nomeações e exonerações com tanta frequência, que as repetidas sucessões tornaram-se fatos corriqueiros. Nesses 14 anos, Chapecó teve 10 prefeitos nomeados. A grande maioria deles não tinha maior ligação com o lugar e muitos deles pertenciam à Força Pública do Estado. O único eleito, como já vimos, não tomou posse.

2.3.3.1. Inicia a Dominação Política dos Bertaso

Apesar do município e da comarca ter sido fixada no povoado Passo dos Índios, onde a Colonizadora Bertaso estava instalada, os Bertaso, a princípio, não ocupam maior espaço político local. O quadro muda somente depois de 1944, quando Serafim Enoss Bertaso assume o comando do executivo municipal chapecoense, consolidando a ascensão dos interesses urbano/comerciais/industriais.

O filho do coronel Ernesto Francisco Bertaso, engenheiro civil, Serafim E. Bertaso, formou-se na Escola de Engenharia da Faculdade do Estado do Paraná, em 18 de dezembro de 1935. Antes de instalar-se definitivamente em Chapecó, Serafim trabalhou como auxiliar de engenharia do Departamento de Estradas e Rodagem, em Joaçaba, Canoinhas e Lages (Silva, 1956:329).

No mês de março de 1940, Serafim Bertaso já havia sido convidado pelo governo do Estado para assumir o cargo de diretor técnico do Departamento de Estradas e Rodagem, instalado em Joaçaba. A sua justificativa para não aceitar a função, é que não queria ausentar-se de Chapecó (58).

A aproximação definitiva dos Bertaso com o governo de Getúlio Vargas, ocorre em 24 de maio de 1944, com a nomeação de Serafim Bertaso para prefeito de Chapecó, firmando-se a partir daí um representante da Colonizadora Bertaso como liderança política da região. Na ocasião o município pertencia ao Território Federal do Iguassú, criado em 13 de setembro de 1943, durante o Estado Novo.

Até então, apesar da família Bertaso estar a frente de várias iniciativas na comunidade chapecoense, como veremos no próximo capítulo, não ocupara espaços políticos de relevância. Sabe-se apenas que o cel. Ernesto F. Bertaso foi presidente do Conselho Municipal, pelo Partido Republicano, na gestão de José Luiz Maia, em 1927. Serafim nunca havia ocupado um cargo político.

Confirma-se com essa aproximação dos Bertaso com o governo de Getúlio Vargas, que a escolha dos prefeitos nomeados seguia o mesmo procedimento adotado na indicação dos

interventores federais nos Estados. Ou seja: envolvia elementos não identificados com a máquina política tradicional. A esse respeito Campello de Souza (1990:87-8) afirma:

"...o Executivo Federal nomeava para a chefia dos governos estaduais indivíduos que, embora nativos dos Estados, e mesmo identificados em suas perspectivas ideológicas aos grupos dominantes, eram ao mesmo tempo "marginais", isto é, destituídos de maiores raízes partidárias; indivíduos com escassa biografia política ou que, se possuíam alguma, a fizeram até certo ponto fora das máquinas tradicionais dos Estados".

Por outro lado, fica claro o interesse do governo federal/estadual em atrair aqueles que representavam o poder econômico local. O fortalecimento econômico da Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso ocorre por volta de 1940, quando há um sensível aumento do fluxo de migrantes, para o oeste catarinense, favorecendo a influência política da família.

Mas mesmo com essa nova fração passando a dominar na política chapecoense, constata-se mais uma vez, que prossegue a política baseada nos laços de dependência, nos bens de fortuna e alicerçado, agora, numa prática clientelista. Se bem que dentro de uma estrutura empresarial de organização baseada no comércio da terra e na diversidade da atividade industrial e não mais somente na exploração extrativista florestal, como no princípio.

Percebe-se, ainda que persiste, de forma mais amena que em épocas anteriores e utilizando-se de mecanismos mais sofisticados, o arbítrio e a perseguição aos adversários políticos, que envolvem agora, principalmente as disputas

partidárias, como podemos verificar nos próximos capítulos deste trabalho.

Evidencia-se assim, na trajetória política dos Bertaso, que estiveram integrados aos quadros do Partido Republicano Catarinense, fazendo parte do grupo que perde o poder com a revolução de 30. Ficam na oposição até a criação do Território Federal do Iguassú, durante o Estado Novo, quando o filho do cel. Bertaso assume a administração municipal. No período de redemocratização, lideram o PSD local, que tem na presidência durante toda sua existência (1945 a 65) Serafim Enoss Bertaso.

2.3.4. Território Federal do Iguassú

O Território Federal do Iguassú, criado no dia 13 de setembro de 1943, pela lei 5.812, abrangia o sudoeste do Paraná e o oeste de Santa Catarina. A sua capital foi a cidade de Iguacu, atualmente chamada Laranjeiras do Sul, no Paraná. Seu primeiro governador foi o cel. João Garcez do Nascimento, responsável pela nomeação de Serafim Bertaso para prefeito de Chapecó, em 1944, e o segundo, cel. Frederico Trotta .

Com a queda do Estado Novo e a deposição de Vargas em 1945, o senador Bento Munhoz da Rocha, do PR, entrou com a emenda da extinção do território. Contando com o apoio do senador catarinense e presidente da Constituinte de 46, Nereu Ramos, obteve a revogação da lei que criou o território em 18 de setembro de 1946.

Através do jornal "A Voz de Chapecó", fundado em 03 de maio de 1939, pelo cel. Ernesto F. Bertaso, o juiz Antonio Selistre de

Campos e o advogado Vicente Cunha, constata-se a ambiguidade das lideranças locais em torno da questão. Inicialmente "A Voz de Chapecó", cumprindo seu papel dentro da administração vigente, uma vez que o filho do cel. estava à frente do executivo chapecoense, critica a extinção do Território Federal do Iguassú (59). Depois de sua extinção, passa a posicionar-se contra a sua existência, afirmando que ele teria atrasado o desenvolvimento da região.

"Passada a noite tenebrosa que foi para Chapecó o nefasto Território do Iguassú, começou a nossa cidade o seu desenvolvimento, com as construções tomando vulto, após o início da gestão do governo catarinense" (60).

O jornal do dia 29 de dezembro de 1946 fala até que Serafim Bertaso foi nomeado, em 1944, prefeito contra a sua vontade.

Tal atitude é compreensível dentro do novo contexto já que quando Chapecó passa a pertencer novamente ao estado de Santa Catarina, os Bertaso prosseguem ao lado do situacionismo estadual e federal, pois organizam e lideram o PSD (Partido Social Democrático), em Chapecó, enquanto o filho do cel. fica a frente da administração municipal. O engenheiro civil, Serafim Enoss Bertaso foi convidado a prosseguir no executivo chapecoense, pelo Interventor Federal de Santa Catarina, Udo Deeke, no dia 26 de setembro de 1946 (61).

Em abril de 1962, advogados, comerciantes e políticos do Paraná e Santa Catarina iniciam um movimento pela criação do Estado do Iguazu e criam a CODEI (Comissão Executiva Pró-Criação do Estado do Iguazu). Com a revolução de 1964 o movimento passou a ser abafado, com muitas represálias e

perseguições por parte do governo estadual do Paraná. No ano de 1967, a CODEI passa a se chamar SODEI (Sociedade para o Desenvolvimento e Emancipação do Iguacu).

Com o objetivo de acabar com a campanha a favor da criação do Estado do Iguacu, no oeste do Estado de Santa Catarina, foi criada no governo de Celso Ramos, pela lei 3.283, de 17 de agosto de 1963, a Secretaria dos Negócios do Oeste, trazendo para a região a administração estadual e transformando Chapecó em centro regional. Instalada em 1. de dezembro do mesmo ano, tem como seu primeiro secretário, o engenheiro civil, Serafim Enoss Bertaso, presidente do diretório do PSD local, que permanece no cargo até 04 de setembro de 1969, quando passa ocupar o cargo, o empresário Plínio Arlindo de Nêes, da ARENA (Aliança Libertadora Nacional).

Conforme o que vimos até agora, a estratégia de ocupação do oeste do Estado de Santa Catarina, envolveu um casamento de interesses entre o governo estadual e as empresas colonizadoras, que chegam na região por volta da década de 20. Uma aliança que reforçada pelos compromissos resultantes do "sistema coronelista" predominante na região, durante a Primeira República, gera alterações políticas importantes na correlação de forças existentes.

Evidencia-se que a ocupação da região oeste do Estado, por empresas particulares, estabelece um padrão de ocupação que enfraquece o antigo mandonismo local, cuja base de dominação era o extrativismo florestal, fortalecendo esse novo

grupo que dedica-se ao comércio da terra. Ou seja, de 1917 a 21 dominam politicamente na região, os Marinho, que dedicavam-se à extração da madeira e erva-mate; de 1921 a 1930, os Maia, ligados a atividade colonizadora.

A partir de 30, durante a maior parte do governo Vargas, as nomeações para o executivo municipal incluem uma burocracia militar de altas patentes e elementos que nem sempre possuíam identificação com o lugar. Já para o final do Estado Novo, os Bertaso ascendem politicamente na região, assumindo o comando do executivo municipal e restabelecendo a participação e o domínio político do grupo vinculado as empresas colonizadoras, que na ocasião já tinham diversificado ainda mais seus interesses econômicos.

O confronto político armado, por sua vez, faz parte da história política e social da região, num momento em que o mandonismo local estava no seu auge. A intensa luta pelo poder entre as facções políticas chapecoenses, em alguns momentos, revela o conflito intraclasse. Esse confronto ocorre, principalmente, entre a própria fração extrativista florestal, representada por antigos moradores da região e entre essa fração e os grupos ligados as empresas colonizadoras.

Ressalta-se que os conflitos violentos dessa época, em torno da conquista e/ou manutenção do poder local, nos ajudam a compreender a radicalidade dos conflitos partidários posteriores, principalmente nos primeiros anos do período pluripartidário.

A intensificação do processo de urbanização e as transformações na economia da região, a partir do final dos anos 30, que acompanharemos no capítulo a seguir, ocasionam novas

transformações na configuração do poder local, bem como, o novo contexto político, a partir de 1945. São essas mudanças que ocorrem no panorama político chapecoense, durante a fase pluripartidária - 1945 a 1965 - que enfocaremos ao longo desse trabalho, ressaltando os conflitos e acordos que envolvem a elite política chapecoense, em torno da questão do poder local.

NOTAS

1) Vale ressaltar que em relação a outras áreas do Estado, a colonização do extremo oeste catarinense é recente. Em 1746, Portugal promoveu a imigração de açorianos para ilha de Santa Catarina e a partir de 1840, começaram a chegar os imigrantes europeus, através de um programa de imigração iniciado pelo governo da província de Santa Catarina. A ocupação mais intensiva do oeste catarinense, no entanto, deu-se somente por volta de 1920, com característica diferenciada das outras regiões do Estado, principalmente devido a ação de empresas colonizadoras.

A respeito da colonização de Santa Catarina ver Piazza (1982) e Santos (1974).

2) Sobre o processo de ocupação desse período, consultar o trabalho de Arlene A. Renk, "A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense". Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Museu Nacional do Rio de Janeiro. 1990.

3) Por extremo oeste catarinense toma-se a área compreendida entre os antigos limites dos municípios de Chapecó e Cruzeiro (Joaçaba), criados em 1917.

4) Entre o atual município de Galvão e o Rio do Peixe, mais a leste, havia, em 1916, cerca de 48 grandes fazendas, cujos proprietários moravam nos municípios paranaenses próximos à divisa e faziam seus negócios naquele Estado (Campos, 1987:91).

5) Para maiores informações sobre a "Guerra do Contestado", ver Nilson Thomé, "Trem de Ferro - A Ferrovia do Contestado"; Oswaldo Cabral, "História de Santa Catarina", 1970 e Marli Auras, "Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla", 1984.

6) As principais inovações da lei de terras - 601/1850 - dizem respeito à proibição da ocupação das terras devolutas do Império; na revalidação das sesmarias e outras concessões e na aquisição das terras devolutas unicamente por compra. Por outro lado, o decreto 1318/1854 instruía o registro das terras ocupadas ou obtidas por concessão (Renk, 1990: 39).

7) José Rupp criou em maio de 1920, a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, juntamente com Fidêncio de Souza Mello Filho e os então deputados estaduais, Henrique Rupp Junior (irmão de José Rupp) e Abelardo Luz (filho do então governador Hercílio Luz) (Werlang, 1992:75).

8) Entrevista realizada pela autora, com Arnaldo Mendes, no dia 12 de junho de 1992, em Florianópolis.

9) Sobre o modo de vida anterior à colonização consultar o

capítulo III da dissertação de Arlene Renk (1990). Bem como o trabalho de Jaci Poli "Caboclo: Pioneirismo e Marginalização" (1991).

10) Em 1927 havia 32 serrarias em Chapecó, sendo 30 às margens do rio Uruguai e duas no atual município de Xanxerê. Fonte: IBGE. Cadastro Industrial de Santa Catarina. 1937. Rio de Janeiro. 1938.

11) Ata da fundação da sede da colonização da Empresa Bertaso, Maia e Cia. e assentamento do primeiro marco da povoação Chapecó. Fonte: Arquivo Público de Chapecó.

12) Na ocasião retiraram-se da sociedade Agilberto Maia e Manoel Passos Maia. A causa teria sido a revolução assisista contra o governo de Borges de Medeiros, no RS, que afetou em parte, os empreendimentos comerciais daquele tempo (Silva, 1950:323).

13) Jornal "A Voz de Chapecó", 03 de junho de 1947.

14) Idem, 03 de julho de 1949.

15) Os colonos eram na sua maioria italianos ou descendentes de italianos, que haviam emigrado a partir de 1860 para o RS, onde dedicaram-se à agricultura e mais tarde à agroindústria. O processo da minifundiarização das propriedades no RS se acentua com os anos, pressionando a evasão da população rural a partir de 1918 (Campos, 1987:97).

16) Conversa informal mantida pela autora, com Ernesto Pasquali, em 1986, em Chapecó.

17) O título de coronel origina-se dos títulos da Guarda Nacional, criada pouco depois da Independência com o objetivo de defender a Constituição, promovendo o policiamento regional e local. O escalonamento de seus postos, refletia a estrutura sócio-econômica das diversas regiões. O alto título de coronel cabia sempre as pessoas localmente influentes, de confiança dos governos provinciais e central. Extinta a entidade, pouco depois da Proclamação da República, persistiu entretanto, a denominação de "coronel", atribuída espontaneamente pela população, àqueles que pareciam deter entre suas mãos grandes ou razoáveis parcelas do poder econômico e político (Dicionário de Ciências Sociais, RJ, FGV, 1986 p. 274).

De acordo com Leal (1986:21), "pouco a pouco as patentes passaram a ser avaliadas em dinheiro e concedidas a quem se dispusesse a pagar o preço exigido ou estipulado pelo poder público, e que não chegava a alterar coisa alguma, quando essa faculdade de comprar a patente não deixava de corresponder a um poder econômico".

18) Informação retirada do jornal "A Voz de Chapecô", 03 de maio de 1941.

Ernesto F. Bertaso nasceu na província de Verona, na Itália, em 24 de setembro de 1874, tendo imigrado com 9 anos com sua família para o Brasil. Inicialmente os Bertaso estabeleceram-se em Santa Maria, transferindo-se em seguida para Porto Alegre. Ernesto trabalhou por vários anos no comércio e mais tarde como caixeiro-viajante, até deslocar-se para Guaporé,

onde iniciou na atividade colonizadora (Piazza, 1982:218). O cel. Bertaso faleceu em 1960, em Chapecó.

19) Esta estrutura de poder local, também conhecida como "política de parentela", predominou na Primeira República. Entretanto, em algumas cidades do interior brasileiro, localizadas em áreas tradicionais, onde o processo de urbanização e industrialização, demorou a chegar, ainda é possível encontrar hoje em dia, algumas características deste tipo de poder local.

20) Empregamos o termo "oligarquia" neste trabalho, no sentido colocado por Bobbio, de que o termo "se limita a chamar a nossa atenção para o fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas provensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar".

(Dicionário de Política, Brasília, UNE, 1986, p. 385).

21) O coronelismo se caracteriza de um lado, pela relação de compromissos recíprocos entre coronéis e chefes políticos do Estado, e de outro, pelas relações dos coronéis com a sua base social local, a população rural. No caso de Chapecó essa população era formada, principalmente pelos brasileiros e migrantes incentivados pelas colonizadoras a explorar a região.

Sem uma legislação ou outras formas de proteção do Estado a maioria dessa população depende dos favores do coronel. Esse oferecia proteção, mas em troca exigia irrestrita adesão

(Janotti, 1981: 57).

22) Na Primeira República, o poder dos coronéis se materializa, principalmente no poder público no âmbito municipal, em decorrência da relação de compromissos mútuos entre a estrutura de Estado e os que concentram o poder econômico local. O poder do coronel, neste período, não é mais exclusivamente privatista, não tem mais sua origem exclusiva na propriedade da terra, como nas relações patrimonialistas do Brasil-Colônia e do Brasil-Império. O poder agora origina-se da relação de compromisso desse poder privado com o poder público estatal.

23) A respeito da economia de Santa Catarina, na época, ver "As raízes da industrialização", de Ady Vieira Filho.

24) Originários de Lages, onde eram grandes proprietários rurais, os Ramos comandaram a política do município desde 1850, passando com o tempo a influir na vida política da região e do Estado (Lenzi, 1977:91).

A respeito da dominação oligárquica em Santa Catarina, no período, ver ainda "Poder Oligárquico Catarinense: da Guerra aos "Fanáticos do Contestado" à "Opção pelo Pequeno". Tese de Doutorado, de Marli Auras. PUC-São Paulo. 1991.

25) Os Konder, unidos por laços familiares com os Bornhausen, também de Itajaí, os primeiros ligados a Casa Hoepcke e os segundos ao Banco Inco, formam uma oligarquia que ainda hoje é poderosa no Estado.

26) Conceito utilizado por Barbosa Lima Sobrinho na introdução

do livro "Coronelismo, Enxada e Voto", de Victor Nunes Leal, p. XV.

27) Artigo 1., item 4, da Lei Estadual n. 1.147, de 25 de agosto de 1917 (Bellani, 1989: 21).

28) Wenceslao de Souza Breves (1985:50) conta que veio para Chapecó, por volta de 1920, demarcar terras para colonização, depois da recusa de seu superior que teria dito: "Não vou. Tenho mulher e filhos e essa é uma região onde se mata um homem por simples divertimento". A fama de território violento persiste em 1948, quando Zedar Perfeito da Silva (1950:7) percorre pela primeira vez o oeste catarinense. Ele conta que foi aconselhado por alguns amigos a levar uma arma de fogo "porque a gente lá de cima, pensavam eles, resolvia tudo no trabuco".

29) Álbum do Cinquentenário do Município de Chapecó, 1917 a 1967.

30) Idem.

31) Idem.

32) De acordo com Breves (1985:20), "esse povo todo era pacífico e ordeiro, muito respeitador das autoridades, mas inflamável, sobretudo em questões políticas. Orientados por líderes turbulentos poderiam ser levados aos maiores desatinos". Zedar Perfeito da Silva (1950:18) ressalta, por sua vez, que "encontrei naquele povo certa simpatia pelos seus caudilhos, os quais procuravam defender os interesses do caboclo ou sustentar princípios que seus correligionários pregavam no Rio Grande do

Sul".

33) Foi o deputado Henrique Rupp Júnior que apresentou o projeto de lei no sentido de que a sede definitiva do município fosse a vila de Xanxerê. O seu envolvimento está ligado a interesses de sua família e de Fidêncio Mello, uma vez que eram sócios da Empresa Colonizadora Oeste Catarinense, que havia recebido do governo catarinense a concessão da construção de uma estrada, ligando Cruzeiro até a fronteira com a República Argentina, passando pela vila de Xanxerê.

34) Bellani, 1989, p. 71.

35) Quando Bertaso e os Maia chegaram em Chapecó, encontraram em Passo Bormann, o coronel Fidêncio Mello e João Pequeno, que tentaram impedir a entrada deles na fazenda, alegando que ela pertencia a seus moradores e que ali não havia terras para colonizar. Antes disso haviam incitado os moradores contra os colonizadores, afirmando que "havam chegado uns "gringos" para expulsá-los da terra" (Breves, 1985:15).

36) Jornal "A República", de Florianópolis, de 25 de dezembro de 1921.

37) Idem.

38) Idem.

39) O cel. Manoel dos Passos Maia lidera politicamente no meio oeste, onde foi eleito deputado estadual por duas legislaturas -

1926 e 28 - até 1942, quando muda-se para Curitiba, PR. Antes disso, porém, teve um papel preponderante no oeste e meio oeste catarinense, durante a Revolução Constitucionalista de 1932, quando, como uma das lideranças do movimento, foi preso em Florianópolis e no Rio de Janeiro (Piazza, 1985:323).

40) Bellani, 1989, p. 45.

41) Na literatura política há várias interpretações sobre o processo revolucionário de 30. Alguns autores consideram a Revolução de 30 um movimento classista, outros uma revolução burguesa e há os que entendem ter sido uma disputa das oligarquias regionais pelo poder. Como referência bibliográfica citamos no caso, principalmente, os trabalhos de Bóris Fausto (1970) e Eli Diniz (1977).

42) Para maiores esclarecimentos a respeito da Revolução de 30, em Santa Catarina, ver Corrêa (1984).

43) Bellani, 1990, p. 68.

44) Bellani, 1990, p. 67.

45) "A República", de 17 de novembro de 1926.

46) Entrevista realizada pela autora, com Rivadávia Scheffer, em Chapecó, no dia 26 de setembro de 1992.

47) Bellani, 1989, p. 82.

48) Entrevista com Rivadávia Scheffer. Op. Cit.

- 49) Sobre esses acontecimentos ver Corrêa (1984: 73-4).
- 50) Entrevista com Rivadávia Scheffer. Op.cit.
- 51) Fonte: Livro de "Decretos e Resoluções". 1930 - 1931.
- 52) Ao que tudo indica, o município de Chapecó não participou com candidatos para as eleições estaduais e federais de 1943 e 44.
- 53) O Partido Municipal de Chapecó também concorreu com candidato à prefeito, fazendo 259 votos. Foram eleitos cinco vereadores pelo Partido Liberal Catarinense e dois pelo Partido Municipal de Chapecó. Fonte: Jornal "A República", de Florianópolis, de 15 de abril de 1936.
- 54) Entrevista com Timóteo Paz de Freitas e Kaul José de Campos. CEOM-UNOESC - 1987.
- 55) O juiz Antonio Selistre de Campos, que se destacaria na região, por sua liderança na comunidade local, veio transferido para Chapecó, após a revolução de 30. Natural de Porto Alegre, veio de Campos Novos assumir como juiz na Comarca de Chapecó, em 1928, onde permaneceu quase um ano. Foi removido para Joaçaba e após a Revolução, atendendo "o convite de Aristiliano Ramos para colaborar com a ação administrativa da corrente da Revolução de 30, aceitou a remoção para a comarca de Chapecó" .
- 56) No dia 17 de junho de 1936 foi instalada a Câmara Municipal, ocasião em que foi eleita a seguinte mesa: Presidente, Pedro da Silva Maciel; Vice-Presidente, Celestino José de Nascimento; 1. Secretário, Elias Menezes de Oliveira. Na ocasião também foi

empossado o vereador Vicente Cunha, enquanto que três vereadores e o prefeito eleito não compareceram. Foi convocada uma nova sessão dentro de 48 horas, para dar posse ao prefeito eleito - Alberto Berthier de Almeida - que novamente não compareceu e perdeu o cargo (Fonte: Jornal "A República", de 19 de junho de 1936).

57) Relação dos prefeitos nomeados de Chapecó, de 1931 a 1945.

- Nicássio Portella Diniz - assume em 01 de novembro de 1930.
- Capitão João Cândido Alves Marinho - assume em 02 de maio de 1931.
- Major Carlos Batista Druck - nomeado em 04 de maio de 1932.
- Coronel Alberto Berthier de Almeida - assume em 15 de setembro de 1932.
- José Garibaldi da Rocha Timm - 29 de abril de 1934 (Dúvidas quanto a data de sua nomeação e posse).
- 2. Tenente Alberto Meyer - nomeado em 27 de maio de 1935.
- Pedro da Silva Maciel - assume no dia 19 de junho de 1936, no lugar do prefeito eleito, Alberto Berthier de Almeida.
- 2. Tenente Renê Verges - assume em 19 de janeiro de 1939.
- 1. Tenente João Elói Mendes - assume em 04 de agosto de 1939.
- Licínio de Córdova - 05 de março de 1942 (Dúvidas quanto a data de sua nomeação e posse).
- Serafim Enoss Bertaso - assume em 29 de maio de 1944.

Fontes: Livro de Atas da Prefeitura Municipal, de 1931 a 1946; Livro de Decretos e Resoluções - 1930 a 31; Jornal "A Voz de Chapecó".

58) Jornal "A Voz de Chapecó", 17 de março de 1940.

59) Jornal "A Voz de Chapecó", de 21 de julho de 1946 e 27 de outubro de 1946.

60) Idem, 29 de dezembro de 1946 e 08 de fevereiro de 1948.

61) Idem, 29 de setembro de 1946.

CAPÍTULO 3

CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ DE 1940 A 1960

As décadas de 40 a 60 foram favoráveis ao crescimento do extremo oeste do Estado, com um aumento demográfico que proporcionou também a expansão das atividades econômicas da região. As alterações na base sócio-econômica, por sua vez, fazem com que surjam novos grupos que irão atuar no sistema político local, buscando conquistar os espaços até então ocupados por grupos anteriormente organizados, conforme veremos nos próximos capítulos desta dissertação.

Traçar um quadro das mudanças sócio-econômicas que ocorrem no município e distrito de Chapecó, a partir da intensificação do processo de urbanização que acontece na região, depois do final dos anos 30, é o objetivo principal deste capítulo. As demais informações fornecidas nesta parte do trabalho, como o quadro sócio-econômico pormenorizado do distrito de Chapecó e a relação das principais entidades públicas e privadas criadas no lugar, são elementos que ajudarão a entender aspectos econômicos e políticos de Chapecó, ao longo do trabalho.

1. Quadro Demográfico e Econômico de Chapecó na década de 40

A população de Chapecó, nas décadas de 40 a 60, era essencialmente rural. Viviam no município, em 1940, segundo o IBGE (1), 44.327 pessoas, representando um aumento populacional de 291,75%, em 20 anos (2). Dessas, 40.199 residiam na área rural e 4.128 na urbana. O distrito de Chapecó caracteriza-se como a área mais povoada do território, com 5.786 habitantes, 4.985 na zona rural e 801 na urbana.

TABELA 6
POPULAÇÃO CHAPECOENSE EM 1940

	Á r e a	número de habitantes
Município	Urbana	4.128
	Rural	40.199
	Total	44.327
Distrito de Chapecó	Urbana	801
	Rural	4.985
	Total	5.786

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Estado de Santa Catarina - 1940.

Com o crescimento demográfico e a acumulação de capital proporcionada pelo extrativismo vegetal, aos poucos a economia da região vai se estruturando. Desenvolve-se o comércio, com o surgimento de casas comerciais, varejistas e atacadistas, que mantinham ligações comerciais com o Rio Grande do Sul. Em 1940, havia, no município de Chapecó, 66 estabelecimentos comerciais, divididos em 50 varejistas e 16 atacadistas e mistos, envolvendo

138 pessoas (3).

A indústria também estava em plena atividade no município, havendo 54 empresas, num total de 57 estabelecimentos, que empregavam 311 pessoas (4). As principais atividades industriais continuam girando em torno da erva-mate e da madeira, que eram exportadas. As demais indústrias dessa época, que consistiam em pequenos estabelecimentos - ferrarias, marcenarias, olarias, moinhos, curtumes, funilarias, carpintarias e fabricação de cerveja - destinavam-se ao atendimento da população do próprio município.

Mas não é segredo para ninguém que o contrabando da madeira andava solto na região. O assunto veio à tona na época e gerou muita polêmica, após ser tema de uma reportagem publicada em âmbito nacional, pela cadeia dos "Diários Associados", em maio de 1948. A publicação foi alvo de indignação até mesmo no senado brasileiro (5).

No telegrama enviado pelo então prefeito Vicente Cunha ao senador Ivo de Aquino está escrito: " Li nos jornais...artigo depreciativo do município de Chapecó, querendo fazer crer que aqui campeia impunemente o contrabando de madeiras destinadas à República Argentina, e dando a impressão de que Chapecó é terra de "gangster" e um município destituído de tradições históricas, terra de ninguém e só tendo presente e futuro".

As informações a respeito do contrabando foram fornecidas pelo subdelegado do Instituto do Pinho (6), João Cury, sendo que o próprio senador reconhece a existência da venda ilegal da madeira, já que "não apenas na fronteira do Estado de Santa

Catarina, como nas do Rio Grande do Sul, e em certas regiões limítrofes da República Argentina e do Uruguai, nem sempre é fácil reprimir o contrabando..." (7).

A Associação Comercial e Industrial de Chapecó também se pronunciou a respeito e "em nome das classes conservadoras" do município enviou um telegrama ao diretor do jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, Breno Caldas, repudiando a reportagem que "tachava os madeireiros chapecoenses de contrabandistas" (8), e expunha Chapecó como terra onde "imperava a lei do mais forte...onde não tem mulheres, nem autoridades e os aventureiros criminosos andam ombro a ombro com os advogados" (9).

A exploração da madeira é considerada por Campos (1987 :111) como a principal atividade comercial e industrial do oeste do Estado, até a década de 40, suplantando a erva-mate. Entre as razões do declínio da produção madeireira da região, destacam-se as alterações que a Segunda Guerra Mundial proporcionou no mercado mundial, com reflexos tanto no Brasil, como na Argentina, principal mercado importador.

Campos (1987:111) comenta que "além de marcarem o início da industrialização da região, gestando uma maior acumulação de capitais, que foram destinadas a outras atividades produtivas na região...as madeiras implantam relações de trabalho capitalistas..." Ele complementa ainda que "a exportação da madeira e da erva-mate integrou a região no espaço econômico nacional e internacional, sem provocar maiores alterações na pequena produção agrícola, mantendo-a ainda principalmente como produção de subsistência" (Idem, p. 114). De acordo com o IBGE (10), em 1940 havia 2.967 estabelecimentos agropecuários no

município, ocupando 267.836 ha., produzia-se arroz, trigo, feijão, batata, milho, aipim e fumo (11).

Quanto as modalidades de exploração da terra, temos a agropecuária em primeiro lugar, com uma área de 162.974 ha, que possuía 2.680 estabelecimentos "em pequena escala". Em segundo, a agricultura, com uma área de 7.117 ha e 239 estabelecimentos, também em "pequena escala". Em terceiro, a pecuária, com uma área de 54.832 ha e 40 estabelecimentos. Grande parte desses estabelecimentos - 27 - desenvolviam uma pecuária "em grande escala", ocupando uma área de 52.192 ha. Os outros 13, detinham os 2.640 ha restantes. Em quarto lugar, numa área de 42.913 ha estão oito estabelecimentos envolvidos em modalidades de exploração não especificadas pelo IBGE (Confira na tabela 7).

TABELA 7

ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Modalidades de Exploração	1940		1950	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
Agropecuária	2.680	162.974	4.447	229.131
Agricultura	239	7.117	4.056	251.900
Pecuária	40	54.832	611	83.701
Outros	8	42.913	11	2.677
Total	2.967	267.836	9.125	569.432

Fonte: IBGE - Censos Econômicos - Estado de Santa Catarina - 1940 e 1950.

O desenvolvimento das atividades econômicas demanda, por sua vez, a realização de transações monetárias e,

consequentemente a expansão do sistema bancário no município. Em 1948-49, o Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina (INCO) e o Banco Agrícola Mercantil S.A. tinham 12 correspondentes particulares espalhados pelos povoados dos principais distritos. Apenas o INCO possuía um escritório bancário, localizado no povoado de Chapecó (12). Criado em 1947, tinha três empregados em 1950, sendo que o capital aplicado em 1. de janeiro do mesmo ano era de Cr\$ 710.000,00 (13).

O transporte da produção, por outro lado, exigia a abertura de vias de comunicação, ligando os distritos a sede do município. Mas no final da década de 40, os 38 auto-ônibus que transitavam pelas estradas de rodagem, mantendo linhas regulares, frequentemente não conseguiam andar nos períodos de chuva. Somente a partir de 50, com o cascalhamento das estradas, houve condições de tráfego, durante todo o ano. Havia ainda na época, no extenso Chapecó, 60 automóveis comuns, 29 caminhonetes, 164 caminhões e 67 reboques (14).

Os meios de transporte colocam-se desde o início da colonização, como de suma importância para o desenvolvimento econômico da região. Destaca-se, no caso, a estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, através da qual chegam muitos dos pequenos migrantes, e por onde passa a ser comercializada grande parte da produção, principalmente da madeira e da erva-mate (Campos, 1987: 109 e 128).

Em função da dificuldade de locomoção, por causa da distância com os grandes centros e as péssimas estradas existentes, a comunicação aérea era utilizada, principalmente pela elite local, para fazer seus negócios ou em casos de emergência

qualquer. No distrito de Xanxerê existia um campo de pouso de emergência, de propriedade do governo municipal. Localizava-se a 48 km da sede do município, media 1.000 x 70 metros e possuía piso de grama (15). Além desse tinha outro no povoado de Chapecó.

Chapecó na época também era famoso por suas 4 fontes de águas termais: Águas Termais de Agulhas, distrito de São Carlos; Águas Termais Mineiras, Caxambu; Águas Termais de Quilombo, Chapecó e Águas Minerais Frias do Prata, São Carlos. Os locais possuíam infra-estrutura montada para receber os visitantes e "eram procurados até pelos estrangeiros" (Silva, 1950 : 12). O município possuía ao todo 27 hospedagens, entre hotéis e pensões para acolher seus viajantes (16).

1.1. Intensificação do Processo de Urbanização.

Transformações substantivas acabam ocorrendo na economia do oeste catarinense a partir de 1940, com a segunda fase de migração na região, que acontece devido a "carência de terras" no Rio Grande do Sul (17). As mudanças têm sua raiz na expansão da pequena produção familiar que se constitui a partir daí, segundo Campos (1987: 128), a base da economia regional. A chegada desses elementos proporciona o desenvolvimento do comércio e da indústria, formando aos poucos as condições para a instalação de agroindústrias no município de Chapecó.

Além disso, o crescimento populacional desse período, principalmente na área urbana e o desenvolvimento das atividades econômicas, trouxe para a região, profissionais urbano/liberais

que passam a disputar o poder local, com a fração política ligada ao comércio da terra e extração florestal, como veremos nos próximos capítulos.

A população chapecoense passa, em 1950, para 96.624 habitantes, apresentando um crescimento de 117.98% em dez anos (18). Durante este período, tanto no município como no distrito de Chapecó há um maior crescimento populacional na área urbana. Enquanto o primeiro teve uma expansão de 136.34% no setor urbano e 116,09% no rural, o segundo apresentou um aumento de 95.41% na área rural e 228.71% na urbana, quase triplicando sua população, que passou para 2.633 habitantes, fortalecendo assim a situação da cidade de Chapecó como centro regional.

TABELA 8

POPULAÇÃO CHAPECOENSE EM 1940 e 1950

Área	População		Taxa de crescimento Período de 40-50	
	1940	1950		
Município	Urbano	4.128	9.756	136.34%
	Rural	40.199	86.868	116.09%
	Total	44.327	96.624	117.98%
Distrito	Urbano	801	2.633	228.71%
Chapecó	Rural	4.985	9.741	95.41%
	Total	5.786	12.374	113.86%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico - Estado de Santa Catarina - 1940 - 1950.

A expansão populacional de 1940 a 50 também é responsável pelo desenvolvimento das atividades urbanas, tanto as secundárias quanto as terciárias, no município de Chapecó. O comércio quase quadruplicou, pois apresentou um crescimento de 246.97%,

passando para 229 estabelecimentos, 211 deles varejistas e 18 atacadistas, envolvendo 414 pessoas. Destaca-se nesse quadro a ampliação de 322% do comércio varejista. A atividade industrial dobrou, apresentando um quadro de 118 estabelecimentos que empregavam 549 pessoas (Veja a tabela 9).

TABELA 9

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ. 1940 - 1950

Atividades	1940	1950	% de crescimento
Comércio	66	229	246.97%
Indústria	54	118	118.52%

Fonte: IBGE. Censo Econômico. Estado de Santa Catarina. 1940 e 1950.

Mas a base econômica do município estava centrada na atividade primária, cujo crescimento foi acompanhado pelos demais setores. O número de estabelecimentos agropecuários sobe para 9.125 (19), crescendo 207,55%, ou seja, mais que triplicou. A área ocupada passa para 569.432 ha., tendo crescido 112.1% (20) (Verifique a tabela 7).

A agricultura foi a modalidade de exploração da terra que apresentou um desenvolvimento maior, de 1940 a 50, ampliando a atividade para 4.056 estabelecimentos, numa expansão de 1.597,07%. A área de terra passou para 251.900 ha, crescendo 3.439,41%, com o município tornando-se um grande produtor de trigo e feijão. Vale lembrar que nessa época passam a ser adotadas políticas de incentivo a agricultura, por parte do

governo federal e estadual (Laus, 1985: 214).

As culturas que apresentaram um crescimento maior nesse período foram por ordem de classificação, de acordo com a tabela 10, as seguintes: trigo - 2.469.68%; feijão - 499.74%; milho - 396.19%; arroz - 375.42%; mandioca e aipim - 132,17%; batata inglesa - 84.85%; fumo - 84.61%.

TABELA 10

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

PRODUTO	QUANTIDADE 1940	QUANTIDADE 1950	TAXA DE CRESCIMENTO 1940 - 1950
Bovinos	23.378 cab	44.779 cab	91.54%
Suínos	55.431 "	243.444 "	339.18%
Aves	139.171 "	441.207 "	217.03%
Leite	26.670.000 l	124.389.000 l	366.40%
Mandioca e aipim	20.863.000 kg	48.438.000 kg	132.17%
Milho	14.518.000 kg	72.037.000 kg	396.19%
Batata inglesa	911.000 "	1.684.000 "	84.85%
Feijão	780.000 "	4.678.000 "	499.74%
Trigo	475.000 "	12.206.000 "	2.469.68%
Arroz	236.000 "	1.122.000 "	375.42%
Fumo	877.000 "	1.619.000 "	84.61%

Fonte: IBGE - Censos Econômicos - Estado de Santa Catarina - 1940 e 1950.

A pecuária teve um aumento expressivo no número de estabelecimentos, passando para 611, numa expansão de 1.427.50%. Enquanto isso, a área ocupada foi para 83.701 ha., aumentando apenas 52,65%. A agropecuária, por sua vez, cresceu menos que as outras modalidades, mas praticamente dobrou. De acordo com o IBGE (21), 4.447 estabelecimentos ocupavam 229.131 ha., tendo o primeiro apresentado um crescimento de 65.93% e o segundo, de

40.59%.

É também no decorrer dos anos 40 e início dos anos 50, com o suíno transformando-se na principal atividade econômica dos pequenos produtores (Campos, 1987 : 133), que se expande a economia capitalista na região (22). Para compreender esse processo temos que nos reportar ao desenvolvimento da economia do Vale do Rio do Peixe, onde os agricultores dedicavam-se, desde 1923, à criação de suínos, que eram exportados para São Paulo, via estrada de ferro São Paulo - Rio Grande.

O intercâmbio comercial crescente com São Paulo, proporcionou uma acumulação comercial que facilitou o surgimento das agroindústrias como a Sadia (S.A. Concórdia), em 1943 (23). Antes dela foram criadas a Perdigão S.A. e a Comércio e Indústria Pagnoncelli, respectivamente em 1940 e 1942, ambas no Vale do Rio do Peixe.

O pólo comercial e industrial do Vale do Rio do Peixe interferiu na economia de todo o oeste catarinense. Também no município de Chapecó instalou-se, inicialmente, um pólo comercial de suínos que mantinha intercâmbio com Joaçaba (Vale do Rio do Peixe), para onde os animais eram levados em tropa. Em pouco tempo Chapecó apresentou condições para o início de uma acumulação agroindustrial, fundando-se em 11 de outubro de 1952, o frigorífico da SAIC - S.A Indústria e Comércio Chapecó. Além dessas condições outros fatos contribuíram para a criação da primeira agroindústria no município, como veremos no capítulo 6.

Além da SAIC, foi criado em 1956 o frigorífico "Indústria Comércio Marafon Ltda.", atual Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., que surgiu em função de desentendimentos ocorridos entre as lideranças locais, em torno da construção do primeiro frigorífico em Chapecó (24). Os agricultores da região passam assim, à condição de fornecedores de matéria-prima (suínos) para os frigoríficos locais.

De acordo com Campos (1987: 136), "podemos caracterizar o período que vai do início da década de 40 até meados dos anos 60, como de uma efetiva integração de todo o oeste catarinense no espaço econômico nacional e de expansão capitalista na região". O município de Chapecó dá um passo definitivo nesse sentido, em setembro de 1955, quando entra em fase de produção o Frigorífico Chapecó. Campos (Idem) sublinha ainda que "a base econômica dos frigoríficos residia numa acumulação comercial prévia calcada na pequena produção familiar".

A ocupação do oeste catarinense, segundo Campos (1987:101) "tem particularidades na conjugação de alguns processos históricos numa região onde não se formou uma burguesia agrária com sólidos interesses na manutenção de vastos domínios. Pelo contrário, trata-se do avanço de uma economia dinâmica e expansiva calcada numa acumulação capitalista que tem na pequena produção familiar a sua base primeira e principal sustentáculo... Portanto, as empresas colonizadoras são os primeiros tentáculos da expansão de toda uma estrutura capitalista da qual a pequena produção familiar é parte integrante".

Com o rápido crescimento dos distritos a partir de 1940,

assistimos na década de 50, o desmembramento de muitos deles do município de Chapecó (25), dificultando a análise dos dados a partir dessa época. De acordo com dados do censo demográfico de 1960 (IBGE), a zona oeste contava com 17 municípios e 25 distritos que no total somavam 241.941 habitantes, correspondendo a um crescimento de 150,39% de 1950 a 1960. Constata-se, por outro lado, o acentuado crescimento populacional da área urbana, com uma expansão de 293,78%, praticamente triplicando em relação ao período de 40 a 50, enquanto que da zona rural foi de 134,29%, confirmando mais uma vez o processo de urbanização que ocorria na região (Veja na tabela 11).

A população do município de Chapecó, em 60 é de 52.089 habitantes, verificando-se uma maior concentração populacional na zona rural - 41.150 - e 10.939 na urbana.

TABELA 11

POPULAÇÃO DA ZONA OESTE - 1960

Área	População	Percentual de crescimento=período de 50 - 60
Zona Oeste Rural	203.524	134.29
Urbana	38.417	293.78
Total	241.941	150.39
Município de Chapecó Rural	41.150	
Urbana	10.939	
Total	52.089	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1960. Santa Catarina. 1968. Rio de Janeiro.

Em 1960, o número de estabelecimentos agropecuários passa para 28.173 na zona oeste, expandindo-se 205,3%, enquanto que a

área ocupada sofreu um aumento de apenas 29,2%, ficando em 735.757 ha. (26). Segundo Campos (1987 : 86), "neste ano já estava ocupado cerca de 51.7% do território do oeste catarinense".

O comércio também prosseguiu crescendo. Havia em 1960, 516 estabelecimentos varejistas e 45 atacadistas, na zona oeste (27), totalizando 561 estabelecimentos, numa expansão de 144.98%, de 1950 a 1960, decaindo em relação ao período de 40 a 50, quando o crescimento foi de 246.97% (28).

2. Quadro Sócio-Econômico do Distrito de Chapecó

Como sede do município, desde 1931, a vila de Chapecó centraliza os órgãos municipais e estaduais, oferecendo vários serviços administrativos, aumentando assim a circulação de pessoas no lugar. No início de 1939, o povoado foi investido na categoria de cidade e as sedes dos distritos, em vilas (29). O crescente desenvolvimento da região, a partir de 40, faz com que o distrito de Chapecó, também conhecido como 1. distrito, firme-se como pólo regional de desenvolvimento.

A sua supremacia pode ser confirmada nos dados da coletoria estadual de Chapecó, que em 1949 arrecadou Cr\$ 2.622.599,00; a de Xanxerê, Cr\$ 901.801,90; a de Mondai, Cr\$ 897.637,30%; de Xaxim, Cr\$ 786.143,30; de Itapiranga, Cr\$ 641.232,80; de São Carlos, Cr\$ 547.397,70; de Dionísio Cerqueira, Cr\$ 251.513,70 (30).

Já a prefeitura de Chapecó arrecadou no mesmo ano em todo o município, um total de Cr\$ 2.684.598,70, correspondendo quase ao mesmo valor obtido pelo Estado, somente na Coletoria

Estadual de Chapecó. Mas pouco dessa contribuição, segundo os entrevistados revertia para a região.

Baseado na relação dos contribuintes municipais do distrito de Chapecó, do ano de 1950, apresentamos a seguir, um quadro sócio-econômico do lugar. Na relação da Prefeitura Municipal consta o nome do contribuinte e os bens que ele possui, sendo que estes dados foram computados, através de um processo eletrônico de análise de dados, no sentido de oferecer a estrutura fundiária e um relatório sócio-econômico mais generalizado do distrito de Chapecó. Entendemos ser relevante apresentar estes dados sobre o distrito de Chapecó, por tratar-se do mais importante do município e por interessar diretamente a este estudo, que concentra sua análise, mais especificamente nesta área.

2.1. A Estrutura Fundiária do Distrito de Chapecó

Constam na relação de contribuintes municipais, três empresas colonizadoras: Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso, Empresa Colonizadora Luce-Rosa e Cia. Ltda. e Empresa Colonizadora Industrial Saudades Ltda. que proporcionam uma alta concentração de terra, no distrito de Chapecó, em 1950. Apesar da região ter sediado um processo de colonização baseado em pequenas e médias propriedades, sobressaindo-se no período, os pequenos estabelecimentos.

QUADRO 2

DISTRIBUIÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO DISTRITO DE

CHAPECÓ - 1950

Classe de Área	Prop.	Área (ha)	%
Até 1 ha	15	6,35	0,84
1 ha - 10 ha	76	440,56	4,26
10 ha - 20 ha	229	3.426,46	12,83
20 ha - 50 ha	880	27.731,84	49,30
50 ha - 100 ha	317	22.140,93	17,76
100 ha - 200 ha	138	18.927,78	7,73
200 ha - 500 ha	73	22.106,89	4,09
500 ha - 1000 ha	28	18.156,21	1,57
1000 ha - 5000 ha	25	49.205,71	1,40
5000 ha - 10000 ha	3	16.230,92	0,17
Acima de 10000 ha	1	25.549,31	0,06
Total	1.785	203.922,96	100,00

Fonte: Organizado pela autora a partir dos dados da relação dos contribuintes municipais de 1950.

Os dados do quadro 2 mostram que 67,23% dos donos de terra existentes na relação dos contribuintes de 50, eram pequenos proprietários rurais. Eles ocuparam 15,50% da área, totalizando 31.605,21 ha. A grande maioria deles - 880 dos 1200 - tinha de 20 a 50 ha de terra (31).

Dentro da faixa de médios proprietários estão 556 dos donos de terra - 31,15% do total. Eles ocupavam 39,88 % da área,

envolvendo 81.331,81 ha do total correspondente ao distrito. A maior parte deles - 317 - possuía de 50 a 100 hectares de terra.

Apenas 1.62%, ou seja, 29 dos 1.785 donos de terra podem ser considerados grandes proprietários. Eles apossaram-se de 44,62% da área pertencente ao distrito, que corresponde a 90.985,94 ha. Desses, apenas a Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso possuía acima de 10.000 ha de terra, já que sua área total no período era de 25.549,32 ha (32), comprovando assim a sua preponderância econômica (33). A maior parte dos grandes proprietários - 25 - estão entre os que tinham de 1.000 a 5.000 hectares.

2.2. Relatório Sócio-Econômico Geral do Distrito de Chapecó

A característica rural do distrito de Chapecó pode ser constatada no volume de terra que a Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso detinha para a comercialização, visando a exploração agrícola - 25.549,32 ha. Bem como, pelo número de proprietários rurais existentes. De 2.459 contribuintes em 1950, 1.785 possuíam área de terra, totalizando 203.922,96 ha (Confira no Quadro 2).

QUADRO 3

RELATÓRIO SÓCIO-ECONÔMICO SINTETIZADO POR CLASSE DE PROPRIEDADE

Classe	Qtdade/Valor-Cr\$	Prop.
Área de terra (ha)		
Imóveis Rurais	203.922,96*	1.785
Comércio/Indústria (Cr\$)		
Comércio	5.338.000	61
Indústria	9.060.000	53
Prest. de Serviços	3.165.000	82
Emp. Colonizadoras	81.600.000	3
Veículos/outros (Qtd.)		
Veículos	429	416
Imóveis Urbanos	937	81
Edificações	259	197
Implementos Agrícolas	5	5
Instituição Financeira	1	1
Hospitais	1	1

Fonte: Quadro organizado pela autora a partir dos dados da relação dos contribuintes municipais de Chapecó, do ano de 1950.
* Inclui-se nesse item mais 18 chácaras existentes no distrito.

O inexpressivo volume de lotes urbanos vendidos é outro dado que reforça essa tese. Em 1950, havia somente 139 lotes urbanos escriturados, pois 798 ainda pertenciam a

Colonizadora Bertaso (34). Aqui temos que levar em conta o fato dos terrenos somente serem registrados na Prefeitura Municipal, após terem a escritura. Os longos prazos de pagamento e a demora na escrituração da área são os responsáveis pelos números apresentados. Eles também justificam a existência de apenas 81 proprietários de lotes urbanos, enquanto que havia 197 (mais que o dobro) donos de edificações (Confirmar no quadro 3).

A economia do distrito, como do município, incluía atividades da agricultura, da indústria e do comércio. De acordo com o quadro 3, o maior volume de capital está com duas empresas colonizadoras - Cr\$ 81.600.000,00 (35). Em 2. lugar vem a indústria com Cr\$ 9.060.000,00; em 3. o comércio, com Cr\$ 5.338.000,00 (desses, Cr\$ 4.630.000,00 correspondia as 46 casas comerciais existentes); e em 4., as atividades de prestação de serviço, com Cr\$ 3.165.000,00 (36).

Na atividade industrial, conforme pode ser verificado na quadro 4, destacam-se as serrarias em 1. lugar, com um capital de Cr\$ 5.460.000,00, envolvendo 22 proprietários; as olarias em 2., com Cr\$ 1.190.000,00 e quatro proprietários; e o beneficiamento de madeira em 3., com Cr\$ 1.000.000,00, com apenas um proprietário exercendo a atividade. Paralelamente as olarias desenvolve-se a indústria da construção civil, onde apenas uma firma, a Empresa Construtora Chapecoense, de João Arthur Lara, monopolizava o negócio, com um capital de Cr\$ 900.000,00.

Chama atenção no período a supremacia da atividade madeireira e a decadência dos engenhos de erva-mate - capital de Cr\$ 80.000,00 - já que as duas atividades econômicas eram as

predominantes na região nas décadas de 20 a 40. Ao todo, com as serrarias, beneficiamento de madeira, fábrica de esquadrias, fábrica de cadeiras, marcenaria, era de Cr\$ 6.720.000,00 o capital que girava em torno da madeira, envolvendo 29 proprietários.

Destaca-se ainda o grande volume de caminhões particulares - 82 - existentes no distrito, que juntamente com as 20 caminhonetes, 16 jeep, 17 caminhões de frete e 18 carroças de frete eram utilizados, principalmente, na atividade madeireira. Já as 216 carroças particulares serviam tanto para o transporte da madeira como para o trabalho na lavoura.

Diante do desenvolvimento da atividade agrícola, que girava em torno da pequena produção familiar, surgiram os "mercadores" para intermediar a negociação de cereais, principalmente de trigo e do suíno. No distrito de Chapecó havia em 1950, um mercador de cereais e um de suínos. A atividade envolvia no total um capital de Cr\$ 100.000,00.

Em torno dos pequenos moinhos coloniais que despontavam com o crescimento da agricultura, também não circulava muito dinheiro. Os seis moinhos existentes no distrito concentravam Cr\$ 55.000,00 de capital.

Por outro lado ainda, a atividade agrícola era exercida praticamente de forma rudimentar. Dos 1.785 proprietários de terra, somente 5 deles possuíam uma trilhadeira cada. Além disso, apenas 235 tinham carroça. Tratam-se de indicadores da pouca mecanização e capitalização da atividade agrícola no período.

Sabe-se também que o cavalo era o transporte mais utilizado pelos colonos, tanto que encontramos na época, no 1.

distrito, oito ferrarias. Por outro lado, chama atenção o grande volume de automóveis - 30 - que havia em 1950 na área, correspondendo de acordo com os números apresentados por Silva (1950 : 314), a metade dos automóveis existentes em todo o município.

QUADRO 4

RELATÓRIO SÓCIO-ECONÔMICO POR BENS

Ben (ha)	Qtidade/Valor/Cr\$	N. Proprietário
Área de Terra	203.923,04	1785
Ben (Quantidade)	Qtidade.	Prop.
Lotes Urbanos	937	81
Chácaras	18	18
Carroca Particular	216	212
Carroca de Frete	18	18
Charret	1	1
Prédio	259	197
Caminhão Particular	82	81
Caminhonete	20	20
Caminhão de Frete	17	17
Táxi	7	7
Motocicleta	1	1
Ônibus	21	13
Automóvel	30	30
Trilhadeira	5	5
Agência Bancária	1	1
Jeep	16	16
Hospital	1	1

Ben (Cr\$)	Qtidade.	Prop.
Fábrica de Aguardente	105.000	5
Casa Comercial	4.630.000	46
Marcenaria	125.000	4
Bar	405.000	32
Oficina Mecânica	1.640.000	5
Artefatos de Cimento	5.000	1
Tipografia	75.000	2
Canha de Bochas	5.000	1
Engenho Erva-Mate	80.000	6
Vulcanização	100.000	1
Serraria	5.460.000	22
Acougue	105.000	2
Moinho	55.000	6
Ferraria	78.000	8
Oficina Eletrônica	65.000	3
Alfaiataria	30.000	3
Cinema	100.000	1
Fábrica de Cadeiras	60.000	1
Hotel	273.000	7
Selaria	50.000	3
Relojoaria	90.000	2
Empresa Colonizadora	81.600.000	3
Empresa Construtora	900.000	1
Farmácia	115.000	3
Churrascaria	30.000	2
Fábrica de Cama	30.000	1
Padaria	15.000	2
Fábrica de Esquadrias	75.000	1
Fábrica Gasosa	50.000	1
Sapataria	68.000	3
Depósito de Bebida	250.000	2
Bazar-Quiosque	20.000	1
Mercador de Cereais	50.000	1
Fotógrafo	5.000	1
Livraria	50.000	1
Engraxataria	18.000	2
Tinturaria	3.000	1
Funilaria	25.000	1
Banca Jornais/Revistas	3.000	1
Posto Gasolina	50.000	1
Olaria	1.190.000	4
Benefic. Madeira	1.000.000	1
Mercador de Sufnos	50.000	1
Barbearia	30.000	3

Fonte: Relação dos contribuintes municipais do distrito de Chapecó do ano de 1950.

O distrito de Chapecó também destacava-se com sua fabricação de aguardente. Na ocasião havia cinco engenhos de aguardente na área, que localizavam-se, principalmente em Guatambu.

Além do citado, o 1. distrito possuía ainda no ano de 1950: 32 bares, 1 cancha de bocha, 2 churrascarias, 7 hotéis, 1 charret, 1 motocicleta, 2 açougues, 2 padarias, 3 oficinas eletrônicas, 3 alfaiatarias, 1 tinturaria, 1 escritório bancário, 1 cinema, 2 relojoarias, 3 farmácias, 1 hospital, 2 engraxatarias, 3 barbearias, 3 sapatarias, 1 fotógrafo, 2 tipografias, 1 livraria, 1 banca de jornais e revistas, 3 selarias, 1 funilaria, 1 vulcanizadora, 1 posto de gasolina, 1 rádio e 1 jornal (Verificar no quadro 4).

Com a apresentação desses quadros sócio-econômicos evidencia-se uma grande diversidade das atividades exercidas no distrito de Chapecó, na década de 50, cuja economia, como do município, concentrava-se no comércio da terra, da indústria madeireira e no comércio em geral.

3. Órgãos e Instituições Criadas no Distrito de Chapecó

Com a crescente complexificação da estrutura política e econômica, resultante da introdução de novos setores emergentes na economia local e regional, em função do aumento populacional no final da década de 30, uma elite política, econômica e social expande-se em Chapecó. É ela que está a frente das iniciativas comunitárias que passam a ocorrer no município, interferindo nos rumos expansionistas da região. A elite local era formada pelos

colonizadores, madeireiros, comerciantes, médicos, advogados, farmacêuticos, engenheiros, gerentes de banco, juizes de direito, promotores públicos, ocupantes de cargos públicos e os representantes da igreja.

Diante de muitos desses empreendimentos locais, encontramos, a partir de 1938-39, até por volta de 1955, o filho do cel. Bertaso, engenheiro civil Serafim Enoss Bertaso, representante dos colonizadores, madeireiros e comerciantes, ou de pessoas ligadas a eles. Como já vimos, Serafim Bertaso passa a dominar politicamente na região, depois de ser nomeado prefeito de Chapecó, em 1944, época em que o município pertencia ao Território Federal do Iguassú.

Constata-se que, principalmente depois de 1938, novas obras e instituições vão surgindo com maior intensidade em Chapecó, acompanhando a diversidade econômica e social do município. A maioria dos terrenos necessários para a concretização desses empreendimentos foram doados pelos Bertaso, colonizadores da região.

3.1. Relação das principais fundações entre 1938 e 47.

a) Fundação do Clube Esportivo Chapecoense, chamado anos mais tarde de Clube Recreativo Chapecoense - 02/04/38. O Presidente da comissão central de fundação foi o 2o. Tenente Maurício Spaldin de Souza. O primeiro presidente da entidade foi o comerciante e ex-prefeito Pedro da Silva Maciel (1938-39). O segundo, o colonizador e engenheiro civil Serafim Enoss Bertaso (1940-41), ocasião em que estava em construção a sede do clube,

num terreno doado pelo Cel. Ernesto F. Bertaso (37)

b) Surge o jornal "A Voz de Chapecó" - 03/05/39. Diretor: advogado Vicente Cunha. Demais idealizadores: Cel. Ernesto F. Bertaso e o Juiz Antonio Selistre de Campos (38)

c) Fundada a Sociedade Hospitalar Sto. Antonio e Maternidade Zenaide Bertaso - 09/07/39. Participaram de sua primeira diretoria os seguintes membros: presidente, Serafim E. Bertaso; vice, Pedro da Silva Maciel; 1. secretário, industrialista-madeireiro, João Batista Zeca; 2. secretário, madeireiro e funcionário público, Ary Carvalho Porto; tesoureiro, coletor federal, Paulo Marques. O terreno para a construção do hospital foi doado pelo cel. Ernesto F. Bertaso (39).

d) Início da construção da primeira usina elétrica de Chapecó - abril de 1940. Os trabalhos foram dirigidos pelo engenheiro civil Serafim E. Bertaso e pelo industrialista-madeireiro, Achilles Tomazelli. A Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso doou o terreno e a madeira (40).

e) Fundada a Coop. Madeireira do Vale do Uruguai Ltda - 07/01/41, que tem o engenheiro civil, Serafim E. Bertaso na sua presidência. Seus sócios fundadores foram: cel. Ernesto F. Bertaso, Serafim E. Bertaso, 1. tenente João Elói Mendes (prefeito municipal), Emílio Zandavalli, Domingos Baldissera, Ary Carvalho Porto, Emílio Grando, Ernesto Braun, Ferrucio Galina, Nestor Grando, João Batista Dal Piva, Ampélio Pan, Alberto Ferronato, Casemiro Lazari, Dante Travi, Mathias Lorenzoni, Luiz Lunardi, Ricieri Marchiori, João P. Sutilli, Angelo Sartori, Pascoal Moro, João Antonio Dalla Rosa,

Fioravante Lunardi, Guilherme Sartori, João Fronza e Amadeu Magioni (41).

f) Construído o primeiro cinema de Chapecó, por Aquiles Tomazzelli - 1943. (42)

g) Criada a Delegacia Regional de Polícia, com sede em Chapecó - 21/07/46 (43).

A criação de entidades torna-se mais intensa a partir de 1947, quando é realizada a primeira eleição municipal de Chapecó, na fase de redemocratização do País. A partir dessa época vários órgãos estaduais e federais são instalados na sede do município, numa troca de compromissos eleitoreiros entre o governo estadual e o local, favorecendo o domínio político, através do controle dos cargos públicos.

Ao contrário dos anos anteriores, os critérios na composição da diretoria das novas entidades tornam-se mais políticos. Normalmente dela faziam parte, ou pelo menos ocupavam os principais postos, pessoas pertencentes a mesma legenda partidária dos Bertaso, no caso o PSD, ou com quem o partido estivesse coligado.

3.2. Relação das entidades criadas de 1947 a 1949

3.2.1. Órgãos Públicos Estaduais e Federais

a) Criado o Posto de Saúde Estadual - 12/02/47. Seu primeiro diretor foi Benoni Laurindo Ribas. Em agosto de 1947, Darci de Camargo (PSD), é nomeado o chefe do Posto (44).

b) Instalação da Inspeção de Estradas e Rodagem (DER),

dirigida pelo engenheiro civil, Serafim E. Bertaso (PSD) -- 22/02/47.

c) Inaugurado o Posto de Puericultura, subvencionado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) - 14/09/47. Na direção está Darci de Camargo (PSD), chefe do Posto de Saúde local. A presidente da C.M. da LBA é Elsa Bertaso, esposa de Serafim Bertaso (46).

d) Instalação de dois serviços radiotelegráficos da Polícia Militar do Estado - 23/11/47. Um Chapecó e outro em Dionísio Cerqueira (47).

e) Fundação da Associação Rural de Chapecó - 26/03/48. (48).

f) Instalação do Serviço do Rio Uruguai, do Instituto Nacional do Pinho - 12/08/48. Seu Chefe de Serviço era o jornalista de Passo Fundo, RS, Carlos de Danilo Quadros, que funda o "Jornal do Povo", em 19 de janeiro de 1951 (49).

g) Inaugurado o Posto Agropecuário, construído pelo Governo Federal - 29/10/48. Foram doados dois terrenos. Um pelo cel. Bertaso e outro pela prefeitura municipal (50).

3.2.2. Órgãos Privados

a) Criação da Associação Comercial e Industrial de Chapecó (ACIC) - 10/07/47. Participaram da comissão fundadora, Serafim E. Bertaso (presidente); comerciante Oscar Matte (vice-presidente); Luiz Laport (1. secretário); Pedro Bordignon (1. tesoureiro); Severino Trentim (2. tesoureiro). No dia 14 de setembro foi eleita a primeira diretoria da entidade. Presidente de honra: Serafim E. Bertaso(PSD); presidente:

industrialista-madeireiro, João Batista Zeca (PSD); vice-presidente: industrial-madeireiro Hermínio Tissiani; Conselho Fiscal: Comerciante Severino Trentim, Otero Antonio Basso e Alcebades Sperandio; Suplentes do Conselho Fiscal: comerciante Jonas Rauen, Pedro Bordignon e Beno Lisenfeld (51).

b) Lançado o "Jornal d' Oeste" - 23/03/47. Diretor Responsável: Otávio Celso Rauen (UDN). Redator: Jacy Bernardes (UDN). Diretores Comerciais: P. Maciel e D. Padilha (52).

c) Instalação do escritório do Banco Indústria e Comércio SA (INCO) - 12/10/47 (53).

d) Formada a "Empresa Força e Luz" que irá montar a nova usina hidro-elétrica de Chapecó - abril/48. Os seus fundadores foram: o industrial-madeireiro João Batista Zeca (PSD); industrialista -madeireiro Augusto Barella (PSD) e Antonio Morandini (PSD) (54). O Coronel Ernesto Francisco Bertaso e a Prefeitura Municipal se associam à empresa em março de 1949 (55).

e) Fundado o Aéreo Clube de Chapecó - 15/08/48. Presidente de Honra: cel. Ernesto F. Bertaso (PSD); Presidente: Serafim E. Bertaso (PSD); Vice: prefeito Vicente Cunha (PSD); secretário Geral: Francisco Silveira e adjunto Vitor Carlos Breda. Membros: Juiz José Pedro Mendes de Almeida; Advogado e ex-promotor público (1939), Lenoir Vargas Ferreira (PSD); advogado e ex-promotor público, José de Miranda Ramos (PTB); médico Darcy de Camargo (PSD); médico Celso Rauen (UDN); diretor do Jornal A Voz de Chapecó, Olintho Zimmermann (PSD); industrial-madeireiro Augusto Barella (PSD); Ernesto Batista; comerciante e ex-prefeito Pedro Maciel (UDN) e Pedro Bordignon.

Conselho deliberativo - Presidente: coletor federal Paulo Marques; vice: Ulisses Bartolamei; secretário geral: Olintho Zimmermann; adjunto: Francelino Araújo Silveira; Tesoureiro geral: Vitor Carlos Breda; adjunto: João Batista Zeca; Bibliotecário: Aquiles Lemos; Consultor Jurídico: Lenoir Vargas Ferreira. Comissão Fiscal: José de Miranda Ramos, Pedro Bordignon e Otero Basso; Diretores Técnicos: Bruno Sperandio, Tomaz Morandini e Frederico Zílio. Comissão de festa ou social: Ary Carvalho Porto e Herculano Bueno. Substitutos do Conselho Deliberativo: Arthur Argeu Lajus, Arno Palma, Leopoldo Sander, Alberto Fin e Dario Maciel.

Pelo cel. Ernesto F. Bertaso foi posto à disposição do Aéreo Clube o terreno necessário para a construção da pista de aterrissagem e suas dependências (56).

f) Entra em fase experimental a Rádio Sociedade Oeste Catarinense "a hércules do oeste catarinense" - 15/10/49. Seus fundadores foram: Serafim Enoss Bertaso (PSD); prefeito Vicente Cunha (PSD); seu irmão Jacinto Cunha; deputado estadual Protógenes Vieira (PSD) e industrialista-madeireiro, Raul José de Campos (PSD). (57).

g) Constituição da Sociedade Cooperativa de Consumo Vicente Cunha (PSD) (58) - junho de 49.

h) Inaugurada a Clínica Médica dos Irmãos Rauem - (UDN) 03/10/49 (59).

i) Inauguração do prédio da Prefeitura Municipal - 03/07/50 (60).

Com a vitória da oposição em 1950, os madeireiros e

colonizadores passam a dividir seu poder com novas facções políticas, cujos líderes são profissionais liberais, principalmente médicos, advogados e comerciantes, ligados a UDN, PTB, PSP e PL.

O poder local se dilui a partir daí, entre os vários grupos políticos, que passam a disputar postos estratégicos na comunidade, tidos como de domínio da família Bertaso. Não somente espaços políticos, mas também sociais e institucionais em geral, como a Sociedade Hospitalar Santo Antonio, a Associação Comercial e Industrial de Chapecó, o Clube Recreativo Chapecoense, através dos quais articulam-se em torno da defesa dos seus interesses, ameaçando o domínio e a influência dos Bertaso na região.

O advogado Roberto Machado, da UDN, que fazia uma oposição agressiva e sistemática contra o domínio da família Bertaso, conforme veremos em capítulos posteriores, dá pistas sobre esta luta num editorial publicado no Jornal "O Imparcial", ligado a UDN, nos dias 07 de dezembro de 1952, intitulado "Santo Antonio nos acuda".

Segundo ele, "a próxima eleição para a diretoria do Hospital Santo Antonio e Maternidade Zenaide Bertaso está apaixonando muito a certas pessoas de cérebro retardado, que não admitem tenhamos nós tanto direito, quanto eles, de aspirar a cargo eletivo dentro da mencionada entidade hospitalar..." E prossegue: "andam pela cidade e pelos distritos a espalhar, como nos velhos tempos de campanha política, mentiras e infâmias, com a finalidade precíqua e exclusiva de ficarem como os eternos donos do Hospital..."

Evidencia-se que a luta política se apossa das associações, com a elite local disputando poder também nesse espaço. Com a diluição do poder entre membros de vários partidos políticos desde 1950, o predomínio dos Bertaso, aparentemente diminui cada vez mais, tanto que seus nomes já não constam em 1954, em algumas diretorias de entidades antes dominadas por eles.

3.3. Relação das entidades e empresas criadas a partir de 1950

a) Criação do "Jornal do Povo" - 19/01/51. Diretor: Carlos Danilo de Quadros, chefe do Serviço do Rio Uruguai, do Instituto Nacional do Pinho (61).

b) Criação do jornal "O Imparcial" - 25/02/51. Diretor responsável: Paulo Marques (PTB); Diretor Proprietário: Alexandre Tiezerini (UDN) (62).

c) Fundação da Associação dos Balseiros do Rio Uruguai, em Porto Goio-En - 18/05/52 (63).

d) Fundação da S.A. Indústria e Comércio (Frigorífico-Chapecó) - 11/10/52. Sua diretoria era composta por: diretor gerente, industrial-madeireiro, suplente de vereador em 1947 e 1950, (PSD), Plínio Arlindo de Nês; diretor comercial, industrialista Luiz Lunardi (PSD). Suplentes; diretor da Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso, Paulo Pasqualli (PSD) e o comerciante João Destri (64).

e) Inauguração de uma filial do Banco do Brasil - outubro de 1952 (65).

f) Inauguração do prédio do Quartel da Polícia Militar, de

Chapecó - 1953. (66).

g) Inauguração do frigorífico "Indústria Comércio Marafon Ltda." (Incomasa), de André Marafon - 1956. O frigorífico ficou em atividade até 1967 e em 1969 foi adquirido pela Cooperativa Central Oeste Catarinense, localizada em Chapecó (67).

h) Criação da Diocese de Chapecó - 14/01/58. A sua instalação ocorreu em 26/04/59, quando tomou posse o I. Bispo Diocesano, D. José Thurler (68).

Ao longo deste capítulo acompanhamos o processo de urbanização que ocorre no município de Chapecó, de 1940 a 1960. Através dos dados fornecidos pelos IBGE, constatamos que de 1940 a 1950, houve um aumento de 117.98% na população chapecoense. O maior crescimento foi na área urbana, onde houve uma expansão de 136.34%, contra 116.09% da rural. De 1950 a 1960 o aumento populacional da zona oeste (que engloba todo o velho Chapecó), é ainda mais expressivo, com uma elevação de 150.39%. Por outro lado prossegue a mesma tendência de crescimento da zona urbana, com uma expansão de quase 300% - 293.78% - contra 134.29% de crescimento na área rural.

Mas apesar do aumento acelerado da urbanização, a região mantém ao longo desse período, a sua característica rural, com a acentuação, a partir de 50, da atividade agrícola. Em nenhum momento, do período enfocado, a população urbana ultrapassou a rural.

Além da expansão da agricultura que apresentou um aumento de 3.439,41 % na área de terra dedicada a atividade, de 1940 a 1950,

o crescimento demográfico também ocasiona outras modificações na estrutura sócio-econômica chapecoense, intensificando o desenvolvimento do comércio e da indústria. O setor comercial apresentou de 40 a 50, um índice de crescimento de 246.97%, enquanto que o industrial, 118.52%. A expansão do comércio de 50 a 60, foi de 144.98%.

Evidencia-se, por outro lado, durante o período de redemocratização do país, o florescimento de um intenso "associativismo", não só no campo econômico, mas também cultural e recreativo. Ou seja, a partir de 1945 e durante toda a década de 50, Chapecó se caracteriza por intensas lutas no campo eleitoral e pelo incremento da sociedade civil, através da criação de inúmeras entidades associativas empresariais (Cooperativa dos Madeireiros, Associação Comercial e Industrial, Aereo-Clube); econômicas (Cooperativa de Consumo, frigoríficos) e político-culturais (jornais, rádio, clubes).

Estas transformações no perfil sócio-econômico repercutem no panorama político local, no período de 1940 a 65, juntamente com a conjuntura política do pós-45, conforme veremos a seguir.

NOTAS

- 1) O número apresentado não corresponde ao do IBGE, pois os números parciais fornecidos pelo Instituto não fecham com sua soma total (IBGE, Censo Demográfico e Censos Econômicos. Rio de Janeiro, 1951).
- 2) A população do município de Chapecó, em 1920, era de 11.315 habitantes. Fonte: Diretoria Geral de Estatística - Recenseamento realizado em 1. de setembro de 1920 - Rio de Janeiro.
- 3) IBGE. Censo Econômico. Estado de Santa Catarina. 1940.
- 4) Idem.
- 5) Discurso pronunciado pelo senador Ivo de Aquino, no senado federal, em 04 de junho de 1948 (Silva, 1950, p. 316).
- 6) O Instituto Nacional de Pinho, criado em 1941, tinha por finalidade controlar e fiscalizar a atividade extrativa vegetal, no País.
- 7) A região também era famosa pelo contrabando de pneus e câmara de ar. Fonte: "A Voz de Chapecó", de 30 de novembro de 1947.
- 8) Ata n. 6 do livro de atas n. 1, da Associação Comercial e Industrial de Chapecó.

- 9) "A Voz de Chapecó", 18 de julho de 1948.
- 10) IBGE. Censo Econômico. Estado de Santa Catarina. 1950.
- 11) Para maiores detalhes referente a prática da agricultura de subsistência da época, ver Campos (1987:116).
- 12) Silva, 1950, p. 314.
- 13) IBGE. Censo Econômico. 1950.
- 14) Silva, 1950, p. 314.
- 15) Idem, p. 313.
- 16) Idem, p. 314.
- 17) O processo de minifundiarização das propriedades acentua-se no Rio Grande do Sul, iniciando-se a evasão da propriedade rural, com a saída entre 1940 a 1950 de grandes contingentes populacionais para Santa Catarina e Paraná (Campos, 1987:97).
- 18) Constata-se que o crescimento, por década, no período 1920-40, foi maior - 145,88% - do que de 1940-50.
- 19) A soma total do IBGE não fecha com os dados apresentados por setor. Optamos em divulgar o resultado que a soma dos setores oferece.
- 20) IBGE. Censo Econômico. Estado de Santa Catarina. 1950.
- 21) IBGE. Censo Econômico. Estado de Santa Catarina. 1950.

22) Com o aumento da produção de suíno, aumenta também a de milho, que teve uma expansão de 396.19%. Confira na tabela 10.

23) Em 1956 foi criado o frigorífico SEARA, no município do mesmo nome, entre Chapecó e Concórdia, no Vale do Rio do Peixe. Juntamente com o frigorífico Eliane, pertencente à Cooperativa Central Oeste, criado em 1969, completa-se o quadro das cinco maiores empresas agroindustriais de aves e suínos no oeste catarinense: SADIA, PERDIGÃO, SEARA, SAIC e COOPERCENTRAL. Além dessas, houve outras menores, algumas delas incorporadas pelas empresas citadas acima (Campos, 1987).

24) O segundo frigorífico, Marafon-Sartori, foi criado em função de desentendimentos em torno da fundação da SAIC.

Gentil Bellani conta a história, numa entrevista realizada por Antonio Rabetchuck, em 20 de novembro de 1986 (material CEOM).

"Quando casei, o sogro Marafon, comerciante em Concórdia e também fundador do frigorífico da Sadia, em Concórdia, entendeu que Chapecó era região do futuro e veio para cá, para junto com a Empresa Bertaso e outros, construir o frigorífico da Saic. Depois houve problemas de ordem estrutural da sociedade, não se acertaram então ele e o Sartori construíram o frigorífico, que hoje é a Cooper Central.

25) Em 1953 foram criados os municípios de: Palmitos, Xaxim, Mondai, Dionísio Cerqueira, São Carlos, Xanxerê, São Miguel do Oeste e Itapiranga. Em 1956, Descanso. Em 1958, São Lourenço d' Oeste, Campo Erê, Abelardo Luz, Cunha Porã, Fachinal dos Guedes, Maravilha e São José do Cedro. Em 1961: Guaraciaba, Coronel

Freitas, Quilombo, Modelo, Pinhalzinho, Saudades, Guarujá do Sul, Palma Sola. 1962: Galvão, São Domingos, Águas de Chapecó e Caxambu do Sul. 1963: Anchieta, Romelândia. 1964: Vargeão e Nova Erechim. 1965: Caibi (Caderno CEOM - Fundeste. Ano 1. N. 01. 1986).

26) IBGE. Censo Agrícola. Estado de Santa Catarina. 1960. Rio de Janeiro. 1965.

27) IBGE. Censo Comercial e dos Serviços de 1960. Rio de Janeiro. 1967.

28) Não conseguimos localizar o censo industrial de Santa Catarina, de 1960.

29) Em 1. de janeiro de 1939, com a instalação do novo quadro territorial da República do Brasil, Passo dos Índios - denominada nos documentos oficiais que tratam do assunto, de cidade de Chapecó - recebeu "os foros de cidade, ficando as respectivas sedes dos distritos do município, investidas ou mantidas na correspondente categoria de vilas". Fonte: Ata da sessão solene inaugural do Quadro Territorial da República no quinquênio de 1939 - 43, realizada na cidade de Chapecó do Estado de Santa Catarina - Arquivo Público de Chapecó).

30) Silva, 1950: 313. Faltou a Coletoria Estadual de Palmitos, que não apresentou a arrecadação.

31) Adotei como referência mínima os seguintes critérios de pequena, média e grandes propriedades. Pequenas propriedades, as que possuem até 50 ha, as médias de 50 a 1000 ha e as grandes

acima de 1000 ha.

32) Excluindo os lotes urbanos, que eram um total de 798.

33) Além da Colonizadora Bertaso aparece na relação dos contribuintes, a Empresa Colonizadora Luce-Rosa e Cia. Ltda., com 29.188.083 m². A empresa, constituída em 1910, em Porto Alegre, RS, atuou em Itá, Concórdia e Videira (Martorano, 1982/3 : 311-12). Consta também a Empresa Colonizadora Industrial Saudades Ltda., de propriedade de Arnaldo Mendes, contudo, não é citada a área de terra pertencente a firma, que nessa época estava em fase de estruturação.

34) Relação dos Contribuintes do 1. distrito de Chapecó, em 1950.

Não se sabe onde estão registrados os terrenos vendidos, ainda não quitados.

35) As duas colonizadoras citadas correspondem a Empresa Colonizadora Bertaso e a Empresa Luce Rosa. Como a Empresa Colonizadora Industrial Saudades foi fundada em 1950, os dados não indicam seu capital. Sendo assim, em função do programa usado para a análise dos dados da relação dos contribuintes de Chapecó, lhe atribuímos de forma arbitrária, um capital de Cr\$ 100.000,00.

36) Vale ressaltar que os critérios adotados na classificação dos bens seguem em parte as do censo do IBGE, de 1950. Houve exceções, como no caso das empresas colonizadoras, que não foram incluídas na categoria de prestadoras de serviço, com a

finalidade de facilitar a análise dos dados. O mesmo aconteceu em relação ao hospital local e ao escritório bancário. Este último, no caso, não foi enquadrado na categoria do comércio.

Seguem especificadas as classes e as atividades que pertencem a cada uma:

-Comércio: açougue, banca de jornais e revistas, bazar-quiosque, casa comercial, depósito de bebida, farmácia, livraria, mercador de cereais, mercador de suínos, padaria e posto de gasolina.

-Instituição financeira: agência (escritório bancário).

-Prestação de serviços: alfaiataria, bar, barbearia, cancha de bochas, churrascaria, cinema, engraxataria, ferraria, fotógrafo, funilaria, hotel, marcenaria, oficina eletrônica, oficina mecânica, relojoaria, sapataria, tinturaria, tipografia e vulcanização.

-Indústria: artefatos de cimento, beneficiamento de madeiras, engenho de erva-mate, fábrica de aguardente, fábrica de cadeiras, fábrica de camas, fábrica de esquadrias, fábrica de gasosa, empresa construtora, moinho, olaria, selaria e serraria.

-Veículos: automóvel, caminhão de frete e particular, caminhonete, carroça de frete e particular, charret, jeep, motocicleta, ônibus e táxi.

-Imóveis rurais: área de terra e chácara.

-Imóveis urbanos: lote.

-Implementos agrícolas: trilhadeira.

-Empresas colonizadoras: empresa colonizadora.

-Instituição hospitalar: hospital.

-Edificações: prédios.

- 37) Livro de Atas do Clube Recreativo Chapecoense e jornal "A Voz de Chapecó", de 17 de março de 1940. Na verdade, na ata consta com data de fundação do clube, dia 03 de abril de 1938. Mas festeja-se a data de aniversário da entidade, no dia 02.
- 38) Jornal "A Voz de Chapecó", de 10 de outubro e 19 de dezembro de 1948.
- 39) Álbum do Cinquentenário do Município de Chapecó. 1917 - 1967. Envolvido em um incêndio misterioso em 18 de junho de 1947, o Hospital Santo Antonio e Maternidade Zenaide Bertaso somente voltou a entrar em atividade em 1950.
- 40) "A Voz de Chapecó", de 14 de abril de 1940.
- 41) Álbum do Cinquentenário do Município de Chapecó. 1917 - 1967.
- 42) Idem.
- 43) Jornal "A Voz de Chapecó", de 21 de julho de 1946.
- 44) Idem, de 16 de março de 1947.
- 45) Idem, de 23 de fevereiro de 1947.
- 46) Idem, de 14 de setembro de 1947.
- 47) Idem, de 23 de novembro de 1947.
- 48) "A Voz de Chapecó", de 03 de abril de 1948. Criadas pelo Governo Federal, em 1945, as Associações Rurais estavam reunidas em torno das federações estaduais e subordinadas à Confederação

Rural Brasileira. Fonte: MARTINS, José de Souza. "Capitalismo e Tradicionalismo. p. 67.

49) Idem, de 19 de setembro de 1948.

50) Idem, de 17 de outubro de 1948.

51) Idem, de 25 de maio de 1947. Ata n. 1 do livro de Atas n. 1 da Associação Comercial e Industrial de Chapecó.

52) "Jornal d' Oeste", de 23 de agosto de 1947.

53) Idem, de 25 de outubro de 1947.

54) Idem, de 11 de abril de 1948.

55) Idem, de 20 de março de 1949.

Em julho de 1949, a diretoria da Empresa Força e Luz de Chapecó era constituída por: presidente, advogado Lenoir Vargas Ferreira; vice, industrialista-madeireiro, João Batista Zeca; diretor técnico, industrialista-madeireiro, Augusto Barella; Conselho Fiscal, engenheiro civil e colonizador Serafim E. Bertaso, prefeito e advogado Vicente Cunha, e comerciante Antonio Morandini. Suplentes da Comissão Fiscal: diretor da Colonizadora Bertaso, Paulo Pasquali; cel. Ernesto F. Bertaso e coletor estadual Arnaldo Mendes (A Voz de Chapecó, de 31 de julho de 1949).

56) Jornal "A Voz de Chapecó", de 22 de agosto de 1948.

57) Idem, de 17 de outubro de 1949.

- 58) Idem, de 12 de junho de 1949.
- 59) Idem, de 09 de outubro de 1949.
- 60) Idem, de 14 de janeiro de 1951.
- 61) "Jornal do Povo", de 19 de janeiro de 1951.
- 62) Jornal "O Imparcial", de 25 de fevereiro de 1951.
- 63) Idem, de 25 de maio de 1951. Presidente: Dário Sperry; vice: Alvinho Rios; 1. secretário: Salvador G. Zeferino; 2. secretário: Américo Dal Pont; 1. tesoureiro: João Winckler Sobrinho; 2. tesoureiro: Bernardo Brustolon. Conselho Fiscal: Theobaldo Simon, Ovidio Gaboardi, Antonio Siqueira, Vitório Rodrigues, Antônio Antunes, Pedro Espfrito dos Santos, Imês Rotava.
- 64) Álbum do Cinquentenário do Município de Chapecó, 1917-1967.
- 65) Idem, de 12 de outubro de 1952.
- 66) Relatório apresentado à Câmara Municipal, pelo prefeito José de Miranda Ramos, em 31 de dezembro de 1953.
- 67) Informações obtidas no Departamento de Comunicação da Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., em Chapecó, em 1993.
- 68) Tedesco - "Diocese de Chapecó - 25 anos de caminhada". 1984.

CAPITULO 4

A REDEMOCRATIZAÇÃO

Além dos fatores sócio-econômicos, enfocamos neste trabalho a importância do novo contexto político que surge a partir de 1945, com a queda de Getúlio Vargas e a criação dos novos partidos políticos, nas transformações ocorridas na configuração do poder político chapecoense, na fase pluripartidária de 1945 a 1965.

Nesse sentido, apresentamos nesta parte da dissertação, a organização dos partidos políticos no âmbito nacional, estadual e municipal, na fase de redemocratização do país, ressaltando o perfil das agremiações políticas e das elites partidárias chapecoenses, além das estratégias que envolvem a conquista e/ou manutenção do poder local.

1. O Surgimento dos Partidos Políticos Nacionais na Conjuntura de 1945

O processo de desmantelamento do Estado Novo inicia-se a partir de princípios de 1945. A democratização acelera-se sob a combinação de fatores externos e internos. Os primeiros derivam da nova conjuntura internacional aberta com a proximidade da derrota do nazi-fascismo, que torna cada vez mais inviável a sobrevivência de um regime ditatorial no Brasil. Internamente, o

"manifesto dos mineiros", de 24 de outubro de 1943, foi a primeira demonstração coletiva de protesto contra o Estado Novo e a favor da implantação de um governo liberal-democrático no país (Campello de Souza, 1990 : 63).

As pressões sobre o Governo levam a decretação no dia 28 de maio de 1945, da chamada "Lei Agamenon" (nome do ministro da Justiça da época), que marca as eleições para o dia 2 de dezembro e regulamenta o novo Código Eleitoral e os requisitos para a formação de partidos políticos. A grande inovação desta lei é de que ela tornava obrigatória, pela primeira vez na história brasileira, a formação de partidos de caráter nacional.

Campello de Souza (1990) enfocou o caráter de "continuidade" no que diz respeito aos aspectos político-institucionais que marcaram a redemocratização. "Permanecem as máquinas das interventorias estaduais, o arcabouço do sindicalismo corporativista, as raízes da burocracia estatal e as mesmas fontes de uma ideologia autoritária" (Benevides, 1981: 52). Campello de Souza (Idem) conclui que, sob tais condições, a estrutura de 45, teve como seu principal fator determinante a estrutura anterior, existente no Estado Novo.

A autora ressalta ainda que "a estrutura partidária formou-se em grande medida por decisão governamental, estruturando-se em função de fatores marcadamente conjunturais (anti ou pró-varguismo) e não por clivagens sócio-econômicas nítidas" (Idem, p. 42).

Soares (1973:69), por sua vez, sublinha que a política oligárquica sobreviveu na Segunda República, condicionando todo o sistema político nacional. "O golpe limitou-se a remover Getúlio

Vargas e sua equipe do poder federal e dos governos estaduais, sem se preocupar com uma modificação substancial nas bases latentes do sistema político nos Estados e nos municípios". Isto significa que a política oligárquica não foi substituída por uma política democrática, com participação ampliada de setores e classes sociais menos privilegiadas. A política do período de 1945 a 1964 ainda era "essencialmente uma política feita por membros da elite" (Idem, p. 136).

O novo quadro partidário foi estruturado sob o comando, quer do líder deposto, quer das elites políticas oposicionistas, permanecendo em vigor até 1965. De acordo com Eli Diniz (1989: 326) "verificou-se correlações significativas entre "status" sócio-econômico - medido por renda e educação - e preferência partidária, o mesmo ocorrendo com a clivagem rural-urbana, fortemente relacionada à votação conferida aos principais partidos - PSD, UDN e PTB".

Do lado das forças getulistas ocorre um processo de formação de duas correntes: o PSD e o PTB. Inicialmente, Vargas e todo aparato oficial do Estado Novo, lançam-se na construção de um forte partido de sustentação oficial: o **Partido Social Democrático**. Este partido surge a partir da força das interventorias estaduais (os governadores nomeados por Vargas) e representa uma tentativa de centralizar as forças oligárquicas locais fiéis a Vargas.

Segundo Diniz (1989:326), o PSD "configurou-se como um partido preponderantemente rural, recebendo a maior parte de seus votos dos fazendeiros e proprietários rurais, bem como das elites

e da classe média das pequenas cidades".

O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), por sua vez, foi criado com o objetivo de mobilizar o voto operário em benefício de Getúlio Vargas e seus seguidores (Soares, 1981:20). O partido aproveitou a estrutura dos sindicatos, montada durante o Estado Novo e ainda manipulada pelo Ministério do Trabalho, para crescer, sendo que sua base organizacional é urbano-industrial.

Do lado da oposição a Vargas e ao Estado Novo formou-se uma ampla frente contra o governo Vargas e seus seguidores, em torno da União Democrática Nacional (UDN), composta basicamente, segundo Benevides (1981: 29), por cinco grupos: os membros das oligarquias destronadas a partir de 1930; os antigos aliados de Getúlio que se sentiram marginalizados ou traídos e saíram em 1937; os que participaram do Estado Novo, mas romperam com Getúlio ou com as forças locais situacionistas antes de 1945; os liberais nos Estados; e setores de esquerda.

A União Democrática Nacional, era um partido liberal-conservador (1) fortemente elitista, que teria ampla penetração em setores da classe média urbana, da oligarquia e da burguesia. Soares (1981:24) chama a atenção para a clara contradição nas bases políticas e sociais do partido, dividido entre coronéis conservadores nas áreas rurais por um lado, e a classe média liberal, nas áreas urbanas, por outro.

A partir da "frente de oposição" surgiu dois meses depois da fundação da UDN, a "Esquerda Democrática", que se transformaria em 1947, juntamente com outros grupos socialistas, entre eles, a "União Democrática Socialista", no Partido

Socialista Brasileiro (PSB) (Benevides, 1981:31) (2).

Além dos três grandes partidos nacionais - UDN, PSD e PTB, e do PSB - vários outros partidos fazem parte do novo quadro político-partidário, destacando-se, no caso, o Partido Comunista Brasileiro, uma vez que, como afirma Soares (1973:69): "a situação político-partidária, depois de muitos anos de ditadura, caracteriza-se pela existência de um só partido efetivamente nacional dotado de uma ideologia consistente: o Partido Comunista Brasileiro, fundado em março de 1922, que soube manter, mesmo durante a ditadura, uma estrutura organizacional nacional ancorada nas capitais e nas principais cidades". Partido de origem operária participa de eleições entre 45 e 47, quando com a "guerra fria", é colocado novamente na ilegalidade.

Há ainda os partidos que tiveram características regionais. O Partido Democrata Cristão (PDC), segundo Viana (1981:9), constituiu-se nos países de tradição católica, num dos instrumentos estratégicos de organização da vontade política da sociedade civil católica. A agremiação política não se pautou num discurso reformista e modernizante, tendo cumprido um papel social irrelevante.

O Partido de Representação Popular (PRP) formado por Plínio Salgado e seus seguidores é sucedâneo ideológico da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento pára-fascista da década de 30. Partido de ideologia direitista teve pouca influência nos centros urbanos, com algumas fortes bases regionais em áreas de pequenos agricultores. Particularmente nas

regiões de colonização alemã e italiana do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O Partido Social Progressista (PSP), do "cacique populista" local, Adhemar de Barros, era um partido muito forte em São Paulo, tendo pouca penetração na grande maioria dos Estados. Herdeiro dos antigos federalistas, o PL (Partido Liberal), idealizado por Raul Pilla, do Rio Grande do Sul, era defensor do parlamentarismo e de uma forte descentralização do poder. Também teve pouca penetração nos demais Estados brasileiros.

Soares (1973:73) conclui que "organizacionalmente", o período de 1945 e 1964, teve apenas seis partidos efetivamente nacionais - PSD,UDN e PCB, desde o início, e PTB, PSP e PRP, que construíram suas bases organizacionais progressivamente. Entretanto, eleitoralmente, a qualificação do PSP e PRP como partidos nacionais é discutível".

2. A Formação dos Partidos Políticos em Santa Catarina

A aglutinação inicial das forças políticas catarinenses obedece a um padrão semelhante àquele verificado no cenário nacional: de um lado as correntes da oposição antivarguista, agrupando-se em torno da União Democrática Nacional; do outro, as correntes fiéis ao oficialismo, articulando, a partir sobretudo da estrutura da interventoria estadual, o Partido Social Democrático. Quanto à orientação ideológica são, segundo Carreirão (1990:39 e 45), partidos de tendência conservadora, vinculados às oligarquias e elites locais.

Criado a 13 de maio de 1945, o PSD foi controlado durante sua existência pela família Ramos, originária de Lages, onde eram grandes proprietários rurais. Nereu Ramos, Interventor em Santa Catarina, no Estado Novo, eleito senador em 1945 e 54, deputado federal em 1950 e presidente da República de novembro de 1955 a janeiro de 56, comanda o partido, utilizando a máquina política montada de 1937 a 45. Com sua morte em 1958, assume a presidência do PSD, seu irmão e vice-presidente, Celso Ramos, eleito governador do Estado em 1961. A única dissidência à ala hegemônica do partido foi liderada por Leoberto Leal, de 1950 a 58, que fazia parte da "Ala Moça" do PSD.

De acordo com Carreirão (1990:68), "regionalmente o PSD predominou eleitoralmente em especial nas regiões de Florianópolis e dos Campos de Lages". Ele conclui ainda que "o PSD foi o partido que apresentou a maior tendência a boas votações em contextos rurais e/ou de baixa industrialização e/ou de maiores índices de analfabetismo, no período multipartidário".

A União Democrática Nacional que teria sido criada "aproximadamente entre o período de 07 de abril e 28 de junho de 1945, teve entre seus organizadores, membros das oligarquias destronadas com a revolução de 30 e antigos aliados de Getúlio Vargas" (Laus, 1985 : 60). Entretanto, a base de estruturação da UDN serão os grupos desalojados do poder em 1930, liderados por Adolfo Konder e sua família, unida por laços familiares com a família Bornhausen, originários de Itajaí. Sendo que os primeiros ligados a Casa Hoepcke e os segundos, ao Banco

Inco (Banco • Indústria e Comércio de Santa Catarina). Não constatou-se participação de líderes ou grupos liberais (de cunho ideológico forte) nem de segmentos de esquerda na formação da UDN catarinense (Carreirão, 1990:51).

Este autor (1990:68) diz que a UDN dominou eleitoralmente, de forma nítida na região do litoral de São Francisco do Sul e teve certa hegemonia na bacia do Itajaí. Além disso, "a UDN apresentou apenas uma leve tendência de melhores votações em contextos de menor urbanização e/ou industrialização. Portanto, não parece ter sido um partido tão dependente de uma base rural, quanto o PSD".

Como partido político o PTB data oficialmente de 26 de março de 1945. Entre seus fundadores estão: Saulo Ramos, Carlos Gomes de Oliveira e Telmo Vieira (Lenzi, 1982:168). Carreirão 1990: 46-7) observa que "pelo menos ao nível de suas lideranças maiores o PTB não imprimiu, no início de sua existência, um tom marcadamente reformista a seu discurso e à sua prática". Mas enquanto a direção do partido era de tendência conservadora, a base era mais avançada, com o trabalhismo catarinense apresentando uma certa penetração em setores operários.

O quadro passa a mudar a partir de 1959, com a eleição de Doutel de Andrade para presidente do partido. Ocasão em que a agremiação partidária assume posições reformistas (de esquerda) que predominavam em Estados como o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Contudo, o perfil ideológico do partido não era hegemônico no Estado. Por influência do PCB, lideranças mais à esquerda originavam-se do sul do Estado. Nas outras

regiões havia uma liderança moderada. Eleitoralmente, o PTB foi o partido com maior predominância de bases urbano-industriais em Santa Catarina (Idem, p. 69).

Quanto ao Partido Comunista Brasileiro Catarinense, registrado oficialmente no TRE, em 1945, concentrou-se, principalmente em Florianópolis e Criciúma, sendo que Carreirão (1990:52-3) demonstra a debilidade do PCB, de Santa Catarina, em relação a demais Estados.

Já o diretório estadual provisório do Partido de Representação Popular foi instalado em Santa Catarina, em 1945. Nessa ocasião, "o PRP catarinense não era desvinculado, pelo menos no plano doutrinário, do movimento integralista", sublinha Carreirão (Idem, p.49). Por outro lado, o autor não descarta a hipótese de que haja uma relação entre a colonização alemã e o crescimento do integralismo no Estado (associado, por seus traços, com o fascismo ou o nazismo). Mesmo porque constata-se que o PRP tinha bases fortes sobretudo nos municípios de colonização alemã, tanto no Vale do Itajaí e como veremos mais adiante, no extremo-oeste catarinense, principalmente em Itapiranga, reduto de imigrantes ou descendentes de alemães.

De ideologia direitista, o PRP realizava ainda reuniões doutrinárias regularmente, nos núcleos distritais e nos diretórios municipais, não limitando suas atividades aos períodos pré-eleitorais.

O Partido Social Progressista somente registrou oficialmente seu primeiro diretório em junho de 50. Ao que tudo indica o partido não apresenta nenhuma coerência ideológica. O

Partido Libertador, por sua vez, teria sido fundado em 1949, principalmente em Lages. Partido pequeno em Santa Catarina, o Partido Democrata Cristão tinha como principal preocupação fazer oposição ao comunismo (Idem, p. 56 e 57).

Carreirão (1990 : 56) chama a atenção para o fato dos partidos catarinenses menores (PSP, PDC e PL), com exceção do PRP, serem partidos sem ideologia. "Tratavam-se de meras siglas de aluguel para algumas lideranças que utilizavam esse espaço político para, através de alianças com os dois grandes partidos do Estado - UDN e PSD - atingirem certos postos no poder". Tendência verificada também nos partidos políticos chapecoenses, conforme podemos observar nos próximos capítulos.

3. O Pluripartidarismo em Chapecó

Nesta parte, traçamos a trajetória da formação partidária chapecoense, pós-45, enfocando, principalmente a data da fundação dos partidos, seus líderes, perfil ocupacional das suas lideranças e bases sociais dos partidos. As análises das entrevistas realizadas, bem como dos dados eleitorais, possibilitaram ainda, o levantamento de aspectos que prevaleceram na organização partidária do município: o perfil conservador e oligárquico partidário, o padrão oposicionista local e o viés étnico de suas bases eleitorais.

Sete partidos foram criados no município, de 1945 a 1965: PSD, UDN, PTB, PRP, PSP, PL e PDC. Como na maioria dos municípios do interior brasileiro, os partidos de esquerda - PCB e PSB - tiveram pouca aceitação em Chapecó. A penetração

do PCB, no município, em 1945/47, de acordo com Carreirão (1990:72) é fraca, resultando num percentual de 0,1%, da votação total do município.

3.2. Aspectos da Organização Partidária

No primeiro pleito eleitoral que ocorre em Chapecó, após o Estado Novo - eleição de 1945 para Presidente da República, Senadores, Deputados Federais e alguns Governadores Estaduais - quando o município ainda pertencia ao Território Federal do Iguassú, havia somente um partido organizado em Chapecó: o PSD (3). Liderado pela família Bertaso, tem como presidente o filho do coronel, engenheiro civil, Serafim Enoss Bertaso. Herdeiros da máquina estadonovista montada por Vargas, aderem a Getúlio Vargas na criação do seu partido, no pós-45.

Mas, principalmente em função de rivalidades locais (4), surgiu uma ala dissidente do Partido Social Democrático, durante a campanha eleitoral de 45, que mais tarde se transformaria na UDN, liderada pelo comerciante Pedro da Silva Maciel, o médico Otávio Celso Rauen, Alcindo Silva e outros. Como Chapecó ainda pertencia ao Território Federal do Iguassú, a princípio, não se constituiu numa facção oposicionista ao governo federal, pois dela faziam parte pessoas com cargos nomeados pelo governo do Território, bem como pelo governo Vargas, antes do Estado Novo (5).

O médico Otávio Celso Rauen conta (6) que:

... "a ala dissidente do Partido Social Democrático era pra ajudar o governo. O governo nos tratou muito bem naquela época".

E prossegue:

Conseguimos filiar mais ou menos mil eleitores, os outros fizeram uma filiação de três mil e comunicamos pro governo do Território. Eles prometeram nos apoiar e quando veio a véspera da eleição nos passaram um telegrama, dizendo que não reconheciam a ala dissidente, que tudo era Partido Social Democrático".

Essa dissidência não foi recebida de forma pacífica por lideranças pessedistas de Chapecó e do Território do Iguassú. Rauen afirma que:

"Tivemos perseguições violentas ali. Felizmente o velho Bertaso, era um homem meio teimoso, mas era um homem honesto. Ele nunca quis fazer violência contra nós, mas o Ewêncio Elias, um "porta-voz" dos Bertaso e outros elementos queriam nos matar. O delegado do Território do Iguassú veio para nos prender. Mas o velho Bertaso não permitiu" (7).

Com o fim do Território do Iguassú e incorporação do município de Chapecó ao Estado de Santa Catarina, em setembro de 1946, e diante da nova conjuntura do pós-45, surgem no final deste mesmo ano, a UDN e o PTB. Esses partidos políticos foram formados por dissidentes do PSD, cujas lideranças haviam participado do governo Vargas.

Ressalta-se o caráter oposicionista local em detrimento do caráter ideológico, na formação da UDN e do PTB de Chapecó, onde a União Democrática Nacional e o Partido Trabalhista Brasileiro foram criados "contra" os Bertaso. Ou seja, em oposição ao grupo que detinha o privilégio do poder político municipal. O aspecto oposicionista na formação partidária já transparece na UDN nacional, pois sua organização representou, principalmente, um movimento de oposição a Vargas e ao Estado Novo, do que uma mobilização ideológica de cunho mais definido.

Este fato cria um quadro curioso na organização partidária chapecoense, onde ao contrário do que acontece em grande parte durante a constituição dos partidos políticos no âmbito estadual e nacional, em Chapecó, os elementos "ligados" ao governo de Getúlio Vargas formam a UDN e os que estiveram na oposição, na maior parte do período, o PSD.

"O PTB e a UDN, a maioria era contra os Bertaso", afirmam os ex-líderes políticos da região, José de Miranda Ramos (8) e Otávio Celso Rauen. Eles ressaltam que a briga com os Bertaso envolvia interesses locais. "Questão de venda de um lote, sua localização ou briga de uma facção com outra" (9).

Esse caráter oposicionista local revela-se de forma acentuada no início da organização partidária e nos dois primeiros pleitos eleitorais - 1947 e 1950. Muda a partir de 1955, em função de determinações ocorridas no âmbito nacional e estadual, quando também em Chapecó, o PSD e PTB formam a Aliança Social Trabalhista.

Por outro lado, evidencia-se o perfil conservador, principalmente, dos dois maiores partidos chapecoenses: PSD e UDN. O Partido Social Democrático organizado pelo grupo favorecido ao final do Estado Novo e que objetivava manter a continuidade do sistema de dominação vigente. A UDN também formada por pessoas ligadas ao governo Vargas, de origem urbana liberal, que ambicionavam a conquista do poder, mas sem apresentar uma conteúdo ideológico mais profundo.

O conservadorismo também está presente na própria estrutura organizacional dos partidos chapecoenses, onde há indícios de uma tendência a oligarquização, uma vez que constata-se, através da

análise da relação da nominata dos diretórios políticos municipais e das entrevistas, que o comando partidário sempre estava concentrado nos mesmos nomes (10). Não houve ao longo do período enfocado, uma renovação na estrutura partidária, sendo que a prática política chapecoense também evidencia a exclusividade das elites no trato da questão política.

A indicação de oligarquização partidária privilegia o eixo das lideranças dos partidos sob o enfoque da teoria elitista. Para Michels (1982:15), autor da "lei de ferro da oligarquia", a oligarquização é a tendência inevitável de qualquer organização, e portanto dos partidos políticos, por mais democrática que seja a base. Nesse sentido, ele critica a organização como inviabilizadora dos princípios democráticos.

Outro aspecto a destacar na formação partidária chapecoense, e que acompanharemos ao longo do trabalho, é o viés étnico que envolve as bases eleitorais - uma vez que a falta de dados não permitiu identificar as bases pelo critério de classe e clivagem rural/urbana, ressaltado pela literatura vigente (11).

De acordo com os entrevistados, os pessedistas e trabalhistas disputavam o eleitorado italiano e caboclo e os udenistas e perrepistas, os imigrantes e descendentes de alemães. Falando a respeito, José de Miranda Ramos, comenta:

"Os partidos políticos chapecoenses disputavam a mesma faixa do eleitorado. Era tudo mesclado. Madeireiros, colonizadores, comerciantes, colonos, advogados. Só que no caso da UDN era mais na zona alemã e o PRP em Itapiranga".

Prosseguindo ele afirma:

"No PTB só votavam os italianos e caboclos. Os alemães eram integralistas ou udenistas."

A identificação do eleitorado udenista, em áreas de colonização alemã, de acordo com alguns entrevistados e a literatura existente, remonta a campanha de nacionalização, ocorrida na era Vargas, durante os governos de Aristiliano e Nereu Ramos (este último agora líder do PSD), quando os imigrantes e/ou descendentes de alemães, foram perseguidos, presos e maltratados (12).

3.3. Os Partidos Políticos Chapecoenses

O PSD chapecoense foi controlado durante sua existência - 1945 a 1965 - pela família Bertaso, tendo na sua presidência, o filho do cel. Bertaso, engenheiro civil, Serafim Enoss Bertaso. O diretório municipal do PSD de Chapecó foi aprovado pelo TRE, na data de 05 de dezembro de 1946 (13). Era composto pelos seguintes membros: Serafim Bertaso (engenheiro, colonizador e madeireiro); Domingos Giorno (funcionário público); José D. Silva; Vicente Cunha (advogado); Luiz Lunardi (comerciante, industrial madeireiro - Xaxim); Ernesto F. Bertaso (Colonizador e industrial madeireiro); Ventura Migliorini (industrial-madeireiro- Fachinal dos Guedes); Fredolino Zimmer (industrial-madeireiro-São Carlos); João Both (jornalista e industrial - Itapiranga); Abilio Daronch -industrial-Mondaiá); Albano Gilioli (tabelião em Caxambú); Cid Loures Ribas (advogado).

Antes das eleições municipais de 1947, o partido é reestruturado. No dia 17 de julho de 47, a executiva estadual do

PSD, entrou com um pedido no Tribunal Superior Eleitoral, visando à reorganização do diretório municipal de Chapecó. O TRE pronunciou-se favoravelmente em 07 de agosto do mesmo ano, ficando a diretoria assim constituída: engenheiro civil, colonizador, industrial-madeireiro, Serafim Bertaso (presidente); funcionário público, Domingos Giorno (vice); advogado Vicente Cunha (1. secretário); industrialista-madeireiro, João Batista Zeca (2. secretário); funcionário público, Ary Carvalho Porto (1. tesoureiro); dentista Fidelis Libero Grandó (2. tesoureiro).

Membros: industrial-madeireiro, Ventura Migliorini; industrial-madeireiro, Arthur Argeu Lajus; colonizador, industrial-madeireiro, Ernesto Francisco Bertaso; advogado, Cid Loures Ribas; médico, Darci de Camargo; advogado, Lenoir Vargas Ferreira; escrivão de paz, Euclides Marinho; jornalista e industrial, João A; Both, tabelião, Albano Gilioli; industrial-madeireiro, Fredolino Zimmer; industrial-madeireiro, Abilio Daronch e comerciante, Luiz Lunardi (14).

A composição inicial do partido revela uma forte vinculação sócio-econômica das empresas colonizadoras e dos madeireiros - setores que predominavam na economia local na época. Participavam ainda da agremiação política, comerciantes, dentistas, jornalistas e funcionários públicos. Constata-se assim que apesar do município possuir uma característica essencialmente rural, predominam elementos de origem urbano/burocrático/industrial/comercial (principalmente madeireiros e colonizadores) na formação pessedista em Chapecó.

Quanto as bases eleitorais, principalmente no que diz

respeito aos três maiores partidos políticos do município - PSD, UDN e PTB - disputam, segundo os entrevistados, a mesma faixa sócio-econômica do eleitorado: os proprietários rurais, os da cidade e os profissionais liberais. Diferindo assim da caracterização apresentada nas páginas anteriores, em relação aos padrões dominantes no contexto nacional.

Por outro lado, como já falamos no texto acima, os entrevistados ressaltam o viés étnico no que diz respeito à base eleitoral das agremiações partidárias de Chapecó. Nesse sentido, o pessedismo chapecoense dominava eleitoralmente, nos primeiros anos do período multipartidário, principalmente nos distritos de Chapecó, Xanxerê, Xaxim e Dionísio Cerqueira, regiões de colonização italiana e de caboclos, aspecto que confirmaremos nos próximos capítulos do trabalho.

O Partido Social Democrático chapecoense nasce forte em termos organizacionais, pois como vimos, é o único partido existente em Chapecó nas eleições de 1945. Além disso, na eleição para deputado estadual, em 19 de janeiro de 1947, dos quatro candidatos que concorreram por Chapecó, pelas legendas do PSD, UDN, PRP e PTB (15), vence apenas o PSD; na eleição municipal de 23 de novembro de 1947, o prefeito eleito é do PSD, com 60.09% dos votos (16), sendo que, na ocasião, o PSD elege 9 vereadores contra 3 da UDN e 1 do PTB, obtendo ampla maioria na Câmara Municipal, com 76.05% dos votos.

Um outro indicador da estruturação do PSD é que participam do diretório municipal, membros de outros distritos do município: São Carlos, Fachinal dos Guedes, Xaxim, Caxambú, Mondai e Itapiranga, com o partido estendendo a sua rede organizacional a

essas localidades.

Nota-se, por outro lado, um leve declínio do PSD a partir de 1950, que acompanharemos nos próximos capítulos desta dissertação. A queda do PSD demonstra que na verdade houve um inchaço artificial de suas bases eleitorais, nas primeiras eleições do período, ocasionado pela superioridade de sua estruturação - baseada na máquina do Estado herdada do Estado Novo - em relação aos demais partidos políticos.

Percebe-se ainda que em relação a sua representação no legislativo estadual, os interesses do Partido Social Democrático, de Chapecó, foram defendidos por advogados (17). De acordo com Dittrich (1985:56), "o PSD quando escolhia um candidato ao posto eletivo, fosse prefeito ou deputado, entre vários elementos, quase sempre dava preferência ao advogado".

O diretório municipal da União Democrática Nacional foi fundado no dia 11 de dezembro de 1946, e teve como presidente, Pedro da Silva Maciel (comerciante); vice, Otávio Celso Rauen (médico); secretário Jacy Bernardes (pedreiro); tesoureiro Dorival Padilha (funcionário público) (Laus, 1985: 131). Seus membros eram: Marcelino Joaquim de Moura (comerciante), Rubens Carvalho Rauen (médico), Manoel Gregório de Mattos (colono); Moisés Garcia de Paula (colono), Julio Republicano Pereira (comerciante), Guemorvan Araujo Winckler, de Xanxerê (comerciante), Odoacro de Paula Muniz; Carlos Grutzmann, Eduardo Pompermaier, Bruno Glufke, de Mondai (comerciante),

José Maier, João Muxfeld, de São Carlos (colono) e Olímpio Machado (18).

Pela relação acima verifica-se que a agremiação partidária foi organizada por pessoas que estiveram vinculadas ao governo implantado em 1930 e que formaram a dissidência pessedista nas eleições de 1945. Pedro da Silva Maciel foi eleito vereador pelo Partido Liberal, em 1936 e nomeado prefeito provisório do município, no mesmo ano. Otávio Celso Rauen, foi designado para cargos nos postos médicos do município e do Estado, respectivamente em 1943 e 1944. Jacy Bernardes foi secretário da prefeitura de Chapecó, durante o Território Federal do Iguassú (19).

O partido era liderado por elementos de origem urbana liberal, principalmente médicos, advogados e comerciantes, atividades que passam a desenvolver-se com a expansão do processo de urbanização, a partir de 40. Chama atenção, por outro lado, a presença de colonos na formação da UDN chapecoense, constatando-se assim a presença de elementos urbanos e rurais.

As duas primeiras atividades - medicina e advocacia - proporcionam uma feição clientelista, assumida no exercício das profissões liberais, no contexto político local. Tal característica pode ser confirmada no depoimento do ex-prefeito e advogado, José de Miranda Ramos, do PTB, a autora:

"Nós arregimentávamos os eleitores na base da amizade e do serviço, principalmente na advocacia, através do qual se formava um elo, uma troca de favores."

Quanto a base regional da União Democrática Nacional chapecoense, encontrava-se concentrada, basicamente, no Vale do

rio Uruguai, nos distritos de São Carlos, Palmitos e Mondai, áreas de colonização alemã.

A UDN de Chapecó nasce com uma base de estruturação fraca. Embora não tenhamos encontrado dados sobre o número de diretórios municipais formados e sobre o número de filiados, os dados a seguir são indícios nesse sentido. O partido não elege deputado estadual em 47 e em 50, nem chega a lançar um nome para concorrer ao legislativo estadual. Na eleição para o legislativo chapecoense, em 1947, faz apenas 12.95% dos votos, contra 76.05 do PSD. Além disso, em 1950, na ocasião da coligação das oposições para concorrer à prefeitura municipal de Chapecó, é lançado para prefeito, um candidato do PTB.

A sua débil organização partidária local inicial, faz com que lideranças de municípios vizinhos, como Campos Novos, Joaçaba e Lages, concorram a cargos eletivos estaduais e federais por Chapecó, ocupando espaço político de lideranças locais. Contudo, o partido apresenta uma tendência de crescimento, ao longo do período pluripartidário, tanto no âmbito regional, quanto no município de Chapecó.

O Partido Trabalhista Brasileiro, de Chapecó, na ocasião da sua fundação, também é liderado por uma pessoa vinculada ao governo de Getúlio Vargas, já que o seu presidente - José de Miranda Ramos - foi nomeado promotor público da comarca em 1943, tendo sido filiado inicialmente, em 1945, ao PSD. Miranda Ramos (20) recorda que:

"Os partidos políticos começaram a se organizar em

Chapecó, durante o Território. Assim que redemocratizaram começou. Foi criado o PSD, o PTB foi criado mais tarde. O PSD e a UDN foram antes. Eu comecei no PSD, porque era promotor público nomeado, aquela coisa. Mas depois, em 1946-47, fundamos o PTB... Teve muita gente que saiu do PSD e foi pro PTB".

No dia 22 de dezembro de 1946, o jornal "A Voz de Chapecó" publica "a pedido", uma comunicação sobre a organização do PTB no município. O seu diretório ficou assim constituído. Advogado José de Miranda Ramos (presidente); advogado, Acyr Bittencourt Lobo (1. vice); industrial-madeireiro, Aquiles Tomazelli (2. vice); Otero Basso (1. secretário); advogado Lourenço Alves de Deus (2. secretário); comerciante Dorvalino Félix Nora (1. tesoureiro); industrial-madeireiro, Alberto Ferronato (2. tesoureiro). Membros: Astrogildo Scheidt; colono Josué Annoni; comerciante Arno Fávero; colono Pedro Loss, Comissão de Propaganda: comerciante José Silva de Carvalho; funcionário público, Ely Draúzio Fortes; Claudino Dias; Antonio Trombetta e Salvador G. Zeferino (21).

Já no Tribunal Superior Eleitoral, o primeiro documento encontrado sobre a criação do PTB de Chapecó, é do dia 08 de novembro de 1947 (22), quando ocorreu o registro do seu diretório. Consta como presidente o advogado José de Miranda Ramos; 1. vice, o industrial-madeireiro, Alberto Ferronato; 2. vice, o industrial-madeireiro, Aquiles Tomazelli; secretário geral, promotor Acyr Bittencourt Lobo; 1. secretário, comerciante Bruno Sperandio; 2. secretário, comerciante José Silva de Carvalho; 1. tesoureiro, relojoeiro Dorvalino Felix Nora; 2. tesoureiro madeireiro, Rui Ferronato. Membros: Pascoal

Moro, Arlindo Potrich, Fermino Vanzin, Ricardo Lago, Salvador Guilherme Zeferino, colono José Meneghini, pedreiro Arno Fávero, Santo Garrafeti, João Palú e Luiz Avelino Vicenti (23).

Apesar do PTB ser identificado como "partido dos trabalhadores" - "se dizia que era do colono, do mais pobre, do mais humilde" (24) - a maioria de suas lideranças partidárias e representantes, tinham origem urbana/burocrática/liberal/comercial. São eles, advogados, funcionários públicos e comerciantes, sendo que no início da sua organização, participam também alguns industriais madeireiros e colonos. Constata-se assim, uma grande diversidade ocupacional dos membros petebistas.

Por outro lado, de acordo com José de Miranda Ramos, a base eleitoral da agremiação partidária era:

"Xanxerê, Xaxim,, São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira e Campo Erê. Nas zonas de colonização italiana e dos caboclos. Disputava espaço com o PSD. Os dois se diziam getulistas."

O ex-líder político de Chapecó ressalta que o partido era formado pela "gauchada, o pessoal do RS", tendo sido o estigma getulista que carregou a adesão dos migrantes gaúchos e dos caboclos da região.

A estrutura inicial do partido é precária. Apesar de apresentar um candidato para Assembleia Legislativa em 1947, em novembro do mesmo ano não concorre com candidato para prefeitura municipal e elege dois vereadores pela legenda da UDN, fazendo 10.91% dos votos.

Mas em 50 ocorrem mudanças neste cenário, com uma expressiva votação do PTB. O fato de um petebista assumir o

comando do executivo local e da agremiação partidária eleger diretamente três vereadores, são indicadores nesse sentido. O crescimento partidário do PTB chapecoense está ligado as coligações feitas inicialmente com a UDN (1947 e 1950) e a partir de 1955, com o PSD, pois o partido colocava-se como "fiel da balança" entre os dois maiores partidos políticos de Chapecó, podendo negociar a partir dessa condição.

De acordo com José de Miranda Ramos e Odilon Serrano (25), o partido assume tendência progressista (embora moderada), desde o início da sua fundação, "pois identificava-se com a doutrina de Alberto Pasqualini, do RS". Apesar de não aprofundarmos esta questão, Carreirão (1990:49) sublinha que "no nível municipal e ao nível do eleitorado, parece ter havido uma razoável influência das tendências nacionais do partido, de cunho reformista", na ocasião da formação do PTB catarinense.

Vale ressaltar que o presidente do diretório municipal de Chapecó, deputado estadual José de Miranda Ramos (26), participa da corrente política liderada por Doutel de Andrade, tendo sido eleito 1. secretário do diretório estadual do PTB, em maio de 1959 (Lenzi, 1983:178).

O Partido de Representação Popular surge em Chapecó, no final de 1946 ou início de 1947, pois na eleição de janeiro de 47, lança o electricista Elias Ewêncio, diretor de obras públicas da prefeitura de Chapecó, na época do Território do Iguassú, como candidato a deputado estadual (27). Se bem que não localizamos o registro do diretório municipal do PRP, deste

período, no TRE.

Para as eleições municipais de novembro de 1947, o partido não lança candidatos, demonstrando a debilidade do PRP local. Em 19 de agosto de 1950, a executiva estadual do partido, enviou ao TRE o pedido de registro dos seguintes membros do diretório municipal de Chapecó. Presidente: comerciante Ervino Eugenio Jaeger; vice: industrialista, Arthur Goerck, de Itapiranga; secretário: comerciante, Willibaldo Stuelp; Vogais: colono, Hugo B. Werlang, de São Carlos e colono Germano José Rabuske (28).

Na eleição municipal de 50, o PRP chapecoense participa da "coligação democrática" firmada pela UDN, PTB e PRP, apoiando os nomes da UDN. Na ocasião o partido elege um vereador, mas com a emancipação do distrito de Itapiranga, em 1953, o perrepismo perde força política no município de Chapecó, não conquistando mais nenhum espaço na Câmara Municipal chapecoense.

Ou seja, na região oeste o PRP passa a ser representativo a partir de 1953, principalmente no município de Itapiranga, de colonização alemã. De acordo com Carreirão (1990: 70), no que diz respeito as eleições legislativas estaduais de 1954 e 1958, a concentração de votos em Itapiranga é claro, conquistando nos dois pleitos, o único perrepista à Assembléia Legislativa do Estado. "Em 1954, 72% dos votos da Zona Oeste provêm deste município e em 1958, 38%..É certo que isto se deve ao candidato Querino Flach, eleito em 1958, com 2501 votos, dos quais 69% provêm de Itapiranga".

Segundo Genir Destri, entrevistado por Carreirão (Idem), "Querino Flach era uma liderança partidária...O PRP se tornou

uma religião quase como o PT de hoje, guardadas as devidas circunstâncias ideológicas. Era um partido de muita disciplina".

O Partido de Representação popular não limitava suas atividades aos períodos eleitorais, realizando reuniões doutrinárias regulares nos núcleos distritais e nos diretórios municipais. No entanto, Carreirão (Idem, p. 50) ressalta que apesar de um dos "princípios" do PRP (e do Integralismo) ser "o combate à política oligárquica, vista como uma manifestação nefasta do "liberalismo" na política nacional, a prática do PRP catarinense foi exatamente a de se coligar às oligarquias dominantes no Estado".

O Partido Social Progressista somente foi formado em Chapecó, em 1950 e tinha na sua liderança o ex-udenista, médico Rubens Carvalho Rauen. O diretório municipal foi reconhecido pela executiva estadual do partido, no dia 25 de julho de 1950 (29), onde destacam-se pessoas ligadas ao setor urbano/comercial. Dele fazem parte o médico Rubens Carvalho Rauen (presidente); industrial Alcides Boss (1. vice-presidente); comerciante Altair Ramos (2. vice-presidente); comerciante Nestor Limongi (secretário geral); comerciário Zeno Benedito Ribeiro da Silva (sub-secretário geral); industrial/comerciante Cristiano Winckler (tesoureiro geral); industrial/comerciante Peri Winckler (procurador-geral). Diretores vogais: comerciante Ariovaldo Boss; comerciante Mansueto Longo; comerciário Sadi Loureiro Antonio ; comerciário Emilio Moraes e agricultor Excelentino Antônio Tomazini.

O diretório municipal do partido acabou sendo reestruturado em 29 de maio de 1952 (30), permanecendo na sua presidência o médico Rubens Carvalho Rauem. A partir dessa data começa a destacar-se como liderança regional, o comerciante Leopoldo Olavo Erig, de São Miguel do Oeste, eleito na ocasião, presidente do Conselho Municipal do PSP. Ele é eleito deputado estadual em 1954, quando São Miguel do Oeste não pertencia mais ao município de Chapecó e assume a presidência regional da agremiação partidária, em 1955.

A organização partidária do PSP chapecoense era débil. Mesmo assim, elege um vereador em 1950, tendo sido o único partido chapecoense a não lançar candidato para a Assembléia Legislativa, nesse ano. Já em 55 comanda a sucessão municipal oposicionista, com um candidato a prefeito pessepista.

Quanto a data da constituição do Partido Libertador também há dúvidas. No jornal "A Voz de Chapecó", de 17 de setembro de 1950, saiu noticiado a formação do diretório municipal do PL, com a seguinte nominata. José Leal Filho (presidente honorário); Heitor L. Angeli (presidente); Gomerinda Brumm (vice-presidente); industrial Alexandre Tiezerini (1. secretário); Ary Simão (2. secretário); Otacílio Virth (1. tesoureiro); Irineu Lavarda (2. tesoureiro). Mas o Partido Libertador não participa das eleições de 1950.

Em 1953, o partido entra em fase de estruturação, visando às eleições nos dois anos seguintes. De acordo com uma certidão encontrada no TRE, o diretório municipal de Chapecó

foi constituído em 24 de maio de 1953 (31). A sua diretoria era composta por: gen. Fidêncio de Souza Mello Filho (presidente honorário); advogado Gaspar Coitinho (presidente); Carlos Antonioli (1. vice); Augusta Schaeffer (2. vice); Heitor Lotieu Angeli (3. vice); dr. J. P. Fontoura Bastos. (secretário geral); Moacir Trein (1. secretário); dr. José Leal Filho (2. secretário). Membros: Gustavo Hack; Leandro Ferreira Porto; Getulio Lorenzoni; Godorino Ochoa; Ataides Machado; Adão Pivotto; Pedro Bortoluzzi; Waldemar Stangler; Francisco R. de Moura; Victor de Abreu Leiria; Guilherme da Luz, comerciante Heitor Pasqualotto e Dario Farias.

Mas a organização do partido era precária. O PL se alia nas eleições de 1954 e 55, à União Democrática Nacional e demais pequenos partidos. No pleito de outubro de 54, elegeu um vereador, porém pela legenda da UDN.

O Partido Democrata Cristão, de acordo com o jornal "O Imparcial", de 28 de setembro de 1958, foi fundado em 1958, e instalou sua sede em Chapecó, em setembro deste ano. Contudo, no Tribunal Regional Eleitoral somente localizamos a ata de reestruturação do diretório municipal de Chapecó, que ocorreu em 23 de março de 1965, sendo que o acórdão do TRE saiu em 04 de junho de 1965.

Na ocasião foram escolhidos os seguintes membros do diretório: Presidente, Ivo Patussi, comerciante; 1. Vice-Presidente, Lauro Dresch, construtor; 2. Vice-Presidente, Dórico da Silva, enfermeiro; 3. Vice-Presidente, Gentil Fortunato

Frandaloso, comerciante; Secretário Geral, Dino Antônio Patussi, jornalista; Secretário de Organização Partidária, Antenor Dalla Vecchia, bancário; Secretário de Finanças, Nilo Ficagna, industrial; Secretário de Propaganda, Nelson Fávero, operário; Secretário de Estudos, Basílio Daniel, funcionário público; Secretário de Formação e Arregimentação de Militantes, Irady Donato, alfaiate; Secretário de Juventude, Americano Chaves Viana, estudante; Secretário do Trabalho, Hilário Badin, aviador. Diretores Vogais: Isaias Della Torre, agricultor; Avelino Gasparin, alfaiate; Raimundo Morelatto, comerciante; Roberto Gauery; Armindo Dresch, operário; Pedro Giaretton, celeiro; Pedro Dala Costa, agricultor; Dorvalino Fávero, alfaiate; Waldomiro Wiazorskowski, operário (32).

O PDC era um partido fraco, apesar da região oeste ter eleito um deputado estadual, natural de São Miguel do Oeste, em 1958. No município de Chapecó, um indicador de sua debilidade é o fato de não ter eleito vereador em 1958 e nem em 1962, quando seus candidatos concorreram pela legenda da UDN.

Constata-se ainda que os pequenos partidos - PDC, PRP e PL - em nenhuma das eleições a serem analisadas, lançaram candidatos à prefeitura municipal. Somente para vereadores e deputados, mesmo porque não possuíam condições de competir com os grandes partidos, com quem se coligavam, barganhando ganhos eleitorais.

4. Estratégias na Conquista do Poder.

A seguir apresentamos as estratégias que envolvem a luta pela conquista e/ou manutenção do poder no âmbito estadual e municipal, objetivando dar uma visão do conjunto das práticas realizadas no período, mesmo porque constatamos, através das entrevistas realizadas e das pesquisas em jornais, que no plano local, normalmente, seguiam-se as determinações políticas e adotava-se os mesmos mecanismos utilizados no plano estadual e/ou federal.

No caso dos partidos políticos catarinenses, Carreirão (1988 : 40) menciona a utilização da máquina administrativa, associada a práticas clientelistas, como estratégia política adotada na luta pela conquista do poder político, principalmente pelo PSD e a UDN. Segundo o autor "o clientelismo e as campanhas eleitorais eram subvencionadas não só a partir do dinheiro público, mas também através de recursos saídos de grupos econômicos". Além disso, o comando da máquina foi utilizado como instrumento de pressão junto a funcionários públicos (Idem).

Em relação à primeira eleição deste período, Laus (1985: : 69) afirma: "a interventoria, na figura do poderoso Nereu Ramos, joga duro. Toda a máquina administrativa do Estado é acionada em favor do PSD e violentamente contra a UDN e seus adeptos".

Já Dittrich (1981 : 49), defende a tese de que: "Em todos os pleitos legislativos, sem exceção, seria vitorioso o

partido que, naquele momento, detinha o governo do Estado. O partido do governador se beneficiava da máquina do Estado e da sua posição de prestar favores e exercer pressões em benefício de seus candidatos nas eleições legislativas".

A autora aponta ainda um dado importante sobre a questão do clientelismo, (mas generalizado ao conjunto dos partidos, sem diferenciá-los): "Observa-se que para 85% dos deputados o cabo eleitoral era muito importante...De acordo com as declarações dos deputados, os favores prestados pelos cabos eleitorais aos eleitores eram financiados, em primeiro lugar, pelo candidato que o cabo eleitoral apoiava, e em segundo lugar, às expensas do próprio cabo eleitoral" (Idem, p. 85).

Os conflitos de interesse em Chapecó, durante o período multipartidário, passam por conturbados processos eleitorais, com denúncias de corrupção, coação a eleitores e como veremos, até com um linchamento de quatro pessoas, ocorrido pós-eleição de 50; pela ação administrativa, com nomeação e demissão de funcionários; além de denúncias de desmandos políticos administrativos que resultaram em vários processos judiciais e o assassinato de um Intendente Exator Municipal, da UDN, por um advogado do PSD.

Constata-se assim, por parte dos grupos políticos do lugar, da utilização da máquina eleitoral do governo, do favoritismo político e da perseguição aos adversários, até mesmo com o uso da força, características sobreviventes da Primeira República, como forma de se perpetuar ou conquistar o poder local. Configura-se, nesse contexto uma prática clientelista estreitamente ligada à máquina do Estado, envolvendo uma troca de

compromissos entre o governo estadual e o local. Esta articulação de interesses, por sua vez, resulta na distribuição de benefícios por parte do Estado ao município, seja do ponto de vista material/recursos como na de nomeação de cargos, em troca de votos que garantam eleições situacionistas.

No capítulo anterior, realizamos um rápido levantamento dos órgãos estaduais e federais que foram sendo criados no município pós-45/47 e que possibilitaram o desenvolvimento de uma política de clientela, em Chapecó, através do controle dos cargos públicos. Além do poder econômico, o emprego público surge como outro instrumento para o controle do poder político chapecoense.

Quanto a UDN estadual, Laus (1985 : 143 e 184) e Carreirão (1990:42-4) mencionam a utilização da máquina financeira do Banco Indústria e Comércio S.A. (Inco), na luta pela conquista do poder, por parte de lideranças deste partido.

Sônia Laus cita os seguintes fatos relacionados ao Banco Inco:

1) A estratégia de Irineu Bornhausen de colocar Genésio Miranda Lins e seu filho Eduardo Santos Lins (vinculados ao Banco Inco) em posições importantes no xadrez político catarinense;

2) Cita entrevista do ex-pessedista Leoberto Leal, no jornal "O Estado", de 08 de março de 1987, em que Leal acusa Irineu Bornhausen, de na campanha de 1947, "fazer de seu banco um instrumento de compressão econômica e propaganda política e das filiais daquele estabelecimento de crédito, um verdadeiro balcão de consciências entregue ao mais escancarado aliciamento de votantes".

3) Em relação à campanha eleitoral de 1950, afirma: "campanha

desenvolvida mais em torno de nomes do que propriamente das siglas partidárias, organizada de forma que a máquina do banco Inco foi colocada a todo vapor na cabala de votos para Irineu Bornhausen e os candidatos udenistas..."

O banco Inco parece ter sido importante não só para a tomada do poder pela UDN, em 1950, como também para o controle do partido por Irineu Bornhausen, a partir de uma rede de lideranças importantes ligadas ao banco. Um outro fato importante é o crescimento acelerado do Banco Inco durante a gestão Irineu Bornhausen, passando a funcionar como uma espécie de banco estadual, com grande parte do dinheiro do Estado circulando naquela instituição financeira, contribuindo assim para a manutenção e fortalecimento de Irineu Bornhausen no poder (Carreirão, 1990:43-4).

No caso de Chapecó, causa polêmica a instalação do Banco Inco, um mês antes da eleição de novembro de 1947. Apesar da clareza da jogada política-eleitoreira que gira em torno do seu estabelecimento, o próprio PSD local defende a criação da instituição bancária e repudia através do jornal "A Voz de Chapecó", de 21 de setembro de 1947, a tentativa da utilização política do banco pela oposição local, conforme veremos no capítulo a seguir.

Constata-se ainda que em 1952, o gerente do banco Inco, de Chapecó, Roberto Francalacci e mais dois bancários faziam parte do diretório municipal da UDN (33).

O PTB no âmbito estadual também utilizou parcelas da máquina administrativa do Estado a que teve acesso, especificamente os órgãos e autarquias vinculados à Previdência

Social. Carreirão (1990:48) cita entrevista do ex-petebista Genir Destri, natural de Chapecó, que relata esta prática, vinculando-a aos progressistas do partido, ligados a Doutel de Andrade. De acordo com Destri,

Jango deu toda a estrutura petebista a Doutel-
o SAMDU; os institutos previdenciários (IAPI,
IAPETEC) que tinham uma boa estrutura na região
carbonífera de Criciúma".

Em Chapecó, segundo o ex-líder político José de Miranda Ramos, os trabalhistas utilizaram-se, principalmente da Previdência Social, na prática do clientelismo partidário local.

Outra estratégia importante dos grupos que mantinham o poder político do Estado, nesta fase, foi o controle dos principais meios de comunicação (Idem, p. 40). O PSD, contou desde o início da sua formação, com o jornal "A Gazeta", isto até 1951. Além disso adquire o jornal "O Estado" e funda a Rádio Guarujá, sob o controle de Aderbal Ramos da Silva.

Quanto à imprensa udenista, seu principal órgão de divulgação foi o "Diário da Tarde", fundado por Adolfo Konder, em 1945. A partir de 51, passa a contar também com o jornal "A Gazeta". Em Lages, Aristiliano Ramos tinha o jornal "Região Serrana", até dezembro de 1946. Irineu Bornhausen comprou a rádio Diário da Manhã, quando governou o Estado (Idem, p. 45-6).

No que diz respeito à imprensa petebista, Carreirão (1990:49,52,55) cita o jornal "A Evolução ". No caso do PRP, o jornal blumenauense, "O Lume"; e do PCB, "A Folha Catarinense", "Unidade" e "Novos Dias".

O controle dos meios de comunicação também constituíam-se

numa importante estratégia dos grupos chapecoenses que controlavam o poder político municipal, conforme veremos com mais detalhes nos próximos capítulos. Tanto o PSD, como a UDN, tinham jornais que representavam formalmente os interesses da situação e da oposição. O PSD possuía o jornal "A Voz de Chapecó", e a "Rádio Sociedade Oeste Catarinense". A UDN, o "Jornal d' Oeste", em 1947 e 48 e funda em 51, o jornal "O Imparcial". Havia ainda o "Jornal do Povo" que assumia uma posição mais independente.

Em relação a "Rádio Sociedade Oeste Catarinense", fundada em 1949 pelo colonizador/madeireiro/vereador e presidente do PSD chapecoense, Serafim E. Bertaso; prefeito Vicente Cunha (PSD); deputado estadual Protógenes Vieira (PSD) e outros, é importante ressaltar que de acordo com De Marco (1991:1), "as concessões, em toda a história da radiodifusão brasileira têm sido orientadas por critérios de cunho eminentemente político". O autor sublinha que em Santa Catarina, durante o período de 1945 a 1964, a elite oligárquica (Ramos e Konder-Bornhausen) e políticos dos partidos por ela controlados, principalmente PSD e UDN, "são proprietários diretos de metade das estações de rádio existentes" (Idem, p. 116).

As coligações eleitorais eram outra estratégia adotada pelos partidos políticos, tanto no âmbito nacional, estadual e local. Sendo que o PTB destacava-se como "fiel da balança", entre os dois maiores partidos - PSD e UDN, impulsionando com esta estratégia, de apoio alternado, o seu crescimento.

Soares (1982:16) ressalta que o fato do "PTB ter uma ideologia mais flexível, instrumental e oportunista (comparando com o PCB), permitiu sua entrada em alianças e coligações com

partidos conservadores no nível municipal". As alianças e coligações significam ainda, segundo o autor, uma "crescente racionalização das estratégias partidárias, em face das normas institucionais então vigentes e de seu embasamento sócio-econômico".

Sobre o comportamento aliancista no contexto nacional, Lima Júnior (1983:43) sublinha que tem "sido frequentemente visto como decorrência de afinidades ideológicas, de estratégias de expansão partidária e da necessidade de maximização dos ganhos eleitorais". Nas competições partidário-eleitorais chapecoenses, verificaremos que ocorrem, principalmente, nos dois últimos casos.

Apesar da expansão da área urbana e do desenvolvimento do setor secundário e terciário, que ocorre ao longo do período, o eleitorado chapecoense, na fase do pluripartidarismo, é ainda essencialmente rural. Enquanto que a política chapecoense nesta fase, de um modo geral, era exercida por políticos que, na sua maioria, vinculavam-se a atividades urbanas, de cunho industrial/comercial e profissões liberais. Chama a atenção, no caso, a diversidade das atividades sócio-econômicas na composição dos partidos políticos, expressando o dinamismo que a sociedade chapecoense ganha neste período, com a expansão populacional e econômica.

Evidencia-se que a passagem da ditadura para a fase de redemocratização do País, proporciona a ascensão das camadas médias urbano/burocrático/liberais na composição e

representação partidária chapecoense. O sistema político que se instala, ao mesmo tempo em que deu novo vigor ao poder das chefias políticas tradicionais, que neste período, têm feição urbana, concede expressão política às novas lideranças urbanas. Controlando os cargos públicos e os votos, através da prática clientelista, velhas e novas lideranças dominam na política local.

No período pós-45, criam-se formas mais sofisticadas de dominação, via clientelismo partidário, meios de comunicação (rádio, jornais) e organizações corporativistas, coexistindo assim, entre as lideranças emergentes e os políticos tradicionais, novas e velhas estruturas e métodos de dominação. Uma vez que a coerção, o uso da força, está presente, principalmente nos primeiros anos da fase pluripartidária.

A política chapecoense, de 1945 a 65, ainda era, essencialmente, uma política feita por membros da elite. Os líderes partidários, e como observaremos nos próximos capítulos, a representação política local, era elitista, onde predominavam os industriais madeireiros, colonizadores, médicos, advogados e comerciantes, que eram eleitos pela população menos privilegiada para serem seus representantes.

Na organização partidária operada por essas elites políticas, está ausente qualquer significado ideológico mais profundo, salvo em alguns momentos do PTB e do PRP. A opção partidária ocorre, principalmente, pela definição oposicionista local, aos herdeiros estadonovistas frente a interesses imediatos inconciliáveis, evidenciando juntamente com a oligarquização da

estrutura partidária, o conservadorismo do sistema partidário chapecoense.

Foi com essas características que Chapecó desenvolveu um tipo de política local pluralista, uma vez que apesar da hegemonia do PSD, ao longo do período, como veremos nos próximos capítulos, outros partidos políticos conquistaram representação na Câmara de Vereadores, na Assembleia Legislativa Estadual e em organizações corporativistas do lugar.

NOTAS

1) Apesar da UDN pregar postulados liberais não objetivava nenhuma transformação substancial na sociedade.

Esclarecemos ainda que quando falamos em partidos conservadores e progressistas, a grosso modo, nos referimos aos que defendem a manutenção do "status quo", no caso os "conservadores", e os que propõem modificações na estrutura sócio-econômica e/ou políticas existentes, como os partidos chamados de "progressistas" ou "reformistas".

2) Benevides (1981:32) esclarece que a Esquerda Democrática não deve ser confundida com uma facção ou ala dissidente da UDN. "A ED nunca pertenceu à UDN, isto é, como grupo organicamente integrado ao partido, mas apenas se compôs com ela, para consolidar a frente única de oposição à ditadura".

3) Não possuímos informações mais precisas quanto a organização do Partido Social Democrático, em 1945 e as eleições deste mesmo ano, pois como Chapecó pertencia ao Território Federal do Iguassú, estas informações constam na instância federal - Tribunal Superior Eleitoral - onde não chegamos a pesquisar. As entrevistas, por sua vez, também não foram esclarecedoras nesse sentido.

4) Através das entrevistas realizadas constata-se que as perseguições constam como uma das principais causas de rivalidades políticas. O médico Otávio Celso Rauen contou os motivos de ser contra os Bertaso, afirmando que teriam tentado aliciá-lo para ficar ao lado do PSD - liderado pela família, mas ele não aceitou, por não querer envolver-se com política. "A partir daí passaram a me tratar mal", diz ele.

Tanto que o médico que foi um dos fundadores do Hospital Santo Antonio, tendo acompanhado e investido na sua construção, esperava ser indicado para administrá-lo, mas "deram a administração clínica para o Doutor Camargo (PSD). Foi uma injustiça que fizeram comigo... cortaram relações, foi uma coisa". Otávio Celso Rauen lembra ainda, que seu irmão Rubens Rauen, também médico, foi proibido de entrar no hospital. "Ficavam com capanga armado pra não deixar ele entrar". Diante desta situação, montaram um hospital provisório e posteriormente passaram a construir sua própria instituição hospitalar (Entrevista realizada pela autora com o ex-udenista Otávio Celso Rauen, em 25 de agosto de 1992, em Xanxerê).

O ex-trabalhista José de Miranda Ramos confirma as perseguições políticas da época, em entrevista a autora, ressaltando principalmente "a transferência de funcionários e a demissão de cargos". O ex-coletor estadual, pessedista Arnaldo Mendes conta que ficou um "aficcionado" por política, depois de ter perdido seu cargo de coletor estadual em Chapecó, em 1950, depois da vitória da oposição - PTB/UDN.. "Eu queria vingança, revanche", afirma ele, iniciando assim na carreira política.

Arnaldo Mendes declarou ainda que "a perseguição política era muito forte na época. Funcionário que era contra, não podia se meter, pois se perdia a eleição, estava ralado. Todo funcionalismo. Desde o empregado mais graduado até os menores. Se outro partido vencia a eleição, mudava todo o funcionalismo, todo o quadro funcional. Era uma coisa muito séria".

5) O médico Otávio Celso Rauen foi nomeado chefe do Posto de Saúde do Estado, em 1944, já durante o Território Federal do Iguassú. Pedro da Silva Maciel, por sua vez, foi nomeado prefeito no governo Vargas, em 1936.

6) Entrevista realizada pela autora com Otávio Celso Rauen. Op.cit.

7) Apesar do filho do cel. Bertaso, engenheiro civil, Serafim Enoss Bertaso projetar-se na política, a partir de 1944, quando é nomeado prefeito de Chapecó e ser o presidente do diretório municipal do PSD, depois de 1945, constata-se nas entrevistas que a liderança maior cabia ao coronel Ernesto Francisco Bertaso. De acordo com José de Miranda Ramos, "o coronel não era propriamente político. Política quem fazia era o filho. O cel. era mais comerciante. Se bem que ele era o chefe, que mandava em tudo. Mas politicamente, de concorrer a cargos, não". Otávio Celso Rauen confirma: "O Serafim fazia o que o pai mandava". Ou seja, como a família liderava economicamente e conseqüentemente politicamente na região, as tarefas eram divididas entre os membros da família. Enquanto que o cel. dedicava-se mais

especificamente aos negócios privados da família, cabia ao filho Serafim a direção política, ou seja, atuar no poder público.

8) Entrevista feita pela autora com José de Miranda Ramos, em Florianópolis, em 10 de junho de 1992.

9) Idem.

10) Benevides (1981), Hippólito (1985) e Lippi (1973) dão indicadores em relação a oligarquização do PSD e da UDN nacional.

11) A inexistência de resultados eleitorais e de dados econômicos por distrito não nos permitem identificar as bases partidárias pelo critério de classe e clivagem rural/urbana do município de Chapecó, ao longo do período. Nas conclusões que nos arriscamos a fazer nesse sentido baseamo-nos apenas nas entrevistas. Por outro lado ainda, a falta de dados de "surveys" sobre o comportamento eleitoral chapecoense não nos permitem trabalhar com a identificação partidária do eleitorado chapecoense, no sentido de saber se ele distingue os partidos em termos de ideologias e/ou práticas políticas .

12) De acordo com Corrêa (1984:234), os governos de Aristiliano e Nereu Ramos preocuparam-se com uma política de nacionalização nas regiões de colonização alemã. As perseguições no extremo oeste catarinense, principalmente em Itapiranga, Mondai, São Carlos eram uma constante e com o Estado Novo, aumentaram as prisões (Jornal "A Voz de Chapecó", agosto e julho de 1939). Vários conhecidos da autora, da região de Mondai, ficaram presos

na cadeia de Chapecó. Em Itapiranga houve a substituição dos professores alemães, por professores de Chapecó (Entrevista com Timóteo Paz de Freitas, CEOM, 1986 e 1988).

13) TRE - Pedido de Registro de Órgãos Executivos Municipais do PSD - Ano 1945 a 49.

14) Idem.

15) PSD- Cid Loures Ribas (eleito).

UDN- Otávio Celso Rauen.

PTB- José de Miranda Ramos.

PRP- Ewêncio Elias.

16) Prefeito eleito pelo PSD em 47, Vicente Cunha. Concorreu com João Winckler, da UDN.

17) 1947 - advogado Cid Loures Ribas

1950 - advogado Lenoir Vargas Ferreira

1954 - advogado Lenoir Vargas Ferreira

18) TRE - Pedido de Registro do Diretório Municipal da UDN - 1947. O pedido de registro foi enviado pela executiva estadual em 30 de dezembro de 1946.

19) Atas de posse da prefeitura municipal de Chapecó - 1931 a 1953.

20) Entrevista realizada pela autora com José de Miranda Ramos.
Op. cit.

21) Há dificuldade de precisar a fundação do PTB chapecoense, uma vez que na entrevista feita pela autora com Rivadávia Scheffer, ele afirma ter sido um dos fundadores do PTB local, junto com o coletor estadual Paulo Marques e outros, mas seus nomes não aparecem citados na relação dos membros do partido, em dezembro de 1946. Scheffer conta ainda que José de Miranda Ramos, presidente do PTB em 46, somente ingressaria no partido mais tarde. (Entrevista realizada pela autora com Rivadávia Scheffer, em 26 de setembro de 1992, em Chapecó).

22) TRE - Pedido de Registro de Diretórios Municipais do PTB - 1947.

23) Sentimos dificuldade em precisar as bases sócio-econômicas dos membros dos diretórios dos partidos políticos no município de Chapecó, porque nem todos especificam na nominata dos diretórios, as atividades econômicas, nem o local de residência de seus membros. Completou-se os dados, na medida do possível, com informações obtidas em outras fontes (documentos, jornais, entrevistas e livros).

24) Entrevista com José de Miranda Ramos. Op. cit.

25) Entrevista realizada pela autora com o ex-petebista Odilon Serrano, em Chapecó, no dia 28 de agosto de 1992.

26) Apesar de estar atuando na Assembléia Legislativa do Estado, José de Miranda Ramos é eleito novamente presidente do diretório municipal do PTB, de Chapecó, em 24 de junho de 1956. Em 13 de março de 1960, Adão Eugênio Pante assume a presidência do

partido (Fonte: TRE/SC).

27) Jornal "A Voz de Chapecó ", de 02 de fevereiro de 1947.

28) TRE - Pedido de Registro do Diretório Municipal do PRP -
1955.

29) TRE - Pedido do Registro de Diretórios Municipais do PSP -
1950.

30) TRE - Requerimento do PSP, pedindo o registro dos diretórios
municipais - 1953.

31) TRE - Pedido de Registro do Diretório Municipal do PL -
1954.

32) TRE - Pedido de Registro do Diretório Municipal de Chapecó -
PDC - 1965.

33) TRE/SC - Pedido de Registro de Diretórios Municipais da UDN -
1953.

CAPITULO 5

A HEGEMONIA PESSIEDISTA. ELEIÇÕES DE 1947

A partir deste capítulo enfocamos os processos eleitorais do período multipartidário, no município, apresentando também os resultados dos pleitos no âmbito estadual. Como não possuímos maiores informações sobre o pleito eleitoral de 1945, quando o município ainda pertencia ao Território Federal do Iguassú, iniciamos nossa análise a partir das eleições estadual e municipal, que ocorrem respectivamente em janeiro e novembro de 1947.

Nesse sentido apresentamos: aspectos das campanhas, a representação nas eleições, articulações partidárias, estratégias eleitorais, resultados eleitorais, composição da Câmara e do Governo e representação de interesses. Ressaltamos ainda as ações dos partidos políticos, que serão analisados pela reforma administrativa (quadro administrativo, nomeações), orçamentos municipais e criação de projetos-leis e instituições.

1. Eleições Estaduais de Janeiro de 1947

O pleito eleitoral de 19 de janeiro de 1947, onde foram escolhidos o governador do Estado, dois senadores, um deputado federal e suplentes e 37 deputados estaduais, mobilizou todo o Estado. A população chapecoense que vivenciou na ocasião a primeira eleição, após o Estado Novo e da sua reintegração ao território catarinense, presenciou momentos de grande agitação política (1). O auge da campanha aconteceu em dezembro com a visita dos candidatos a governador pelo Partido Social Democrático e da União Democrática Nacional, ao oeste catarinense (2).

O primeiro dos candidatos ao governo do Estado a chegar na região foi Aderbal Ramos da Silva, da coligação PSD/PTB. Ele foi recepcionado por lideranças peessedistas, no dia 01 de dezembro de 1946, no distrito de Fachinal dos Guedes. Por volta dos dias 5 e 6, aconteceu um comício na cidade de Chapecó, com a presença de um grande público (3).

No dia 15 de dezembro de 1946, "A Voz de Chapecó", noticia a visita ao oeste do candidato udenista ao governo estadual, Irineu Bornhausen. Na ocasião também foi fundado - em 11 de dezembro - o diretório municipal da UDN, de Chapecó (Laus, 1985: 131).

Apesar do pouco tempo de organização dos partidos políticos no município, principalmente da UDN, PTB e PRP, foram lançados quatro candidatos a deputado estadual por Chapecó:

a) o advogado e ex-promotor público da comarca em 1939, Cid Loures Ribas (PSD);

- b) o eletrecista e ex-diretor de obras públicas da prefeitura, Ewêncio Elias (PRP);
- c) o médico e ex-chefe do Posto de Saúde, Otávio Celso Rauen (UDN);
- d) o advogado e ex-promotor público da comarca, José de Miranda Ramos (PTB).

A fraca organização partidária inicial, não permitiu que concorressem candidatos a deputado federal e a senador pela região.

Antes mesmo das eleições, no dia 12 de janeiro de 1947 (4), o Interventor Federal no Estado, Udo Deeke nomeia o então prefeito Serafim Enoss Bertaso, para o cargo de engenheiro chefe da Inspetoria do Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Órgão que somente foi instalado em Chapecó, em 22 de fevereiro de 1947, após o pleito eleitoral (5). O fato revela uma visível estratégia, envolvendo compromissos político-eleitorais, entre o governo estadual e o local.

No lugar de Serafim E. Bertaso assume como prefeito, o Secretário Municipal, advogado e diretor do jornal "A Voz de Chapecó", Vicente Cunha, nomeado pelo governador do Estado, em 20 de fevereiro de 1947 (6). Foi substituído pelo delegado regional de polícia, Arthur Argeu Lajús, em abril do mesmo ano (7).

Durante a campanha eleitoral, o alvo preferido para as críticas da oposição, no caso, a UDN e o PRP, foi a administração de Serafim Bertaso, durante o período de vigência do Território Federal do Iguassú. Os adversários políticos acusam-no, nos

comícios realizados nos distritos, de ter desviado dinheiro público destinado para construção de pontes e estradas no município (8).

Mas por trás dessas denúncias estão desavenças políticas entre ex-aliados. Ou seja, envolvem o prefeito e chefe político do PSD, Serafim E. Bertaso e o ex-diretor de obras públicas do município, Ewêncio Elias, que lidera o PRP chapecoense e que foi dispensado do cargo, ainda antes das eleições de janeiro. A polêmica estende-se por vários meses, depois das eleições com a publicação de diversos artigos na imprensa, contra o ex-aliado e agora inimigo político dos Bertaso, Elias Ewêncio, representante do integralismo na região (9).

O Partido Social Democrático foi o grande vencedor das eleições, no âmbito estadual. Elegeu o governador Aderbal Ramos da Silva, os dois senadores, o deputado federal e das 37 vagas para a Assembléia Legislativa, ocupou 21 (Lenzi, 1983:229-30).

Em Chapecó também venceu o PSD, elegendo para deputado estadual, o advogado Cid Loures Ribas, com 55,71 % votos. Para Governo do Estado foi vitorioso o candidato do PSD (coligado com o PTB), com 62.12% dos votos, contra 37.88% da UDN (10). Este resultado demonstra a força política dos pessedistas na região, herdeiros da máquina administrativa-eleitoral do governo Vargas (Confira nas tabelas 12 e 13).

TABELA 12

VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS DESTINOS À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

19/01/1947

Legendas	Votos	%
PSD	2.872	55,71
UDN	1.487	28,85
PTB	438	8,50
PRP	358	6,94
TOTAL	5.155	100,00

Fonte: TRE/SC

TABELA 13

RESULTADOS ELEITORAIS PARA GOVERNO DO ESTADO EM CHAPECÓ

19/01/47

Legendas	Votos	%
PSD/PTB	3.355	62,12
UDN	2.046	37,88
Total	5.401	100,00

Fonte: TRE/SC.

Em termos gerais a representação política do município de Chapecó, na Assembléia Legislativa Estadual, era inexpressiva. O seu peso político, no âmbito estadual, foi se ampliando gradativamente ao longo do pluripartidarismo. Constata-se que o mercado eleitoral existente na região, principalmente no pós-45, faz como que lideranças de outros municípios, principalmente Campos Novos e Joaçaba, com

aspirações de representação no âmbito estadual e federal, estabeleçam vínculos políticos com Chapecó, retirando votos dos candidatos chapecoenses. O partido mais prejudicado com esta prática, era a UDN.

2. Eleições Municipais de Novembro de 1947

2.1. A Campanha

A campanha visando às eleições municipais de 23 de novembro de 1947, iniciou por volta do mês de agosto, antes mesmo do lançamento do candidato pessedista e das negociações que resultaram numa coligação entre a UDN e o PTB chapecoense, com o apoio do PRP. Além da coligação, destacam-se como estratégias da campanha, a máquina administrativa estadual e municipal, associada a uma prática clientelista, a imprensa e os comércios populares, que aconteciam em todo o interior do município, normalmente acompanhado com uma grande churrascada, principalmente nos encontros pessedistas.

Como iremos observar, as coações aos eleitores e os conflitos político-partidários acirraram-se durante a campanha eleitoral e acompanharam a vida política do lugar, durante os três anos em que os pessedistas estiveram no comando municipal.

2.1.2. O Papel da Imprensa

O controle dos meios de comunicação se constitua numa importante estratégia política dos grupos que disputavam o poder chapecoense. Através deles buscavam influir na opinião pública da comunidade, atacando seus adversários políticos e se projetando

favoravelmente na localidade.

A campanha para as eleições municipais de novembro estava polarizada entre dois jornais locais da época, que representavam facções políticas diferentes. "A Voz de Chapecó" ligado ao Partido Social Democrático e o "Jornal d' Oeste", a União Democrática Nacional.

O Jornal "A Voz de Chapecó" foi fundado em 03 de maio de 1939, durante o Estado Novo, pelo Cel. Ernesto F. Bertaso, o juiz em disponibilidade Antonio Selistre de Campos e o advogado Vicente Cunha. O periódico teve sua publicação interrompida ainda durante o Estado Novo - em 13 de agosto de 1941 - numa época em que a censura à imprensa era exercida pelo poderoso Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e que "um diretor de um jornal não podia se insurgir contra os desmandos" (11). Volta a circular em 29 de junho de 1946, na fase de redemocratização do país.

O editorial do primeiro número lançado nessa nova fase esclarece que "A Voz de Chapecó", "fundada, mantida e dirigida por um grupo de idealistas, reaparecendo hoje, traz as mesmas diretrizes, igual orientação e idênticos objetivos, quais sejam, os de batalhar, intransigentemente, na defesa dos interesses gerais do nosso município".

Tratava-se de um jornal que dava total cobertura ao pessedismo defendendo os interesses do partido no âmbito federal, estadual e municipal, promovendo suas realizações, bem como as da Empresa Colonizadora Bertaso e de pessoas ligadas a família.

Vários artigos foram escritos no periódico, geralmente pelo juiz em disponibilidade, Antonio Selistre de Campos, um dos

intelectuais simpatizantes do PSD, sobre a nova vida política-partidária pós-45 (12). O PRP é o alvo de maiores ataques, em função da polêmica com o ex-diretor de obras públicas da prefeitura e ex-aliado de Serafim Bertaso, eletrecista Ewêncio Elias, líder integralista na região. Num artigo publicado no "A Voz de Chapecó", de 18 de maio de 1947, Selistre de Campos, afirma: "no que diz respeito a Chapecó, esse PRP devia estar sob as vistas da polícia, porque afinal de contas, democracia não quer dizer que qualquer aventureiro, mistificador ou desequilibrado mental, vindo não se sabe lá de onde, possa impunemente abusar da boa fé dos colonos e homens simples do interior, com intrigas, calúnias e mentiras."

Três meses antes das eleições municipais, os líderes udenistas tomam uma atitude estratégica, diante da visível supremacia do Partido Social Democrático, e lançam no dia 23 de agosto de 1947, o "Jornal d' Oeste". O novo periódico tinha como diretor, o médico e vice-presidente da UDN, Otávio Celso Rauen e o contabilista e ex-secretário da prefeitura, durante o Território do Iguassú, Jacy Bernardes, como redator (13).

O editorial do primeiro exemplar do periódico esclareceu os objetivos da publicação. "No limiar de uma campanha eleitoral, este jornal terá por escopo e isto antes de tudo, a defesa de todas as causas justas, de todas as causas de que delas dependem o bem da coletividade deste município... Há de se fiscalizar, sugerir medidas a quem de direito, para sanar atos e melhorias de situações... Há de fazer sentir a sua reprovação aos que se exorbitarem nas suas funções e aos que abusarem de seus

cargos..." A ação udenista foi agressiva, acusatória, onde predominavam as constantes denúncias de corrupção administrativa, já que a UDN posicionava-se em defesa da "moralidade na atividade pública".

A UDN chapecoense, cumprindo a sua promessa de fiscalizar, fazia uma oposição pertinaz ao partido possedista. Suas lideranças políticas denunciavam, principalmente, o uso político-eleitoral da máquina administrativa, as perseguições políticas e a prática de coação eleitoral, por parte do PSD. As fraudes e coações, nos processos eleitorais, foram denunciadas, durante o período multipartidário, tanto pela UDN, como pelo PSD.

O alvo principal dos ataques era o engenheiro civil, Serafim Enoss Bertaso, proclamado pela situação, como representante do governo do Estado, no oeste catarinense. Agredia-se assim, o governo estadual e o local, já que Serafim era o chefe político do Partido Social Democrático, em Chapecó. Com o periódico udenista, inaugura-se na região, uma fase de um jornalismo político agressivo e de denúncias.

Os ataques na imprensa aumentam na mesma época em que são feitas as convenções partidárias, visando à escolha dos candidatos para as próximas eleições. A iniciativa das denúncias, normalmente, partia da oposição "moça de Chapecó" (14). Enquanto que o PSD, frequentemente na defensiva, afirmava que "nosso hábito é retribuir golpe por golpe" (15).

2.1.3. Demais estratégias da campanha

O mês de agosto foi das convenções eleitorais. Em 17 de

agosto o Partido Social Democrático realizou nos salões do Clube Recreativo Chapecoense, um encontro para escolha dos candidatos a prefeito e vereadores municipais. Em seguida houve um grande baile oferecido aos correligionários e suas famílias. Na ocasião, o advogado Vicente Cunha, diretor do jornal "A Voz de Chapecó" e ex-prefeito nomeado, radicado no distrito de Chapecó - principal contingente eleitoral do município, com 2.003 eleitores - (16) foi escolhido candidato à prefeitura municipal de Chapecó (17).

A indicação dos candidatos à Câmara dos Vereadores, por decisão da convenção, ficou sob responsabilidade do diretório municipal do PSD, tendo sido escolhidos 13 nomes (18). A composição dessa nominata indica o domínio dos colonizadores e madeireiros dentro do PSD de Chapecó, pois dos 13 candidatos, 10 eram madeireiros, incluindo no caso o advogado Lenoir Vargas Ferreira, consultor jurídico da Cooperativa Madeireira Vale do Rio Uruguai Ltda.

Diante da superioridade do PSD, a oposição local se une. Numa convenção ocorrida em 24 de agosto, UDN, PTB e PRP formam a "coligação democrática", lançando o comerciante udenista, João Winckler, natural do distrito de Xanxerê - 8. contingente eleitoral do município, com 663 eleitores - para prefeito de Chapecó (19). Os motivos da composição no município, foram antes de ordem local do que propriamente decorrentes de uma tendência mais geral dos partidos, no âmbito estadual.

Dois fatos demonstram isso: a coligação do PSD e PTB na

eleição para o governo estadual, em janeiro de 1947, e o oposicionismo local na formação da UDN e PTB chapecoense que surgiram em oposição aos Bertaso, representantes do PSD. Mas esta aliança firmada para o pleito municipal de 47, não era consensual, como veremos mais adiante.

A nominata dos vereadores, por deliberação da Assembléia, onde estiveram presentes 25 convencionais, também ficou ao encargo dos diretórios municipais (20). Através da composição da nominata da "coligação democrática" constata-se uma maior diversidade das atividades econômicas dos candidatos do que no PSD, sobressaindo-se no caso os comerciantes -7- e colonos -6-.

A União Democrática Nacional participa com oito candidatos e o Partido Trabalhista Brasileiro, com cinco. O Partido de Representação Popular, apesar de fazer parte da coligação, não apresenta candidato e apóia os nomes udenistas.

Já na primeira eleição local, após 10 anos de vigência da ditadura no país, elementos urbano/liberais, em destaque, médicos, advogados e comerciantes, aliam-se para tentar derrotar o grupo (colonizadores, industriais / madeireiros) que representava o continuísmo e se consolidava na vida política local, através de uma base econômica empresarial. E iniciam uma campanha sistemática de desestabilização da liderança tradicional. Mas a visível supremacia do PSD, que possui uma estrutura organizacional mais forte, adia por mais alguns anos, este momento.

Após as convenções, dá-se o início da campanha para a eleição dos candidatos escolhidos e para o alistamento eleitoral. Mas o "Jornal d' Oeste", de 23 de agosto, ao mesmo tempo em que

comunica a existência de dois Postos de Qualificação Eleitoral na cidade - da UDN e do PSD - bem como nos distritos, aponta irregularidades no Posto mantido pelo Partido Social Democrático, onde "está atendendo um funcionário do DER. Achamos que o dinheiro que o povo contribui para os cofres do Estado, não pode de maneira alguma servir para contentar caprichos políticos de quem quer que seja". E pergunta? "Será que o partido majoritário precisa desta ajuda?" (21).

Causa polêmica também, a instalação do escritório do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina (INCO), em Chapecó, um mês antes da eleição de novembro de 47 (22). O próprio PSD local defende a criação da instituição bancária e repudia através da imprensa, a tentativa da utilização política do banco pela oposição local.

"O jornal da UDN, por duas vezes tentou, indevidamente e maliciosamente, fazer política sobre o assunto...Sabemos de ciência certa, que o Inco para aqui veio unicamente para, no louvável propósito, de fazer negócio e não para agradar aos senhores da UDN..." (23).

A vinculação de udenistas com o banco, em Chapecó, confirma-se quando sabe-se que, em 1952, os três funcionários do Inco, faziam parte do diretório municipal da União Democrática Nacional. São eles: o gerente Roberto Francalacci e os bancários, Altair Ramos e João Silveira Primo (24).

Os órgãos estaduais, que eram utilizados pelos possedistas para obtenção de ganhos eleitorais, também passam a ser criticados pela oposição. Em 04 de outubro o "Jornal d' Oeste" ataca o PSD, afirmando que o DER "é o maior meio de propaganda

utilizado pelo Partido Social Democrático e não cumpre o seu papel".

O mau estado das estradas era o alvo principal das críticas, pois atingia diretamente o DER, e sendo assim, o engenheiro civil, Serafim Enoss Bertaso, principal nome possedista na região. Atacando órgãos estaduais administrados pelo PSD, a oposição tentava mostrar que as conotações oficialistas da candidatura Vicente Cunha, era algo desabonador. Que a identificação com o governo, bem como o seu apoio não era algo positivo para o candidato do Partido Social Democrático.

No mesmo exemplar do "Jornal d' Oeste" do dia 04 de outubro, outra matéria intitulada "Como eles fazem política" revela coações em relação ao eleitorado, por parte do PSD.

"Com a intenção de mostrar uma das inúmeras facetas do método que os senhores do PSD, neste município, usam e abusam a fim de caçarem eleitores, vamos narrar um caso que à dias aconteceu em Xanxerê. Os srs. próceres deste partido naquele distrito, distribuíram entre os inspetores de quarteirão, folhas de papel almasso para que estes obrigassem todos os eleitores de suas respectivas seções, onde são autoridades policiais, à assinarem a fim de assim demonstrarem que apoiarão os candidatos do PSD a futura eleição de 23 de novembro. Nos dias em que este "serviço" estava sendo feito, por azar, o fato chegou ao conhecimento da autoridade competente que imediatamente...tomou as necessárias providências para que cessasse esta coação eleitoral... O que "eles" querem e desejam é amedrontar o humilde eleitor, pois o fim destas listas era o de enganar aqueles que as assinassem dizendo que "eles" saberiam depois das eleições se o eleitor votou ou não com o PSD..."

A máquina administrativa, por sua vez, também entrou em ação nas eleições de novembro, envolvendo veículos e funcionários ligados ao município e ao Estado. A utilização de viaturas

oficiais durante a campanha eleitoral por parte dos possedistas foi denunciado por Jacy Bernardes, secretário da UDN, ao juiz eleitoral de Chapecó, José Pedro Mendes de Almeida. Este passou o caso para o Tribunal Regional Eleitoral que determinou que o assunto fosse comunicado ao Interventor Federal no Estado, pois o fato não se constituía um crime eleitoral. Sendo assim não cabia ao Tribunal tomar providências neste sentido (25).

Outra estratégia adotada pela UDN, no final do mês de outubro, foi divulgar a participação de candidatos comunistas nas chapas do PSD, na esfera estadual e federal, afirmando que "felizmente nós em Chapecó não temos comunistas". O partido apela para que votem na União Democrática Nacional que "verdadeiramente defende a democracia, a religião e a liberdade já asseguradas pela Constituição de 14 de setembro de 1946" (26).

Reagindo aos ataques da oposição, o PSD tomou a iniciativa de tentar impugnar o registro dos candidatos da UDN, entrando com um recurso no Fórum de Chapecó. A alegação, de acordo com o "Jornal d' Oeste", de 15 de novembro de 1947, é "de não ter sido os nossos candidatos aos cargos eletivos nas próximas eleições, registrados em época oportuna". O juiz eleitoral José Pedro Mendes de Almeida achou "improcedente as alegações".

As duas principais forças políticas de Chapecó eram o PSD e a UDN. A oposição local, pelo que se observa nas publicações da imprensa da época, era coordenada pelo grupo udenista. Através do jornal que estava sob o seu controle, vigiava e fazia críticas contundentes as forças políticas que insistiam em permanecer no poder, após a queda de Getúlio Vargas.

O PTB, apesar de coligado com a UDN, nas eleições municipais de novembro de 47, não fazia uma campanha agressiva contra o PSD. O PRP, por sua vez, era inexpressivo politicamente na época. E na aliança feita entre os três partidos, apenas apoiava os candidatos da União Democrática Nacional. Em 25 de outubro, o Partido de Representação Popular divulga um manifesto no "Jornal d' Oeste", justificando sua decisão, cujos termos são os seguintes:

"Correligionários do PRP de Chapecó. Em obediência aos nossos princípios doutrinários, inscritos na Carta de Princípios e Programa do PRP, neste município de Chapecó, na impossibilidade, dado a escassez de tempo para organizar o diretório municipal, deste município, para concorrer ao pleito de 23 de novembro com candidatos próprios, e depois de minucioso estudo entre os candidatos que disputarão as referidas eleições, atendendo ainda que temos plena e ampla liberdade de ação política no setor municipal, resolveu o supervisor da Zona Oeste Catarinense, Ewêncio Elias, recomendar o apoio a João Winckler, Vicente João Schneider, Emílio Borck e Bernardo Max Bartz".

A coligação política que definiu as linhas das eleições municipais de 1947, gerou reações entre antigos aliados políticos e, no caso, do Partido Trabalhista Brasileiro, dentro do próprio partido, onde uma ala apoiou o PSD. A primeira reação, diante da aliança entre o PTB e a UDN, partiu do PSD, com quem o Partido Trabalhista Brasileiro esteve coligado nas eleições estaduais de janeiro de 1947.

Numa matéria publicada no jornal "A Voz de Chapecó", do dia 05 de outubro, o juiz Antonio Selistre de Campos, referindo-se ao pacto oposicionista para as eleições de novembro,

ataca o Partido Trabalhista Brasileiro, classificando-o como uma "das cabeças do monstro". Respondendo ao artigo, o "Jornal d' Oeste", do dia 18 de outubro, afirma: "Como o PTB não acompanha os dirigentes do PSD local, no próximo pleito eleitoral municipal, "S" resolveu incluí-lo, em flagrante contradição com o que dele dissera...O classifica como partido ordinário, de segunda classe, partido de gentinha, assim mais ou menos, como os apaniguados da UDN..."

A primeira manifestação dentro do próprio PTB, contra a coligação com a UDN, partiu do secretário do diretório municipal, José Silva de Carvalho. Divergindo da orientação dada pelos dirigentes trabalhistas, ele enviou uma carta ao presidente do diretório de Chapecó, José de Miranda Ramos, no dia 22 de outubro de 1947, solicitando sua exoneração do cargo. E fala até na formação de um diretório dissidente.

"Aguardava com ansiedade o regresso do prezado amigo, para positivar a resolução de solicitar a minha exoneração de secretário do diretório do PTB, deste município. Leva-me a esta deliberação, o ato que reputo contrário à orientação do partido, quanto ao apoio dado, ao ilustre candidato a prefeito, da UDN. Deve o amigo, como os demais membros do diretório, lembrarem-se da última sessão que assisti, presidida pelo amigo, na qual ficou por unanimidade, resolvido só apoiarmos a candidatura da UDN, se fosse "apolítico", isto por que, estudando o candidato já indicado e foi o escolhido pela convenção, se muito pesasse a sua honorabilidade e a integridade do seu caráter, faltava-lhe competência, e no caso de ser eleito, reproduzir-se-ia a história triste, de ser o município governado pelo secretário. Qual não foi a minha surpresa, ao ser informado que o PTB apoiaria o candidato apresentado pela UDN, o mesmo que tínhamos resolvido não apoiar. O diretório assim agindo foi contra a diretriz traçada, e para a reunião dessa deliberação, excluam-me, bem como

nosso dedicado correligionário Paulo Marques, que embora não fazendo parte do diretório foi convidado a assistir todas as sessões, em consideração aos relevantes serviços prestados ao partido...

Aproveito para dizer que não endosso os termos pouco felizes do manifesto do PTB, "na impossibilidade de apresentar candidato próprio pra concorrer à eleição para prefeito municipal, por não possuímos contingente eleitoral suficiente, resolveu o diretório por unanimidade, etc..." Podemos não ter contingente eleitoral para assegurar a vitória, como não tem a UDN. Isto não implica, porém, a impossibilidade de apresentarmos candidato, quando em nosso quadro partidário temos valores que não fariam figura... em competição com os candidatos apresentados...

Assim, meu caro amigo, deixo em suas mãos o cargo de secretário, depois de consultar meus amigos do interior do município, ficando com a liberdade, sem abandonar o partido... não estando fora de cogitação a formação de um diretório dissidente..." (27).

Uma ala dissidente do partido passa a apoiar o candidato a prefeito do PSD, conforme pode ser verificado na correspondência enviada ao presidente do diretório municipal pessedista, Serafim Enoss Bertaso, pelo subdiretório do PTB, do distrito de Xanxerê, em 07 de novembro de 1947.

"O sub-diretório local deste distrito do PTB, discordando da atitude tomada pelo diretório municipal, apoiando a UDN, vem hipotecar irrestrita solidariedade a candidatura Vicente Cunha, para prefeito municipal. Saudações. Julio Olímpio Tortato, Nestor Ribas Leite, Edmundo Padilha, Romeu Sciréa, Liberalino Lemos, Angelo Argenton". (28)

Insinuações na imprensa local dão conta que o coletor federal, Paulo Marques, que teria sido um dos fundadores do PTB de Chapecó, também faz campanha para o PSD. Apesar das

insatisfações e dissidências dentro do Partido Trabalhista Brasileiro chapecoense, o diretório municipal do partido, em resposta a uma matéria veiculada a respeito, no jornal "O Estado", de Florianópolis, publica a seguinte nota no "Jornal d' Oeste", de 25 de outubro de 1947.

"Comunicamos que o diretório municipal 'pete-be' continua coeso, não se tendo verificado nenhuma deserção. Comunicamos outrossim que o acordo com a UDN foi celebrado obedecendo nosso programa e interesses da coletividade chapecoense, sem servilismos e temores de futuras perseguições. Saudações Trabalhistas. Bacharel José de Miranda Ramos, presidente; Operário Arno Fávero, secretário". (29)

2.2. Os pessedistas vencem as eleições

O Partido Social Democrático é o grande vitorioso nas primeiras eleições municipais realizadas em Chapecó, após a queda de Getúlio Vargas. Vicente Cunha, um ex-integralista, (30) agora pessedista, vence para prefeito, com o apoio de setores do PTB local, com 4.481 votos, - 60.09% - contra 2.976 - 39.91%, de João Winckler, da UDN/PTB/PRP. Dos 10.954 eleitores do município de Chapecó, apenas 7.457 compareceram às urnas, numa abstenção de 29.2% (31).

O PSD elegeu ainda nove dos 13 vereadores, ficando com a maioria na Casa Legislativa. São eles (32):

PSD:

NOME	ATIV. PROFIS.	DISTRITO	VOTOS
Albino Bruxel	Colono	Itapiranga	701
Lindolfo Stangler	Comerciante, Colonizador, Madeireiro	Mondaí	548
Luiz Lunardi	Comerciante, Madeireiro	Xaxim	524
Serafim Bertaso	Engenheiro, Colonizador, Madeireiro	Chapecó	517
Lenoir V. Ferreira*	Advogado	Chapecó	372
Angelo Rolim de Moura	Madeireiro	Caxambu	367
Euclides Marinho	Escrivão de Paz	Xanxerê	366
Fredolino Zimmer	Madeireiro	São Carlos	244
Romualdo Angelo Cerruti**	Madeireiro	Palmitos	266

* Consultor Jurídico da Cooperativa Madeireira Vale do rio Uruguai Ltda.

** Funcionário da Empresa Colonizadora Sul Brasil, em Palmitos.

A "coligação democrática" formada pela UDN e PTB, com apoio do PRP, teve apenas quatro vereadores eleitos. Dois da União Democrática Nacional, que não conseguiu eleger nenhuma de suas lideranças mais expressivas da cidade de Chapecó, e dois do Partido Trabalhista Brasileiro (33):

PTB:

NOME	ATIV.PROFIS.	DISTRITO	VOTOS
José de Miranda	Advogado	Chapecó	287
Ramos	Ex-promotor		
Arduíno Amaquerle	Comerciante		272
Antoniolli			

UDN:

Izidoro Chapinott	Comerciante		376
Vicente João	Agricultor,	Itapiranga	282
Schneider	Comerciante		

TABELA 14

RESULTADOS ELEITORAIS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

1947

Distribuição de Cadeiras por Eleição

Partidos	Total Votação	%	N.Cadeiras
PSD	3905	76.24	9
UDN	658	12.85	2
PTB/UDN	559	10.91	2
Total	5122	100.00	13

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados coletados no jornal "A Voz de Chapecó".

Pela tabela 14 constata-se a expressiva votação do PSD, na Câmara Municipal de Chapecó, alcançando um total de 76.24% dos

votos, enquanto que a UDN e o PTB juntos obtiveram 23.76%. Por parte da oposição, a maior votação foi dos udenistas, com 12.85%. Os trabalhistas eleitos ficaram com 10.91% dos votos, sendo que as forças do PTB e da UDN, no legislativo chapecoense, estavam equilibradas, pois cada partido ocupou duas vagas na Casa.

TABELA 15

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DOS VEREADORES EM 1947

Atividades	PSD	UDN	PTB
Profissionais			
Colonizador e madeireiro	3		
Madeireiro	3		
Comerciante		2**	1
Advogado	1 *		1
Funcionario P.	1		
Colono	1		

Fonte: Tabela elaborada a partir da nominata dos diretórios municipais dos partidos chapecoenses e de dados das entrevistas. Observações: Identificou-se os legisladores com suas atividades predominantes, na ocasião em que foram eleitos.

* Advogado da Cooperativa Madeireira.

** Além de comerciante era agricultor.

Como as eleições deram a maioria da Câmara de Vereadores ao Partido Social Democrático, a presidência da casa, durante o mandato de Vicente Cunha, ficou com o colonizador e industrial madeireiro, engenheiro civil, Serafim Enoss Bertaso, presidente do diretório municipal pessedista. Devido a superioridade pessedista, participam da mesa da Câmara, somente vereadores

desse partido: presidente, Serafim Enoss Bertaso; vice, Albino Bruxel; 1. secretário, Euclides Marinho; 2. secretário, Lindolfo Stangler.

Apesar da população do município ser preponderantemente rural, conforme verificamos no capítulo 3, a composição da Câmara de Vereadores revela o predomínio de segmentos ligados as atividades urbanas. Tanto que somente um legislador (do PSD), identifica-se com o setor rural (colono). Há um claro domínio dos colonizadores e industriais madeireiros, todos possedistas - segmentos dominantes na economia do município - no quadro político local (confira na tabela 15). Dos 13 vereadores, sete estavam vinculados a este setor, incluindo o advogado da Cooperativa Madeireira Vale do Rio Uruguai Ltda.

Em seguida, destaca-se o setor comercial, com três vereadores. Verifica-se assim que na composição da Câmara de Chapecó se apresenta de forma muito nítida o setor urbano/industrial / comercial .

Ressaltamos também que três dos vereadores eleitos possuíam nível universitário. O engenheiro civil, Serafim Enoss Bertaso, formou-se na Escola de Engenharia da Faculdade do Estado do Paraná. O advogado Lenoir Vargas Ferreira, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E o advogado José de Miranda Ramos, pela Faculdade de Direito do Paraná.

Por outro lado ainda, a grande maioria dos legisladores - sete deles - eram representantes dos distritos, onde continuavam residindo, conforme pode ser verificado na nominata

dos vereadores eleitos. Eles destacam-se como lideranças desses lugares, onde passam a dominar mais amplamente, a partir das emancipações que ocorrem no município de Chapecó, depois de 1953, quando geralmente são eleitos prefeitos ou vereadores.

Evidencia-se no caso, que com as primeiras eleições depois do Estado Novo, quando os chapecoenses puderam escolher os próprios mandatários, legitimaram no poder local, as forças que haviam ascendido no município no Governo Vargas e que eram representantes dos colonizadores, madeireiros e do governo estadual.

Ou seja, o quadro da política chapecoense, praticamente não se altera, pois a administração municipal continua nas mãos do mesmo grupo que lidera no poder local, desde 1944, ainda no governo Vargas. O domínio político chapecoense desta fase se concentra principalmente num pequeno grupo de pessoas que gravitavam em torno das empresas colonizadoras e madeireiras sob o aparente comando dos Bertaso. Este grupo pertencendo ao partido majoritário de Santa Catarina e tendo o jornal "A Voz de Chapecó" e a Rádio Sociedade Oeste Catarinense (esta última a partir de 1949), como principais divulgadores de suas idéias, prossegue dirigindo os rumos da política local.

O fato do Partido Social Democrático ter no comando da prefeitura municipal, desde 1944, o presidente do diretório municipal do partido e representante dos colonizadores e madeireiros, engenheiro civil, Serafim Enoss Bertaso, são fatores que contribuíram para a vitória pessedista.

Um outro fator é o pacto de lealdade que envolve a empresa colonizadora e os colonos que ela incentivou a migrarem ao oeste

catarinense. Fato que pode ser comprovado no depoimento de Giocondo José Cella, fiscal de urna do PSD. "Nós ia com a família Bertaso, porque representava que ela colocou nós aqui" (34).

Os dirigentes da Colonizadora desempenhavam papéis que os distinguiam como "orientadores" dos colonos que chegavam, o que lhes conferia legitimidade para o exercício do poder. É bom lembrar também que muitos dos habitantes ainda estavam em dívida com a Colonizadora Bertaso, em função da aquisição de lotes rurais e/ou urbanos. Estabelecendo-se assim um certo compromisso eleitoral entre os Bertaso e os migrantes.

O ex-prefeito de Chapecó, José de Miranda Ramos, em entrevista a autora, confirma este "pacto" entre os colonos e os Bertaso (principalmente o coronel), declarando: "Os colonos em geral seguiam ele".

2.2.1. A administração Vicente Cunha

Natural de Palmas, no Paraná, o advogado provisionado Vicente Cunha, fixou residência em Chapecó no ano de 1934, quando foi nomeado para o cargo de promotor público da comarca. Logo ingressou na política, tendo sido eleito vereador pelo integralismo, em 1936. Durante o Estado Novo alia-se aos Bertaso, assumindo a direção do jornal "A Voz de Chapecó", de 1939 a 41. Em 1944, quando Serafim Bertaso assume a administração municipal, é nomeado secretário da prefeitura. Assumiu a direção do executivo por diversas vezes, durante as constantes viagens de seu titular.

Um dos fundadores do PSD local, é nomeado prefeito de

Chapecó, em 09 de março de 1947, tendo solicitado exoneração do cargo em 27 de abril, alegando precisar "atender os serviços de advocacia". Sete meses depois é eleito para administrar o município por três anos. Vicente Cunha assume em 17 de dezembro de 1947, numa solenidade realizada no Clube Recreativo Chapecoense (35).

Diante da ampla maioria da bancada do PSD na Câmara dos Vereadores, liderada pelo bacharel Lenoir Vargas Ferreira, o relacionamento entre o legislativo e o executivo, correu na maior normalidade, no período de 1947 a 50. Os vereadores eleitos pela UDN, tornam-se inexpressivos em sua atuação na casa legislativa, sendo que a oposição udenista era feita pelas suas lideranças, através do "Jornal d' Oeste", até o seu fechamento em 1948. O PTB, por sua vez, não assume uma atitude oposicionista em relação ao governo e passadas as eleições, defende os pessedistas dos ataques udenistas (36).

Por outro lado chama a atenção os constantes pedidos de licença dos vereadores, normalmente para cuidar de seus interesses particulares. Assumiam os suplentes. O engenheiro civil, Serafim Enoss Bertaso, diretor do DER e presidente da Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai, era um dos que mais faltavam, em função de suas constantes viagens em defesa dos interesses dos madeireiros. Logo nas primeiras sessões da Câmara, Serafim, que acabava de ser eleito presidente da casa, solicita uma licença de quarenta dias (37). Essas ausências são um ponto vulnerável para os constantes ataques da oposição, que o acusava de descuidar da causa pública, em função de interesses particulares.

Na realidade, repete-se no âmbito local, o mesmo fenômeno que ocorre no plano estadual, onde de acordo com Dittrich (1981:36-7), o regimento interno da Assembléia Legislativa do Estado, favoreceu as constantes substituições, produzindo uma "indústria dos suplentes". A autora afirma ainda que os deputados podiam licenciar-se, nos seguintes casos: a) para desempenho de missões diplomáticas; b) para tratamento de saúde; c) para tratar de negócios particulares. Os últimos dois casos geralmente eram as justificativas dadas pelos vereadores chapecoenses para se licenciarem.

Dos projetos-de-lei aprovados pelos legisladores, durante os três anos do mandato pessedista, o que mais chama a atenção é o que concede isenção dos impostos municipais às cooperativas do município. Apresentado numa reunião extraordinária realizada no dia 18 de fevereiro de 1948, o projeto-de-lei foi aprovado no dia seguinte, por unanimidade. Nas atas não consta o autor da lei n. 05, que entrou em vigor a partir de 1. de janeiro de 1949 (38).

A lei beneficiava, principalmente, aos madeireiros, que formavam a cooperativa mais forte da região - Cooperativa Madeireira Vale do Rio Uruguai Ltda - e cujo representante máximo era o presidente do legislativo, colonizador e madeireiro Serafim Enoss Bertaso. Sem contar, que sete dos vereadores que votaram a favor da lei, eram industriais madeireiros. Criada no início de 1941, a Cooperativa Madeireira, possuía na ocasião, 26 sócio fundadores.

Em junho de 1949, o próprio chefe do executivo funda a

Cooperativa de Consumo Vicente Cunha, que fornecia gêneros alimentícios aos associados, beneficiando-se com a lei de isenção de impostos. Entre 1949 e 50, havia, além das duas já citadas, mais quatro cooperativas no município (39).

Conforme veremos também no capítulo seguinte, as isenções de impostos foram os projetos mais polêmicos do legislativo, pois atendiam os interesses dos próprios vereadores, ou de sua maioria. A casa legislativa transformou-se num espaço de defesa de interesses, principalmente, do setor empresarial.

Mas apesar do prefeito e da bancada majoritária da Câmara de Vereadores pertencerem a mesma tendência política do governo estadual, o atendimento do Estado na região, passada a campanha eleitoral, era insignificante em termos de recursos financeiros. De acordo com os entrevistados, as verbas para a execução de obras, eram escassas.

Na época a arrecadação municipal também era pequena, para um município tão grande. Sendo assim, as ações administrativas concentravam-se na construção de estradas e escolas, principais necessidades da região, afirma o ex-prefeito João Destri (40).

O orçamento municipal previsto para o primeiro ano da administração Vicente Cunha -1948- foi de Cr\$ 1.350.000,00, A partir da distribuição da verba das despesas, constata-se que foram atendidos prioritariamente os serviços de utilidade pública (estradas, logradouros públicos, iluminação pública), com uma verba de Cr\$ 371.861,70. A educação pública veio em segundo lugar, com Cr\$ 330.933,90. Chama a atenção, por outro lado, os baixos recursos disponíveis para a saúde pública - Cr\$ 51.014,60 (Confira na tabela 16).

Para o ano de 1949, o orçamento passou a Cr\$ 2.200.000,00, com um aumento percentual de 62,44%. A situação inverteu-se com a maior verba sendo destinada a educação pública - Cr\$ 480.320,00. Em segundo lugar ficaram os serviços de utilidade pública, com Cr\$ 430.450,00. A verba destinada a saúde pública teve um aumento expressivo de 233.24%. Mas o setor que apresentou um acréscimo mais significativo foi o de fomento de produção vegetal - 2.615,60%.

TABELA 16

ORÇAMENTOS MUNICIPAIS DE 1948 E 1949

Áreas	1948	1949	Variação 49-48 %
Serv.Util.Púb.	371.861,70	430.450,00	15.76
Educ.Pública	330.933,90	480.320,00	45.15
Adm.Geral	269.932,70	451.500,00	67.27
Exac.Fis.Finan.	172.563,70	255.600,00	48.12
Saúde Pública	51.014,60	170.000,00	233.24
Serv.Indust.	41.309,60	133.000,00	221.96
Segur.Pub.e Assis. Social	26.201,00	42.820,00	63.43
Fomento P.Vegetal	1.362,50	37.000,00	2.615.60
Encargos Div.	89.222,70	199.310,00	123.39
Total	1.354.402,40	2.200.000,00	62.44

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir das previsões orçamentárias municipais de 1948 e 1949.

A administração Vicente Cunha foi bastante prejudicada, em função de suas constantes viagens para tratamento de saúde, em Curitiba, (PR), com a situação se agravando no último ano,

do seu mandato. Em 27 de novembro de 1950, o vereador do PSD e vice-presidente da Câmara, Lindolfo Stangler, assumiu a prefeitura municipal. Vicente Cunha faleceu em Curitiba, em 07 de janeiro de 1951 (42).

2.3. Perseguições Políticas no Período Pós-Eleitoral

As denúncias e perseguições políticas, principalmente entre o Partido Social Democrático e a União Democrática Nacional, sucederam-se ao longo dos três anos em que a administração municipal estava nas mãos dos pessedistas. Não tivemos condições de acompanhar as polêmicas levantadas durante todo esse período, em função do fechamento do "Jornal d' Oeste", em agosto de 48, através do qual a UDN não dava trégua ao partido político que estava no governo.

Sabe-se que a indicação do funcionalismo estadual e municipal, atendia a critérios políticos. Dominando a estrutura local, o chefe político tinha em seu poder maior soma de lugares a distribuir - empregos - e, portanto, de beneficiados com a gratidão dos quais podia contar. A cada novo partido que assumia o governo, ocorriam mudanças no quadro funcional.

Eram de competência municipal a indicação do cargo de Delegado de Polícia, diretores de escola, chefe do Posto de Saúde e demais órgãos municipais e estaduais. Já os juizes e promotores eram concursados e indicados pelo governo do Estado.

O quadro das principais autoridades nomeadas pelo governo estadual, no município de Chapecó, no período de 1947 a 50, é o seguinte:

- Juiz José Pedro Mendes de Almeida, que assumiu a Comarca de Chapecó, em dezembro de 1946 (43).
- Delegado de Polícia, Arthur Argeu Lajus, nomeado no início de fevereiro de 1948 (44). (PSD).
- Promotor Público, José Daura, assume em agosto de 1950 (45).
- Coletor Estadual Arnaldo Mendes foi nomeado entre 1946 e 1947 (46) (PSD).
- Chefe do Posto de Saúde, Darci de Camargo, foi nomeado em maio de 1947 (47). (PSD).

As perseguições aos adversários políticos, como já vimos, eram práticas costumeiras no meio político chapecoense. O "Jornal d' Oeste", de 24 de janeiro de 1948, denuncia que "o PSD tirou a concessão da direção da rodoviária de São Carlos, depois das eleições de 23 de novembro, de Balduino Nicolai, passando para Aluisio Stofel, afilhado político do PSD, que trabalhou ostensivamente a favor do partido, no último pleito eleitoral".

Em 03 de abril de 1948, o "Jornal d' Oeste" torna-se mais agressivo e além de denunciar as arbitrariedades cometidas por subdelegados do município, filiados ao PSD, publica um "dicionário político", que gerou uma reação mais contundente por parte dos pessedistas. Seguem os termos publicados no periódico:

- Prefeito Municipal:** indivíduo que recebe uma delegação do povo, mas obedece a um partido político;
- Delegado de Polícia:** indivíduo encarregado por um partido

político de cuidar da delegacia e só fazer aquilo que os chefes lhe autorizam - espécie de "mandalete";

-Inspetor de Quarteirão: indivíduo encarregado pelo partido situacionista de perseguir, ameaçar, espancar e multar os da oposição;

-Funcionário público: indivíduo que para ser nomeado para qualquer função pública tem que trazer a marca do PSD, atrás da orelha;

-Líder da maioria: indivíduo que tem a função de propor à Câmara aquilo que seu partido quer;

-Professor municipal: afilhado ou afilhada política que com competência ou sem ela, são encarregados de dirigir uma escola;

-Oficial de Justiça: Cargo até hoje vago no município porque os candidatos que se apresentaram não tinham a marca do PSD, atrás da orelha;

-Eleitor de cabresto: portador de título de eleitor que se deixou intimidar por ameaças e votos nos candidatos ditos do governo;

-Inspeção do DER: órgão de propaganda de um partido político e encarregado de dar empregos remunerados aos afilhados deste partido;

-Associação Rural: órgão de classe integrado exclusivamente por figuras do PSD, todos capitalistas ou funcionários públicos;

-Sócio da madeireira: industrial que tem por obrigação entregar o seu produto à Cooperativa e não sendo afilhado dos diretores, esperar pelo dinheiro do mesmo, durante alguns anos;

-Coletor estadual: indivíduo que só tinha o ordenado quando foi nomeado e que algum tempo depois tornou-se o "grande industrial" e capitalista, tudo feito com o pequeno ordenado (milagroso).

Diante da campanha oposicionista, o PSD reage, mostrando quem estava com o controle do poder. Em 15 de abril de 48, o delegado Arthur Argeu Lajus chama os diretores do "Jornal d' Oeste", Otávio Celso Rauen e Jacy Bernardes, que também faziam parte do diretório municipal da UDN, para comparecerem na delegacia de Chapecó. Na ocasião os adverte contra a "campanha de oposição a situação política local", aconselhando-os a modificarem a linguagem, até então empregada. Sentindo-se ameaçados, os diretores afirmam no "Jornal d' Oeste", de 24 de abril: "Os figurões que pretendem calar o "Jornal d' Oeste", podem estar certos que continuaremos, na mesma linha de conduta até agora mantida, apontando ao público os desmandos e abusos de quem quer que seja".

No mês seguinte o golpe foi mais forte, com o embargo das obras do hospital em construção dos irmãos Rauen - Otávio Celso Rauen e Rubens Carvalho Rauen - que pertenciam aos quadros da UDN, pela prefeitura municipal (48). A clínica acabou sendo inaugurada em 03 de outubro de 1949. Em agosto de 1948, o jornal udenista "Jornal d'Oeste" deixa de circular.

Os abusos eleitorais por parte dos pessedistas mais uma vez vem à tona. As denúncias de coação a eleitores, por parte do PSD, na campanha para a eleição de novembro, chega a Assembléia Legislativa, envolvendo o deputado Waldemar Rupp, da UDN de Joaçaba, mas que também tem influência política na região e o deputado Cid Loures Ribas, do PSD, de Chapecó. Rupp descreve o ambiente das eleições municipais no "Jornal d' Oeste" de 26 de junho de 1948.

"Percorrendo este município tive conhecimento e constatei "in loco", verdadeira onda de violências praticadas contra sua população, no intuito indisfarçável de coagir o eleitorado a votar no candidato do PSD. Delegado Especial de Polícia do município deixando repartição acéfala, há vários dias, percorre distritos do interior, acompanhando caravana composta entre outros, pelo dep. Cid Loures Ribas; prefeito Arthur Argeu Lajus; funcionário do DER, Olintho Zimmermann; coletor federal Paulo Marques, usando veículos oficiais. Inspetores de quarteirão, alegando ordens superiores, organizam listas subscritas de eleitores, a fim de comprometê-los a votar no PSD. São inúmeros casos de espancamento e prisões por motivos políticos. A prefeitura está semeando pânico em elevado número de agricultores, muitos dos quais titulados e outros antigos compradores de terras afirmam ser devolutas, vem requerendo compra respectiva Governo Estadual, conforme editais estranhamente publicados, de vez que implicam em flagrante desrespeito ao art. 7, parágrafo único das Disposições Transitórias da Constituição do Estado".

O diretório estadual da União Democrática Nacional entrou com um recurso no Tribunal Regional Eleitoral, contra as arbitrariedades pessedistas, mas o órgão as julgou improcedentes (49). Um dos documentos anexados ao processo foi divulgado pelo "Jornal d' Oeste", de 10 de julho de 1948 e diz o seguinte.

"Pela presente declaro ter a prefeitura municipal de Chapecó, em vésperas do pleito eleitoral de 23 de novembro de 47, requerido ao Estado de Santa Catarina, para compra de inúmeros lotes coloniais situados em território do respectivo município - lotes estes já legalmente comprometidos com terceiros, na sua maioria lavradores, parte dos quais se acham de posse de seus títulos definitivos de propriedade sobre tais terras. Declaro mais que estando eu incluído entre aqueles que estavam legalmente investidos da posse de terrenos ocupados com antigas construções, culturas e benfeitorias, dias antes do referido pleito fui procurado pelo sr. Paulo Marques, coletor federal em

Chapecó, que se achava no momento acompanhado pelo sargento delegado de polícia do município, o qual assegurou-me que se eu trabalhasse ao lado do PSD, eu não perderia aquelas minhas terras. Florianópolis, 06 de dezembro de 1947. João Filippi. Testemunhas: Oswaldo Bulcão Vianna e João José de Souza Cabral".

Mas de acordo com a maioria dos entrevistados, todos os partidos políticos chapecoenses fraudavam eleições e de uma forma ou de outra, coagiam eleitores. As práticas mais frequentes era o transporte de passageiros e a troca de cédulas previamente preenchidas, pelas oficiais, no ato de votar. O ex-prefeito José de Miranda Ramos (50) recorda que:

"Se denunciava muito, mas não se apurava, essa coisa de trocar cédula, de pegar eleitor. Todos os partidos davam uma cédula para cada eleitor, todo mundo já levava pronto".

Ele conta também que:

"Sempre tinha uma coaçãozinha, procurava-se a justiça, mas sempre terminava em acordo e não ia adiante. Morria por ali mesmo".

O ex-trabalhista Odilon Serrano (51) complementa:

"Naquele tempo havia os currais eleitorais. Então cada partido nos dias das eleições tentava reunir maior número de conduções, caminhões, automóveis e iam buscar seus eleitores para votar. Eles traziam as caminhonadas de gente, mas em vez de largar as pessoas nas urnas, eles levavam em algum lugar onde fazia-se um churrasco. E lá no churrasco conversavam os eleitores para votar nos seus candidatos...E como naquela época cada candidato tinha uma cédula, o freguês já saía armado lá do curral, chegava na urna e colocava o macinho de cédulas dentro. Não precisava ficar procurando as cédulas dos seus candidatos".

A estrutura de poder chapecoense deste período, expressa o domínio político dos setores economicamente dominantes da época. Demonstra ao mesmo tempo a existência de acirrados conflitos políticos-partidários dentro das elites urbanas locais, ou seja, entre colonizadores, industriais madeireiros, comerciantes e profissionais liberais.

A disputa política partidária polariza setores da elite e exclui o segmento de agricultores, numericamente expressivo, mas que não possui um espaço representativo no poder municipal de Chapecó.

Evidencia-se ainda que em 1947, os três principais partidos da região apresentam uma nítida composição social na Casa Legislativa, embora diferenciada. Enquanto o comando do PSD está integrado pelos empresários ligados a atividade colonizadora e a exploração madeireira, na UDN e no PTB predominam os comerciantes.

As eleições de 47 indicam igualmente que as elites locais estavam preparadas para enfrentar a nova fase política que implicava na relação com a estrutura partidária. Para tanto desenvolveram métodos de ação alicerçados nos meios de comunicação da época (jornais), na criação de várias organizações na sociedade civil, no controle de cargos públicos e nas coligações eleitorais, que coexistem com formas tradicionais de dominação. Por outro lado, persiste a coação dos eleitores.

O resultado do primeiro pleito municipal de 1947, confirma

sobretudo, a hegemonia do PSD e dos representantes do setor madeireiro e colonizadores na estrutura do poder local, no início da fase multipartidária.

Contudo, apesar do PSD ser o primeiro partido político a organizar-se no município, em 1945, o resultado das eleições para o executivo local, em 1947, demonstra que a oposição - coligação UDN/PTB - não era inexpressiva, pois consegue um número significativo de votos - praticamente 40%.

NOTAS

- 1) Não nos referimos às eleições para Presidente da República, Senadores e Deputados Federais, em 02 de dezembro de 1945, porque na ocasião Chapecó ainda pertencia ao Território Federal do Iguassú e não localizamos o resultado das eleições desse pleito. Na ocasião foi eleito presidente o general Eurico Gaspar Dutra, do PSD, que teve a maioria dos votos também em Santa Catarina.
- 2) Era ainda candidato ao governo estadual, Carlos Sada, do Partido de Representação Popular (Lenzi, 1983: 229).
- 3) Jornal "A Voz de Chapecó", de 01 de dezembro de 1946 e 08 de dezembro de 1946.
- 4) Idem, de 12 de janeiro de 1947.
- 5) Idem, de 23 de fevereiro de 1947.
- 6) Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, do dia 21/02/47.
- 7) Idem, de 27 de abril de 1947..
- 8) Idem, de 02 de fevereiro de 1947..
- 9) Idem, de 02 de fevereiro; 20 de abril e 18 de maio de 1947.
- 10) TRE - Resultado da eleição para deputado estadual e

governador do Estado, em 1947.. Doc. 01. Confira na tabela 3, na introdução do trabalho.

11) "A Voz de Chapecó", 01 de julho de 1951.

12) Percebe-se nesse caso alguma semelhança com o verificado por Leal (1986:22) que observou por exemplo, em relação aos coronéis a ação política dos "doutores", que funcionavam como "líder intelectual, aliado dos coronéis". E cita Rubens do Amaral, "O Chefe Político" (1944): "O coronel entrava com a influência pessoal ou do clã, com o dinheiro e a tradição; o doutor, a ele aliado, com o manejo da máquina, incumbindo-se das campanhas jornalísticas, da oratória nas ocasiões solenes, do alistamento, das tricas da votação, da apuração e das atas, dos recursos eleitorais e dos debates de vereança, quando havia oposição". Ainda de acordo com Leal, "não se pode esquecer também a ação política do farmacêutico e do comerciante, um e outro em estreita ligação com os fazendeiros".

Neste caso também se pode fazer uma leitura gramsciana, onde os intelectuais são vistos como "funcionários" do poder dominante, objetivando a manutenção de seu poder (Gramsci, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982).

13) O "Jornal d' Oeste" durou um ano. A última edição encontrada foi de 21 de agosto de 1948.

14) Em geral a oposição mais agressiva era feita por jovens advogados recém-formados, bem como profissionais liberais de

outras áreas e não pelas lideranças mais tradicionais.

15) "A Voz de Chapecó", de 21 de setembro de 1947.

16) TRE - Resultados Discriminados das eleições municipais realizadas em 23 de novembro de 1947. O total de eleitores inscritos no município de Chapecó, em 1947, era de 9.196. Votaram 5.720 (Fonte: TRE. Eleições de 1945. Quadro comparativo do número de eleitores inscritos e votantes).

17) A Voz de Chapecó, de 17 e 31 de agosto de 1947.

18) Idem, de 28 de setembro de 1947.

A nominata escolhida do PSD foi a seguinte: engenheiro civil, colonizador e madeireiro, Serafim Enoss Bertaso; madeireiro João Batista Zeca; advogado e consultor jurídico da Cooperativa Madeireira Vale do Rio Uruguai, Lenoir Vargas Ferreira; comerciante e madeireiro em Xaxim, Luis Lunardi; escrivão de paz, em Xanxerê Euclides Marinho; comerciante Oscar Leopoldo Matte; colonizador e madeireiro, em Mondai Lindolfo Stangler; madeireiro em São Carlos, Fredolino Zimmer; colono Albino Bruxel; madeireiro e Intendente Exator em Caxambú, Angelo Rolim de Moura; madeireiro Emílio Zandavalli; madeireiro Angelo Cerutti e madeireiro de Fachinal dos Guedes, Plínio Arlindo de Nês.

19) "Jornal d' Oeste", de 24 de agosto e 30 de agosto de 1947.

O comerciante João Winckler é mais um udenista ligado ao governo de Vargas, pois foi nomeado 2. suplente do subdelegado de Polícia de Xanxerê (Jornal "A República", de 1. de maio de

1936).

20) Idem, de 30 de agosto e 25 de outubro de 1947.

A chapa da União Democrática Nacional ficou assim constituída: comerciante e ex-prefeito, Pedro da Silva Maciel; médico, Otávio Celso Rauen; colono e comerciante, Vicente João Schneider; comerciante Izidoro Chapinotti; industrial Emilio Ewald G. Borck; colono Bernardo Max Bartz; industrial e colono Francisco Ogliari, de Xaxim; comerciante Lidovino Guisepe Fasolin.

Eram do PTB e concorreram sob a legenda da UDN: ex-promotor público e advogado, José de Miranda Ramos; comerciante e colono João Pedro Vaillões; comerciante Arduino Antonioli; comerciante e colono, Olímpio Machado; colono Vivaldo Genevro.

21) Na época, o alistamento eleitoral era feito pelos próprios partidos políticos que eram os responsáveis pelo encaminhamento dos papéis para o registro dos eleitores, na Justiça Eleitoral. De acordo com o ex-udenista, médico Otávio Celso Rauen, "os partidos tinham que fazer o eleitorado, nós mesmos íamos procurar os eleitores para preencher as fichas. Tinha uns que se filiavam ao mesmo tempo em mais de um partido. Era uma coisa séria". Mais tarde os alistamentos passam a ser feitas pelos cartórios eleitorais.

22) O INCO foi instalado em Chapecó, em 12 de outubro de 1947

("A Voz de Chapecó", de 25 de outubro de 1947.

23) "A Voz de Chapecó", de 21 de setembro de 1947.

- 24) TRE - Pedido de Registro de Diretórios Municipais da UDN - 1953.
- 25) "A Voz de Chapecó", de 12 de outubro de 1947 e 03 de janeiro de 1948.
- 26) "Jornal d' Oeste", de 25 de outubro de 1947.
- 27) "A Voz de Chapecó", de 16 de novembro de 1947.
- 28) Idem.
- 29) Em entrevista a autora, o ex-prefeito do PTB chapecoense, José de Miranda Ramos confirmou que uma ala do PTB divergiu da decisão de apoiar a UDN e votou no PSD. "Não lembro mais que eram. Mas não eram a maioria".
- 30) "A Voz de Chapecó", de 14 de janeiro de 1951. De acordo com o periódico, Vicente Cunha foi eleito vereador, em 1936, pela corrente integralista.
- 31) Resultados Discriminados das eleições municipais realizadas em 23 de novembro de 1947. Publicado pelo TRE, de SC, em 1948.
- 32) "A Voz de Chapecó", de 30 de novembro de 1947.
- 33) "A Voz de Chapecó", de 30 de novembro de 1947.
- 34) Entrevista realizada com Giocondo José Cella, por Geni S. Busnello, no dia 06/12/86, em Chapecó - CEOM/UNOESC/CHAPECÓ.
- 35) "A Voz de Chapecó", de 14 de janeiro de 1951. Álbum do

Cinquentenário do Município de Chapecó - 1917 a 67. Atas da Câmara de Vereadores de Chapecó - 1947 a 49.

36) Ata da Câmara de Vereadores do dia 17 de dezembro de 1947.

37) Idem, do dia 14/02/48.

38) Livro de decretos-leis da prefeitura municipal de Chapecó.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Chapecó - 1947-49.

Termos da lei n. 05, de 20 de fevereiro de 1948. "As cooperativas gozarão da isenção dos impostos municipais, na seguinte proporção: 80% durante o primeiro ano de funcionamento; 60% no segundo; 40% no terceiro e quarto ano e 20% durante os anos subsequentes".

39) A Cooperativa Mista Aurora Ltda., e três Cooperativas de Produção e Crédito: A Cooperativa de Crédito de São Carlos, fundada em 12 de fevereiro de 1949 ("A Voz de Chapecó", de 20 de março de 1949); a Cooperativa Palmitos, em Palmitos e a Cooperativa Agrícola Mista Peperí Ltda., em Itapiranga (Silva, 1950:313).

40) Entrevista do ex-petebista João Destri, publicado no jornal "Diário da Manhã", de Chapecó, de 07/08 de maio de 1988.

41) Orçamento da prefeitura municipal de Chapecó, de 1948

(Silva, Zedar. O Oeste Catarinense. 1950, p. 310-11).

Prestação de Contas do prefeito municipal, Vicente Cunha, do exercício de 1948.

42) Jornal "A Voz de Chapecó", de 14 de janeiro de 1951.

- 43) "A Voz de Chapecó", de 21 de dezembro de 1946.
- 44) Idem, de 01 de fevereiro de 1948.
- 45) Idem, de 06 de agosto de 1950.
- 46) Não conseguimos obter a data precisa de nomeação de Arnaldo Mendes.
- 47) "A Voz de Chapecó", de 11 de maio de 1947.
- 48) Idem, de 08 de maio de 1948.
- 49) Idem, de 18 de julho de 1948.
- 50) Entrevista com José de Miranda Ramos. Op.cit.
- 51) Entrevista com Odilon Serrano. Op.cit.

CAPÍTULO 6

ELEIÇÃO DE 50: A VITÓRIA TRABALHISTA

O ano de 1950 foi de mudanças na estrutura do poder político chapecoense, com a vitória do trabalhismo local e a ascensão de elementos que possuíam funções urbanas de cunho burocrático/industrial/comercial/ e profissões liberais no cenário político municipal. O êxito da oposição, entretanto, intensificou os conflitos entre as facções políticas do município. Ressalta-se no caso, a ocorrência de um linchamento pós-eleição, quando os ânimos da campanha ainda estavam acirrados, bem como, o assassinato de um Intendente Exator da UDN, por um advogado do PSD.

1. Eleições Gerais

Em 03 de outubro de 1950, ocorreram eleições gerais no País, para Presidência da República, Senado, Câmara Federal, Governos Estaduais, Assembleia Legislativa, Prefeitura e Câmaras Municipais. Chama a atenção nesse período o rompimento da aliança entre o PSD e PTB (Aliança Social Trabalhista), tanto no âmbito nacional, quanto estadual. Na ocasião, Getúlio Vargas, do PTB, foi eleito presidente da república.

O início da campanha política do Partido Social Democrático, na esfera estadual, se deu no mês de julho, com a visita de Nereu Ramos, presidente do PSD de Santa Catarina e o candidato a governador, ex-interventor do Estado, engenheiro

blumenauense Udo Deeck, a Joaçaba e Chapecó (Lenzi, 1983:234).

Diante do majoritismo do Partido Social Democrático, a União Democrática Nacional, com o candidato ao governo do Estado, Irineu Bornhausen, age estrategicamente para aglutinar as demais agremiações políticas catarinenses, numa coligação partidária, contra a candidatura pessedista. Negociando astutamente, a UDN obteve o apoio do PTB, PRP, PSP, PDC e PL.

De acordo com Laus (1985 : 177), a União Democrática Nacional, "que a nível estadual manteve uma postura de feroz oposição ao governo pessedista, se lançou nesta campanha consciente de que, para vencer, era preciso superar os escrúpulos e partir para coligações e alianças eleitorais".

Apesar do partido ter sido formado em oposição à Vargas, em 50, "um grupo de parlamentares udenistas se caracterizou pela aceitação da possibilidade de ação conjunta com Vargas" (Laus, 1985 : 198). A independência de Bornhausen o colocava ao lado dessa corrente, conhecida como os "chapas brancas", da UDN. Adolpho Konder discordava da aproximação dos udenistas com Vargas, sendo que o apoio do diretório estadual do partido a Irineu Bornhausen, demonstra que Konder perdera sua antiga força política (Idem, p. 204).

Mas a aproximação dos udenistas com os trabalhistas, gerou uma grande polêmica também entre o PTB e o PSD. Cientes da necessidade dos votos petebistas para obtenção da vitória no pleito de outubro, a UDN negociou o apoio a indicação de Carlos Gomes de Carvalho (candidato do PTB ao governo estadual), para o senado, em troca do apoio do PTB à candidatura de Irineu Bornhausen.

O Partido Social Democrático, preocupado com a candidatura de Nereu Ramos ao senado, tenta anular o acordo, junto ao diretório estadual do PTB. Diante da negativa do candidato petebista, o acordo foi denunciado pelo PSD a direção nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, que interviu no diretório estadual, em 15 de setembro de 1950. Mas o pacto partidário persistiu, com o lançamento por parte da UDN, de candidatos dos outros partidos que faziam parte da aliança, à Câmara Federal e a Assembléia Legislativa Estadual (Laus, 1985 : 182).

Por outro lado, a máquina do banco Inco novamente foi acionada para trabalhar a favor de Irineu Bornhausen e os nomes da UDN, ou os que ela apoiava. De acordo com a entrevista de Leoberto Leal, no jornal "O Estado", de 08 de março de 1987, citada por Laus (Idem,p.184), a campanha eleitoral de 50 foi "desenvolvida mais em torno de nomes do que propriamente das siglas partidárias, organizada de forma que a máquina do banco Inco foi colocada a todo vapor na cabala de votos para Irineu Bornhausen e os candidatos udenistas."

Na oportunidade Leal contou ainda que Irineu Bornhausen "fazia espalhar boletins em alemão, na zona colonial, salientando a origem tedesca de seu nome, prometendo novas escolas alemãs". A estratégia atingia diretamente Nereu Ramos, acusado de perseguir os imigrantes e descendentes de alemães, durante o governo Vargas.

Mas apesar de toda esta articulação dos udenistas na esfera estadual, a UDN chapecoense não se sobressaía politicamente, pois não lançou candidatos à Câmara Federal e nem a Assembléia

Legislativa Estadual. Confirmando assim a debilidade ~~de conjunto~~ dos seus componentes em Chapecó e permitindo que lideranças de municípios vizinhos tenham penetração política na região. Entre eles, o deputado estadual udenista, Waldemar Rupp, de Joaçaba, que concorreu à Câmara Federal em 50, vencendo a eleição. E ainda, Celso Ramos Branco, da UDN, de Lages, que conquistou uma vaga na Assembléia Legislativa Estadual.

O PSD é o único partido chapecoense que lança um candidato à Câmara Federal. Era o advogado e vereador, Cid Loures Ribas que fez 8549 votos, alcançando a terceira suplência. Para a Assembléia Legislativa Estadual, o PSD, PTB, PRP e PSP lançam um candidato para cada partido. Das agremiações políticas existentes no município, apenas a UDN não lançou nenhum nome (Veja tabela 19).

A oposição coligada em seis partidos venceu a eleição para o governo estadual e senado federal, em quase todo o Estado. A exceção se deu na zona dos Campos de Lages, reduto eleitoral da família Ramos. O PSD e a UDN elegeram cada um, quatro deputados federais e o PTB, um. Na Assembléia Legislativa o PSD colocou 18 deputados, perdendo a maioria da casa, já que os partidos coligados, colocaram 21: UDN,13; PTB,5; PRP,2 e o PSP,1 (Laus, 1985:240).

Acompanhando a tendência do que ocorre no âmbito estadual, venceu em Chapecó, para o governo do Estado, Irineu Bornhausen, da UDN, com 55.88% dos votos, contra 44.12 do candidato pessedista. O mesmo já não acontece no pleito presidencial e à Assembléia Legislativa, onde ganha o PSD (Confira nas tabelas 18 e 19).

Para presidência da República, onde cada partido concorreu isoladamente, é vencedor no município, o candidato pessedista, Cristiano Machado, com 42.63%, contra 36.62% do PTB (Getúlio Vargas) e 20.75% da UDN (Eduardo Gomes). Houve somente 1 voto para João Mangabeira, do Partido Socialista (1). Quanto à Assembléia Legislativa Estadual, ganha o pessedista advogado e vereador Lenoir Vargas Ferreira, com 43.89 % dos votos, o petebista, coletor federal, Paulo Marques, com 25.80% e o perrepista, comerciante Vicente João Schneider, com 20,62%, (2) ampliando de um para três os representantes chapecoenses no legislativo do Estado e colocando o PTB e o PRP como segunda e terceira força política na região.

A UDN também vence na maioria dos municípios catarinenses, elegendo dezenove prefeitos (3), concorrendo sozinha, e mais cinco em coligação, contra dezessete eleitos pelo PSD e dois pelo PTB. Com a vitória udenista, retornam ao poder estadual, após 20 anos, remanescentes do grupo destituído pela revolução de 30, no Estado de Santa Catarina.

TABELA 17

RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA O GOVERNO DO ESTADO, EM CHAPECÓ

03/10/50

Legendas	Votos	%
PSD	5.319	44.12
UDN/PTB	6.737	55.88
Total	12.056	100.00

Fonte: TRE/SC

TABELA 18

RESULTADOS ELEITORAIS PARA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, EM CHAPECÓ

03/10/50

Legendas	Votos	%
PSD	5.259	42.63
PTB	4.518	36.62
UDN	2.560	20.75
PSB	1	-
Total	12.338	100.00

Fonte: TRE/SC

TABELA 19

RESULTADOS PARA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM CHAPECÓ

03/10/50

Legenda	Candidatos	Votos	%
PSD	Lenoir V. Ferreira	4.935	43,89
PTB	Paulo Marques	2.901	25,80
PRP	Vicente J. Schneider	2.318	20,62
PSP	João M. Vieira	1.089	9,69
Total		11.243	100,00

Fonte: TRE/SC.

A favor da União Democrática Nacional estava a certeza dos pessedistas de que seriam vitoriosos na eleição de 50. "Pois somente isso justifica a indicação de Udo Deecke, que não possuía carisma pessoal" para candidato a governador pelo PSD (Laus, 1985 : 184).

Além disso, o afastamento do governador Aderbal Ramos da Silva, de Santa Catarina, por motivos de saúde e o envolvimento de Nereu Ramos com a política nacional, "de um certo modo enfraqueceram o PSD sem que as lideranças se dessem conta" (Idem, p. 184).

Entre os motivos que resultaram na perda do poder estadual por parte do PSD, Lenzi (1983 : 241) relaciona ainda: a religião protestante, professada por Deecke, sendo que o clero católico trabalhou abertamente para Bornhausen; a ruptura petebista desfazendo a tradicional Aliança Social Trabalhista; o problema da campanha presidencial, onde o PSD rachou entre as candidaturas de Getúlio Vargas e Cristiano Machado; e finalmente, a tendência de mudança", que se verificava por parte do eleitorado.

2. Eleição Municipal de 1950

Seguindo a tendência da conjuntura estadual, também em Chapecó, os partidos oposicionistas voltam a se unir, para tentar derrotar os pessedistas, que estão no poder. Desta vez, além da UDN, PTB e PRP, participa o PSP. Só que neste pleito, o candidato a prefeito municipal é do Partido Trabalhista Brasileiro. Trata-se do presidente do diretório local do PTB, vereador eleito em 1947, pela legenda da UDN, advogado José de Miranda Ramos, radicado desde 1946, na cidade de Chapecó.

Referindo-se a este período, muitos anos mais tarde Miranda Ramos (4) recorda que não foi escolhido candidato porque o PTB era mais forte que a UDN em Chapecó, em 1950, - fato que pode

ser comprovado no percentual de votação do partido em 47 - mas sim porque a UDN, apesar de ser um partido estruturado na região, não ter nomes fortes em termos de representatividade.

"A UDN me apoiou porque não tinha candidato. Nunca teve candidato, não tinha liderança. E era um partido forte... Aceitaram porque era a única solução. Não tinha outra solução pra tirar o PSD".

Com o poder econômico dominante, a máquina administrativa municipal e estadual, bem como a imprensa local em suas mãos, o Partido Social Democrático tem como certa a sua vitória nas eleições de 03 de outubro. E diante da aparente supremacia do partido, lança um nome do interior do município, que não tinha grande densidade eleitoral. Apesar de pertencer ao segundo colégio eleitoral de Chapecó, que em 1947, possuía 1642 eleitores (5).

A indicação do vice-presidente da Câmara de Vereadores, comerciante, colonizador e industrial-madeireiro, radicado na sede do distrito de Mondai, Lindolfo Stangler, foi feita pelo próprio diretório municipal do partido e comunicado oficialmente aos chapecoenses pelo jornal "A Voz de Chapecó", de 06 de agosto de 1950.

Já no dia 24 de setembro, o mesmo periódico divulga a nominata dos candidatos de todos partidos, à Câmara de Vereadores (6).

Levando-se em conta que a partir de agosto de 48, o periódico udenista, "Jornal d' Oeste" deixou de circular, não havendo mais um jornal oposicionista para atacar a

administração local e estadual, os pessedistas negligenciaram suas ações e a política local, acabou entrando num período de marasmo. Com o monopólio da imprensa local - jornal "A Voz de Chapecó" e a Rádio Sociedade Oeste Catarinense, que entrou em fase experimental em outubro de 1949, o PSD prossegue promovendo as realizações da Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso, de seus aliados e do governo estadual.

Por outro lado, a administração municipal encontrava-se durante longos períodos acéfala, diante das freqüentes ausências de suas principais lideranças, que deveriam comandar o processo sucessório, enfraquecendo o partido.

O prefeito Vicente Cunha ausentava-se constantemente do município, em função do seu estado de saúde, ficando a prefeitura nas mãos do secretário municipal ou do presidente da Câmara dos Vereadores, Serafim Enoss Bertaso. Este por sua vez também freqüentemente encontrava-se afastado de Chapecó, devido as responsabilidades que envolviam seus demais cargos.

A disputa eleitoral foi acirrada com denúncias envolvendo o grupo situacionista e oposicionista. O PSD utilizou-se das mesmas estratégias eleitorais adotadas na eleição municipal de 1947, com destaque para as coações aos eleitores. Enquanto a oposição coligada condenava tais táticas e atacava violentamente a administração local e estadual.

Na verdade, a campanha eleitoral pessedista iniciou já no mês de julho, quando no dia 05, foi organizada uma grande festa, com a inauguração de três obras: do prédio da prefeitura municipal, do prédio do DER (Departamento de Estradas e Rodagem) e do prédio da Sociedade Hospitalar e Maternidade Zenaide

Bertaso (incendiado em 1947). Na ocasião estiveram presentes o vice-presidente da República, Nereu Ramos e o candidato ao governo do Estado, do PSD, Udo Deecke (7).

Mas apesar de sua supremacia, os pessedistas não contavam com a força de Getúlio Vargas e do entusiasmo em torno da autonomia dos distritos, defendida pela plataforma eleitoral da oposição. Lideranças políticas da época afirmam que a campanha oposicionista, que tinha um trabalhista como candidato ao comando do executivo local, centrou-se, principalmente, na figura de Vargas: o pai dos pobres.

O ex-trabalhista José de Miranda Ramos ressalta:

A campanha girou em torno do programa trabalhista. Já naquela época se falava em reforma agrária, durante a campanha, por causa do programa trabalhista. Os latifundiários ficavam quietos..."

Nem mesmo o fato de Getúlio Vargas, num comício em Florianópolis em setembro de 50, declarar seu apoio aos pessedistas Nereu Ramos e Udo Deecke (8) interferiu no resultado das eleições locais, onde o trabalhismo foi vitorioso.

Os padres, por sua vez, também envolviam-se na política, segundo alguns entrevistados. Tanto que a religião dos candidatos era utilizada na hora de fazer campanha eleitoral, tanto no âmbito estadual, quanto local.

De acordo com o ex-udenista, médico Otávio Celso Rauen,

"O padre ganhava a eleição. Os caboclos que ele sabia que eram da UDN ele visitava e fazia uma pressão louca" (9).

No jornal "A Voz de Chapecó", do dia 24 de setembro de 1950, foi publicada uma carta resposta do padre Vendelino Seidel,

missionário de Mondai e diretor do Seminário de Palmas, em defesa do candidato pessedista Lindolfo Stangler, pois na própria imprensa local foram levantadas dúvidas se ele era católico. O padre afirma:

"...o meu amigo Lindolfo Stangler é católico praticante e um que auxilia mais a religião em Mondai na construção da nova igreja".

No mesmo exemplar do jornal pessedista, sai publicada uma nota onde a Cúria Metropolitana de Florianópolis afirma que seus fiéis podem votar livremente no candidato protestante Udo Decke. Lenzi (1983:241), no entanto, sublinha que "o clero católico trabalhou abertamente para Bornhausen".

2.1. PSD. A Perda do Poder Executivo

Na eleição local de 1950, houve a ruptura do domínio pessedista no executivo chapecoense, com a vitória do candidato a prefeito lançado pelos quatro partidos coligados - UDN, PTB, PRP e PSP - advogado José de Miranda Ramos, do Partido Trabalhista Brasileiro. O líder trabalhista obteve 6.723 votos - 56.41%, enquanto que Arlindo Stangler, do PSD, 5.196 votos - 43.59% (10). A derrota dessa elite industrial e comercial não significa que ela foi afastada do poder político. Representou, entretanto, mudanças na política, com um novo grupo de políticos, procedente de estratos médios e de feição urbano/burocrático/liberal, ocupando espaço na estrutura do poder local.

Demonstrando sua força, os pessedistas prosseguem com a maioria na Casa Legislativa, elegendo sete vereadores - quatro eram representantes do setor industrial e comercial - contra seis

dos partidos coligados - PTB (3); UDN (1); PRP (1) e
PSP (1) (11).

PSD:

NOME	ATIV. PROFISSIONAL	DISTRITO
Olintho Zimmermann	Jornalista*, funcionário do DER	Mondaf Descanso
Vivaldo Zimmermann	Contador	Palmitos
André Lunardi	Industrial/Comerciante Madeireiro	Xaxim
Serafim E. Bertaso	Colonizador/madeireiro Engenheiro Civil	Chapecó (reeleito)
Angelo Rolim de Moura	Madeireiro	Caxambu (reeleito)
Roberto Hoss	Comerciante	São Carlos
Heins Hildor Finger	Contador	Itapiranga

PTB:

Jacyr Ribas Melzer	Médico	Chapecó
Pedro Bordignon	Comerciante	Chapecó
Alberto Ferronato	Madeireiro	Chapecó

UDN:

João Muxfeld	Colono	São Carlos Modelo
--------------	--------	-------------------

PRP:

Roberto Lauschner	Colono	Itapiranga
-------------------	--------	------------

PSP :

 Leopoldo Olavo Erig Comerciante São Miguel
 =====
 * Diretor do jornal "A Voz de Chapecó".

Apesar da perda do executivo local por parte dos
 possedistas, na nova composição da Câmara de Vereadores
 verifica-se a continuidade da predominância dos industriais
 madeireiros e colonizadores, ligados, principalmente, ao PSD
 (dos cinco, somente um é do PTB), partido que mais uma vez
 conquista a maioria na Casa Legislativa. Prevaecem os
 profissionais de origem urbana/liberal/comercial, sendo que
 somente dois vereadores originam-se do setor rural (Veja na
 tabela 20).

TABELA 20

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES ELEITA EM 1950

Atividades	PSD	UDN	PTB	PRP	PSP
Profissionais					
Industrial	2		1		
Madeireiro					
Ind/Madeir.	1				
Colonizador					
Func.Público	1				
Comerciante	1		1		1
Médico			1		
Colono		1		1	
Contador	2				

Fonte: Tabela organizada pela autora a partir de dados coletados nas entrevistas e na nominata dos diretórios municipais dos partidos políticos chapecoenses.

Diante da força política que adquire no quadro pós-eleitoral, o PTB assume a vice-presidência da mesa da Câmara, que ficou assim constituída: industrial madeireiro, Angelo Rolim de Moura, do PSD (presidente); comerciante Pedro Bordignon, do PTB (vice-presidente); contador Vivaldo Zimmermann, do PSD (1. secretário); contador Heinz Hildor Finger, do PSD (2. secretário) (12).

Modificações significativas ocorrem no novo cenário político local. Ressalta-se a perda do espaço do PSD para o PTB e demais pequenos partidos - PRP e PSP - que estão se fortalecendo no município. Constata-se, além disso, que o PTB passa a ter maior força política no município, que a UDN. Isto fica claro quando se verifica que: o candidato a prefeito nas eleições de 50, é do PTB (fato que só se repete em Concórdia e Videira); a UDN, ao contrário do PTB, não lança candidato à Assembléia Legislativa Estadual e não possui nenhum membro na executiva estadual; a UDN somente elege um vereador, enquanto o PTB, 3 (13).

O crescimento do trabalhismo a partir de 50 se deve a sua expansão eleitoral proporcionada pela ampliação da sua rede organizacional. Por outro lado, provavelmente o prestígio de Getúlio Vargas, que definiu-se favoravelmente ao PTB, em 1950, contribuiu para explicar o crescimento do trabalhismo e o declínio do PSD, em Chapecó, região onde concentra-se um número elevado de migrantes gaúchos.

Mas, apesar da eleição favorável aos candidatos

trabalhistas no âmbito local, em Chapecó, como já vimos, faz maior número de votos para presidente da República, Cristiano Machado, do PSD, ficando Getúlio Vargas, em 2. lugar e o candidato udenista, em 3. Isto se deve ao fato dos udenistas na eleição nacional não terem votado no PTB, ao contrário das eleições locais e estaduais, onde a UDN e o PTB estavam coligados (Confira na tabela 17 e 18).

Seguindo a tendência do que acontece na esfera nacional e estadual, setores chapecoenses ansiavam por mudanças no poder político. Colocam assim, no comando político municipal, um novo grupo que representa uma quebra do continuísmo que vigorava em Chapecó, sob o domínio dos Bertaso, representantes dos interesses dos colonizadores e industriais madeireiros.

O ex-prefeito José de Miranda Ramos confirma (14):

"A conjuntura nacional, com a ascensão de Getúlio influenciou um pouco nas eleições de Chapecó. Mas o pessoal estava mesmo meio cheio daquela coisa dos Bertaso, da Colonizadora. Tinham uma certa vontade de mudar".

E prossegue dizendo:

"A grande vitória foi em São Miguel d' Oeste, Descanso, que queriam se emancipar, então ficaram contra os Bertaso, do PSD, que mandavam. Eles queriam autonomia e nós prometia autonomia. Tanto que quando fui prefeito foram criados oito novos municípios".

Contudo, apesar de não estarem no comando do poder executivo local, os pessedistas persistem atuando na política do município, uma vez que continuam predominando na Câmara de Vereadores, onde o PSD conquistou a maioria das cadeiras.

2.2. O Linchamento: Um reflexo do mandonismo local (15)

Para o entendimento desta conjuntura, relataremos a seguir os fatos que sucederam no período pós-eleitoral, onde o eventual equilíbrio de forças situacionistas e oposicionistas provocam o acirramento de rivalidades, com o aumento da violência local.

A quebra da hegemonia política municipal, nas eleições de 03 de outubro de 1950, veio acompanhada de fatos que mudariam totalmente a vida da comunidade chapecoense. A perseguição aos adversários políticos e o uso da coação física e moral, até mesmo com a ajuda de "capangas" (16) características do mandonismo local, acabam gerando uma grande tragédia, com o linchamento de quatro presos, na cadeia pública de Chapecó e a ameaça de morte a pessoas que procuram defendê-los, 13 dias após o pleito eleitoral.

Tudo iniciou quando na noite do dia 04 de outubro, um dia após a eleição, a igreja católica local foi destruída por um incêndio. Dois dias depois, ocorreu mais um incêndio na cidade. Desta vez, na serraria da família Baldissera. O delegado foi à procura dos culpados e prendeu dois "forasteiros", chamados de Romano Ruani e Ivo de Oliveira Paim, que desde o início do mês perambulavam pela cidade.

Sob tortura, os dois confessaram terem incendiado a igreja e a serraria, com a intenção de roubar nas residências e estabelecimentos comerciais da cidade. Além disso, acusaram

Orlando Lima, ex-ecônomo do Clube Recreativo Chapecoense e amigo de infância de Ruani, de mentor intelectual dos planos, tendo posteriormente retirada a acusação. Mesmo assim, Ruani, Paim, Orlando e seu irmão Armando Lima, foram indiciados por "formação de quadrilha".

No desenrolar dos fatos que resultaram no linchamento, evidenciam-se aspectos de conflito entre partidos políticos, fruto de resquícios da campanha eleitoral. Tal constatação ocorre quando se sabe que dois dos presos, os irmãos Lima, que foram mortos, sendo inocentes estavam ligados ao PTB (partido que está para assumir o comando da prefeitura municipal); o advogado Roberto Machado, que tenta defendê-los, era vinculado a UDN (com quem o PTB estava coligado) e o delegado de polícia, Arthur Argeu Lajus, responsável pelas prisões, ao PSD (partido ameaçado de perder o comando da política local).

Segundo depoimentos que constam no processo judicial e informações de entrevistados, o delegado Arthur Argeu Lajus, industrial-madeireiro e ex-prefeito, responsável pela prisão, tortura e morte dos indiciados, utiliza-se da indignação de certos elementos, incendiados pelo fanatismo religioso, para tentar esconder as arbitrariedades cometidas, no exercício do seu cargo. Nesse sentido, o delegado juntamente com ex-colaboradores e membros da elite local, motivou a participação de um numeroso grupo no arrombamento da cadeia, a fim de qualificar os crimes como resultado de uma manifestação popular incontrolável.

Sob a coordenação do ex-guarda-civil Emílio Loss, em torno de 200 pessoas invadiram a cadeia pública de Chapecó, por volta

da meia-noite do dia 17 de outubro de 1950, e lincharam os quatro presos. Após terem sido trucidados por tiros, facadas e pauladas, os corpos foram arrastados para o pátio da cadeia, empilhados e incendiados.

Do total de envolvidos, apenas 48 pessoas foram julgadas, a partir de novembro de 1952, com sete pessoas sendo condenadas -- incluindo o ex-delegado Lajus e o ex-guarda civil Emílio Loss -- com penas de dois a 25 anos de prisão. Em um novo julgamento realizado em Chapecó, em 1956, Lajus foi absolvido por unanimidade.

Mas para que melhor se compreenda certos aspectos que cercaram a evolução e a repercussão do linchamento de 50 , em Chapecó, e a influência que tiveram nos crimes cometidos, principalmente o delegado e as pessoas que estavam sob o seu comando, não podemos esquecer do papel que essa autoridade policial exerce no lugar. Indicada pelo chefe político municipal e nomeada pelo governo estadual, é um instrumento indispensável para a manutenção do poder local, pois cabe a ela pressionar a oposição.

Por outro lado, diante da omissão do oficialismo estadual em relação aos desmandos que aconteciam no âmbito local, questiona-se a sua parcela de responsabilidade nos crimes cometidos. A justiça, por sua vez, também era parte indispensável para o funcionamento desse sistema de troca de compromissos entre o governo estadual e municipal, pois não tomava conhecimento das atrocidades praticadas.

Na esfera política, os Bertaso, que lideravam o Partido

Social Democrático, que estava no comando do poder municipal e tinha partidários políticos, envolvidos na promoção do linchamento, foram coniventes, pois sabiam que a invasão à cadeia estava marcada para o dia 17. Tanto que o cel. Ernesto Francisco Bertaso realizou uma reunião familiar, proibindo a participação e saída dos familiares naquela noite.

Constata-se assim que o linchamento contou com a participação ou conivência dos principais poderes da cidade: o policial, o judiciário, o religioso e o político, numa demonstração de força da facção política que está ameaçada de perder o poder local, aos novos grupos que cada vez mais conquistam espaço político na região, representando mais uma manifestação do mandonismo local.

Transformações substantivas acabam ocorrendo na sociedade local por influência do linchamento. Entre elas, contribuiu para um novo rumo na sua estrutura econômica, pois fortaleceu certas tendências econômicas já existentes na região.

Receosos quanto a situação de violência que impera em Chapecó, da qual o linchamento foi sua expressão máxima, os migrantes deixam de vir, acarretando a estagnação do projeto colonizador. Este teria sido um dos fatores motivadores da elite local para mobilizarem-se em torno da instalação de um frigorífico no lugar, a fim de reativar o fluxo migratório e a economia regional. Fundou-se assim, em outubro de 1952, o frigorífico da SAIC - S.A. Indústria e Comércio Chapecó.

De acordo com o industrial Plínio Arlindo de Nêz, depois do linchamento "houve um recuo do pessoal que aqui morava, com receio de represálias e o interesse de voltar para o Rio Grande.

Foi quando se entabularam as negociações para a construção do "Frigorífico Chapecó" (17).

Ernesto Pasqualli, numa conversa com a autora, em 1988, declarou que "o frigorífico Chapecó foi idealizado pelos Bertaso para incentivar a vinda de pessoal para cá, após a chacina, pois não venderam um pedaço de terra por dois anos".

3. A Administração de Miranda Ramos

Tentaremos agora analisar elementos que permitem identificar interesses e prioridades que giram em torno da implementação de políticas públicas, do governo trabalhista de José de Miranda Ramos, principalmente através da criação de leis e da distribuição de verbas dos orçamentos municipais.

José de Miranda Ramos é o segundo paranaense e advogado que assume a prefeitura de Chapecó. Natural da Lapa, estava com 34 anos quando foi eleito para o cargo. Chegou em Chapecó, em 1946, ainda na época do Território Federal do Iguassú, para assumir a promotoria pública da comarca, permanecendo pouco tempo na função.

Ocupando a presidência do diretório municipal do PTB, partido que ajudou a fundar, concorre à Assembleia Legislativa Estadual em janeiro de 1947, perdendo a eleição. Vence para vereador em novembro de 47 e três anos depois - 31 de janeiro de 51 - toma posse como prefeito de Chapecó.

Miranda Ramos assumiu a administração municipal numa época difícil, em que Chapecó ainda estava sob o impacto do linchamento. Ele recorda que ao tomar posse, em 31 de janeiro de

1951, a comunidade local estava em estado de choque e a imprensa nacional não cansava de explorar o assunto (18). Somente aos poucos a vida dos chapecoenses foi voltando ao normal.

A educação é prioridade na sua administração e pode ser comprovado na distribuição da verba orçamentária, na tabela 21. O valor da receita orçada prevista para o exercício de 1951 foi de Cr\$ 3 milhões. A Educação Pública veio em primeiro lugar, com uma verba que representava 29.59% do orçamento. Os Serviços de Utilidade Pública, em segundo, com 13.51% (19).

O orçamento do município foi para Cr\$ 4.250.000,00, em 1952. O investimento na Educação Pública novamente ficou em primeiro lugar, com uma verba de Cr\$ 1.150.960,00 - 27.09%. E a seguir, os Serviços de Utilidade Pública, com Cr\$ 930.850,40 - 21.91% (20).

Em 1953, a receita orçada alcançou Cr\$ 6.000.000,00 e a arrecadada, Cr\$ 8.222.412,00. Apesar de não termos localizado a previsão orçamentária desse ano, sabe-se que para o setor educacional foi dispendido uma verba de Cr\$ 1.822.220,00. Além disso, em 53 foram criadas 40 escolas no município. Normalmente o prédio era construído pela própria comunidade local, cabendo à prefeitura apenas colocá-la em funcionamento. O maior problema, contudo, constituía-se na falta de professores habilitados para lecionar (21).

TABELA 21

ORÇAMENTOS MUNICIPAIS DE 1951 E 1952

Áreas	1951	%	1952	%
Educação	887.460,00	29.59	1.150.960,00	27.09
Ser. Ut. Pub.	405.470,40	13.51	930.850,40	21.91
Ad. Geral	443.300,00	14.78	518.000,00	12.19
E.F.F.	290.000,00	9.67	375.200,00	8.83
Saúde P.	188.600,00	6.29	211.520,00	4.98
Serv. Ind.	104.800,00	3.49	105.000,00	2.48
Seg. P. As. S.*	121.000,00	4.03	338.500,00	7.97
Fomento	40.000,00	1.33	25.000,00	0.59
Div. Pub.	283.760,00	9.45	283.760,00	6.68
Encargos	235.609,60	7.86	306.209,60	7.21
Total	3.000.000,00	100.00	4.250.000,00	100.00

Fonte: Previsões orçamentárias do município de Chapecó, de 1951 e 52. De 1953 e 54, não foram localizadas.

* Segurança Pública e Assistência Social.

Os problemas sociais também afetavam a administração trabalhista. José de Miranda Ramos reconhece a dificuldade em solucionar o problema. No jornal "A Voz de Chapecó" do dia 04 de setembro de 1949, fala-se num "surto de pedinchões, que são em parte meninos mandados pelos pais, que ficam mendigando na porta do cinema e na porta do clube quando há baile".

Em 1951, a polêmica aumentou com uma nota oficial divulgada pela Câmara de Vereadores, no "A Voz de Chapecó", de 18 de fevereiro, respondendo a um artigo do advogado Roberto Machado, da

UDN, publicado no "Jornal do Povo". Na oportunidade, o bacharel criticava os poderes constituídos por não fazerem nada para solucionar o problema. Em 22 de agosto, foi formada uma comissão de vereadores para estudar o problema da mendicância no município, composta por: Jacyr Ribas Melzer (PTB); Serafim Enoss Bertaso (PSD) e Olintho Zimmermann (PSD) (22). Mas não obtivemos informações sobre os resultados deste estudo.

Governar com minoria na Câmara Municipal, com a oposição boicotando ações do governo, foi a principal dificuldade encontrada pelo chefe do executivo chapecoense, que não teve projetos de sua autoria aprovados.

Por outro lado, bem ao contrário da gestão anterior, a atuação no período de 1950 a 54, da Câmara de Vereadores, foi um tanto tumultuada, em função da força que adquiriram os partidos coligados, com seus seis vereadores e também pela discussão que envolveram alguns projetos polêmicos. Chamam a atenção, principalmente, a aprovação de um grande número de projetos que isentavam de impostos municipais, pequenos proprietários de botequins e armazéns. Mas os mais controversos eram os que beneficiavam os grandes e médios empresários.

Ressaltamos, antes disso, que em 14 de fevereiro de 1951, o suplente de vereador Adílio Fortes, do PSD, entrou com um projeto-de-lei na Câmara de Vereadores, isentando do imposto as carroças e carrocinhas, de uso exclusivo dos colonos. A bancada dos partidos coligados, que por sinal possuía dois colonos como representantes na Casa Legislativa (um, da UDN e outro do PRP),

posiciona-se contra o projeto, retirando-se do recinto no dia da votação. Estratégia repetida por diversas outras vezes, nas votações da Câmara, pois como os partidos coligados eram minoria, não possuíam condições de derrubar projetos. O projeto-de-lei de Adílio Fortes acabou não sendo aprovado (23).

Dão entrada na Câmara de Vereadores, em 09 de agosto do mesmo ano, dois projetos que beneficiam os grandes proprietários. O principal deles é o que isenta as empresas colonizadoras do imposto territorial e urbano, favorecendo diretamente os Bertaso e pessoas ligadas a eles (24). Ressalta-se que em 1951, havia mais de dez empresas colonizadoras no município de Chapecó (25).

O projeto de autoria do vereador pessedista, Olintho Zimmermann, teve como relator Serafim E. Bertaso (26), um dos maiores colonizadores de Chapecó. Aprovada pela câmara a lei foi sancionada pelo prefeito municipal, José de Miranda Ramos, em 23 de agosto de 1951. O argumento usado pelos defensores do projeto dizia respeito ao "bem que as empresas colonizadoras prestam ao progresso do município e o pouco que a isenção deste imposto importa na sua receita" (27).

A mesma justificativa foi usada pelo ex-prefeito José de Miranda Ramos, em entrevista a autora. Segundo ele:

"Era justamente baseado em incentivo de aumentar o progresso...Tinha o Barki Anone? de São Miguel do Oeste, era colonizador, devia muito. Foi perdoado uma parte da dívida. Tinha muito disso".

Mas não é bem assim. Levando-se em conta que pagava-se Cr\$ 193,00, de imposto territorial e urbano, por um lote na cidade de

Chapecó, em 1951, a contribuição pesava e muito. Só a Empresa Colonizadora e Industrial Ernesto Francisco Bertaso tinha 798 lotes urbanos e 368 chácaras, em 1951, em Chapecó (28).

Outra lei que beneficiava os empresários do município, de autoria do vereador pessepista Leopoldo Olavo Erig, é a que diz respeito a isenção do imposto de exploração agrícola e industrial, por cinco anos, dos moinhos de trigo, de porte médio e grande - capacidade de 120 quilos de trigo por hora (29). Aprovado por unanimidade, foi transformado na lei n.25, entrando em vigor no dia 22 de agosto de 1951.

Já em 06 de agosto de 1952, o vereador do PSP, Leopoldo Olavo Erig entrou com um anteprojeto de lei na Câmara de Vereadores, isentando os pequenos agricultores que possuíam até 25 ha, do imposto de exploração agrícola e industrial. O anteprojeto foi rejeitado, mas não conseguimos obter informações sobre como se deram as discussões na Câmara de Vereadores nesse sentido.

Verifica-se assim, que apesar de ser um executivo trabalhista e com a presença de legisladores trabalhistas, no que diz respeito a ação dos legisladores não foi possível atender a setores menos privilegiados e a representação de seus interesses. A política partidária continua sendo dirigida, principalmente, para a defesa dos interesses de uma elite.

A febre emancipacionista que tomou conta da Câmara Municipal, a partir de novembro de 1951, também tumultuou as suas atividades, com calorosas discussões entre os envolvidos. Encabeçada pelos partidos coligados - UDN, PTB, PRP e PSP, já

que fez parte de sua plataforma de campanha - gerou muita polêmica entre os vereadores que representavam os distritos a serem emancipados (30).

Por outro lado, o desconhecimento em torno do assunto, fez com que os vereadores chapecoenses legislassem em torno de uma matéria que não lhes dizia respeito, pois achavam que era da competência da Câmara Municipal aprovar a emancipação dos distritos, quando esta questão dizia respeito tão somente a Assembléia Legislativa Estadual.

Tanto que a Assembléia não tomou oficialmente conhecimento dos municípios criados pela Câmara de Vereadores, de Chapecó (31), aprovando as primeiras oito novas unidades administrativas municipais, somente em 30 de dezembro de 1953, pela lei n. 133 (Laus, 1985 : 220) (32).

O Partido Social Democrático, a princípio, não se posicionava totalmente favorável a divisão do município. Mas em 25 de outubro de 1953, a manchete do jornal "A Voz de Chapecó", dizia: " O PSD apóia a criação de oito municípios para atender às exigências da população". Na Assembléia Legislativa Estadual, o deputado chapecoense Lenoir Vargas Ferreira, do PSD, foi eleito presidente da comissão de divisão territorial.

Na guerra da informação, "O Imparcial" publica no dia 15 de novembro de 1953, que o movimento emancipacionista conta com o apoio do governo estadual e que a bancada do PSD, na Assembléia Legislativa, continua em "atitude de franca hostilidade à criação de novos municípios".

Constata-se a habilidade do PSD em obter ganhos políticos com essa questão. Com a aprovação dos oito novos municípios, em dezembro de 53, o partido pessedista acaba ficando com as glórias da vitória na região, com cartas de agradecimento enviadas ao seu chefe máximo no município, Serafim E. Bertaso.

O ano de 1953 também foi polêmico no relacionamento entre o executivo e legislativo, principalmente em função do pedido de aprovação de um empréstimo de Cr\$ 6 milhões solicitado pelo prefeito à Câmara de Vereadores, visando à aquisição de máquinas. O objetivo era suprir a carência de maquinário do Departamento Municipal de Estradas de Rodagem (D.M.E.R.), que possuía apenas dois tratores, três patrôas e um caminhão basculante, para consertar e abrir estradas no extenso município (33).

Afinal, a execução de obras rodoviárias, tais como pontes, pontilhões e estradas de rodagem, constituíam-se em promessas feitas durante a campanha eleitoral. Argumentava-se que era necessário melhorar as vias de escoamento para incentivar a produção agrícola e industrial do município. Contudo, o prefeito foi derrotado.

O projeto acabou envolvendo toda a comunidade, em função da discussão ter sido levada pelos pessedistas à imprensa local. O pedido deu entrada na Câmara, no dia 16 de junho de 1953 e dividiu as bancadas partidárias. Tanto que foi rejeitado em 18 de setembro de 1953, pelo voto de desempate do presidente da mesa, André Lunardi, do PSD. Contudo, os suplentes pessedistas - Plínio Arlindo de Nês e Onório Romano Alberti - votaram a favor

do empréstimo, enquanto o PRP e o PSP, que faziam parte da coligação oposicionista de 50, contra (34). Os votos pessedistas indicam as divergências existentes dentro do próprio Partido Social Democrático, cuja bancada não estava integrada.

4. A Disputa no Espaço Político Local

Nos primeiros anos, após o linchamento, as instituições funcionaram precariamente em Chapecó e a economia local praticamente estagnou. A inércia que tomou conta da comunidade, fortaleceu o mandonismo local e com ele, a perseguição cerrada aos adversários políticos, resultando em mais um assassinato, com claras conotações políticas. Foi um período em que as rivalidades políticas estiveram acirradas, com o PSD reagindo violentamente à perda do comando político municipal.

Conquistado o poder executivo, a primeira providência dos partidos coligados foi abrir espaço na imprensa local, para dar sustentação ao seu governo.

Em 19 de janeiro de 1951, entra em circulação o "Jornal do Povo", impresso nas oficinas do "Diário da Manhã", de Passo Fundo. Tem como diretor, o jornalista petebista Carlos Danilo de Quadros, Chefe de Serviço do Instituto Nacional do Pinho, em Chapecó e como secretário, Elpidio F. Barbosa, também do SNP.

Caracterizava-se como um jornal independente, não participando das polêmicas que envolviam o poder local. Predominavam as matérias internacionais, nacionais e estaduais. Mudava frequentemente de direção e teve curta duração. O último exemplar encontrado foi de 28 de março de 1953.

"O Imparcial" passa a circular em 25 de fevereiro de

1951. O deputado estadual do PTB, Paulo Marques era seu diretor responsável e o tipógrafo Alexandre Tiezerini, da UDN, o diretor proprietário. De acordo com o editorial do primeiro exemplar, o jornal "surge para cooperar com o governo implantado a 31 de janeiro de 1951".

Mas ao invés de promover as ações realizadas pela nova administração municipal e estadual, bem como, pelos seus legisladores, "O Imparcial" estava mais preocupado em atacar a administração anterior e, principalmente, os Bertaso e pessoas ligadas à família, em apimentados artigos assinados pelo jovem advogado, udenista, Roberto Machado.

As polêmicas na imprensa local desse período envolvem a atuação de dois advogados, ligados a partidos políticos diferentes. Através de seus artigos eles denunciam os desmandos políticos ocorridos na época e perseguem seus adversários, ocasionando a substituição de alguns. Roberto Machado, da UDN, é processado e ameaçado de morte, por fazer uma oposição acirrada aos Bertaso e seus afilhados políticos. Luiz Abs da Cruz, do PSD, é ameaçado e preso por assassinato, em função de posicionar-se ao lado deles.

A seguir relataremos alguns fatos que demonstram como os conflitos político-partidários repercutem pela imprensa local, onde são promovidas verdadeiras campanhas de desmoralização de adversários políticos.

Num artigo intitulado "Amigos da Onça", escrito por Machado, no "O Imparcial", de 13 de maio de 1951, foram criticadas a ausência do vereador Serafim Enoss Bertaso, do PSD, que no mês de maio de 1951, ainda não havia tomado posse e as

frequentes faltas do presidente da Câmara, Angelo Rolim de Moura, do mesmo partido.

Os pessedistas reagiram com um abaixo-assinado publicado no jornal "A Voz de Chapecó," em solidariedade ao seu chefe político, Serafim Enoss Bertaso, onde constava como primeiro nome, o do juiz José Mendes de Almeida e em segundo, o do promotor público, José Daura. A assinatura do juiz resultou num outro artigo do advogado Roberto Machado, condenando a sua atitude. "Se um juiz não for independente, e não pairar, como um condor, acima da miséria humana, quem mais o fará?", pergunta o bacharel (35). Na verdade, sabe-se que no acirrado jogo das forças e dos interesses políticos, o poder judiciário não conseguia manter-se alheio e independente, sendo uma importante peça do sistema político.

Machado afirma ainda que "assim o senhor tornou público aquilo que nós outros já sabemos, isto é, que o senhor é um péssimo juiz, pois os processos apodrecem em suas mãos, meses e meses, sem julgamento". E em setembro de 51 entra com um processo de representação contra o juiz José Pedro Mendes de Almeida, declarando que além de outras irregularidades, desde 1948, não profere qualquer sentença penal em Chapecó (36). Em novembro de 51 o juiz é transferido para comarca de São José, em Santa Catarina (37).

Por outro lado, as denúncias de perseguições políticas ao funcionalismo municipal e estadual desta vez são feitas pelos pessedistas . A poderosa arma do revanchismo passa a ser utilizada também pelos partidos coligados, que conquistam o

executivo chapecoense.

O PSD estadual, em função da derrota política no âmbito nacional, estadual e municipal, chegou a "criar um serviço especial que estudará as violências contra funcionários estaduais e municipais demitidos ou removidos" (38).

Com o novo governo, há uma mudança total na configuração do poder local, com nomes dos partidos vencedores sendo nomeados para assumir os principais cargos em órgãos municipais e estaduais. A formação do quadro de auxiliares diretos do governo obedeceu ao critério de dar participação efetiva aos partidos que compunham a coligação partidária, de 1950.

-Em março de 1951, o presidente do diretório local da UDN, Pedro da Silva Maciel, foi nomeado delegado de polícia do município (39).

-Em 1951, o vice-presidente do diretório local da UDN (ano 52), o engenheiro Lourenço Faoro foi nomeado para o cargo de engenheiro residente do DER (40).

-Em 11 de julho de 1951, o médico Rubens Carvalho Rauen, ex-udenista (1947) e atual presidente do diretório municipal do PSP, assume a chefia do Posto de Saúde Estadual (41).

-Em maio de 51 assume a nova direção da Associação Rural de Chapecó. Presidente de Honra: prefeito José de Miranda Ramos, (PTB); presidente: o farmacêutico Jonas Rauen; vice: advogado Lourenço Alves de Deus, da UDN (42).

-Em novembro de 1951, o juiz Manoel Carmona Galego, da comarca de Concórdia, assume a comarca de Chapecó (43).

-1951. Odilon Mafra assume como Coletor Estadual (44).

Em abril de 1952, as denúncias e perseguições políticas tornam-se mais intensas, com a chegada em Chapecó, do advogado Luiz Abs da Cruz, ligado ao PSD. O bacharel passa a escrever artigos de ataques acirrados no jornal "A Voz de Chapecó", contra a administração municipal, denunciando, principalmente, as arbitrariedades cometidas pelas autoridades nomeados pelo novo governo.

A primeira vítima de Luiz Abs da Cruz foi o juiz Manoel Carmona Galego, substituto do juiz José Pedro Mendes de Almeida. Em maio de 1952, o advogado pessedista ataca Carmona Galego pela demora da pronúncia no processo do linchamento; de ter mantido presas crianças cegas e outros desmandos praticados pelo magistrado (45).

Em junho, num outro artigo, Luiz Abs da Cruz chama Manoel Carmona Galego de "patife". Abusando da sua autoridade, o juiz manda prendê-lo (46). Além disso, apreende a edição do jornal "A Voz de Chapecó", que condena a prisão do advogado (47).

Mas a campanha promovida no sentido de desmoralizar o juiz deu resultado, pois logo em seguida foi aberto um inquérito para averiguar as denúncias contra ele, pela Corregedoria de Justiça do Estado. Manoel Carmona Galego acabou sendo transferido para Joaçaba, em agosto de 1952 (48).

O engenheiro residente do DER, engenheiro Lourenço Faoro, vice-presidente da UDN local, em 1952, foi a próxima vítima do advogado Luiz Abs da Cruz, que num artigo no "O Imparcial", do dia 08 de fevereiro de 1953, escreve: "Foi feito um abaixo-

assinado pelos funcionários do DER, a favor de Faoro, onde declaram nada terem visto a respeito das noitadas alegres do engenheiro do DER, no prédio público, construído com o dinheiro do povo". No lugar de Faoro assume Nery Waltrickm, do PSD.

Em seguida foi a vez do delegado de polícia, Pedro da Silva Maciel, presidente da UDN, em 1951, criticado por ter cometido arbitrariedades policiais no interior do município (49). Em 22 de março de 1953, Luiz Abs da Cruz, comentando a violência predominante na região, escreve no "O Imparcial": "Já é de causar apreensão a situação de inquietação que está atravessando o município de Chapecó...há surras, espancamentos, imposições legais. O PTB responsabiliza a UDN e esta o PTB".

Contudo, as críticas constantes do advogado pessedista contra os desmandos praticados pelas autoridades locais, ligadas ao novo governo, acabaram em tragédia. Em maio de 1953, o Intendente Exator (cargo de confiança do prefeito), do distrito de Caxambu, Fermíno Paim agride Luiz Abs da Cruz, que o mata com um tiro certeiro. O motivo do desentendimento, que resultou na morte do Intendente, teria sido um artigo escrito pelo advogado, com críticas de ordem administrativa, envolvendo o Intendente Exator (50).

Preso no quartel da Polícia Militar de Chapecó, Abs da Cruz prossegue escrevendo, por algum tempo, artigos no jornal "A Voz de Chapecó", onde seus companheiros pessedistas faziam campanhas de solidariedade a seu favor. Não se sabe que fim teve o processo deste crime, pois não foi localizado no Fórum da Comarca de Chapecó. Mas de acordo com os entrevistados, o advogado pessedista não chegou a ser condenado.

Seguindo uma tendência estadual e nacional, verifica-se que em 1950 houve a quebra do continuísmo, em Chapecó, com o PSD sendo derrotado nas eleições para prefeito municipal, pela coligação opositora (PTB, UDN, PRP e PSP). Os grandes vitoriosos deste pleito na verdade foram os trabalhistas, uma vez que conquistaram o executivo chapecoense e três cadeiras no legislativo local.

Mas a derrota eleitoral parcial dos madeireiros e dos colonizadores não significa que este segmento está totalmente afastado do poder político, pois ainda lidera na Câmara de Vereadores onde os pessedistas conquistaram a maioria e aprovam projetos-de-lei de seu interesse. Significa, no entanto, que ocorreram mudanças na estrutura do poder chapecoense, com a entrada de novos elementos que detinham funções urbanas de cunho burocrático/liberal/comercial/industrial na política local.

A perda do poder executivo, por parte dos pessedistas chapecoenses, resulta, por outro lado, no acirramento dos conflitos político-partidários, entre as facções políticas que conquistam um maior espaço no poder local e o grupo que declina no cenário político do município.

É possível perceber ainda que as pressões emancipatórias existentes na região, refletiram no resultado eleitoral, uma vez que a coligação oposicionista tinha uma posição mais clara, explícita a favor da emancipação dos distritos (Como veremos nos próximos capítulos, os partidos da coligação assumirão o executivo municipal em vários dos distritos emancipados).

NOTAS

- 1) TRE/SC. Ata de Apuração da Eleição Presidencial de 1950.
- 2) O candidato pessepista, colonizador João Batista Machado Vieira, residente na Vila de São Miguel do Oeste, não se elegeu.
- 3) Com exceção dos municípios de Florianópolis e São Francisco do Sul, onde os prefeitos eram nomeados pelo governador.
- 4) Entrevista com José de Miranda Ramos. Op.cit.
- 5) TRE - Resultados Discriminados das eleições municipais realizadas, em 23 de novembro de 1947.
- 6) A nominata dos candidatos a vereador no pleito de 1950, era:
-PSD: Serafim Enoss Bertaso, Plínio Arlindo de Nes, Levy Linhares Silva, Severino Trentin, Walter Bruno Koelln, André Lunardi, Angelo Rolim de Moura, Adílio Fortes, Olintho Zimmermann, Arthur João Lara, Roberto Hoss, Honório Leonel Zandavalli, Heins H. Finger, Máximo Rigodanzo, Onório Romano Alberti, Vivaldo Zimmermann e Carlos Spalding de Souza.
-UDN: Pedro da Silva Maciel, João Muxfeld, Waldemar Lehrbach, Angelo Mela, Bernardo Max Bartz, Newton Carlos Moojen Marques.

-PTB: Pedro Bordignon, Alberto José Ferronato, Thucydides Paim Butuhy, Hugo Alcides Braga, Jacyr Ribas Melzer, Domingos Maciel, João Moreira Filho, Pedro Henrique Simon, Balduino Germano Nicolai e Selmo Brust.

- PSP: Leopoldo Olavo Erig, Paulo Montanari, Rubens Carvalho Rauen.

--PRP: José Nicolau Franzen e Roberto Lauschner.

7) Jornal "A Voz de Chapecó", de 09 de julho de 1950.

8) Idem, de 24 de setembro de 1950.

9) Entrevista de Otávio Celso Rauen. Op.cit.

10) Resultado geral das eleições de 03 de outubro de 1950, no município de Chapecó. Fonte: Jornal "A Voz de Chapecó", de 22 de outubro de 1950.

11) "A Voz de Chapecó", de 04 de fevereiro de 1951. A relação dos eleitos é por ordem de votação, mas não são fornecidos os resultados eleitorais.

12) Atas da Câmara de Vereadores do ano de 1951.

13) Piazza (1984), Lenzi (1983), Laus (1985) e jornal "A Voz de Chapecó", de 04 de fevereiro de 1951.

14) Entrevista com José de Miranda Ramos, realizado pela autora, em 1992.

15) Para maiores detalhes sobre o fato, consultar o trabalho da autora "A Chacina de Chapecó", trabalho final do Curso de

Comunicação Social - Jornalismo, UFSC, realizado em 1986. Um resumo do trabalho foi publicado no jornal "O Estado", do dia 28 de dezembro de 1986.

As principais fontes utilizadas na realização do trabalho foram: documentos do processo judicial, entrevistas e publicações de revistas e jornais. Não cito o nome dos entrevistados uma vez que solicitaram a não divulgação dos seus nomes.

16) De acordo com entrevistados, os irmãos Ochôa, fugitivos do Paraná, eram capangas do Delegado Lajus, na ocasião do linchamento. Eles participaram da tortura aos presos, bem como do linchamento, tendo fugido no outro dia da cidade.

Ainda de acordo com a maioria dos entrevistados, na época era comum, principalmente os colonizadores, contratarem pessoas para fazer sua segurança.

Segundo o ex-prefeito, José de Miranda Ramos: "Tinham capangas, um que outro, mas não era assim como eles contam. As empresas colonizadoras tinham capangas em Xanxerê, Mondai, São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira... e os Bertaso, diziam que tinham, mas não sei".

O colonizador e ex-coletor estadual Arnaldo Mendes confirma: "em função dos conflitos e intrigas de terra, todos nós tínhamos pessoas de confiança. Eram caboclos que se contratava pra cuidar das coisas, evitar o banditismo, o roubo. Como aqui tem polícia, nós lá tínhamos pessoas que faziam a segurança pessoal, já que não havia policiamento. Então cada um se defendia como podia. Mas não que houvesse ataque, alarme, brutalidade".

- 17) Jornal "O Estado", Florianópolis, 1986.
- 18) Entrevista com José de Miranda Ramos, realizado pela autora, em 1986, em Florianópolis.
- 19) Orçamento da Prefeitura Municipal de Chapecó, do exercício de 1951.
- 20) Idem, do ano de 1952.
- 21) Relatório apresentado à Câmara Municipal de Chapecó, pelo prefeito José de Miranda Ramos, referente ao exercício de 1953, em 31 de dezembro de 1953.
- 22) Ata da Câmara de Vereadores do dia 22 de agosto de 1951.
- 23) Havia um total de 235 carroças em 1950, somente no distrito de Chapecó (Verificar relatório sócio-econômico do distrito de Chapecó no capítulo 3 deste trabalho).
- 24) Texto do projeto: "...isentando do pagamento do imposto territorial urbano todos os lotes e do imposto agrícola e industrial às chácaras situadas nos povoados, sedes dos distritos e do município e que pertençam a empresas colonizadoras devidamente legalizadas" (O Imparcial, 02 de setembro de 1951).
- 25) "O Imparcial", 30 de setembro de 1951.
- 26) Idem, 02 de setembro de 1951.
- 27) Ata da Câmara de Vereadores do dia 17 de agosto de 1951.
- 28) "O Imparcial", 30 de setembro de 1951.

- 29) Ata da Câmara de Vereadores, do dia 17 de agosto de 1951.
- 30) Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Chapecó, de 1951, 1952 e 1953.
- 31) Idem, de 06 de agosto de 1953.
- 32) Os distritos emancipados na ocasião, estão relacionados na nota 25, do capítulo 3.
- 33) Relatório apresentado à Câmara de Vereadores de Chapecó, pelo prefeito José de Miranda Ramos, relativo ao exercício de 1953.
- 34) Ata da Câmara de Vereadores, de 18 de setembro de 1953.
- 35) "O Imparcial", 03 de junho de 1951.
- 36) Idem, 16 de setembro de 1951.
- 37) "A Voz de Chapecó", 25 de novembro de 1951.
O fato de haver suspeitas do juiz José Pedro Mendes de Almeida estar envolvido no linchamento ocorrido em 1950, também é visto por alguns dos entrevistados como uma das razões de sua transferência. Alia-se a isso o fato do comando do executivo estadual encontrar-se na ocasião, nas mãos da UDN.
- 38) "A Voz de Chapecó", 08 de abril de 1951.
- 39) Idem, 11 de março de 1951.
- 40) Idem, 08 de fevereiro de 1953.
- 41) "O Imparcial", 22 de setembro de 1951.

- 42) Idem, 13 de maio de 1951.
- 43) "A Voz de Chapecó", 25 de novembro de 1951.
- 44) Entrevista realizada com Arnaldo Mendes. Op. cit.
- 45) "O Imparcial", 25 de maio de 1952.
- 46) "A Voz de Chapecó", 29 de junho de 1952.
- 47) Idem, 06 de julho de 1952.
- 48) Idem, 06 de julho de 1952 e 10 de agosto de 1952.
- 49) Idem, 08 de março de 1953.
- 50) Idem, 10 de maio de 1953 e Ata da Câmara, de 12 de maio de 1953.

CAPITULO 7

RECOMPOSIÇÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS CHAPECOENSES:

1954 E 1955

A criação de oito novos municípios no oeste do Estado em 1953, tem reflexos na estrutura do poder político-partidário local, como veremos a seguir. Na primeira parte deste capítulo abordaremos o pleito eleitoral de 1954, quando foram disputadas vagas ao Senado, Câmara Federal, Assembléia Legislativa do Estado, Câmara Municipal e algumas novas prefeituras.

No que diz respeito a realização de eleições nos municípios emancipados, apenas os situaremos quanto aos resultados eleitorais finais para o governo do Estado, deputado estadual e prefeito municipal, pois não conseguimos obter informações para a realização de uma análise mais ampla dos fatos. Eles não foram encontrados no TRE e nem mesmo nos jornais da época.

Assim, considerando a quantidade de municípios criados entre 1953 e 1965, no oeste catarinense (33 novos) e a dificuldade de obter dados para uma análise mais ampla dos mesmos, manteremos a análise mais detalhada das eleições no município de Chapecó de acordo com a nova configuração geográfica.

Nesta seção ainda abordaremos a ação administrativa de 1954 a 1955, quando é eleita uma nova Câmara de Vereadores e assume um novo prefeito, num período em que o PSD está afastado

do comando do executivo municipal e da Câmara de Vereadores. Chamamos também a atenção para o fato de que a partir de 54 e 55, as eleições para o legislativo e o executivo municipal não serem mais casadas.

Na segunda parte deste capítulo enfocaremos o pleito eleitoral de 1955, onde serão ressaltados os rearranjos político-partidários, em torno da Aliança Social Trabalhista (AST), e a ação administrativa de 1956 a 1960 no município de Chapecó.

1. O Pleito Eleitoral de 1954

No mês de agosto, sob o impacto do suicídio do presidente da República, Getúlio Vargas, intensificam-se as articulações políticas em torno das eleições de 03 de outubro de 54.

Em Santa Catarina reaviva-se a Aliança Social Trabalhista, mas somente nas eleições para o Senado e para a Câmara Federal (Lenzi, 1983 : 245). Quanto a UDN, voltou a coligar-se com os pequenos partidos. Contudo, somente o PL apoiou integralmente a União Democrática nas eleições da esfera estadual e federal. O PRP se coligou apenas com a UDN, no plano federal e o PSP, no apoio ao senado (Laus, 1985 : 227-8).

No pleito de 1954, concorreram a deputado federal, por Chapecó, o colonizador e industrial Serafim Enoss Bertaso, pela Aliança Social Trabalhista e o médico Rubens Carvalho Rauen, pelo PSP. A UDN e o PRP não lançaram candidatos, e apoiaram lideranças udenistas de outras regiões que tinham penetração política no oeste do Estado. De acordo com o jornal "O Imparcial", de 31 de outubro de 1954, foram "eleitos deputados federais, por Chapecó, Jorge Lacerda, Antônio Carlos Konder Reis

e Waldemar Rupp".

O candidato da Aliança Social Trabalhista, Serafim Bertaso, alcançou a 3a. suplência, com 8.897 votos e foi convocado. O pessepista Rubens C. Rauen não se elegeu, pois fez 4.501 votos (1).

Mas apesar da UDN perder o senado, onde foram eleitos Nereu e Saulo Ramos, pela Aliança Social Democrática, o partido ampliou suas bancadas estaduais e federais. Na Câmara Federal, tanto o PSD como a UDN elegeram cinco deputados e na Assembléia Legislativa, quinze parlamentares cada um. Os pequenos partidos conquistaram nove vagas: FTB, cinco; PSP, dois; PDC e PRP um cada (Lenzi, 1983 : 251).

Para a Assembléia Legislativa não ocorreram alianças. Cada partido político concorreu com seus nomes próprios. Disputaram vagas para deputado estadual, pela região oeste, nove candidatos (2).

PSD:

- Advogado Lenoir Vargas Ferreira, de Chapecó, (reeleito com 3.991 votos).
- Escrivão de Paz Carlos Spalding de Souza, de São Carlos (866 votos).

UDN:

- Industrial e vereador João Muxfeld, de São Carlos (10. suplente, com 2.370 votos - foi convocado (3).
- Comerciante José Zanin, de São Miguel do Oeste (Nenhum voto) (4).

PTB:

- Advogado e prefeito José de Miranda Ramos, de Chapecó (eleito com 2.983 votos).
- Coletor Federal e deputado estadual Paulo Marques, de Chapecó (213 votos).
- Contador, Jacob Aita, residente em Chapecó, (1 voto).

PSP:

- Comerciante e vereador Leopoldo Olavo Erig, de São Miguel do Oeste (eleito com 2.172).

PRP:

- Colono e deputado estadual Vicente João Schneider, de Itapiranga (reeleito com 3.118 votos) - Único representante do PRP eleito para a Assembléia Legislativa do Estado.

Com esse resultado eleitoral aumenta a representação do oeste catarinense na esfera estadual, ampliando de três para cinco as suas cadeiras na Assembléia Legislativa do Estado - PSD (1); UDN (1); PSP (1); PRP (1) e PTB (1) - distribuídas entre os cinco principais partidos políticos da região oeste, que pelo menos, na esfera estadual, passam a ter suas forças equilibradas (5).

Na tabela 22 constata-se que apesar do PSD ainda ser o partido predominante nessa eleição para deputado estadual, com 30.91% dos votos, o partido continua declinando no seu percentual de votação, em relação a 1947 e 1950. O PTB prossegue em segundo lugar, com 20.35% dos votos e o PRP em terceiro, com 19.84%. Chama a atenção a expressiva votação do PRP na região oeste, elegendo o único deputado estadual perrepista de Santa

Catarina.

Enquanto isso a UDN fica em quarto lugar, com 15,08%, isto quando o partido, como se verá mais adiante, apresenta no pleito eleitoral local, de 54, um sensível crescimento na região oeste e mesmo no município de Chapecó. Confirma-se mais um vez a baixa densidade eleitoral do partido em termos de representatividade no âmbito estadual.

TABELA 22

Resultados Eleitorais dos Candidatos Destinos à Assembléia
Legislativa em 1954

Partidos	Total Votação	%	Cad.
PSD	4.857	30,91	1
UDN	2.370	15,08	1
PTB	3.197	20,35	1
PSP	2.172	13,82	1
PRP	3.118	19,84	1
Total	15.714	100,00	5

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/Santa Catarina.

1.1. O Crescimento da UDN e do PTB em Chapecó

Nas eleições legislativas de Chapecó também não houve coligações. Foram eleitos os seguintes vereadores (6):

PSD:

NOME	ATIV.PROFIS.	DISTRITO	VOTOS
Arnaldo Mendes	Colonizador Madeireiro	Chapecó	271
Júlio Burato	Colono	São Lourenço	219
Idemar Bernardi	Comerciante	Quilombo	196
Guerino Giacomelli	Comerciante	Caxambu	196
Ivo Patussi	Comerciante	Chapecó	176
Severiano Rolim de Moura	Colono/Corre- tor Imóveis	Águas de Chapecó	141

UDN:

Fiorelo Guidi	Comerciante	Águas	222
Rivadavia Scheffer	Comerciante	Chapecó	153
Edemar Hack	Comerciante	São Lourenço	167
Heitor Pasqualotto	Comerciante	Chapecó	124

PTB:

Germano Cella	Comerciante	Chapecó	194
Demétrio Silva	Comerciante	Caxambu	176
Aldo Giacomazzi	Moageiro	Guatambu	152

Através da tabela 23 verifica-se a expressiva votação da legenda pessedista na Câmara de Vereadores, que fica com 50.44% dos votos, apresentando, contudo, um declínio em relação a 1947, quando fez 76.24% da votação; a UDN, em segundo lugar, ampliando

de 12.85% para 22.80% seu percentual eleitoral (não se levando em conta a votação dos partidos que alugaram sua legenda); e o PTB, em terceiro lugar, pois aumentou de 10.91% a 21.54% a votação nesse período. Os números indicam que o PTB e a UDN praticamente tiveram o mesmo percentual de crescimento de 1947 a 1954.

TABELA 23

Resultado Eleitoral da Câmara Municipal de Chapecó

1954

Distribuição de Cadeiras por Eleição

Partidos	Total Votacão	%	N. Cad.
PSD	1199	50.44	6
UDN	542	22.80	3
UDN/PL	124	5.22	1
PTB	512	21.54	3
Total	2377	100.00	13

Fonte: Tabela elaborada pela autora através de dados coletados em jornais locais.

Em termos do número de vagas, a UDN é o partido que mais cresce de 1950 a 1954, ampliando de um, para três (quatro, com o candidato do PL), as suas cadeiras na Casa Legislativa. O PSD, no mesmo período, passa para seis, perdendo mais uma vaga, enquanto o PTB mantém suas três cadeiras.

Entre as modificações que esse novo quadro pós-eleitoral apresenta, ressalta-se a perda do controle do legislativo municipal pelo PSD - que o partido vinha mantendo desde 1947 - uma vez que os demais partidos conquistam sete vagas na Câmara, garantindo assim o quórum para a derrubada dos projetos pessedistas, como veremos mais adiante. Por um período de um ano - 1954 a 1955 - o PSD não é hegemônico na estrutura do poder local chapecoense, pois não está no comando do executivo municipal e não lidera na Câmara de Vereadores.

Outra mudança no cenário político chapecoense, que pode ser verificada na composição da Casa Legislativa, é a perda de força política dos colonizadores e industriais/ madeireiros na estrutura de poder local, uma vez que a participação direta desse setor se reduziu a apenas um vereador pertencente ao quadro do PSD. Por outro lado, há um crescimento na representação municipal, de lideranças ligadas aos segmentos emergentes na economia do município, destacando-se o comercial, com nove representantes. Ressalta-se que, de acordo com os dados do capítulo 3, o setor comercial teve um incremento de 246.97% de 1940 a 50, no município de Chapecó e de 1950 a 60, 144.98%.

TABELA 24

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES EM 1954

Atividades	PSD	UDN	PTB	PL/UDN
Profissionais				
Colonizador e Madeireiro	1			
Comerciante	3	3	2	1
Colono*	2			
Industrial			1	

Fonte: TRE/SC

Obs: Identificou-se os vereadores a partir de suas atividades predominantes, na ocasião de sua indicação para candidato.

Obs.: * Um deles também é corretor de imóveis.

Confirma-se assim em Chapecó, que o processo de urbanização pelo qual passa o município, a partir de 1940, com conseqüentes modificações na economia local, implicou na entrada de novos setores sócio-econômicos no processo eleitoral.

Pela relação dos candidatos e dos nomes eleitos, percebe-se que a divisão do município faz com que surjam figuras novas, tanto ligadas a atividades urbanas, como rurais, na política chapecoense. Elas acabam ocupando o espaço de antigas lideranças, revelando e ocasionando transformações na estrutura de poder político-partidário local.

A frágil situação do PSD, faz com que nenhum de seus vereadores assuma um cargo na mesa diretora da Câmara Municipal, que passa a ser liderada pelos comerciantes. Eleita em 04 de fevereiro de 55, ficou assim constituída: Presidente,

comerciante, Demétrio A. da Silva (PTB); vice, comerciante Fiorelo Guidi (UDN); 1. secretário, comerciante Heitor Pasqualotto (PL); 2. secretário, comerciante Edemar Hack (UDN).

O declínio do Partido Social Democrático, neste período, deve-se à crescente estruturação dos diretórios municipais da UDN e do PTB, que passam a disputar os votos pessedistas e dos pequenos partidos políticos. Esses também perdem espaço no âmbito local, tanto que o PRP nem lança candidato a vereador em 1954 e o PSP não consegue eleger nenhum dos nomes apresentados. Quanto ao Partido de Representação Popular ressalta-se o fato deste ser forte, principalmente em distritos emancipados, como Itapiranga, Mondai e São Carlos, regiões onde concentrava-se a colonização alemã.

Outro fator que colabora para o enfraquecimento do Partido Social Democrático, nas eleições legislativas locais de 1954, é o fato da agremiação política não estar no comando do governo estadual e municipal. Sendo assim, não tinha acesso à máquina de pressão e arregimentação eleitoral, usado pelos principais partidos, durante o período multipartidário.

Por outro lado, a saída de algumas lideranças e membros do partido, para se filiar a outras organizações partidárias também contribui para uma maior debilidade do PSD. Se bem que chama a atenção a grande mobilidade de filiados entre todos os partidos políticos chapecoenses.

Geralmente, por trás das mudanças de agremiação política estava a procura por um espaço na disputa política local.

Quando não se conseguia concorrer às eleições por um diretório, ia-se em busca de outro. Dittrich (1981:80) cita uma entrevista com Celso Ramos, ex-presidente estadual do PSD, ex-governador e ex-senador, onde ele fala que "quando um candidato era preterido por um diretório, costumava buscar apoio em outros diretórios, para obter a condição de candidato". Este procedimento foi confirmado pelas ex-lideranças políticas chapecoenses entrevistadas pela autora (7).

Outra prática política era a "compra" de um candidato de uma facção política, por outra. Numa entrevista realizada com o ex-vereador, colonizador e industrial, Arnaldo Mendes (8), ele contou ter oferecido dinheiro para Guerino Giacomelli, candidato de Caxambu e pertencente ao diretório municipal da UDN, concorrer a vereador pelo PSD em 1954. Tanto que o jornal "O Imparcial", de 30 de setembro de 1954, questiona: "a que partido pertence Guerino Giacomelli, que é candidato a vereador pelo PSD e envia cartas de solidariedade a UDN".

Foi um ano de vitória eleitoral para o partido do governo estadual, no município de Chapecó e nos demais municípios do oeste, pois entre as oito unidades administrativas, recém criadas e que tiveram sua primeira eleição em 1954, o partido isolado ou coligado, ganhou em seis novas unidades administrativas. O PSD em apenas duas (9).

PSD :- Xaxim : ex-vereador, ex-colonizador, comerciante e industrial Luiz Lunardi.

- Xanxerê: ex-vereador e agro-pecuarista Adílio Fortes.

UDN: - Dionísio Cerqueira : Hélio Wasun.

- Mondai: colonizador e industrial madeireiro, Armindo Stangler.

- Palmitos: comerciante Avelino Trichês.

- São Carlos: industrial- madeireiro Albino Schemberger.

UDN e PRP: -São Miguel do Oeste: comerciante, colonizador, Olímpio Dal Magro.

- Itapiranga: industrial Arthur Goerck.

No contexto geral do Estado, porém, constata-se que apesar da UDN ampliar seu espaço na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa, perde o senado e as eleições municipais para o PSD/PTB. Contudo, como vimos, o partido se fortalece significativamente no oeste catarinense. Dos dezesseis municípios do Estado de SC onde houve eleições em 1954 (nos quinze novos municípios criados em 53 e no município de Florianópolis), o PSD concorrendo sozinho ou coligado na Aliança Social Trabalhista, fez nove prefeituras, contra sete da UDN, coligada ou não (Laus, 1985 : 236). Como seis delas são no oeste do Estado, comprova-se o crescimento da sua força política da UDN na região.

As emancipações, com os chefes políticos passando a ter maior autonomia local, e o poder de manipulação eleitoral, decorrente da utilização da máquina governamental, foram responsáveis por este resultado. Outro fator foi o reflexo da campanha de nacionalização realizada sob o comando do líder pessedista, Nereu Ramos, durante o Estado Novo, onde foram perseguidos e presos muitos imigrantes e descendentes de alemães,

criando uma resistência aos grupos a ele ligados - PSD e PTB. Com isso, a UDN, e também o PRP, acabam beneficiando-se da dificuldade de penetração do Partido Social Democrático nas regiões de colonização alemã.

As alianças firmadas confirmam, sobretudo, a debilidade do partido trabalhista, nos novos municípios cestinios. Como vimos, o ex-líder trabalhista, José de Miranda Ramos (10), ao situar as bases eleitorais dos partidos políticos chapecoenses, de acordo com critérios étnicos, afirma que "no PTB só votavam os italianos e caboclos. Os alemães eram integralistas ou udenistas". Sendo assim, o Partido Trabalhista Brasileiro disputa o mesmo eleitorado do PSD, nas localidades de Coronel Freitas, Caxambu, Guatambu, Xanxerê, Xaxim, Chapecó. Dados que também podem ser comprovados na relação de vereadores eleitos em 1950 e 54.

Ou seja. A divisão do município revelou de forma mais clara as tendências das bases eleitorais predominantes no oeste catarinense, confirmando a subdivisão regional sob critérios étnicos, das bases sociais-partidárias. Além disso, através dos resultados eleitorais obtidos, constata-se o fortalecimento do poder dos chefes políticos dos ex-distritos, pois são eles - ex-vereadores, colonizadores e demais lideranças partidárias - que vencem as eleições deste ano nos novos municípios.

Os indicadores desta tendência podem ser: o sobrenome dos vereadores e prefeitos eleitos; a nominata da Assembléia Legislativa e dos diretórios dos partidos políticos onde predominam os sobrenomes alemães na UDN/PRP e italianos e

caboclos no PSD/PTB.

2. A Administração Butuhy

Em 04 de fevereiro de 1955, o prefeito José de Miranda Ramos solicita sua renúncia ao cargo para ocupar a vaga conquistada na Assembléia Legislativa Estadual (11). No mesmo dia a Câmara de Vereadores elege para administrar o município, no ano de 1955, o agrimensor e diretor do Departamento Municipal de Estradas e Rodagem, Thucydides Paim Butuhy, do PTB, que tomou posse em 08 de fevereiro. Ele disputou o cargo com o vereador e colonizador Arnaldo Mendes, do PSD, que perdeu por um voto (12).

Não conseguimos obter maiores detalhes sobre a proposta orçamentária do município de Chapecó, do ano de 1954, mas sabe-se que os vereadores da oposição (PSD) criaram empecilhos para a prestação de contas do ex-prefeito José de Miranda Ramos, deste ano (13). E não é por menos. A previsão da receita era de Cr\$ 6 milhões, o mesmo valor de 1953, quando ainda não haviam sido desmembrados os oito municípios. Mas somente foi arrecadado Cr\$ 4.590,044,60, resultando num déficit de Cr\$ 1.409.955,40.

Diante deste quadro, onde também houve interferência dos desmembramentos e a conseqüente diminuição da arrecadação, a receita orçada para o exercício de 1955 passa para Cr\$ 4 milhões. A arrecadação, no entanto, diminuiu ainda mais, atingindo apenas Cr\$ 3.392.604,40, ocasionando um déficit orçamentário e Cr\$ 607.395,60.

Em função da crítica situação da prefeitura, Butuhy entra com uma solicitação de um empréstimo de Cr\$ 5 milhões, na Câmara de Vereadores, em maio de 1955, "que se destinava a diversas finalidades públicas" (14). O projeto não foi aprovado e para isso contou com o voto do vereador do PL, eleito pela UDN, em 54 e cooptado pelo PSD. Somente foi aprovado em 11 de novembro de 1955, um empréstimo de Cr\$ 400.000,00 para pagamento dos funcionários públicos municipais (15).

Quanto a distribuição dos recursos municipais, chama a atenção uma mudança de tendência em relação ao que vinha ocorrendo ao longo dos últimos anos, pois a verba para os Serviços de Utilidade Pública, onde estava incluído o DMER, aumentou em detrimento de outros setores, principalmente o educacional. No ano de 1955, o orçamento para a educação pública (Cr\$ 866.230,00) é menor do que a do setor rodoviário (Cr\$ 1.128.784,00), conforme pode ser verificado na tabela 25 (16).

TABELA 25

Orçamento Municipal de 1955.

Áreas	1955	%
Ser. Util. Pública	1.128.784,00	28,22
Educação	866.230,00	21,66
Administ. Geral	807.612,40	20,19
Fiscaliz. Financeira	369.040,00	9,23
Saude Pública	186.520,00	4,66
Servicos Industriais	124.380,00	3,11
Segur. Publ. e Assist. Social	126.500,00	3,16
Fomento (Prod. Veget. e Animal)	10.000,00	0,25
Divida Pública	15.000,00	0,37
Encargos e Serv. Diversos	365.933,60	9,15
Total	4.000.000,00	100,00

Fonte: Previsão orçamentária municipal de 1955.

A gestão Butuhy foi marcada também por uma luta em torno de questões tributárias, com a derrubada na Câmara de Vereadores, da lei que isentava de impostos municipais, as colonizadoras e os moinhos de trigo. Aproveitando a oportunidade do momento de fragilidade política do PSD, que não estava no

comando do executivo e encontrava-se enfraquecido no legislativo, os udenistas se armam para derrubar as duas leis há muito criticadas e que beneficiavam diretamente setores pessedistas, ou seja, os grandes colonizadores e industriais.

Em 15 de maio de 1955, o vereador udenista, comerciante Edegar Hack, entrou com um projeto-de-lei na Câmara de Vereadores, solicitando a revogação da lei n. 29, de 23 de agosto de 1951, que isentava as empresas colonizadoras do município, do imposto territorial urbano. A polêmica em torno do assunto foi grande, diante de uma campanha orquestrada pelo advogado udenista Roberto Machado, que chegou a envolver a comunidade chapecoense, com distribuição de panfletos explicativos à população. O bacharel costumava sobrevoar a cidade com o avião do aéreo clube local, do qual jogava panfletos com denúncias de desmandos dos chefes políticos pessedistas.

Estrategicamente, Roberto Machado, que na ocasião era suplente de vereador e possuía uma oratória inflamada, com a qual atacava violentamente o mandonismo pessedista, assumiu uma vaga na Câmara Municipal, às vésperas da votação do projeto, com o objetivo de convencer aos demais vereadores a tornar a lei sem efeito. No dia da votação, a sessão foi um tanto conturbada, sendo que a lei foi revogada, em 11 de agosto, por 7 votos a 5. Um deles era pessedista (17).

Mas a polêmica não acabou por aí. Em função de um artigo publicado logo em seguida, no "O Imparcial", de 14 de agosto de 55, que falava sobre o projeto de isenção de impostos aos colonizadores, atacando os ex-beneficiados, o advogado Roberto Machado foi processado por "crime de imprensa", pelo vereador e

colonizador Arnaldo Mendes, do PSD. Em abril de 1956, o Tribunal de Justiça do Estado decretou a prescrição do processo (18).

Em 11 de novembro de 1955, a Câmara Municipal também revogou a lei n. 25, de 22 de agosto de 1951, que isentava de impostos municipais, os grandes e médios proprietários de moinhos (19).

A derrubada dessas duas leis, criadas durante o período em que o PSD controlava o Legislativo Municipal e que beneficiavam diretamente médios e grandes empresários que comandavam ou estavam filiados ao partido, são um indicador claro da debilidade política do Partido Social Democrático chapecoense. Fortalece-se a UDN, coordenadora desse processo, colocando-se como uma clara ameaça para os pessedistas.

3. As eleições de 1955

Em 03 de outubro de 1955 ocorreram eleições para Presidente da República, Governador do Estado e Prefeitura Municipal. A Aliança Social Trabalhista que já havia retornado nas eleições de 1954, venceu na esfera nacional. Juscelino Kubistcheck de Oliveira, do PSD, é eleito presidente e o trabalhista João Goulart, vice.

No âmbito estadual a UDN, PSP, PRP e PDC formam a "Frente Democrática", que sai vitoriosa com a eleição do deputado federal Jorge Lacerda, para governador. O PSD e o PTB formaram a Aliança Social Trabalhista, lançando Francisco Benjamin Galloti (PSD), para governador do Estado e José de Miranda Ramos, ex-prefeito de Chapecó, em 51, para vice (20).

A Aliança Social Trabalhista foi vitoriosa em Chapecó, obtendo a maioria dos votos, tanto no âmbito nacional, estadual e local. Para presidente venceu Juscelino Kubistcheck (PSD/PTB), com 2574 votos, em segundo lugar ficou Adhemar de Barros (PSP), com 1465 votos, em terceiro, o udenista Juarez Távora, com 827 votos e em quarto, o perrepista Plínio Salgado, com 343 votos (21). Ressalta-se a expressiva votação do candidato pessepista, Adhemar de Barros, que faz 28.12% dos votos. Essa votação se deve ao fato de concorrer ao executivo chapecoense, um nome do PSP, como veremos mais adiante (Confira na tabela 26).

TABELA 26

RESULTADOS ELEITORAIS PARA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
EM CHAPECÓ - 1955

Legendas	Votos	%
PSD/PTB	2.574	49.42
PRP	343	6.58
UDN	827	15.88
PSP	1.465	28.12
Total	5.209	100.00

Fonte: TRE/SC

Para o governo do Estado, a AST foi a mais votada em Chapecó com Francisco Galotti fazendo 56.58% dos votos, O candidato da "Frente Democrática", Jorge Lacerda, ficou com 43.42% (Veja na tabela 27).

TABELA 27

RESULTADOS ELEITORAIS PARA O GOVERNO DO ESTADO
EM CHAPECÓ - 1955

Legendas	Votos	%
PSD/PTB	2.964	56.58
UDN/PRP PSP/PDC	2.275	43.42
Total	5.239	100.00

Fonte: TRE/SC.

Contudo, no quadro geral das eleições estaduais no oeste catarinense, é vencedora a "Frente Democrática", formada pela UDN/PRP/PSP, que vence em seis municípios da região, fazendo 58,42% dos votos, enquanto que a Aliança Social Trabalhista, em três municípios, com 41.58% (24) (Verifique na tabela 28).

TABELA 28

RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO NO OESTE

1955

Municípios	PSD/PTB	UDN/PRP/PSP/PDC
Chapecó	2.964	2.275
Dionísio Cerqueira	529	466
Xaxim	1.076	893
São Carlos	703	1.733
Palmitos	840	1.439
São Miguel do Oeste	408	1.250
Itapiranga	475	2.236
Mondai	629	724
Xanxerê	1.106	1.251
Votação Total	8.730	12.267
Total %	41,58	58,42

Fonte: TRE/SC.

Chama atenção o resultado da eleição na localidade de Xanxerê, ex-reduto pessedista, onde após tornar-se município, vence a UDN. Seguindo a tendência da eleição para prefeitura, em 1954, há uma expressiva votação da Frente Democrática na região oeste, confirmando mais uma vez, o crescimento das legendas udenistas e perrepistas, numa época em que o governo estadual está nas mãos da UDN.

3.1. Recomposição Política e o Retorno Pessedista à Prefeitura de Chapecó

A estratégia montada na esfera estadual, com a candidatura do petebista chapecoense José de Miranda Ramos a vice governança, pela Aliança Social Trabalhista, repercutiu no âmbito local, com o PTB de Chapecó, que esteve coligado em 47 e 50 a UDN, aliando-se pela primeira vez ao PSD. Procedimento que se repete nas eleições de 1960 e 65.

Na verdade, apesar do PSD estar declinando no percentual de votação, foram as circunstâncias de uma negociação que ocorreu a nível nacional e estadual que forçou a aliança entre o PSD e o PTB (Aliança Social Trabalhista), representando uma nova composição entre as forças políticas chapecoenses.

A principal negociação entre as duas agremiações partidárias, girou em torno dos nomes ao cargo majoritário do município. Ficou acertado que em 55, o candidato a prefeito pela Aliança Social Trabalhista seria um nome pessedista e no próximo pleito eleitoral, um petebista (23). O ex-suplente de vereador, do PSD, por duas gestões, empresário, Plínio Arlindo de Nês, foi escolhido candidato a prefeito de Chapecó, pela AST.

Mas novamente os trabalhistas chapecoenses não chegaram a um consenso, em torno da aliança. A ala dissidente era formada, principalmente, pelo ex-deputado estadual petebista , Paulo Marques, que em 1947, foi dissidente na coligação firmada entre os udenistas e trabalhistas, para as eleições municipais de Chapecó (24).

Após a eleição, Paulo Marques assina uma nota no jornal "O Imparcial", de 18 de dezembro de 55, juntamente com as lideranças da Frente Democrática, de Chapecó, agradecendo aos que colaboraram para a vitória de Jorge Lacerda ao governo do Estado.

Por outro lado, visando às articulações em torno das eleições para prefeito municipal em 03 de outubro, e seguindo as determinações partidárias no âmbito estadual, forma-se em julho, o comitê municipal da Frente Democrática em Chapecó, do qual fazem parte os seguintes partidos: UDN, PRP, PSP e PL. A diretoria ficou assim constituída: Presidente, Otávio Celso Rauen (UDN); vice, Heitor Pasqualotto (PL); 1. secretário, Waldomiro Stefanello (PRP); 2. secretário, Waldecyr Cláudio Bays (PRP); tesoureiro, João Destri (PSP); 2. tesoureiro, Vinfcius Tortato (UDN); Conselheiros: Gaspar Coitinho (PL) e Arno Noschang (PSP) (25).

Demonstrando a debilidade dos nomes udenistas, em Chapecó, a Frente Democrática lançou o ex-funcionário público e ex-suplente de vereador pelo PSD (1950), Onório Romano Alberti, do Partido Social Progressista, para prefeito do município (26). Natural de Coronel Freitas, foi o candidato a vereador mais votado no município, em outubro de 1954. Na ocasião não foi eleito porque o partido pelo qual concorreu, PSP, não alcançou a legenda (27).

Os ex-udenistas Otávio Celso Rauen e Rivadávia Scheffer em entrevista a autora, confirmaram mais uma vez a ausência de nomes representativos por parte da UDN, afirmando:

"Nós não tinha candidato, então pegaram o Onório".

O envolvimento da igreja católica local na campanha eleitoral, apoiando os candidatos do PSD/PTB, foi denunciado, por sua vez, pela Frente Democrática, no jornal "O Imparcial", de 02 de outubro de 1955, numa carta aberta escrita pelo advogado udenista Roberto Machado ao Frei João, reverendo chefe da Paróquia de Chapecó, onde dizia: "...com surpresa li o seu boletim do dia 27 deste mês (setembro), que sob o título de "Orientação Política" aconselha o povo a votar em Juscelino Kubitschek e nos demais candidatos do PSD..."

E para evitar dúvidas quanto a formação religiosa do candidato da Frente Democrática, foi publicada uma nota no "O Imparcial", de 02 de outubro de 55, esclarecendo que "...A Frente Democrática indica o nome de Onório Romano Alberti para prefeito de Chapecó, por tratar-se de um elemento CATÓLICO..."

Uma das estratégias eleitorais da Frente Democrática, na campanha de 1955, consistia em denunciar o apoio "dos comunistas" à Aliança Social Trabalhista, numa forma de obter os votos dos mais conservadores. Mesma tática utilizada pelos pessedistas contra os udenistas e trabalhistas em 1950.

Na campanha eleitoral de 1955, ao que tudo indica, usa-se pela primeira vez a prática de pichação de parede, por parte do PSD e do PTB. Ao que os udenistas chamam de "tática comunista de pichar paredes" (28).

Os grandiosos comícios também não faltaram. Eles contaram com a presença dos candidatos a governador do Estado,

ocasião em que o eleitorado era transportado de todo interior do município, a fim de prestigiar o evento e a grande churrascada. Procedimento adotado também no dia das eleições e que prossegue mesmo após ser sancionada a nova lei eleitoral em 1955, proibindo o fornecimento gratuito de alimentos e transporte para eleitores.

Falando a respeito do transporte de eleitores e realização de churrascadas nos dias em que ocorriam as eleições, o ex-vereador e chefe político pessedista, Arnaldo Mendes (29) afirma: "...nós tínhamos mais força financeira e por isso condições de fazer isso melhor". E prossegue: "Nós trazíamos o eleitor, principalmente do interior, para o local do churrasco, pois não podíamos levá-lo na boca da urna. Formava-se o curral eleitoral. E lá nós passávamos a nossa cédula preenchida para ele...A fraude eleitoral na época era essa".

Além disso, havia os debates políticos na rádio local, onde além das promessas para "enganar o povo", como disse o ex-pessedista Plínio de Nêz (30), atacava-se a administração estadual. Ou seja. Os candidatos da Aliança Social Trabalhista faziam ataques ao governo do Estado, pela não realização de obras no município e os da Frente Democrática agrediam ao PSD/PTB, maioria na Assembléia Legislativa Estadual, por não deixarem o governador administrar.

Sem a máquina eleitoral municipal nas mãos, já que a prefeitura era administrada pelo PTB, coligada nestas eleições com o PSD; não contando com os votos do PTB, fiel da balança também em Chapecó; com menor força econômica e com os distritos de tendência udenista, perrepista e pessepista,

transformados em municípios em 53, a UDN, aliada aos pequenos partidos, tem pouca chance nas eleições para prefeito, em 1955. Vence a Aliança Social Trabalhista, com o PSD reconquistando o comando da prefeitura municipal. Plínio Arlindo de Nêz fez 3.095 votos - 58.42% - contra 2.203 - 41.58% - de Onório Romano Alberti, da Frente Democrática (31).

Com a vitória da AST, em 55, as alianças na Câmara de Vereadores ocorridas em 1954 também se redefinem, passando agora a nova maioria. O quadro passa a ser o seguinte: PSD e PTB, nove vereadores, enquanto a UDN/PL, quatro. A nova configuração da Casa Legislativa fica explícita na mesa diretora eleita em 07 de fevereiro de 1956. Como presidente assume o industrial Aldo Giacomazzi (PTB); vice, agricultor Júlio Burato (PSD); 1. secretário, comerciante Ivo Patussi (PSD); 2. secretário, comerciante Severiano Rolim de Moura (PSD).

Por outro lado, pela primeira vez o poder executivo municipal é oposição a administração estadual. Esta situação teve reflexos na distribuição dos cargos locais, de competência do governo do Estado, anteriormente todos ocupados pela facção política vencedora no município (32). Nesse sentido, chama a atenção a nomeação do udenista Alexandre Tiezerini, proprietário do jornal "O Imparcial", para Delegado de Polícia de Chapecó, no início de fevereiro de 1956 (33). Sabe-se que normalmente a indicação da pessoa a assumir este cargo público, era feito pelo partido que estava no comando da prefeitura local, ao governo estadual. No caso, como a administração do Estado estava nas mãos da UDN, foi nomeado um udenista do município,

para o cargo. O fato do delegado do município não ser do mesmo partido do prefeito, contribuiu para o enfraquecimento do mandonismo pessedista em Chapecó.

O espaço que os udenistas vão ocupando na estrutura de poder local, se fez sentir também na Associação Rural, entidade até a ocasião, presidida pelos prefeitos. Contudo, o mesmo não ocorre nesta gestão, onde a direção da entidade é assumida em maio de 1957, por um membro da oposição, o industrial udenista Aldo Mendes. O secretário da associação é Leonardo Índio Fernandes (34). Em contrapartida o contador Basílio Machado de Almeida, que faz parte do diretório municipal do PSD, assume a direção da Associação Comercial e Industrial de Chapecó (35).

4. A Ação Administrativa de Plínio de Nês

Natural de Encantado, no Rio Grande do Sul, Plínio Arlindo de Nês instalou-se no distrito de Fachinal dos Guedes, município de Chapecó, em 1942, onde dedica-se a extração e comercialização da madeira. Suplente de vereador em 1947 e 50, assume em 1952, a direção da S.A. Indústria e Comércio (SAIC), primeira agroindústria instalada na região. Em 1955, o diretor do maior empreendimento industrial, setor crescente na economia do município, elege-se prefeito de Chapecó.

Segundo Plínio de Nês (36) ele assumiu a prefeitura "num mau estado financeiro", das gestões administrativas Ramos (1954) e Butuhy (1955). O déficit da administração municipal era de Cr\$ 2.017.351,00, praticamente a metade do orçamento previsto para 1956, que foi de Cr\$ 4.150.000,00.

TABELA 29

ORÇAMENTOS MUNICIPAIS DE 1956 A 1960

ÁREAS	1956	%	1957	%	1958	%	1959	%	1960	%
Ser.Uti.Pub.	1.146.785	27,63	1.967.320	34,50	2.500.820	31,23	3.502.320	36,86	3.830.420	31,92
Educação	1.008.730	24,31	1.208.940	21,20	1.490.270	18,61	1.478.730	15,57	1.613.530	13,45
Adm.Geral	827.386	19,94	1.026.520	18,00	1.247.200	15,57	1.363.880	14,36	1.837.284	15,31
Ex.Fisc.Fin.	325.720	7,85	386.320	6,77	517.160	6,46	551.720	5,81	698.080	5,82
Saúde Públi.	201.520	4,86	201.520	3,53	156.520	1,95	151.520	1,59	151.520	1,26
Serv.Indust.	133.380	3,21	326.350	5,72	338.500	4,23	1.067.000	11,23	1.686.000	14,05
Seg.P.As.Soc.	103.000	2,48	140.500	2,46	140.500	1,75	156.000	1,64	160.000	1,33
Fomento	10.000	0,24	10.000	0,18	10.000	0,12	10.000	0,11	15.000	0,13
Div.Publica	25.000	0,60	11.500	0,20	1.100.000	13,74	600.000	6,32	1.300.000	10,83
Outros	368.479	8,88	423.030	7,42	507.030	6,33	618.830	6,51	708.166	5,90
Total	4.150.000	100	5.702.000	100	8.008.000	100	9.500.000	100	12.000.000	100

Fonte: Relatórios das Previsões Orçamentárias do município de Chapecó.

Sendo assim, tratou inicialmente de equilibrar as finanças para poder realizar as obras prometidas durante a campanha. E com a maioria na Casa Legislativa, os projetos do executivo passavam facilmente. De Nês recorda que "todos os meus projetos foram aprovados por unanimidade na Câmara" (37).

Na ação administrativa, de Nês privilegiou o setor rodoviário, conforme pode ser confirmado na tabela 29, no item referente aos Serviços de Utilidade Pública (SUP). Ou seja, a construção e conservação de rodovias e pontes, que era de responsabilidade do Departamento Municipal de Estradas e Rodagem (DMER). Logo no primeiro ano de sua administração o prefeito obteve a aprovação da Câmara de Vereadores, para aquisição de máquinas até a importância de Cr\$ 5 milhões, para equipar o departamento (38).

Através da tabela 29, constata-se ainda que a porcentagem das verbas destinadas para os Serviços de Utilidade Pública foram aumentando a cada ano, distanciando-se cada vez mais da educação pública, item colocado em segundo lugar. Em 1956, destina-se 24,31% dos recursos para a Educação e 27,63% para os Serviços de Utilidade Pública. Já em 1960, 13,45% foi para a Educação e 31,92% para os Serviços de Utilidade Pública.

Também em 1960, pela primeira vez, a verba da Administração Geral (Cr\$ 1.837.284,00) é superior a da Educação (Cr\$ 1.613.530,00). Não podemos esquecer que é um ano eleitoral e de que por esse setor passa a distribuição de recursos e favores à população, por parte do poder público. Outro setor que recebe um incremento maior, durante esta gestão administrativa, é o de Serviços Industriais, que de um

percentual de 4.23%, em 1958, passa para 11.23%, em 1959.

Enquanto isso, itens como a Saúde Pública e Segurança Pública/Assistência Social recebem, como nas gestões administrativas anteriores, uma verba inexpressiva. Sem contar que a partir de 1958, os recursos para a Saúde Pública são reduzidos. Chama a atenção ainda a verba insignificante do setor de fomento de produção vegetal e animal, que permanece com o mesmo valor, de 1956 a 59 (39).

Quanto ao legislativo, as maiores polêmicas giraram em torno da criação dos novos distritos, no município de Chapecó, já que segundo alguns entrevistados, as lideranças políticas que tinham interesses, principalmente econômicos, nesses lugares, interferiam diretamente neste processo. Um outro indício disso é a publicação de uma matéria no jornal "O Imparcial", de 13 de maio de 1956, que fala o seguinte:

"Na criação do distrito de Quilombo, o interesse de Serafim Bertaso pela sua colonizadora naquela região era tanta, que não se conteve. Esteve pessoalmente na Câmara, dando "as tintas" para seus agregados".

Como vimos, a partir de 1950, a tendência é de declínio do poder peessedista chapecoense, conforme foi detectado nos resultados eleitorais e na derrubada de leis que beneficiavam, principalmente, setores ligados ao PSD, proporcionando-lhes uma maior acumulação de capital.

Chefes políticos, ligados principalmente aos setores madeireiro e da colonização, passam a dividir espaço com novas lideranças, que surgem dos segmentos econômicos emergentes e se

projetam dentro do próprio Partido Social Democrático chapecoense. Tanto que em 1954, os colonizadores e madeireiros não são mais os setores predominantes, na Câmara Municipal, nem por parte do PSD, mas sim os comerciantes.

Constata-se ainda, que o crescimento da UDN na região oeste, veio junto com uma nova configuração do poder político-partidário chapecoense, com segmentos emergentes (PTB) aliando-se a elite industrial e comercial, em torno da Aliança Social Trabalhista, a partir de 1955.

Mas apesar do PTB, de Chapecó, a partir de 55, consolidar-se como definidor de pleitos eleitorais, o partido nunca saiu unido nas eleições. Sempre ocorreram dissidências, com uma ala apoiando o PSD e outra a UDN.

Não foram, no entanto, motivações de ordem local que estavam por trás dessa recomposição político-partidária. São estratégias montadas no âmbito federal e estadual que forçam um rearranjo político-partidário local, influenciando no enfraquecimento do mandonismo pessedista e consequentemente diminuindo os conflitos entre a elite política do município. Vale ressaltar que o fato da UDN estar no comando do executivo estadual também contribuiu para debilitar o mandonismo local do PSD.

NOTAS

1) TRE - Resultado da eleição para Câmara Federal, de 03 de outubro de 1954.

2) TRE - Resultado da eleição para a Assembléia Legislativa de 03 de outubro de 1954. Doc. 1. (Não foi localizado o Pedido de Registro dos Candidatos a deputado estadual da UDN, de 1954).

3) Piazza (1985:360).

4) No TRE não consta nenhum voto. Já no "O Imparcial", de 17 de outubro de 1954, diz que José Zanin fez 794 votos.

5) Ressalta-se que, no caso, incluímos a representação udenista, pois apesar do candidato João Muxfeld não ter sido eleito, foi convocado, mesmo tendo alcançado a 10. suplência.

6) Resultado Geral das Eleições em Chapecó. "O Imparcial", 17 de outubro de 1954. Os candidatos não eleitos foram os seguintes:

PSD:

- Guerino Furlaneto, Ernesto Trentim, Antonio Rocha Loures, Polidorio A. Mello, Odilon Serrano, Nestor Grando, Plínio de Nes, Vitor C. Breda, Luiz Baldissera, Arquimínio Guollo e Erasmo Mantelli.

UDN:

- Armando Dal Piva, Roberto Machado, Rocco Gheller, Ludovico Tozzo, Pedro da Silva Maciel, Gentil Bellani, Primo Bodanese, João de Rê, Atilio Giacomin, Darci de Camargo, José Marsaro, José Capeletti e Arno Fávero.

PTB:

- Tranquilo Sachet, Carlos E. Matte, Alfredo Golner, Ely Draúzio Fortes, Oscar Negrão, Giocondo Trentim, Emilio Marin, Antonio C. Gil, Arlindo Mohr, Giacomo Lovena, Thalito F. Mendonça.

7) Entre as deserções mais significativas temos: o médico Darci de Camargo e o industrial-madeireiro João Batista Zeca, que pertenciam ao diretório municipal do PSD e em 54, faziam parte da UDN local; Onório Romano Alberti, candidato a vereador pelo PSD, em 50 e em 54, pelo PSP; dentista Fidélis Líbero Grando, do diretório pessedista em 47 e 50, e em 53, pertence ao diretório local do PL; operário Arno Fávero, era do diretório do PTB, em 1947 e 50 e em 1954, pertence aos quadros da UDN; médico Rubens C. Rauen, UDN em 1947, PSP de 50 a 60 e novamente UDN, em 65; Odilon Serrano, concorre a vereador pelo PSD, em 54 e em 60, pertence ao diretório municipal do PTB; comerciante Elias Gallon, vereador do PTB, em 54 e membro diretório PSD, em 64; tabelião Domingos Giorno, do PSD em 47/50 e PL, em 53; comerciante João Destri, do PSP em 54 e PTB, em 60; Guerino Giacomelli, UDN em 50 e PSD em 1954; comerciante Sadi de Marco, PSP, em 52 e PTB, em 62; o comerciante Ivo Patussi, vereador do PSD, em 54 e membro do diretório do PDC, em 58.

Fonte: TRE - Nominata dos diretórios municipais dos partidos políticos chapecoenses.

8) Entrevista com Arnaldo Mendes. Op. cit.

9) Resultado Geral das Eleições em Chapecó. "O Imparcial", 17 de outubro de 1954.

10) Entrevista com José de Miranda Ramos. 1992. Op.cit.

11) Ata da Câmara de Vereadores de 03 de fevereiro de 1955.

12) Idem, de 04 de fevereiro de 1955.

13) "O Imparcial", de 12 de junho de 1955.

14) Idem, de 08 de maio e 07 de junho de 1955.

15) Atas da Câmara de Vereadores de Chapecó. 1955.

16) Não sabemos se já em 1954 houve um declínio de verba para o setor educacional, pois não localizamos a previsão orçamentária deste ano e nem mesmo o relatório de prestação de contas do prefeito à Câmara de Vereadores, referente ao exercício de 54.

17) Ata da Câmara de Vereadores do dia 11 de agosto de 1955.

Vereadores que votaram a favor da revogação da lei: suplente Thalito F. Mendonça (PTB), Fiorello Guidi (UDN), Heitor Pasqualotto (PL), Rivadávia Scheffer (UDN), Germano Cella (PTB), suplente Roberto Machado (UDN) e suplente Ernesto Trentim (PSD).

18) "O Imparcial", 08 de abril de 1956.

- 19) Ata da Câmara de Vereadores do dia 11 de novembro de 1955.
- 20) Lenzi (1983:259). Na ocasião aconteceu a primeira eleição para o recém-criado cargo de vice-governador. Além disso, a eleição de vice-governador só foi decidida a 05 de agosto de 1956, depois de renovadas as eleições em oito municípios, incluídos Itapiranga, Mondai e Palmitos. Heriberto Hulse, da UDN venceu o trabalhista José de M. Ramos, por 552 votos.
- 21) - "O Imparcial", de 09 de outubro de 1955. Resultado Geral das eleições na 35a. zona eleitoral - Município de Chapecó.
 - TRE. Ata da eleição presidencial de 1955.
 - TRE. Resultado da eleição estadual de 1955.
- 22) TRE/SC. Resultado da eleição estadual de 1955.
- 23) Entrevista com Plínio Arlindo de Nês. CEOM/UNOESC.
- 24) O Imparcial, 25 de setembro de 1955.
- 25) Idem, 24 de julho de 1955.
- 26) Idem, 21 de agosto de 1955.
- 27) Idem, 17 de outubro de 1954.
- 28) Idem, 25 de setembro de 1955.
- 29) Entrevista com Arnaldo Mendes. Op.cit.
- 30) Entrevista com Plínio de Nês. CEOM.
- 31) "O Imparcial", 09 de outubro de 1955. Resultado Geral das

eleições na 35a. zona eleitoral - Município de Chapecó.

32) Ao contrário das gestões administrativas de 1947 e 1950, não conseguimos obter maiores informações a respeito das nomeações deste período.

33) Livro de atas da Câmara Municipal, de outubro de 1953 a maio de 1959. Ata do dia 08 de fevereiro de 1952.

34) - O Imparcial, 26 de maio de 1957.

- TRE. Nominata do diretório municipal da UDN, em 1957.

35) Ata da ACIC, do dia 04 de dezembro de 1955.

36) Palestra proferida por Plínio Arlindo de Nêz no evento "História Empresarial Vivida", da Acic, em 17 de setembro de 1991.

37) A veracidade desta afirmação do ex-prefeito é de difícil comprovação, pois nas atas da Câmara de Vereadores desse período, não constam os autores dos projetos-leis, o número de votos obtidos na sua apreciação e nem mesmo o nome dos vereadores que votaram contra ou a favor. Outras vezes apenas foram citados os números dos projetos a serem votados, não esclarecendo ao qual se referem.

38) Lei n. 24, de 16 de novembro de 1956.

39) Não se pode afirmar que as aplicações ao longo dos anos seguiram à risca as previsões de verbas apresentadas para cada setor. Poucos dos relatórios de prestação de contas apresentados pelos prefeitos à Câmara de Vereadores, foram localizados.

CAPÍTULO 8

FORTALECIMENTO DA ALIANÇA SOCIAL TRABALHISTA EM CHAPECÓ

Acompanhar as tendências eleitorais de Chapecó e do extremo oeste catarinense, de 1958 até o ano de 1965, complementando assim o período multipartidário, é o objetivo principal deste capítulo. Apesar de não estar incluído no nosso projeto inicial, em função da dificuldade na localização de dados para fundamentação do trabalho - uma vez que a partir de outubro de 1959 não há jornais locais e os dados do TRE também são escassos - achamos que os elementos encontrados nos permitem obter uma visão do quadro político-partidário da fase pluripartidária no "Velho Chapecó".

Para dar uma noção sobre as tendências do extremo oeste do Estado, o ideal seria trabalhar com os resultados eleitorais dos pleitos locais dos municípios que passam a ser emancipados, a partir de 53. Mas isto ultrapassaria por demais os limites deste trabalho. Além disso, os dados do TRE são incompletos para traçar um quadro neste sentido. Estas delimitações nos levaram a trabalhar com os resultados das eleições estaduais no extremo oeste catarinense - Assembléia Legislativa Estadual, 1958 e 1962 e Governo do Estado, 1960 e 1965 - encontrados no Tribunal Regional Eleitoral.

Já para acompanhar a tendência no plano eleitoral do município de Chapecó, utilizaremos, além dos dados para a

Assembléia Legislativa Estadual e do Governo do Estado, os resultados das eleições para a Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal, de 1960 e 65. Em relação a Chapecó, abordaremos ainda aspectos das campanhas eleitorais, resultados eleitorais e a ação administrativa do período de 1961 a 65.

1. Quadro das Eleições Legislativas de 58 no Estado e Região Oeste

No pleito de 03 de outubro de 1958, foram escolhidos representantes para o Senado Federal, Câmara Federal, Assembléia Legislativa Estadual, Câmaras Municipais e algumas prefeituras. Na verdade, tratava-se de uma prévia para as eleições de 1960, onde seria escolhido o novo governo estadual, por duas administrações nas mãos da UDN.

A estratégia eleitoral dos partidos políticos catarinenses, como sempre, envolveu os acordos firmados com os pequenos partidos, e principalmente com o PTB, o fiel da balança política no Estado. No entanto, as negociações foram interrompidas por algum tempo, em função do desastre aéreo ocorrido em 16 de junho de 1958, que vitimou três expressivas lideranças políticas catarinenses: o governador Jorge Lacerda (UDN), o senador Nereu Ramos (PSD) e o deputado federal Leoberto Leal (PSD).

Mas neste pleito eleitoral, o PTB, dividido internamente entre os petebistas históricos e a ala progressista (liderada por Doutel de Andrade), lança, pela primeira vez, candidaturas próprias para os cargos eletivos, apesar de ter

iniciado negociações, tanto com a UDN como com o PSD. Os pequenos partidos, por sua vez, coligaram-se aos maiores para a Câmara Federal e lançaram candidatos próprios à Assembléia Legislativa. Seu apoio às candidaturas ao senado não se manifestou em bloco, a exceção do PL que apoiou o pessedista Celso Ramos. O PDC, o PRP e o próprio PTB dividiram-se em facções que apoiaram Irineu Bornhausen (UDN) e Celso Ramos (PSD), candidatos ao senado (Laus, 1985:294). Concorreu para suplente do senador Irineu Bornhausen, o médico Rubens Rauen de Chapecó, do PSP.

A União Democrática Nacional foi o partido vitorioso na eleição de 1958. Venceu para o senado, elegendo Irineu Bornhausen e para a Assembléia Legislativa do Estado, onde conquistou uma vaga a mais que o PSD. Na ocasião, a UDN elegeu 16 deputados; PSD, 15; PTB, 6; PSP, 2; PRP, 1 e PDC, 1. Já para a Câmara Federal foi vencedor o Partido Social Democrático, também com diferença de uma cadeira: PSD, 5; UDN, 4 e PTB, 1 (Laus, 1985:295 e Lenzi, 1983:265).

Pelo oeste catarinense, concorreram a Câmara Federal somente dois candidatos: um do Partido Social Democrático e outro do Partido Trabalhista Brasileiro (1):

PSD:

-advogado e deputado estadual, Lenoir Vargas Ferreira - eleito com 20.116 votos.

PTB:

-advogado e deputado estadual, José de Miranda Ramos - eleito 1. suplente, com 9.840 votos. (Foi convocado).

A UDN e os pequenos partidos dividiram-se no apoio aos dois candidatos oestinos ou de outros nomes, da sua legenda partidária, com penetração política na região.

Para a Assembléia Legislativa Estadual, treze candidatos disputaram a eleição pelo oeste catarinense (2):

UDN:

- deputado estadual João Muxfeld, de São Carlos/Modelo eleito 3. suplente com 4.031. Foi convocado (3).

- cirurgião dentista, Tadeu Bregola, de Mondai - 1634 votos. Não eleito.

- comerciante Gentil Bellani, de Chapecó. - 1.º suplente, com 3.564 votos. Foi convocado (4).

- médico Otávio C. Rauen, de Xanxerê - 1.960 votos. Não eleito.

PSD:

- advogado Elgydio Lunardi, de Xaxim - eleito com 5.192 votos).

- Serventuário da Justiça, José Edgar Eckert, de Mondai - 3.100 votos. Não eleito.

- Prefeito e agro-pecuarista Adílio Fortes, de Xanxerê - 1.530 votos. Não eleito.

PTB:

- Coletor Federal Paulo Marques, de Chapecó - 1.499 votos. Não eleito.

- Médico Peluiz Monteiro Piffero, domiciliado em Xanxerê - 2.182 votos. Não eleito.

PSP:

- Médico Rubens Carvalho Rauen, de Chapecó - 1.191 votos. Não eleito.

PRP:

- Comerciante Querino Alfredo Flach, de Itapiranga - eleito com 2.501 votos.

-Comerciante, Arlindo Alberto Trebien, de Palmitos - 1.504 votos. Não eleito.

PDC:

- Inspetor Escolar José Zanin, de São Miguel d' Oeste - 1. suplente com 1.785 votos. Foi convocado (5).

Pela tabela 30 observa-se que a representação destina, levando-se em conta os suplentes convocados, ficou assim distribuída: UDN (1); PSD (1); PRP (1) e PDC (1).

O primeiro fato que chama a atenção é o declínio sofrido pelo Partido Trabalhista Brasileiro, no oeste, que com sua fraca votação - 11,62 dos votos, contra 21,53%, em 1954 - perdeu sua cadeira na Assembleia Legislativa. Enquanto isso, comparando as eleições de 54 com as de 58, observamos uma notável expansão do peso eleitoral da UDN, que fica em primeiro lugar, com 35,33% dos votos, contra 15,96%, em 54. Mas mesmo apresentando um aumento percentual de votação não consegue eleger um deputado. Alcança apenas a suplência. O PSD pela primeira vez não é o partido mais votado nas eleições estaduais, passando para o 2. lugar, com 31,01% da votação. Apesar de apresentar uma expansão eleitoral em relação a 1954, quando fez 26,88% dos votos.

TABELA 30

Resultados Eleitorais dos Candidatos Destinados à
Assembléia Estadual, em 1958

Partidos	Votaco Total	%	Cadeiras
PSD	9.822	31,01	1
UDN	11.189	35,33	1
PTB	3.681	11,62	-
PSP	1.191	3,76	-
PRP	4.005	12,64	1
PDC	1.785	5,64	1
Total	31.673	100,00	4

Fonte: TRE/SC.

Um elemento novo no cenário político-eleitoral oesteino é o acesso do Partido Democrático Cristão,  Assembléia Legislativa, elegendo um deputado. Seguindo a tendência do que vem acontecendo no âmbito estadual (Carreirão, 1990:80), o PDC está em ascensão também na região oeste. O partido foi organizado no município de Chapecó, em setembro de 58 (6) e apóia o candidato José Zanin, de São Miguel d' Oeste, que concorreu pela UDN, em 1954.

O Partido Democrático Cristão, ao que tudo indica, ocupa espaço político, principalmente nas áreas de influência do PSP - o candidato cristão era de São Miguel do Oeste e além disso o PSP

perde sua cadeira na Assembléia Legislativa - e do PRP, que diminuiu sua votação em relação a 1954. Quanto ao PTB acredita-se que tenha perdido votos para a UDN e PSD - partidos que apresentam um crescimento considerável na região - pois o trabalhismo não possui penetração política nos redutos pessepistas e perrepistas, onde concentra-se a colonização alemã.

1.1. Eleições Legislativas em Chapecó em 1958

Em 31 de janeiro de 1959 tomaram posse os 13 vereadores chapecoenses eleitos em 03 de outubro de 1958 (7):

PSD:

INOME	ATIV.PROF.	DISTRITO	VOTOS
Basílio de Almeida	Contador	Chapecó	260
Umberto de Toni	Economista	Chapecó	373
Primo Maschio	Comerciante	Itaberaba	269
Severiano Rolim de Moura	Colono/Corre- tor Imóveis	Águas de Chapecó	295
Edvino Weirich		Quilombo	285
Fidélis de Villa	Motorista	Caxambu	275

UDN:

Rivadavia Scheffer	Comerciante	Passo Bormann	326
Ivo Silvestre Pauli	Comerciante	Caxambu	240
Oliden Rotava	Comerciante	Cel.Freitas	247
Arlindo M'ohr	Comerciante	Maidana	221

PTB:

Odilon Serrano	Contador	Chapecó	254
Elias Gallon	Comerciante	Chapecó	235

PSP:

Vitório José Alberti	Comerciante Colonizador	Cel.Freitas	334
----------------------	----------------------------	-------------	-----

Os resultados das eleições legislativas de 1958, conforme podemos verificar na tabela 31, confirmam as seis cadeiras do PSD, conquistadas em 1954, constituindo-se na bancada mais numerosa da Casa Legislativa. Por outro lado, constata-se a queda do trabalhismo - seguindo a tendência do que ocorre na Assembléia Legislativa - já que o PTB perde uma cadeira na Câmara Municipal, passando de 3 para 2 representantes. Como o PSD havia se coligado com o PTB, em 55, ocasião em que foi eleito prefeito municipal o diretor da SAIC, Plínio Arlindo de Nês, a Aliança Social Trabalhista ficou com a maioria na Casa Legislativa, ocupando oito cadeiras e os demais partidos, cinco.

TABELA 31

Resultado Eleitoral da Câmara Municipal de Chapecó

Distribuição de Cadeiras por Eleição

1958

Partidos	Total Votação	%	N. cad.
PSD	1757	48.62	6
UDN	1034	28.61	4
PTB	489	13.53	2
PSP	334	9.24	1
Total	3614	100	13

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados dos diplomas oferecidos aos vereadores pela Justiça Eleitoral, de Chapecó.

A UDN, por sua vez, amplia em uma cadeira seu espaço na Câmara, elegendo 4 vereadores, com 28,61 % do total de votos aumentando seu percentual de votação, em relação a 1954, quando foi de 22,80 %. Já o PSP recupera sua cadeira conquistada em 50, e perdida em 54.

O Partido de Representação Popular, da mesma forma que em 54, não chegou a lançar candidato para Câmara Municipal, demonstrando a debilidade da estruturação perrepista em Chapecó.

TABELA 32

Composição da Câmara de Vereadores de 1959-62

Atividade	PSD	UDN	PTB	PSP
Profissional				
Contador	1		1	
Economista	1			
Comerciante	1	4	1	
Comerciante Colonizador				1
Motorista	1			
Colono	1			
Sem dados	1			

Fonte: TRE/SC.

Por outro lado, apesar do PSD ocupar o executivo chapecoense e do partido possuir a maior bancada na Câmara, é o PTB que ocupa a presidência da Casa Legislativa. Eleita em 03 de fevereiro de 1959, a mesa diretora da Câmara ficou assim constituída: Presidente, Odilon Serrano (PTB); vice-presidente, Elias Gallon (PTB); 1. secretário, Rivadávia Scheffer (UDN); 2. secretário, Vitório José Alberti (PSP).

Uma observação preliminar da tabela 32, sobre a condição sócio-econômica e profissional dos ocupantes do legislativo, confirma o declínio dos colonizadores (temos somente um, do PSP, que atua também no comércio) e madeireiros na Câmara Municipal, enquanto que profissionais liberais, -contadores e economistas

-provenientes de novas categorias profissionais vão ocupando espaço no cenário político local. Os dados indicam ainda que são os comerciantes, - 7 - que da mesma forma que em 1954, saem fortalecidos na arena do poder municipal chapecoense.

Evidencia-se também, que os representantes da UDN, tanto em 54, como em 58, são todos comerciantes, enquanto que o PSD, nos dois pleitos, apresenta uma maior heterogeneidade nos seus quadros.

Um fato novo marca o processo eleitoral de 1959, em Chapecó. Pela primeira vez, duas mulheres concorrem a uma vaga na Câmara Municipal, no caso, pelo PSP (veja nota 7). Uma delas, Idina Tomazini, funcionária do Posto de Saúde local, alcançou a primeira suplência, - com 126 votos - e ocupou, por alguns períodos, a única cadeira conquistada pelo PSP, na Casa Legislativa.

Outra novidade no quadro partidário local, é o lançamento de um candidato a vereador pelo PDC - jornalista, Dino Patussi, secretário geral do diretório municipal de Chapecó - através da legenda da UDN. Patussi fez 100 votos e não se elegeu.

2. Eleições para o Executivo em 1960

Previstas para o dia 03 de outubro, as eleições de 1960 envolveram a escolha do presidente da República, Governadores do Estado e Prefeitos Municipais. Na última eleição presidencial que ocorre no país, antes da instalação da ditadura em 1964, é eleito Jânio Quadros, candidato da UDN e PDC. João Goulart, do PTB (candidato a vice pela Aliança Social Trabalhista) é

escolhido para vice-presidente. Também em Santa Catarina Jânio obteve a maioria dos votos - 46,21%; Lott, da AST, 45,28% e Adhemar de Barros (PSP), 8,51% (8).

Em agosto de 1961, seis meses após tomar posse, o presidente Jânio Quadros renuncia ao cargo. Assume o vice, João Goulart, primeiro sob o regime parlamentarista (setembro de 62 a janeiro de 63) e depois presidencialista. De acordo com Lenzi (1983:285), a nova situação política, praticamente não afetou a vida política catarinense. O governo Jango é derrubado em 1964 pelo golpe militar.

No pleito eleitoral de 1960, o Partido Social Democrático catarinense entrou na disputa disposto a reverter o quadro político estadual. E conseguiu. A estratégia envolveu a reprise da Aliança Social Trabalhista que contou ainda com o apoio do PRP, PL e uma facção do PDC, elegendo assim a dupla Celso Ramos (PSD) e Doutel de Andrade (PTB) para a administração estadual. A UDN concorreu com Irineu Bornhausen, tendo como vice Carlos Gomes de Oliveira, dissidente petebista, ligado ao bloco dos "históricos".

Repetindo 1954, a AST foi vencedora em Chapecó, nas eleições nacional, estadual e local. Para presidente Lott (PSD/PTB) ficou em primeiro lugar, com 4.202 votos; Jânio (UDN/PDC) em segundo, com 3.041 e Barros (PSP), em terceiro, com 1.362. O vice eleito João Goulart também ficou em primeiro, com 4.520 votos (9). Para o governo do Estado, Celso Ramos (PSD/PTB) fez 5.333 votos e Irineu Bornhausen, 3.621. O vice-governador eleito, Doutel de Andrade, também fez a maioria dos votos em Chapecó - 4.842 (10) (Confira nas tabelas 33 e 34).

TABELA 33

RESULTADOS ELEITORAIS PARA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
EM CHAPECÓ - 1960

Legenda	Votos	%
PSD/PTB	4.202	48.83
UDN/PDC	3.041	35.34
PSP	1.362	15.83
Total	8.605	100.00

Fonte: TRE/SC.

TABELA 34

RESULTADOS ELEITORAIS PARA O EXECUTIVO ESTADUAL EM CHAPECÓ
1960

Legenda	Votos	%
PSD/PTB/PRP	5.333	59.56
IPL/PDC		
UDN/PDC	3.621	40.44
Total	8.954	100.00

Fonte: TRE/SC

Na região oeste (incluindo Chapecó) a coligação UDN e dissidência petebista venceu a eleição para governador em nove municípios (16 municípios foram emancipados entre 1953 e 58), enquanto que a AST e demais pequenos partidos, em oito.

Entretanto, não houve diferença da votação entre os dois partidos, que apresentaram um percentual de 50 %. (Confira na tabela 35).

TABELA 35

RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO, NO OESTE

1960

Municípios	PSD/PTB/PRP PDC/PL	%	UDN/PSP PTB	%
Chapecó	5.333		3.621	
Campo Erê	234		220	
Fachinal	655		370	
Maravilha	569		520	
Palmitos	1.509		1.404	
S. Lourenço	658		506	
S. Miguel	1.925		1.788	
Xaxim	1.862		1.526	
Abelardo	477		525	
Cunha Porã	465		777	
Descanso	465		576	
Dionísio	581		753	
Itapiranga	1.901		2.026	
Mondai	947		1.511	
S. Carlos	1.511		2.748	
S. J. do Cedro	462		512	
Xanxerê	1.407		1.577	
Total	20.961	50,00	20.960	50,00

Fonte: TRE/SC.

2.1. Novamente o PTB no comando da prefeitura chapecoense

Na eleição para a prefeitura municipal de Chapecó, em 03 de outubro de 1960, também persistiu a Aliança Social Trabalhista (PSD/PTB), firmada em 1955, mas que agora além do apoio do PRP, contava com o PDC e PL, seguindo as negociações realizadas no âmbito estadual. O candidato da AST foi o

comerciante e ex-pessedista e ex-pessepista (11), João Destri, que em 1952 era suplente da diretoria comercial da S.A. Indústria e Comércio (SAIC). Em 60, Destri não pertencia a nenhum diretório dos partidos políticos chapecoenses.

Repetindo 1950, novamente a estratégia político-eleitoral local envolveu negociações ocorridas no âmbito estadual. De acordo com Carreirão (1990:81) "o apoio do PTB ao PSD em 1960, no pleito para o governo do Estado, inseria-se numa estratégia ampla de crescimento do partido; o acordo com o PSD incluía também a coligação nos pleitos municipais, concorrendo como candidatos a prefeito em muitos municípios, elementos do PTB, apoiados pelo PSD. É através dessa estratégia que o PTB elege em 1960 - além dos prefeitos de Criciúma e Mafra, onde concorreu sozinho - 12 prefeitos, entre os quais os de Joinville, Lages, Chapecó, Rio do Sul, Laguna, Canoinhas e Videira".

De acordo com o então prefeito pessedista, Plínio Arlindo de Nês,

"Fizemos o nosso sucessor na pessoa do senhor João Destri, embora pertencendo a outro partido, que era o PTB. Havia um acordo político em que o PTB apoiava o PSD, mas exigia um candidato deles, entre outras, à prefeitura de Chapecó" (12).

João Destri conta a história um pouco diferente. Ele diz que inicialmente era candidato do PSD, "mas imediatamente recebi o apoio do PTB" (13). Destri afirma que foi Plínio de Nês que lançou seu nome para candidato a prefeito de Chapecó. O pedido para que concorresse foi endossado posteriormente pelo presidente do PSD local, Serafim Enoss Bertaso e o deputado federal pessedista Lenoir Vargas Ferreira. Foi também Plínio de

Nês, que era diretor da SAIC - S.A. Indústria e Comércio - quem financiou sua campanha (14).

O ex-trabalhista Odilon Serrano declarou em entrevista a autora, que:

"Seu Plínio escolheu João Destri prá ser seu sucessor e então ele assinou ficha no PTB. Foi isso que aconteceu".

E prossegue:

"...ele foi prefeito pelo PTB, administrava, mas sempre ouvia os palpites do seu Plínio...Eles se reuniam muito, são compadres."

Através destes fatos constata-se que apesar do acordo político-partidário entre PSD e PTB exigir, na eleição de 60, um nome petebista, o candidato na verdade foi escolhido pelas lideranças pessedistas, ao invés das trabalhistas. Sendo que o nome escolhido tinha relações estreitas com o então prefeito Plínio de Nês, uma vez que em 1952 fazia parte da diretoria da SAIC.

O envolvimento na igreja na política, trabalhando ao lado dos grupos conservadoras locais, é mais uma vez reforçada no processo eleitoral de 1960. João Destri lembra que o Frei João, chefe da paróquia de Chapecó, também reforçou o pedido dos líderes pessedistas, levando-o a decidir-se pela disputa eleitoral.

O incidente relatado mostra o vigário exercendo não apenas liderança espiritual, mas também orientando a conduta política dos seus paroquianos, exercendo um papel significativo nas competições eleitorais.

Quanto a UDN, lançou com o apoio do PSP (15)

o deputado estadual e presidente do diretório da UDN local, Gentil Bellani, à prefeitura de Chapecó. Na campanha o candidato udenista saiu com a vantagem de ter o apoio da máquina administrativa estadual.

As estratégias eleitorais da campanha envolveram mais uma vez as coligações, a utilização de meios de comunicação - basicamente a rádio, já que não havia jornais locais nesta época - os comícios, o uso da máquina administrativa municipal, a coação eleitoral, as acusações entre as facções políticas envolvidas no pleito.

O candidato da AST, João Destri venceu a eleição com 3.728 votos (16). O cenário político-partidário para a vitória da Aliança Social Trabalhista era praticamente o mesmo de 1955. A AST concentrava em suas mãos a força do poder econômico e a máquina administrativa municipal. Mas não contava, como em 55, com a máquina administrativa estadual, que ainda estava nas mãos da UDN. Por outro lado, já nessa época, o PTB, principalmente a ala mais progressista do partido, passa a usar mais intensamente a máquina administrativa do Estado, em nível federal, especificamente os órgãos e autarquias vinculadas à Previdência Social (17).

Na Câmara Municipal a AST prossegue com a maioria, ou seja, com oito vereadores, contra cinco dos demais partidos. E é novamente nas mãos do Partido Trabalhista Brasileiro que está a presidência da casa, com o PSD ocupando os demais cargos da mesa diretora. Eleita em 07 de fevereiro de 61, ela ficou assim constituída: Presidente, Odilon Serrano (PTB); vice, Primo

Marchio (PSD); 1. secretário, Basílio Machado de Almeida (PSD) e 2. secretário, Fidélis de Vila (PSD).

3. A Ação Administrativa de Destri

João Destri, natural de Ponte Serrada, estabeleceu-se em Chapecó em janeiro de 1949, para dedicar-se ao comércio. Antes de ser eleito prefeito de Chapecó em 1960, foi presidente do diretório municipal do PSD, subprefeito e juiz de paz, em Ponte Serrada (SC) (18).

O setor rodoviário continuou sendo prioritário na sua administração, recebendo mais de 50% das verbas, conforme pode ser verificado na tabela 36, no item dos Serviços de Utilidade Pública (SUP). Prosseguindo com o mesmo sistema de trabalho desenvolvido pela administração pessedista de Plínio de Nês, o trabalhista João Destri concentrava os recursos da área, principalmente no Departamento Municipal de Estradas e Rodagem, responsável pela construção e conservação de estradas e pontes. Ao contrário da administração petebista de 50, quando o setor prioritário foi o educacional.

Já a partir do primeiro ano de sua administração - 1961 - a Educação Pública, que normalmente disputava com o Serviço de Utilidades Públicas, o maior percentual de verbas, passa para o terceiro lugar na distribuição dos recursos, - 13.62% - enquanto o setor de Serviços Industriais, em segundo, com 14.29%.

A diminuição dos recursos para o setor educacional deve-se, em parte, ao fato da administração municipal repassar

TABELA 36

ORÇAMENTOS MUNICIPAIS DE 1961 A 1964

ÁREAS	1961	%	1962	%	1963	%	1964	%
Serv.Util.Púb.	11.411.152	50,72	19.101.560	54,58	26.796.240	57,02	32.833.240,00	50,52
Educação	3.065.330	13,62	4.155.330	11,87	4.222.330	8,98	4.876.700,00	7,51
Admin.Geral	2.414.280	10,73	3.009.354	8,60	4.810.324	10,24	7.876.316,00	12,12
Ex.Fisc.Finan.	971.376	4,32	1.343.914	3,84	1.780.716	3,79	3.330.392,00	5,13
Saúde Pública	283.520	1,26	374.000	1,07	448.000	0,95	565.000,00	0,87
Serv.Indust.	3.215.480	14,29	5.369.600	15,34	6.289.800	13,38	8.818.460,00	13,57
S. P. A.	300.000	1,33	435.000	1,24	465.000	0,99	625.000,00	0,96
Fomento	15.000	0,07	20.000	0,06	30.000	0,06	155.000,00	0,24
Dívida Púb.	16.700	0,07	-	-	-	-	1.218.890,40	1,87
Outros	807.162	3,59	1.191.262	3,40	2.157.590	4,59	4.701.001,60	7,23
Total	22.500.000	100	35.000.000	100	47.000.000	100	65.000.000,00	100

Fonte: Relatórios das Previsões Orçamentárias do município de Chapecó.

muitas das escolas do município para responsabilidade do governo estadual. O próprio João Destri comenta: "Como não era fácil pagar a folha dos funcionários, entreguei numa primeira etapa, 15 escolas ao governo estadual, pois tínhamos em torno de 160 escolas municipais e não dava para pagar todos os professores. Mais tarde entreguei mais escolas para o Estado" (19).

Foi também durante a administração Destri, que a Assembléia Legislativa Estadual emancipou mais 17 distritos no extremo oeste catarinense, dividindo assim o "antigo Chapecó" em 34 municípios.

Quanto ao golpe de Estado de 1964, João Destri afirma não ter interferido na sua administração. Ou seja, as estruturas do poder local, inicialmente não foram afetadas. O mesmo não se pode dizer em relação a próxima administração municipal, como veremos mais adiante.

4. Eleições Legislativas de 1962: Cresce a UDN na Região Oeste

A Aliança Social Trabalhista novamente entrou em cena no pleito eleitoral de 07 de outubro de 1962, mas exclusivamente para o Senado. Seus candidatos foram o industrial Atílio Fontana, de Concórdia (PSD) e o deputado federal Doutel de Andrade (PTB). Venceram este pleito, Fontana, do PSD e Antônio Carlos Konder Reis, da UDN. Concorreram ainda o PDC, com Martinho Callado e PTN (Partido Trabalhista Nacional), com Saulo Ramos.

De acordo com Lenzi (1983:289), "depreende-se

que a UDN e o PSD "coligaram-se" em uma posição de auto-defesa oligárquica, no preenchimento das duas vagas do senado. Na verdade, não interessava às lideranças pessedistas a eleição de Doutel, que afirmava-se ascensionalmente no cenário político catarinense, aumentando o prestígio trabalhista de definidor de pleitos. Como também, não viam os udenistas com bons olhos esta projeção, tida como um perigo futuro na montagem das tradicionais forças majoritárias da política estadual..."

Para a Câmara Federal, tanto o PSD como a UDN colocaram seis deputados. O PTB, dois, dobrando sua representação. O deputado federal do PSD, Lenoir Vargas Ferreira foi o candidato do extremo oeste do Estado, que disputou pela segunda vez uma cadeira na Câmara. Foi eleito com 25.841 votos (20).

Na Assembléia Legislativa Estadual, o PSD foi o grande vitorioso, conseguindo reverter a situação e passando a ocupar 20 cadeiras (em 1958 elegeu 15 contra 16 da UDN). A UDN baixou para 14 (perdeu duas vagas); o PTB repetiu as seis de 1958; o PRP, duas; o PDC, duas e o PSP, uma (Lenzi, 1983:287).

Para as 45 cadeiras da Assembléia Legislativa, o extremo oeste catarinense consegue eleger apenas três representantes: um do PTB, da UDN e do PRP. Foram convocados ainda suplentes do PSD e do PDC. Concorreram a deputado estadual pela região, 14 candidatos (21).

PSD:

- industrial Plínio Arlindo de Nêz - Chapecó (4.991 votos.
2. suplente. Não assumiu).

- engenheiro civil, Humberto Machado, residente em São Miguel d' Oeste - (4.814 votos - suplente convocado) (22).
- advogado e deputado estadual Elgydio Lunardi - Xaxim - (4.660 votos - convocado) (23).
- comerciante Otto Trennepohl - Palmitos - (1.261 votos. Não eleito).

PTB:

- advogado Genir Destri - Chapecó - (eleito com 4.367) (24)
- industrial Hercy Brambilla de Oliveira - Dionísio Cerqueira - (1668 votos . Não eleito).

UDN:

- industrial e deputado estadual Gentil Bellani - Chapecó - (eleito com 5.970 votos).
- industrial e deputado estadual João Muxfeld - São Carlos - (2.729 votos. 11a. suplência. Foi convocado (25).
- contabilista, Victor Vicente Reis - Itapiranga - (1687 votos. Não eleito).

PSP:

- comerciante, Waldir Luiz Busatto - São Miguel d' Oeste - (1265 votos. Não eleito).

PRP:

- contador Maurício Spalding de Souza - Chapecó - (585 votos. Não eleito).
- advogado Antônio Pichetti - São Miguel d' Oeste - (4260 votos. Eleito).
- comerciante Arlindo A. Trebien - Palmitos - (2314

votos - suplente convocado (26).

PDC:

- comerciário Nilo Munaretti - Xanxerê - (1470 votos) -
suplente convocado (27).

Chama atenção que apesar do PSD obter maior votação na região, com 37.41% dos votos, não consegue eleger um deputado. Enquanto isso, acompanhando a tendência do seu fortalecimento na região, a UDN, que faz a segunda votação com 24.70%, pela primeira vez elege um representante destino para a Assembléia Legislativa Estadual.

O PTB, por sua vez, recupera o espaço perdido em 1958, diante da estratégia de crescimento do partido, montada à nível estadual, a partir da eleição de 55/60. Enquanto isso, o PRP, numa característica particular do extremo oeste do Estado, mantém sua cadeira na Casa Legislativa, apesar de uma ligeira queda no seu índice de votação.

Convém esclarecer que não sabemos ao certo qual o número de vagas ocupadas pelos representantes destinos na Assembléia Legislativa Estadual, por não termos obtido o número exato de suplentes que assumiram uma cadeira na Casa Legislativa, num mesmo período.

TABELA 37

RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DOS CANDIDATOS DESTINOS À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO - 1962.

Legenda	Vot. Total	%	Cadeiras
PSD	15.726	37.41	-
PTB	6.035	14.36	1
UDN	10.386	24.70	1
PSP	1.265	3.00	-
PRP	7.159	17.03	1
PDC	1.470	3.50	-
Total	42.041	100.00	3

Fonte: TRE/SC.

Na campanha eleitoral de 1962 também apareceu no Estado, segundo Lenzi (1983:288), "uma agência do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que fazia parte dos grupos de ação política e ideológica que preparavam o movimento de 1964 (28). O órgão divulgou lista dos candidatos vetados (por serem esquerdistas, comunistas ou antipatizados), fornecendo material de eleição (Kombis, cartazes, faixas, cédulas, etc.) aos seus simpatizantes".

A Ação Democrática Popular (ADEP), um braço do IBAD, atuava para eleger uma poderosa bancada na Câmara Federal e nas Assembleias Estaduais. De acordo com Lenzi (1983:310), "A ADEP

iniciou suas atividades efetivas em Santa Catarina, em meados de junho de 1962...e apoiou abertamente os candidatos (de várias agremiações) que com ela se comprometeram, segundo a lista publicada nos matutinos "A Gazeta" e "O Estado" de setembro daquele ano".

Dos candidatos do extremo oeste do Estado são citados no manifesto da ADEP, Lenoir Vargas Ferreira, candidato à reeleição para o cargo de deputado federal, pelo PSD, em 1962 (foi eleito) e João Muxfeld, candidato a reeleição para o cargo de deputado estadual, pela UDN (suplente convocado).

4.1. Eleições Legislativas em Chapecó, em 1962

Tomaram posse na Câmara Municipal de Chapecó, em 31 de janeiro de 1963, os seguintes vereadores, eleitos em 07 de outubro de 1962 (29).

PSD:

INOME	ATIV.PROF.	DISTRITO	VOTO
Vinício Tortatto	Serventuário	Chapecó	309
Arnaldo Mendes	Colonizador Industrial	Chapecó	425
João V. Paganella	Contador	Chapecó	323
Silvestre A. Cella	Comerciante	Chapecó	282
Arnoldo Hermes	Comerciante	Águas	258
Félix J. Trentin	Estudante	Chapecó	244

UDN:

Rivadavia Scheffer	Comerciante (reeleito)	Chapecó	499
Leonhardt Lang	Contabilista	Chapecó	268
João L. Cony	Hoteleiro	Águas	231

PTB:

Sady de Marco	Advogado	Chapecó	355
Emidio Batistello	Colono	Chapecó	233
Antonio da Silva	Escrivão	Guatambu	392
Elias Gallon	Comerciante	Chapecó	316

Na tabela 38, observa-se mais uma vez, que o PSD mantém as suas seis cadeiras na Câmara Municipal, conquistadas em 1954 e 1958. Se bem que prossegue a tendência de declínio no percentual de votação do partido, que em 58, foi de 48.62% e em 62, 45.07%. Por outro lado, chama a atenção, que o ex-prefeito Plínio de Nês, não se elege para a Assembléia Legislativa Estadual, nem para a Câmara Municipal, em 62 - ocasião em que concorreu para os dois cargos - fazendo 4.991 votos no primeiro caso e 203, no segundo.

Constata-se ainda, uma queda eleitoral da UDN, que perde uma cadeira na Casa Legislativa - de 4, em 58, passa para 3, em 62. Chama a atenção, em contrapartida, o crescimento expressivo do PTB, que em 58 fez 13.53% dos votos e em 62, 31.72%. O trabalhismo conquista duas vagas na Câmara Municipal, ocupando um total de quatro cadeiras. Temos que levar em conta,

no entanto, que logo em seguida, um dos vereadores eleitos pelo PTB - Elias Gallon - filia-se ao Partido Social Democrático, aumentando a força do PSD, na Câmara (passa a ocupar 7 cadeiras) e diminuindo a do PTB, que iguala-se ao número de cadeiras ocupadas, a UDN - 3.

TABELA 38

Resultado Eleitoral para Câmara Municipal de Chapecó.

Distribuição de Cadeiras por Eleição

1962

Partidos	Total Votacao	%	N. Cadeiras
PSD	1841	45.07	6
PTB	1296	31.72	4
UDN	948	23.21	3
Total	4085	100	13

Fonte: Diplomas de vereador fornecidos pela Justiça Eleitoral, de Chapecó.

O PSP, por sua vez, não concorre a esse pleito e o PRP chapecoense não consegue eleger um candidato. O mesmo ocorre com o PDC que lança o presidente do diretório municipal do partido, Ivo Patussi.

O Partido Trabalhista Brasileiro novamente ficou com a presidência da Câmara Municipal. A nova diretoria da mesa da Casa Legislativa ficou assim constituída: Presidente, Antonio Rodrigues da Silva (PTB); vice, João Valvite Paganella (PSD); 1. secretário Rivadávia Scheffer (UDN); 2. secretário Felix

José Trentim, do PSD.

TABELA 39

Composição da Câmara de Vereadores, de Chapecó, de 1963

Atividade	PSD	UDN	PTB
Profissional			
Colonizador e Industrial	1		
Comerciante	2	1	1
Contabilista		1	
Func. Público	1		
Contador	1		
Escrivão			1
Estudante	1		
Hoteleiro		1	
Advogado			1
Colono			1

Fonte: TRE/SC.

A tabela 39 indica ainda que os representantes políticos locais passam a provir de uma gama mais variada de segmentos sociais. No entanto, os comerciantes prosseguem predominando no espaço político local, tanto na Câmara de Vereadores, quanto na prefeitura, onde concorrem ou são eleitas lideranças ligadas à atividade comercial.

5. Eleições de 1965

Em 03 de outubro de 1965 ocorreram eleições governamentais em onze estados brasileiros, entre eles Santa Catarina. Ao mesmo tempo, em muitos municípios também houve disputa para prefeitura municipal (30).

Para a eleição estadual, PSD e PTB mais uma vez saíram coligados, formando a dobradinha, Ivo Silveira (PSD), para governador e Francisco Dall'igna (PTB) para vice. De acordo com o ex-governador Celso Ramos (31), entre os nomes lembrados para concorrer ao governo do Estado, estava o do chefe político pessedista chapecoense, Serafim Enoss Bertaso, que na ocasião era Secretário dos Negócios do Oeste. A Aliança Social Trabalhista que venceu as eleições, contou ainda com o apoio do PRP, PSP e uma ala do PDC.

TABELA 40

RESULTADO DO PLEITO PARA O EXECUTIVO ESTADUAL EM CHAPECÓ

1965

Legenda	Votos	%
PSD/PTB		
PRP/PSP/PDC	4.512	60.25
UDN	2.977	39.75
Total	7.489	100.00

Fonte: TRE/SC

TABELA 41

RESULTADO ELEIÇÃO PARA GOVERNO DO ESTADO NO OESTE - 1965

Municípios	PSD/PTB/PRP/PSP/PDC	UDN
Abelardo Luz	1017	1009
Águas de Chapecó	662	602
Anchieta	335	287
Caibi	411	417
Campo Erê	751	714
Caxambu do Sul	879	768
Chapecó	4512	2977
Cel. Freitas	1059	860
Cunha Porã	1007	1217
Descanso	743	823
Dionísio Cerqueira	849	862
Fachinal dos Guedes	596	345
Galvão	483	468
Guaraciaba	721	757
Guarujá do Sul	407	433
Itapiranga	2086	2641
Maravilha	1168	916
Modelo	646	599
Mondai	1259	1940
Palma Sola	386	203
Palmitos	1672	1574
Pinhalzinho	597	518
Quilombo	722	643
São Carlos	978	1416
São José do Cedro	938	1130
São Lourenço d' Oeste	1409	758
São Miguel d' Oeste	1824	1444
Saudades	524	811
Vargeão	370	223
Xanxerê	2231	1771
Xaxim	2211	2033
Romelândia	300	403
Nova Erechim	309	97
São Domingos	589	507
Votação Total	34.651	32.166
Total %	51,86	48,14

Fonte: TRE/SC.

Em Chapecó também venceu a AST com Ivo Silveira fazendo

4.512 votos, - 60.25%, contra 2.977 - 39.75% de Antônio Carlos Konder Reis, candidato udenista (32) (Verifique na tabela 40). Pela primeira vez a Aliança Social Trabalhista, coligada com os pequenos partidos, vence por uma margem muito estreita de votos, na região oeste (em 1960 teve votação equilibrada com a UDN), onde estão distribuídos 34 municípios (incluindo Chapecó), emancipados do "Velho Chapecó", fazendo 51.86 % dos votos contra 48.14% da UDN (Confira na tabela 41).

Esta tendência a favor da AST ocorre em função da aliança com as agremiações políticas menos expressivas na região e das emancipações que foram acontecendo ao longo do período, onde a "autonomia", que a princípio era plataforma de campanha, somente da UDN (1954), passa a ser defendida também pelo PSD.

5.1. Eleição Municipal de 1965: Outra vez o PTB administra Chapecó

Em 03 de outubro de 1965 repetiu-se a Aliança Social Trabalhista (PSD e PTB), nas eleições municipais de Chapecó, que novamente contou com o apoio dos pequenos partidos, no caso, o PRP, PSP e PDC, seguindo mais uma vez as negociações ocorridas no âmbito estadual. O candidato escolhido foi o ex-pessepista (33), advogado e vereador trabalhista Sady José de Marco. O acordo político-partidário feito no âmbito estadual, em 1960, pelo presidente e candidato ao governo do PSD, Celso Ramos, onde pela terceira vez um nome do PTB concorre a vice-governança, mais uma vez exigia um candidato petebista à prefeitura de Chapecó. Só que desta vez ele foi escolhido sem a interferência

do PSD local, que saiu desgostoso desse processo eleitoral.

O ex-trabalhista Odilon Serrano conta (34):

"Quando o Sady de Marco foi candidato, o PSD não queria ele, pois já que era o partido mais forte, queria fazer o prefeito. Mas havia um acordo que foi feito em 60, no Estado, pra eleição do Celso Ramos, onde ficou firmado que o candidato à prefeito de Chapecó, em 65, seria do PTB".

O ex-líder pessedista Plínio Arlindo de Nês afirma:

"Eu lancei o Sady de Marco, contrariando o próprio pessoal do PSD local, representado no caso, pelos Bertaso, por causa do acordo feito pelo Celso Ramos em 60. Segui as ordens vindas de cima".

Com a interferência direta de Plínio de Nês na escolha do candidato a prefeito de Chapecó em 1960 e 1965, e no último caso, contradizendo os Bertaso, verifica-se que, além de liderar o maior empreendimento industrial do município, de Nês se sobressai como liderança dentro do próprio PSD, passando a disputar o poder com o presidente do partido, Serafim Enoss Bertaso.

A União Democrática Nacional concorreu com o comerciante Dorval Cansian, que na ocasião não pertencia ao diretório local udenista. Nota-se assim o ingresso na cena política chapecoense de quadros "não partidários".

A igreja local, por sua vez, posicionou-se quanto as eleições municipais de 1965, num comunicado divulgado no jornal "O Estado", de 02 de outubro de 1965", onde dizia: "A fim de evitar exploração do nome da igreja e autoridade eclesiástica, tão comuns em período de campanha eleitoral, torno público o seguinte: não há restrições por parte da igreja, a respeito de nenhum dos candidatos ao governo do Estado, e não há nenhum

candidato recomendado especialmente pela igreja. O mesmo vale para os candidatos às prefeituras municipais dentro da nossa diocese de Chapecó. Assinado, Wilson Laus Schmidt, bispo de Chapecó*.

Venceu Sady José de Marco, da AST, com 55.39% dos votos - 4.168. Dorval Cansian fez 44.61% - 3.357 (35), demonstrando um declínio do percentual de votação da AST, em relação a 58, quando fez 60.32% e o crescimento da UDN, que em 58, havia feito 39.68% dos votos.

O prefeito Sady José de Marco, do PTB, que com a extinção dos partidos em outubro de 1965 passou para o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), não chegou a cumprir todo o seu mandato. Foi cassado pelo regime militar em 1969. Em seu lugar assumiu o presidente da Câmara de Vereadores, Rodolfo Maurício Hirsch, da Arena (Aliança Renovadora Nacional) (36).

Apesar da queda do percentual de votação do PSD chapecoense, na Câmara Municipal, nas eleições de 1958 e 1962, evidencia-se, que os pessedistas mantêm o mesmo número de vagas de 1954 a 62, ampliando seu espaço de 6 para 7 cadeiras, após o último pleito legislativo. O partido expressa nessa sua trajetória um padrão de declínio mais ou menos acentuado, mantendo ainda assim, a condição de primeira força política no município. Enquanto que na região oeste, a partir das eleições legislativas estaduais de 1962, verifica-se a supremacia da UDN.

Constata-se, por outro lado, o crescimento do PTB no âmbito municipal, a partir de 60, em função de uma estratégia de

crescimento do partido, montada no plano estadual, envolvendo negociações das eleições para o governo do Estado e município.

Apesar de Carreirão (1990:81) enfatizar as barganhas entre o PSD e PTB, a partir das eleições do Estado de 1960 e 65, com o PTB negociando a vice-governança, este acordo na verdade já ocorreu na eleição de 1955, quando o petebista oestino, José de Miranda Ramos, concorreu a vice governador do Estado.

No entanto, como na ocasião a Aliança Social Trabalhista perdeu a eleição para o governo do Estado, a estratégia não repercutiu no crescimento do partido no âmbito estadual, nem no plano municipal (apesar da AST vencer a eleição para prefeitura de Chapecó, em 55). O PTB oestino não conquista uma vaga para Assembléia Legislativa em 58 e perde, na ocasião, uma cadeira na Câmara Municipal chapecoense. O trabalhismo somente recupera seu espaço na região oeste após a AST (PSD/PTB) vencer o governo do Estado, em 1960.

É também em 1960, que há uma nova recomposição entre as forças políticas do Estado e do município, cujas negociações visavam à derrubada dos udenistas do comando do governo estadual, com os partidos de menor expressão (PRP, PSP, PDC, que nas eleições de 50 e 55 estiveram ao lado da UDN), passando a apoiar a Aliança Social Trabalhista.

Em relação ao perfil ocupacional dos representantes da Câmara Municipal de Chapecó de 1958 e 1962, verifica-se a predominância dos profissionais urbano/burocrático/liberais, destacando-se a pluralidade das categorias profissionais, mas ainda com uma forte presença dos comerciantes.

Além dos comerciantes, ressalta-se a eleição de dois elementos ligados a SAIC - Frigorífico Chapecô (de Nêz e Destri), para o executivo local em 1955 e 1960, demonstrando a importância que esse empreendimento industrial passa a ter na economia do município nesse período, com seus diretores interferindo na política local e assumindo espaço anteriormente ocupado por pessoas ligadas ao segmento colonizador e madeireiro.

NOTAS

- 1) TRE - Resultado das eleições de 03 de outubro de 1958 para Câmara Federal.
- 2) Idem, para Assembléia Legislativa Estadual.
- 3) Piazza (1985:360).
- 4) Idem, p. 79.
- 5) Idem, p. 606.
- 6) "O Imparcial", de 28 de setembro de 1958.
- 7) Ata da Câmara de Vereadores do dia 31 de janeiro de 1959 ; relação dos membros dos diretórios municipais dos partidos e diploma de vereador concedido pela Justiça Eleitoral de Chapecó, para o período de 1./02/59 à 1./02/63.

Segue a relação dos candidatos não eleitos:

PSD:

-Aquiles Bet (203), João Valvite Paganella (200), Aquilles Gollo (197), Ernesto Trentin (145), Amadeu Magioni (128), Alterio Rotava (102), Erasmo Mantelli (98), Darío Lajus Sperry (90), Lauro Luz Melo (83), Gervasio Gollo (81), Gaetano Lupatini (75).

UDN:

- David Frigeri (181), Dorival Xavier Padilha (168), Francisco Rolim de Moura (141), Francisco Assis Dal Piva (138), Afonso Kotwitz (117), João Loureiro Cony (110), Dino Antonio Patussi (PDC - 100 votos), Olímpio Valandro (97), Thucydides Paim Butuhy (97), Laurentino de Barros Lima (85), Rodolfo Moro (67), Moacir Xavier de Cordova (64), Nilo Ficagna (27).

PTB:

-Guerino Cella (229), Genir José Destri (208), Antonio Rodrigues da Silva (174), Helio Antonio Faresin (92), Adão Eugenio Pante (77), Cristiano Perosa (61), Giacomo Plínio Sirena (53), Angelo Appio (49), Alberto M"ohr (43), Abramo Giuseppe Capitano (36), Orlando Bucco (10).

PSP:

-Idina Tomazzini (126), Olivio Baldissera (124), Onório Romano Alberti (86), Eduvar Rolim de Moura (48), Ricardo Cavalcanti de Albuquerque (37), Jacob Berticelli (20), Venuto Badin (17), Angela S. Chiesa (14), Roberto Poriffcio Corá (14), Ermelindo Roveda (11), Sadi Alpheo Homerich (7), Alcides R. Cella (3), Herculino Cônsule Filho (0).

Observamos que em função de não possuirmos o total de votação dos vereadores não eleitos de 1950 e 1954, optamos em não utilizar na análise das eleições legislativas de 1958, como nas de 62, a totalização de votos obtidos pelos vereadores não eleitos.

- 8) TRE - Resultado das eleições para Presidente da República, em Santa Catarina - 1960.
- 9) TRE - Ata da apuração das eleições presidenciais de 1960.
- 10) TRE - Resultado das eleições estaduais de 1960, para Governo do Estado.
- 11) João Destri fazia parte do diretório municipal do Partido Social Progressista chapecoense, em 1952. Além disso, como integrante do PSP foi tesoureiro da Frente Democrática formada em Chapecó para as eleições de 1954. Fonte: TRE/SC.
- 12) Entrevista com Plínio Arlindo de Nês. CEDM - UNOESC, Chapecó - 1986.
- 13) Entrevista de João Destri, no jornal "Diário da Manhã", de Chapecó, dos dias 07/08 de maio de 1988.
- 14) Idem.
- 15) Entrevista realizada pela autora com o ex-udenista Rivadávia Scheffer, em 26 de setembro de 1992, em Chapecó.
- 16) TRE/SC. Doc. 1. Não possuímos o total de votação de Gentil Bellani.
- 17) Entrevista com José de Miranda Ramos. Op. cit.
- 18) Entrevista realizada pela autora com o ex-prefeito João Destri, em setembro de 1992.
- 19) Entrevista com João Destri. 1988. Op. cit.

20) TRE - Resultados eleitorais da eleição de 07 de outubro de 1962.

21) Idem.

22) Piazza (1985:317).

23) Idem, p. 310.

24) O ex-petebista Genir Destri foi cassado pelo regime militar, em 17 de outubro de 1969, quando era deputado estadual eleito pelo MDB.

25) Piazza (1985:360)..

26) Idem, p. 564.

27) Idem, p. 360.

28) Para maiores informações a respeito do golpe de Estado de 1964, ver o livro "1964: A conquista do Estado", de René Armand Dreifuss. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1981 e "A Internacional Capitalista: Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional", Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1986.

De acordo com Dreifuss (1986:102), através do IBAD "os intelectuais orgânicos das classes empresariais se mostraram dinâmicos em estabelecer ligações com empresários, militares e detentores de altos cargos públicos, bem como em mobilizar o público em geral. O IBAD influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular".

29) Ata da Câmara Municipal de Chapecó, do dia 31 de janeiro de 1963 e Diploma de Vereador, expedido pela Justiça Eleitoral de Chapecó, em 29 de outubro de 1962.

Segue a relação dos candidatos não eleitos:

PSD:

-Wilson Erasmo Colombi (242), Cristiano Perosa (193), Olívio Baldissera (130), Domingos Santin (234), Juvelino Dambrós (75), Arlindo Augusto Dreves (59), Plínio de Nêes (203).

UDN:

-Laurindo Chiarello (158), Armando M"ohr (70), José Francisco Schneider (102), Alberto Pasa (133); Nelson Testa (81), José Capeletti (42), Persival Laimer (44), Silvino Burtet (211), Ivo Patussi (PDC, 153), Giuseppe Brustolin (36).

PTB:

-Henrique Mohr (26), Matusalem Vieira dos Santos (45), Ivo Luzzi (7), Alberto Sieve (3), Julio Zanella (68), Tranquilo Munaro (53), Demétrio Alves da Silva (40), Ricieri Olívio Villani(22), Ricardo Zuffo (16), Germano Lunelli (155 votos).

PRP:

- Carlos Benito Pizzeta (85), Milton Muniz (72), Lidio Renck (35), Italvino Francisco Giacomet (9), Pedro João Lanzarin (135), Brandizio Ugolini (11).

30) As eleições locais foram realizadas nos municípios de acordo com as emancipações que iam ocorrendo.

31) Entrevista no "O Estado", de 15 de novembro de 1981. Citada

por Lenzi (1983:332).

32) TRE- Resultado da eleição para o Governo Estadual, de 1965.

33) Da mesma forma que João Destri, Sady de Marco pertencia ao diretório municipal do PSP, em 1952.

34) Entrevista com Odilon Serrano. Op.Cit.

36) TRE - Ata final da apuração das eleições municipais de 03 de outubro de 1960, da 35a. zona eleitoral - Chapecó.

36) Livro de Atas da Câmara de Vereadores, de agosto de 1968 a maio de 1969.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realizar o estudo sobre o poder local chapecoense adotamos uma perspectiva teórica que parte da noção de sistema político, tentando trabalhar a idéia da autonomia relativa do político.

Nesse sentido, levantamos a história política do município, considerando, de forma restrita, as relações estabelecidas entre o poder local e o estadual, ressaltando a ação dos partidos políticos em suas funções representativa (organização das bases eleitorais) e governativa (formulação e implementação de políticas públicas) - esta última, principalmente no plano municipal - e destacando as estratégias adotadas na disputa pelo poder local.

Privilegiamos, no entanto, as vinculações entre as bases sócio-econômicas e a instância política, onde as influências do processo de urbanização e as transformações sócio-econômicas são levadas em conta para se tentar compreender o surgimento de novos grupos, que passam a atuar via estrutura partidária, e a mudança no comportamento eleitoral.

Enfocamos ainda o perfil oligárquico (Michels, 1982) e conservador dos partidos políticos que se formam no pós-45, levantando também o padrão oposicionista local e o viés étnico na organização partidária do município.

O enfoque teórico metodológico, adotado neste trabalho, possibilitou trabalhar os interesses que giram em torno dos conflitos e acordos, que ocorrem entre a elite política chapecoense. Através dele confirmou-se a hipótese principal de que o processo de urbanização e as transformações econômicas, que ocorrem a partir do final dos anos 30, bem como a nova conjuntura política que surge após o Estado Novo, ocasionaram transformações significativas na estrutura do poder chapecoense.

Nesse contexto, verifica-se que no início da fase pluripartidária, havia somente um partido político organizado no município - PSD - que representa um grupo em evidência na economia e política na República Velha, quando o mandonismo local identifica-se com o sistema coronelista, e em ascensão, nos últimos anos do Estado Novo - liderado, principalmente por colonizadores e madeireiros.

Acompanhando as transformações sócio-econômicas, constata-se, a partir das eleições de 1947, a participação de outros partidos e de demais segmentos sociais na estrutura de poder local, evidenciando uma política mais pluralista. Com a entrada dos novos setores sócio-econômicos na arena do poder local, verifica-se que a fração política do município, que envolvia o setor madeireiro e colonizador, perde espaço na estrutura de poder, pelos segmentos urbano/burocrático/liberais, sobressaindo-se, no caso, os comerciantes. Setor da economia que se fortalece na região a partir das décadas de 40 e 50.

O desejo de participação das lideranças emergentes na política municipal, no entanto, entra em conflito com o desejo de auto-perpetuação das lideranças que detêm o poder local. O

padrão de violência que acompanhou a luta pela conquista e/ou manutenção do poder local, durante a Primeira República, persistiu nos primeiros anos da fase pluripartidária, respaldado pela legitimação da violência via compromisso entre Estado e poder municipal, com o governo estadual não interferindo nos conflitos locais.

A análise das tendências que ocorrem no quadro político eleitoral do período - 1945 a 1965 - evidenciam a expansão eleitoral do PTB, em 1950 - conquista o executivo municipal e três cadeiras na Câmara de Vereadores - e o declínio do PSD - que além da prefeitura, perde duas vagas na Casa Legislativa. O quadro agrava-se nas eleições legislativas de 54, quando os possedistas sofreram mais uma queda, exigindo um rearranjo entre as forças políticas chapecoenses para as próximas eleições. Esse crescimento do trabalhismo, estava, principalmente, na dependência das coligações com a UDN, nos pleitos municipais de 1947 a 1950, que tinham uma lógica local, objetivando maximizar ganhos eleitorais e derrotar seus adversários.

Entretanto, por trás das alterações no jogo de forças entre os grupos políticos locais, a partir de 1955, estão as negociações eleitorais ocorridas no plano federal e estadual, envolvendo uma estratégia de expansão partidária do PTB, com repercussão no âmbito municipal, e não mais uma lógica própria, condicionada pela referência local. Nesse contexto, seguindo determinações de instâncias superiores, o PSD chapecoense coliga-se na eleição de 1955, com o PTB (aliado em 47 e 50, com a UDN), formando a Aliança Social Trabalhista. Contudo, os

indicadores político-eleitorais do período revelam a aliança com o PTB, um elemento definidor na disputa eleitoral entre o PSD e a UDN.

A partir de 1960, ocorre um novo rearranjo entre os competidores, com os pequenos partidos, que nas eleições de 50 e 55 estiveram ao lado da UDN, apoiando a AST. Negociar o apoio destas agremiações partidárias à Aliança Social Trabalhista, em 60, faz-se necessário em função do crescimento da UDN no Estado e em Chapecó.

Estas recomposições entre as facções em ascensão e a velha estrutura mandonista de dominação, têm reflexos na diminuição dos conflitos entre a elite política. A feição partidária, a partir daí, apresenta mudanças de estilo no "policy-making" chapecoense, principalmente no que diz respeito ao PSD, partido que se apresenta como hegemônico no início do pluripartidarismo. Dos conflitos violentos, os conservadores pessedistas partem para as negociações, com setores considerados mais progressistas (PTB), visando à manutenção do seu poder.

Nesse novo contexto, os conflitos locais que envolviam, na maioria das vezes, o uso da força, são aparentemente superados por recomposições entre as facções político-partidárias. Outro fator que contribuiu para o enfraquecimento do mandonismo pessedista, é o fato do poder municipal ser oposição ao governo estadual, de 1950 a 1960, ocasião em que o executivo estadual não endossava os desmandos locais, como em outras épocas.

No quadro das diferentes coligações que ocorreram ao longo do período, evidencia-se que de cinco mandatos do executivo

local, dois foram ocupados por políticos pertencentes ao PSD e três ao PTB.

Este quadro revela um comportamento bipartidário no que diz respeito as eleições executivas, onde apenas o PSD e o PTB apresentaram um desempenho eleitoral competitivo na conquista da administração municipal, apesar da existência de vários partidos (O PSD e o PTB também dominam a Casa Legislativa ao final da fase pluripartidária).

Este fenômeno evidencia uma situação peculiar em Chapecó, em relação ao que ocorre na política-eleitoral nacional, onde predominam eleitoralmente o PSD e a UDN. Também se diferencia do quadro apresentado no âmbito estadual, onde a hegemonia bipartidária, no que diz respeito ao executivo estadual, ocorre entre o PSD (1947, 1960 e 1965) e a UDN (1950 e 1955). Difere ainda das conclusões de Carreirão (1990:82-1) no seu estudo sobre a representação estadual e federal catarinense, uma vez que o autor conclui que "o quadro ao final do período era de domínio absoluto dos dois grandes partidos conservadores..."

Convém lembrar, no entanto, que o fato dos petebistas administrarem um maior número de vezes o município, do que os pessedistas, está vinculado a aliança do PTB, inicialmente com a UDN e posteriormente com o PSD.

Por outro lado, o conjunto dos dados nos permitem concluir que ocorreram modificações significativas no legislativo chapecoense, entre os três maiores partidos do município, durante o pluripartidarismo, com o PSD apresentando tendências de declínio e o trabalhismo sobressaindo-se ao final do período,

como a segunda força política do município. Entretanto, tanto o PTB, quanto a UDN, não demonstraram tendências de estabilidade ao longo do período. Enquanto o PTB apresenta uma oscilação de crescimento (1950 e 1954), queda (1958) e crescimento (1962), a UDN mostrou uma tendência de crescimento, principalmente entre 1954 e 1958, e declínio, ao final da fase pluripartidária.

O PSD, por sua vez, apesar de apresentar quedas constantes no seu percentual de votação, de 1947 a 1965, mantém-se numa situação hegemônica em todo o período, com o PTB e a UDN isoladamente, não apresentando uma ameaça ao seu domínio.

Os udenistas, embora tenham ampliado sua representação na Câmara Municipal durante a fase multipartidária, principalmente no período em que a UDN se encontrava no comando do governo estadual, não demonstraram eficiência política para chegar à prefeitura. No que diz respeito às eleições para os cargos de legislaturas estadual e federal, pela região oeste catarinense, os udenistas elegeram somente um representante para deputado estadual, ao final do período, expressando a debilidade da agremiação política, tanto no município de Chapecó, como no oeste do Estado, durante o pluripartidarismo.

Único partido a ocupar uma vaga na Assembléia Legislativa, pelo oeste de Santa Catarina, em 1947, o PSD declina ao longo do período, e não consegue eleger um deputado em 1962. Uma das razões do debilitamento pessedista são as emancipações que acontecem a partir de 1953. Enquanto isso, o PTB, totalmente inexpressivo no pós-45, apresenta-se ao final do período, como a terceira força política da região.

Ressalta-se, ainda, o espaço ocupado pelo PRP no oeste do Estado, ao longo do período, colocando-se como a quarta força política no contexto regional e elegendo em 1954 e 1958, o único representante do partido, no âmbito estadual, na Assembléia Legislativa do Estado.

Evidencia-se, também, através da leitura da nominata dos diretórios dos partidos políticos, dos resultados eleitorais e nas entrevistas, três elementos que se destacam na composição social das principais agremiações partidárias de Chapecó, no início da fase pluripartidária: a etnia, a religião e a origem sócio-econômica dos seus membros.

No PSD predominam os colonizadores e madeireiros, na sua maioria católicos e em menor número os comerciantes. A sua base partidária-eleitoral concentrava-se nos distritos de colonização italiana e dos caboclos.

Na UDN (bem como no PRP), participam tanto os protestantes como os católicos. O partido era mais forte nos distritos de colonização alemã, e na sua composição social constata-se uma origem sócio-econômica diversificada, prevalecendo, no entanto, os comerciantes.

No PTB também predominam os católicos, uma vez que o partido disputava a mesma base eleitoral do PSD, ou seja, as áreas de imigração italiana e dos caboclos. A origem sócio-econômica dos seus membros também é diversificada, com a participação de advogados, funcionários públicos, comerciantes e industriais madeireiros.

Esse novo modelo político, marcado pela relação das elites

com a estrutura partidária, surge dentro de um contexto de complexificação da sociedade chapecoense, que se intensifica a partir do final dos anos 30, com a aceleração do processo de urbanização. Nessa dinâmica local, ressalta-se a criação de órgãos públicos e privados, o fortalecimento da indústria e do comércio e o surgimento dos meios de comunicação (jornais e rádios), coexistindo neste conjunto, velhos e novos métodos de dominação. Estão incluídas neste contexto, as modificações mais significativas das relações político-partidárias, no pós-45: a passagem do coronelismo para o clientelismo , onde da ação via violência passa-se ao controle dos cargos políticos e dos votos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Álbum do Cinquentenário de Chapecó. Chapecó. 1967.
- ANDRADE, Leo. R. A estrutura Coronelista de Dominação: Análise de um caso. Florianópolis: UFSC, 1984. Dissertação de Mestrado em Direito.
- AURAS, Marli. Poder Oligárquico Catarinense: da Guerra aos Fanáticos do Contestado à opção pelos pequenos. São Paulo: PUC, 1991. Tese de Doutorado.
- Guerra do Contestado: a Organização da Irmandade Cabocla. Florianópolis, Cortez, 1984.
- BAQUERO, Marcello. Os Partidos Políticos na América Latina: É a Oligarquia Inevitável. Publicação UFRGS, março de 1989, n. 8.
- BELLANI, Eli. A Política do Velho Chapecó. 1917 - 1931. Chapecó, Litoprint Editora Gráfica Ltda., 1990.
- Município de Chapecó: Legislação e Evidências: 1917 - 1931. Chapecó, CEOM, 1989.
- BERTA, Beatriz H. Mallmann. Chapecó: um processo de ocupação e povoamento. Monografia Pós-Graduação em Geografia. 1979.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política. Brasília, ED. da UnB, 1986.
- BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu Conheci. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 3 (4):07-73, 1985.
- DE MARCO, Benhur. O Controle da Mídia: Elites e a Radiodifusão

- em SC. Florianópolis: UFSC, 1991. Dissertação em Sociologia Política.
- BENEVIDES, M.V. A UDN e o Udenismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- O PTB e o Trabalhismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- CABRAL, Oswaldo. História de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Lourdes, 1970.
- CAMPOS, Índio. Os colonos no rio Uruguai: Relações entre Pequena Produção e Agroindústria no Oeste Catarinense. Campina Grande: UFPB, 1987. Dissertação de Mestrado.
- CARREIRÃO, Yan. Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina. 1945 - 1979. Florianópolis, Ed. UFSC, 1990.
- CARVALHO, Murilo. Estudos de Poder Local no Brasil, in: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, MG (25/26) julho, 1968/janeiro, 1969. pp. 231-248.
- CASTRO, Maria Helena G. Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais. Um balanço bibliográfico, in: BIB, Rio de Janeiro, Vértice, n. 25, 1. semestre de 1988, pp. 56-82.
- CERRONI, Umberto. Teoria do Partido Político. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- CESÁRIO, Ana C. C. Poder e Partidos Políticos em uma cidade média brasileira. Um estudo de Poder Local. Londrina-PR. 1934 - 1979. Tese de Doutorado. USP/São Paulo, 1986. (xerox).
- CORREIA, Carlos .H. Um Estado entre duas Repúblicas. Florianópolis, UFSC/Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1984.
- COSTA, Arthur Ferreira. Oeste Catarinense. Visões e Sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro, Vilas Boas e Cia., 1931.

- DANTAS, Ibaré. "As Mutações do Coronelismo", in *Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências*. Vol. 1. Fortaleza, Gráfica Estrela, 1986.
- DINIZ, Eli. Crise Política, Eleições e Dinâmica Partidária no Brasil, in: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Volume 32, n. 3, 1989.
- , O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe, in *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1977. t. III.
- DITTRICH, Regina I.R. O Deputado Catarinense. Florianópolis, Ed. UFSC, 1981.
- DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro/Zahar-UNB/Brasília, 1983.
- FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder. Porto Alegre, Globo, 1975.
- FAUSTO, Silva. A Revolução de Trinta, Historiografia e História. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- FLEISCHER, David. Os Partidos Políticos no Brasil. Vol. 1 e 2, Brasília, Ed. UNB, 1981.
- FOLADOR, João D. História de São Lourenço do Oeste. São Lourenço do Oeste, Tipografia Cruzeiro Ltda., 1988.
- GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- HIPPOLITO, Lúcia. PSD: De Raposas e Reformistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- JANOTTI, Maria de L. O Coronelismo: uma política de compromissos. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- JUNIGR, Olavo Brasil de Lima (org.) O balanço do poder. Formas

- de Dominação e Representação. Rio de Janeiro, Rio Fundo/
Iuperj, 1990.
- LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R. Partidos Políticos e Consolida-
ção Democrática: o caso brasileiro. São Paulo, Brasiliense,
1986.
- LAUS, Sonia P. A UDN em Santa Catarina (1945-1960).
Florianópolis: UFSC, 1985. Dissertação de Mestrado em História.
- LAVAREDA, Antônio. A Democracia nas Urnas. O Processo Partidário
Eleitoral Brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. IUPERJ,
1991.
- LENZI, Carlos. A. S. Partidos e Políticos de Santa Catarina .
Florianópolis, UFSC/Lunardelli, 1983.
- Poder Político e Mudança Social. Floria-
nópolis: UFSC, 1977. Dissertação de Mestrado em Direito.
- LEAL, Victor. N. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo, Alfa-
ômega, 1986.
- LIMA, Jr., Olavo Brasil. Partidos Políticos Brasileiros
(1945-64). Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- O Sistema Partidário Brasileiro,
(1945-1962), in FLEISCHER, David (Org.). Os Partidos no
Brasil. Cadernos da UnB. Brasília, 1:24-44, 1981.
- MARTORANO, Dante. Desbravadores do Oeste, in Revista do Insti-
tuto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis,
INGSC, (4), 1982/3.
- MICHELS, Robert. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília,
UNB, 1982.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Notas sobre o estudo do Partido Social
Democrático, in: Dados, Rio de Janeiro, n. 10, 1973, p. 146.

- OLIVEIRA, Maria de. Xaxim conta sua história. Xaxim, 1992.
- ORLANDO, Carvalho. Ensaio de Sociologia Eleitoral. Minas Gerais, Edições R.B.E.P., 1958.
- PELUSO, Victor A. A evolução da cidade de Chapecó: do povoado ao centro regional, in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1982/83, 3a. fase, n.4.
- PIAZZA, Walter F. A Colonização de Santa Catarina. Porto Alegre, BRDE/Palotti, 1982.
- Dicionário Político Catarinense. Florianópolis, Ed. Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1983.
- O Poder Legislativo Catarinense. Das suas raízes aos nossos dias. 1834-1984. Florianópolis, Ed. Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1984.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação Brasileira no Oeste Catarinense. Museu Nacional/ Rio de Janeiro, 1990. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social.
- ROSSETO, Santo. Síntese Histórica da Região Oeste, in: Caderno do CEOM, Chapecó, UNOESC, 4 (1,2):7-11.1989.
- SANTOS, Sílvio C. Nova História de Santa Catarina. Florianópolis, Lunardelli, 1974.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. Sociedade e Política. Elementos de Ciência Política. São Paulo, Difel, 1979.
- SOARES, Gláucio A. D. Sociedade e Política no Brasil. São Paulo, Difel, 1973.
- SOUZA, Maria Campello. C. Estado e Partidos Políticos no

Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1990.

- TRINDADE, Hélgio. Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30. São Paulo, Difel, 1979.
- VIEIRA FILHO, Ady. As Raízes da Industrialização. Grupos Empresariais Catarinenses. Florianópolis. Ed. do autor. 1986.
- WEBER, Max. Economia y Sociedad. México, Edição Espanhola, 1974.
- WERLANG, Alceu A. Uma Colonização as Margens do Rio Uruguai: Companhia Territorial Sul Brasil. 1925-54. Florianópolis: UFSC, 1992. Dissertação de Mestrado em História.

PERIÓDICOS:

- Jornal "A Voz de Chapecó", Chapecó.
- Jornal "O Imparcial", Chapecó.
- "Jornal do Povo", Chapecó.
- Jornal "A República", Florianópolis.
- "Jornal d' Oeste", Chapecó.
- Jornal "Diário da Manhã" - Chapecó.

ENTREVISTADOS PELA AUTORA:

- Arnaldo Mendes, Florianópolis, SC - 12/06/92.
- José de Miranda Ramos, Florianópolis, SC - 10/06/92.
- Odilon Serrano, Chapecó, SC - 28/08/92.
- Rivadávia Scheffer, Chapecó, SC - 26/09/92.
- Otávio Celso Rauen, Xanxerê, SC - 25/08/92.
- Plínio Arlindo de Nês, Chapecó, SC - 1988.
- João Destri, Chapecó, SC - 1992.

DEMAIS ENTREVISTAS UTILIZADAS

- Plínio Arlindo de Nês - CEOM/UNOESC - 25/10/86.
- João Destri - Jornal "Diário da Manhã" - 07/08/05/88.
- Timóteo Paz de Freitas - CEOM/UNOESC - 1988.
- Raul José de Campos - CEOM/UNOESC - 1987.
- Giocondo José Cella - CEOM/UNOESC - 1986.
- Gentil Bellani - CEOM/UNOESC - 1986.

FONTES DOCUMENTAIS

- Atas da Câmara Municipal de Chapecó, de 1947 a 1965.
- Livro de Atas da Prefeitura Municipal, de 1931 a 1946.
- Livro de "Decretos e Resoluções". 1930 - 1931.
- Livro de Ata n.1 da Associação Comercial e Industrial de Chapecó.
- Ata da sessão solene inaugural do Quadro Territorial da República no quinquênio de 1939-43, realizada na cidade de Chapecó do Estado de Santa Catarina.
- Ata da fundação da sede da Colonização da Empresa Bertaso, Maia e Cia. e assentamento do primeiro marco da povoação Chapecó.
- TRE/SC. 30 anos de Justiça Eleitoral. Florianópolis, 1975.
- Exemplar Estatístico. Florianópolis. n. 6, ano I, nov/dez. 1962.
- TRE. Pedidos de Registro dos Partidos Municipais Chapecoenses, de 1947 a 1965.
- Orgamentos Municipais de 1947 a 1965.
- IBGE. Dados Demográficos e Econômicos de 1940 a 1960.